



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

Jamile Miriã Fernandes Paiva

**A DIMENSÃO COMUNICACIONAL NA PATRIMONIALIZAÇÃO  
DO ESPAÇO URBANO**

**ESTUDO DA MUDIATIZAÇÃO E DA MEDIAÇÃO CULTURAL  
NOS CENTROS HISTÓRICOS DE COIMBRA E JOÃO PESSOA**

Tese no âmbito do Programa de Doutoramento em Sociologia – Cidades e Culturas Urbanas orientada pelo Professor Doutor Paulo Jorge Marques Peixoto, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

fevereiro de 2020





FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DE  
**COIMBRA**

Jamile Miriã Fernandes Paiva

**A DIMENSÃO COMUNICACIONAL NA  
PATRIMONIALIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

**Estudo da mediação e da mediação cultural  
nos centros históricos de Coimbra e João Pessoa**

**Tese no âmbito do Programa de Doutoramento em Sociologia – Cidades e Culturas  
Urbanas, orientada pelo Professor Doutor Paulo Jorge Marques Peixoto, apresentada à  
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.**

Fevereiro de 2020



**Ficha Técnica:**

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Tese de doutoramento</b>
<b>Título</b>	<b>A dimensão comunicacional na patrimonialização do espaço urbano</b> – Estudo da mediação e da mediação cultural nos centros históricos de Coimbra e João Pessoa
<b>Autora</b>	<b>Jamile Paiva</b>
<b>Orientador</b>	<b>Paulo Peixoto</b>
<b>Identificação do Curso</b>	<b>Sociologia – Cidades e Culturas Urbanas</b>
<b>Área científica</b>	<b>Sociologia</b>
<b>Especialidade/Ramo</b>	<b>Sociologia</b>
<b>Data</b>	<b>2020</b>





*Le patrimoine représente l'archétype du bien apropié*  
Olivier Godard





## **Agradecimentos**

Agradeço ao meu orientador, Paulo Peixoto, que orientou este trabalho ao longo desses anos, cujas observações ponderadas e seu encorajamento contribuíram enormemente para a conclusão do mesmo. Aos demais professores da FEUC, pelas discussões teóricas e seminários que ajudaram no direcionamento do processo de elaboração desta tese.

Agradeço aos profissionais e aos funcionários das instituições patrimoniais dos dois centros históricos estudados, que concordaram em me receber para entrevistas e me enviaram documentos informacionais para esta análise.

Às amigas nascidas desta tese, em especial a Luciana Trindade, Fernanda Jesus e Matheus Caetano.

Meus agradecimentos também à amiga e colega de trabalho, Josilene Ribeiro, que escutou repetidas vezes os meus questionamentos.

Agradeço ainda à CAPES pelo apoio financeiro concedido, que me permitiu aprofundar os estudos teóricos e práticos que fundamentaram a tese.



## Índice

Agradecimentos .....	iii
Índice .....	v
Resumo.....	ix
Abstract.....	x
Lista de siglas .....	xi
Índice de quadros e figuras .....	xii
INTRODUÇÃO .....	1
PARTE I.....	17
ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....	19
1. O PATRIMÔNIO E O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO .....	21
<b>1.1 A noção de patrimônio .....</b>	<b>21</b>
<b>1.2 A emergência da noção de patrimônio urbano.....</b>	<b>27</b>
<b>1.3 A patrimonialização do espaço urbano.....</b>	<b>33</b>
<b>1.4 A invenção dos centros históricos em objeto do patrimônio.....</b>	<b>41</b>
2. ABORDAGEM COMUNICACIONAL DO PATRIMÔNIO URBANO .....	49
<b>2.1 A patrimonialização por uma perspectiva comunicacional .....</b>	<b>50</b>
<b>2.2 A exposição e a dimensão comunicacional do espaço urbano .....</b>	<b>60</b>
3. A EXPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO URBANO .....	67
<b>3.1. O processo de midiatização do patrimônio urbano .....</b>	<b>67</b>
<b>3.1.1 Práticas de comunicação e divulgação patrimonial .....</b>	<b>70</b>
<b>3.1.2 A mise en exposition do objeto patrimonializado.....</b>	<b>76</b>
<b>3.1.3 A valorização econômica do patrimônio urbano .....</b>	<b>80</b>
<b>3.2 A mediação cultural como processo de aproximação .....</b>	<b>84</b>
<b>3.2.1 A mediação entre objeto patrimonial e sujeito .....</b>	<b>88</b>
<b>3.2.2 Mediação cultural e sociabilidade.....</b>	<b>93</b>
4. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO .....	99
<b>4.1 A abordagem qualitativa e o estudo de casos múltiplos .....</b>	<b>99</b>
<b>4.2 A recolha de dados qualitativos .....</b>	<b>102</b>
<b>4.3 Análise dos dados .....</b>	<b>104</b>
PARTE II.....	107

CENTRO HISTÓRICO DE COIMBRA: UM FUTURO PARA A CIDADE DO PASSADO.....	109
5. COIMBRA E A ALTA UNIVERSITÁRIA.....	110
<b>5.1 A Universidade de Coimbra e a expansão da cidade</b> .....	110
<b>5.2 A exaltação da zona monumental</b> .....	115
<b>5.3 Coimbra Universitária – Patrimônio Mundial</b> .....	123
<b>5.3.1 A revalorização da paisagem histórica</b> .....	124
<b>5.3.2 A resignificação do lugar em escala mundial</b> .....	129
6 A MUDIATIZAÇÃO ENTRE TRADIÇÃO E MODERNIDADE.....	139
<b>6.1 A delimitação institucional e o reconhecimento social</b> .....	139
<b>6.2. Entre narrativa patrimonial e identidade urbana</b> .....	150
<b>6.3 Mudiatização e valorização do patrimônio urbano</b> .....	160
7 MEDIAÇÃO CULTURAL E O USO INSTITUCIONAL DO PATRIMÔNIO URBANO	173
<b>7.1 Mediação do patrimônio e apropriação do espaço urbano</b> .....	173
<b>7.2 Mediação cultural e reconhecimento simbólico</b> .....	183
<b>7.3 Mediação cultural e continuidade patrimonial</b> .....	194
PARTE III.....	207
CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA: DE VOLTA AO RIO PORQUE O MODERNO É SER ANTIGO.....	209
8. A PRESERVAÇÃO SOB OS IMPERATIVOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO	211
<b>8.1. Os primeiros séculos da cidade e a formação da paisagem urbana</b> .....	211
<b>8.2 A modernização da cidade e sua expansão em direção ao mar</b> .....	217
<b>8.3 De objeto a patrimônio: a cidade velha ao gosto da Belle Époque</b> .....	226
<b>8.4 O espaço urbano patrimonial e a experiência da modernidade</b> .....	236
9 A MUDIATIZAÇÃO NA RECONQUISTA DO CENTRO HISTÓRICO.....	249
<b>9.1. Entre delimitação e legibilidade do patrimônio urbano</b> .....	249
<b>9.2 A mudiatização entre revitalização e requalificação</b> .....	264
<b>9.3 A Cidade Criativa e as novas tendências do centro histórico</b> .....	283
10. A MEDIAÇÃO CULTURAL ENTRE CIDADE E CENTRO HISTÓRICO.....	293
<b>10.1 A mediação cultural no protagonismo do espaço urbano</b> .....	293
<b>10.2 Mediação, educação e educação patrimonial</b> .....	309
<b>10.2.1 O centro histórico como experiências educativas</b> .....	319
<b>10.2.2 Mediação e novas possibilidades de aproximação</b> .....	331

11. CONCLUSÃO .....	341
12. BIBLIOGRAFIA .....	351
13. ANEXOS .....	371
ANEXO A - Categorias Intermediárias	
ANEXO B - Entrevistados por Unidade de Análise	
ANEXO C – Guiões das entrevistas	



## Resumo

Esta tese constitui um estudo sobre a abordagem comunicacional da patrimonialização do espaço urbano. Mais concretamente sobre exposição dos centros históricos de Coimbra e de João Pessoa. Parte da perspectiva que mediatização e mediação são conceitos distintos que guardam entre si uma relação de interdependência, procurando relevar que a operatividade simbólica do objeto patrimonial vai além de seus aspectos materiais, inserindo-se num complexo sistema social e político. A análise dessas duas dimensões dos processos de patrimonialização ocorreu por via de uma pesquisa centrada em uma abordagem qualitativa, concretizada através de entrevistas semiestruturadas com agentes institucionais, e ancorada na perspectiva que o espaço urbano patrimonial funciona como objeto comunicacional. Tomando a patrimonialização como um processo que não tem fim quando ocorre a atribuição formal do estatuto de patrimônio, pode-se perceber a relevância que a exposição vem ocupando na produção de uma nova imagem para as cidades históricas, segundo as lógicas simbólicas e econômicas predominantes nas sociedades contemporâneas. Nesse sentido, a mediatização e a mediação cultural, apesar de apresentarem naturezas distintas, são práticas e dispositivos que colocam em evidência questões locais acerca da exposição do patrimônio urbano como lugar de experiência, o que envolve uma constante procura por uma melhor comunicação com o público. O modo como tais práticas vêm sendo empreendidas nas últimas duas décadas nos centros históricos das cidades investigadas, situadas em países distintos, como Portugal e Brasil, torna evidente que é preciso saber lidar com o crescente protagonismo da recepção, para que a transmissão do passado não perca o sentido. Nesse contexto, no quadro de uma sociologia pragmática, partimos do seguinte problema de pesquisa: na exposição do patrimônio urbano, a mediatização e a mediação cultural têm efetivamente sido utilizadas como ferramentas estratégicas na publicização e de transmissão do centro histórico como objeto patrimonial? A análise permite perceber que, atualmente, o centro histórico de Coimbra beneficia de medidas de proteção em escala internacional, o que exige novas formas de mobilização patrimonial em relação às políticas culturais e educativas de sensibilização das narrativas do lugar. No que respeita ao centro histórico de João Pessoa, a intervenção no patrimônio urbano encontra-se apoiada em um passado que, pensado como histórico, procura promover a dinamização sociocultural e econômica da própria cidade. Por esse viés, este estudo permitiu evidenciar que a exposição do espaço urbano, como objeto patrimonial, em resposta a novas demandas e oportunidades nos centros históricos, como uma produção cultural específica, é altamente dependente de recursos mobilizáveis e da autonomia local da política patrimonial num contexto em que a cidade está em constante transformação.

Palavras-chave: Patrimonialização. Centro Histórico. Exposição do patrimônio. Mediatização. Mediação cultural.

## **Abstract**

This thesis develops a study on the communicational approach to the patrimonialization of urban space. More precisely the exposition of the historical city centers of Coimbra and João Pessoa. It emerges from the perspective that media coverage and mediation are distinct concepts that keep a relationship of interdependence among themselves, trying to highlight that the symbolic operability of the heritage object goes beyond its material aspects, inserting itself in a complex social and political system. The analysis of these two dimensions of the patrimonialization processes took place through a research centered on a qualitative approach, concretized through semi-structured interviews with institutional agents, and anchored in the perspective that the urban heritage space functions as a communicational object. Assuming patrimonialization as a process that does not end when there is a formal attribution of the status of heritage, one can perceive the relevance that the exhibition has been occupying in the production of a new image for historic cities, according to the symbolic and economic logic prevailing in contemporary societies. In this sense, mediatization and cultural mediation, despite having different natures, are practices and devices that highlight local issues about the exposure of urban heritage as a place of experience, which involves a constant search for better communication with the public. The way such practices have been undertaken in the last two decades in the historical centers of the studied cities, located in different countries, such as Portugal and Brazil, highlight that it is necessary to know how to deal with the growing protagonism of reception, so that the transmission of the past does not lose sense. In this context, within the framework of a pragmatic sociology, we start from the following research problem: in the exhibition process of urban heritage, have mediatization and cultural mediation been effectively used as strategic tools in the publicity and transmission of the historic city center as a heritage object? The analysis shows that, currently, the historic city center of Coimbra benefits from protection measures on an international scale, which requires new forms of heritage mobilization in relation to cultural and educational policies to raise awareness of the local narratives. With regard to the historical city center of João Pessoa, the intervention in urban heritage is supported in a past that, thought as historical, seeks to promote the socio-cultural and economic dynamism of the city itself. Accordingly, this study allowed us to show that the exposure of urban space, as a heritage object, in response to new demands and opportunities in historical city centers, as a specific cultural production, is highly dependent on mobilizable resources and the local autonomy of the heritage policy before the city in constant transformation.

**Keywords:** Patrimonialization. Historic Center. Heritage Exhibit. Mediatization. Cultural Mediation



## Lista de siglas

- ACEHRVO — Associação Centro Histórico Vivo
- AECI — Agência Espanhola de Cooperação Internacional
- CEDUC — Coordenação de Educação Patrimonial
- CEF — Caixa Econômica Federal
- CMC — Câmara Municipal de Coimbra
- CPDCHJP — Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa
- DAF — Departamento de Articulação e Fomento
- DGERU — Direções-Gerais dos Equipamentos e Recuperação Urbana
- DGPU — Direções-Gerais do Patrimônio Urbano
- GAAC — Grupo de Arqueologia e Arte do Centro
- GCH — Gabinete para o Centro Histórico
- ICES — Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis
- ICOMOS — Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
- IPHAEP — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
- IPHAN — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- LPM — Lista do Patrimônio Mundial
- PAC-CH — PAC-Cidades Históricas
- PRAUD — Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas
- PRCH — Projeto de Revitalização do Centro Histórico
- PROCOM — Programa de Apoio à Modernização do Comércio na área Central da Cidade
- PRSH — Programa de Revitalização de Sítios Históricos
- RCCU — Rede Mundial de Cidades Criativas da UNESCO
- RUAS — Associação Recriar a Universidade, Alta e Sofia - Associação Ruas
- SPHAN — Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- SRU — Sociedade de Reabilitação Urbana
- VUE — Valor Universal Excepcional
- ZPR — Zona de Preservação Rigorosa

## Índice de quadros e figuras

Figura 1: Coimbra - vista aérea da cidade .....	13
Figura 2: Vista aérea de João Pessoa .....	14
Figura 3: Sistema de valores.....	51
Figura 4: Fases da patrimonialização .....	57
Figura 5: Gestão da informação e da comunicação do patrimônio .....	73
Figura 6: Logotipo de Candidatura .....	127
Figura 7: Centro Histórico de Coimbra - zonas de proteção .....	142
Figura 8: Alta de Coimbra.....	146
Figura 9: Repavimentação da Rua da Alegria .....	147
Figura 10: Universidade de Coimbra – Patrimônio da Humanidade.....	154
Figura 11: Rua da Sofia .....	159
Figura 12: Conhecer Coimbra a pé.....	166
Figura 13: Vandalismo nas Escadas Monumentais de Coimbra.....	179
Figura 14: Serenata monumental da Queima das Fitas .....	190
Figura 15: Video Mapping na Universidade de Coimbra.....	192
Figura 16: Viver o Patrimônio da Alta à Baixa.....	203
Figura 17: Centro de Interpretação e Divulgação - Universidade de Coimbra .....	204
Figura 18: Largo de São Pedro Gonçalves e Praça Anthenor Navarro .....	235
Figura 19: Projeto de Revitalização do Porto do Capim .....	246
Figura 20: Poligonal de tombamento do IPHAEP .....	250
Figura 21: Revitalização da Praça Ponto de Cem Reis .....	259
Figura 22: Revitalização da Praça Rio Branco .....	261
Figura 23: Delimitação do Centro Histórico de João Pessoa – Iphan .....	267
Figura 24: Rio Sanhauá .....	270
Figura 25: Porto do Capim .....	274
Figura 26: João Pessoa Cidade Criativa da UNESCO .....	286
Figura 27: Villa Sanhauá.....	289
Figura 28: Evento cultural no Ponto de Cem Reis.....	301
Figura 29: Projeto Sabadinho Bom .....	303
Figura 30: O novo público do Sabadinho Bom .....	305
Figura 31: AnimaCentro – agenda cultural do centro histórico .....	308
Figura 32: Política de Educação Patrimonial do IPHAN.....	314
Figura 33: Cartilha do patrimônio – IPHAEP .....	321
Figura 34 - Oficina-Escola .....	323
Figura 35: João Pessoa, Minha Cidade – Programa de educação patrimonial .....	326
Figura 36: Educação Patrimonial – Caderno Temático .....	328

**Figura 37: Cartilha sobre os bens culturais – IPHAEP..... 330**



## INTRODUÇÃO

### Abordagem do tema

A presente tese diz respeito à patrimonialização dos centros históricos, cuja exposição como objeto patrimonial coloca em evidência sua transmissão como bem comum e sua difusão como recurso cultural voltado para o desenvolvimento local. Por uma perspectiva comunicacional, a exposição do espaço urbano como objeto patrimonial cria uma nova linguagem em direção ao público, sendo a midiatização e a mediação cultural duas dimensões essenciais para que se consiga conciliar o objeto e o sujeito pelo pragmatismo de suas ações e por sua propensão ao diálogo.

Este estudo é fruto de preocupações anteriores, iniciadas nas atividades de extensão universitária no âmbito das ações de preservação e de valorização do centro histórico de João Pessoa. As atividades do projeto de extensão tinham como objetivo a construção e o fortalecimento dos laços da comunidade pelo reconhecimento do estatuto de patrimônio. Interessava-nos, sobretudo, identificar estratégias de apropriação mobilizadas pelo sentimento de pertencimento e de novos usos da antiga centralidade. Nessa ocasião, não houve a oportunidade para aprofundar a análise sobre a patrimonialização e para indagar como o reconhecimento do caráter patrimonial dos objetos atende a questões políticas de preservação e de valorização. Contudo, nos anos seguintes, durante o doutorado, os debates e apresentações de estudos sobre o processo de patrimonialização dos espaços urbanos permitiram maior reflexão sobre as intervenções urbanas nos centros históricos.

Nesse âmbito, inicialmente, chamou-nos a atenção os estudos comparativos dos centros históricos situados no Brasil e em Portugal, notadamente pelas análises das políticas patrimoniais apresentadas por pesquisadores da área da sociologia urbana. De modo geral, essas investigações colocaram em destaque a crescente valorização do patrimônio a partir do final do século passado. Inúmeros são os trabalhos que dizem respeito à fabricação do patrimônio e às consequências da patrimonialização dos centros históricos em cidades brasileiras e portuguesas, sobretudo no que diz respeito

ao processo de enobrecimento em que os vestígios do passado se tornam um eixo do espetáculo contemporâneo.

Despertaram particular interesse as análises e reflexões dos investigadores Paulo Peixoto e Rogério Proença Leite no estudo sobre o bairro do Recife Antigo e a zona histórica do Porto (2008). A leitura crítica incidindo sobre esses centros históricos destacaram o modo de construção do patrimônio urbano, em busca de desenvolvimento econômico, impulsionados pelas estratégias de *marketing* urbano. Seguindo essa lógica, a reabilitação urbana, norteada por valores históricos, representa uma alternativa para enfrentar as limitações orçamentárias na gestão das cidades. Muitas administrações públicas municipais encontram-se empenhadas na recuperação de áreas urbanas históricas, que são apresentadas como realidades que ocupam uma posição privilegiada em função de seu valor econômico, ao mesmo tempo que representam uma herança da coletividade a ser preservada.

Nos dois países, à semelhança de muitos outros, em várias cidades, as ações intervencionistas de revitalização e de requalificação tiveram como precedente os ditames do urbanismo moderno, que contribuíram para a fragmentação dos centros tradicionais. Um fenômeno fortemente motivado pela especulação imobiliária, que provocou a saída de uma parcela significativa da população para outras áreas da cidade que passaram a ser mais valorizadas. Embora sejam práticas que têm se tornado cada vez mais urgentes, segundo Henri-Pierre Jeudy (2005), “para que exista patrimônio reconhecível, é preciso que ele possa ser gerado, que uma sociedade se veja o espelho de si mesma, que considere seus locais, seus objetos, seus monumentos reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura” (Jeudy, 2005, p. 19). Ainda de acordo com o sociólogo francês, a patrimonialização institucional assumiu um novo grau de complexidade, se inserindo em um contexto em que relacionar preservação e planejamento urbano remete a uma lógica denominada de obsessão patrimonial.

Seguindo a tendência da patrimonialização do século XXI, Brasil e Portugal são países que há décadas deram início a uma série de intervenções urbanas no âmbito da municipalização da ação pública patrimonial, com medidas legais e normativas entrelaçadas à revalorização do espaço urbano histórico. Tem-se procurado converter os centros históricos em destinos de grande visitação turística, seja em escala nacional ou internacional, seja patrimônio mundial ou

não. Em razão da pluralidade de procedimentos coexistentes, foram selecionados neste estudo os centros históricos de duas cidades que não integram os maiores circuitos turísticos nesses países. Assim, tomamos como objetos empíricos os centros históricos de João Pessoa e de Coimbra, em razão da maneira explícita com que o patrimônio urbano é apresentado nesses dois contextos, na busca de conciliar a preservação com os imperativos de desenvolvimento urbano. Desde a década de 1980, esses centros históricos passaram a ser submetidos a diferentes processos de patrimonialização sendo, a partir de então, apresentados como solução para o desenvolvimento econômico do município.

Esse movimento de institucionalização do patrimônio em escala local tem caracterizado a cidade histórica como sendo, por excelência, um lugar para a fabricação do patrimônio urbano (Rautenberg, 2003). Mas considerando que a patrimonialização é um processo de transformação de objetos em objetos patrimoniais, este não termina após a atribuição desse estatuto. A ativação do processo de significação deixa claro que a transmissão é inerente ao seu modo de existência no espaço público. Nesse sentido, a exposição do centro histórico, dando visibilidade ao resultado de um trabalho subjetivo de seleção e de hierarquização material e simbólica, põe em questão que não se trata apenas de um suporte de valorização.

A partir dessa incursão, a postura adotada neste estudo voltou-se para a abordagem comunicacional da patrimonialização proposta por Jean Davallon (2006). O autor deixa de lado as concepções tradicionais, seja pelo foco na história, seja nos usos do patrimônio. Prioriza, pelo contrário, o reconhecimento de que a patrimonialização se constitui como um processo contínuo, que está sempre em curso após a atribuição do estatuto de objeto patrimonial. Trata-se de uma forma de *filiation inversée*, uma vez que cabe aos *herdeiros* decidir o que preservar para transmitir às futuras gerações. Desse modo, a patrimonialização é considerada um processo cujas operações fazem do objeto patrimonial um operador simbólico através de um duplo movimento. “Mais tandis que le premier mouvement répondait aux exigences de la production scientifique, le second obéit plutôt à une logique symbolique” (Davallon, 2002: 76). Por essa

abordagem, o autor questiona o estatuto patrimonial como sendo uma construção social, envolvendo dois momentos distintos:

Après déclaration du statut patrimonial de cet objet, les divers dispositifs de mise en valeur et en communication assurant sa mise en exposition non seulement contribuent à sa connaissance, mais rendent possible l'expérience de sa découverte, de sa rencontre pour le public. La mise en exposition fait vivre au collectif des visiteurs l'émerveillement de la « trouvaille ». Elle leur donne accès, en premier lieu physiquement, perceptivement, émotionnellement, à un monde qu'il serait impossible d'expérimenter sans la présence de l'objet patrimonial. C'est précisément en cela que réside l'opérativité symbolique de l'exposition (Davallon, 2014, p. 5).

Por esse entendimento, a construção social do estatuto de objeto patrimonial envolve dois momentos distintos: um refere-se aos estudos desenvolvidos por especialistas, a fim de reconhecer sua autenticidade e ganhar o estatuto de patrimônio; e o outro compreende a apresentação do objeto patrimonial ao público. Esse segundo momento é denominado por Davallon (2002; 2006) de *célébration de la trouvaille*, contexto no qual a exposição do objeto patrimonial se configura em um lugar de expressão social, em que o processo comunicacional se mostra central. Procura-se estabelecer uma relação com um universo invisível, pertencente ao passado, mas que se encontra representado no presente.

O objeto patrimonial não exerce sua operatividade simbólica sem a apresentação ao público de sua construção científica. Ou seja, sem estabelecer efetivamente uma ligação inteligível entre o presente e o mundo de origem do objeto posto em exposição. Expor o centro histórico visa cativar a atenção do público pela encenação de uma narrativa que dá significado ao objeto patrimonial, no qual se revela sua função de representação<sup>1</sup>. Com base em Nicolas Navarro (2014), essa lógica de exposição do espaço urbano patrimonial diante da questão da musealização permite revelar suas principais dimensões:

---

<sup>1</sup> De acordo com Luis Marin (1994, p. 225), “représenter signifie se présenter quelque chose et toute représentation, tout signe ou procès représentationnel comporte une double dimension – dimension réflexive, se présenter; dimension transitive, représenter quelque chose – et un double effet, l'effet de sujet et l'effet d'objet”.



La première est celle de la médiatisation du patrimoine urbain que passe par la création d'un espace semblable à l'espace d'exposition. Celui-ci est alors délimité, dénommé, et la lecture en est facilitée pour en permettre au visiteur la reconnaissance. La seconde est celle de la médiation du patrimoine qui oscille entre médiation culturelle traditionnelle (aides à la visite) et écrits urbains analysés comme porteurs d'un discours patrimonial. Cette deuxième dimension permet alors la transmission de connaissance et la reconnaissance de l'objet comme patrimonial (Navarro, 2014, p. 11).

Essa concepção binária dos processos comunicativos da exposição do patrimônio urbano deve ser estrategicamente pensada, pois manter o interesse social é determinante para que o reconhecimento e a legitimidade do estatuto patrimonial perdurem. De um lado, a mediação precisa ultrapassar a percepção de transmissora de informação essencialmente voltada para a difusão, sendo que a publicização significa tornar público o que é público. De outro lado, a mediação cultural como um processo por meio do qual os agentes produtores investem em criar uma relação singular entre o objeto patrimonial e o público. “Pode-se dizer então que os produtores propõem ao público um objeto (representação) que inclui participação. Nesse sentido, eles têm efetivamente a intenção de se comunicar com o público” (Davallon, 2010, p. 20). Na exposição do patrimônio, a mediação não é mediação. São conceitos distintos que guardam entre si uma relação de interdependência, levando-se em conta que a operatividade simbólica do objeto patrimonial vai além de seus aspectos materiais ao se inserir no contexto social.

### ***Problema de pesquisa e hipótese***

Atualmente, a emergência dos processos de patrimonialização no espaço urbano apresenta uma dimensão incontornável, dado que segue a lógica da economia global que transforma quase tudo em mercadoria. Essa *explosão* patrimonial é resultado do alargamento de seu campo nas dimensões temporais, tipológicas e espaciais (Rautenberg, 2003). Sua extensão no âmbito internacional, sobretudo, por meio das ações desenvolvidas pela UNESCO,

mostra que se está perante a expansão global dos valores e das referências ocidentais (Choay, 2005; Amougou, 2004).

A patrimonialização do espaço urbano indica o esforço de construção de um passado, que passa a ser exposto ao público de uma outra forma. A produção e o reconhecimento formal de um estatuto de objeto patrimonial são determinados pela relação dialética entre a realidade, os valores e os interesses daqueles que propugnam sua construção por intermédio de uma apropriação institucional. O objetivo dessa construção social é dar visibilidade às questões que o fizeram emergir, assim como aos seus modos de uso (Leniaud, 2002). Mas determinar o lugar do patrimônio urbano não reside simplesmente na avaliação do valor atribuído. Consiste também em responder a certas necessidades e interesses da sociedade que o reconstrói e o revaloriza sem cessar. A inflação patrimonial resulta de um passado que, ao ser submetido a um processo de historização, está cada vez mais presentificado (Hartog, 2006). Nessa medida, ao mesmo tempo em que representa uma herança coletiva, apresenta um valor econômico, assumindo nesse plano um novo grau de complexidade, porquanto almeja participar dos imperativos do desenvolvimento urbano da nova economia global.

Acompanhando essas diretrizes, embora as intervenções nas áreas urbanas degradadas não sejam novidades, o discurso público da patrimonialização na recuperação dos centros históricos visa, com o caráter mercantilista, promover a imagem externa da cidade. A noção contemporânea de patrimônio urbano incorpora o caráter museográfico de seu conjunto edificado, cuja exposição deve comunicar a representação de um passado que visa conferir certo prestígio no âmbito da cidade. Essa compreensão da exposição do espaço urbano patrimonial encontra-se diretamente ligada ao modo de transmitir o seu reconhecimento como herança coletiva, o que caracteriza e legitima seu estatuto enquanto tal.

Por esse viés, Davallon (2002) considera que a exposição do patrimônio pode ser interpretada como uma interlocução não verbal, um diálogo mudo, em que sua comparação como uma mídia remete ao lugar de interação entre objeto e sujeito. Nesse sentido, a exposição do patrimônio é, antes de tudo, um lugar no qual o objeto patrimonial é apresentado, colocando em jogo os efeitos de sentido de sua comunicação com o público. Isso implica que certas regras sejam

respeitadas, considerando que o estatuto de patrimônio não está no objeto em si, o que implica em um processo contínuo de transmissão de um valor patrimonial. “La transmission vise alors effectivement une continuité dans le temps entre générations; continuité physique (conservation) et continuité de statut (continuité symbolique d’objet de patrimoine)” (Davallon, 2002b, p. 48). Por esse direcionamento, o objeto patrimonial posto em exposição revela sua apresentação ao público por certa cenografia como mídia, denotando, portanto, uma qualidade de pregnância.

Considerando que a exposição do centro histórico como objeto patrimonial comunica seu movimento de ingresso em um novo cenário, essa exposição tem em vista cativar a atenção do público pela transmissão de uma mensagem. Contudo, embora a atribuição de um valor patrimonial ao espaço público seja um processo contínuo, as operações ligadas à sua exposição têm sido encaradas por sua função instrumental, essencialmente como sendo algo inerente ao modo de existência do objeto.

Desse modo, em razão do aumento sem precedente das práticas patrimoniais em todo o mundo no curso das últimas décadas, a exposição do patrimônio tem sido reconhecida como um processo comunicacional mais amplo, mais relacional, precisando para isso de não se ater apenas à sua dimensão funcional. Conforme Davallon (2016, p. 15), “penser le patrimoine selon une perspective communicationnelle, c’est évidemment adopter un point de vue qui, conformément à cette conception élargie, considère la communication comme une activité socio-symbolique”. Por esse entendimento, maior reconhecimento da exposição do espaço urbano patrimonial significa dar mais atenção aos valores ativados e às modificações a ele relacionadas. Portanto, diz respeito ao ato de expor como uma prática de experimentação, sendo o público entendido como protagonista.

No curso das últimas décadas, as mudanças na exposição do patrimônio urbano, quanto à forma de comunicar como um sistema organizado dentro de cada centro histórico, refletem a extensão das práticas patrimoniais em relação ao investimento que visa concretizar lugares de experiência. A necessária reinterpretção acompanha o processo de apropriação do valor patrimonial, seja qual for o interesse acordado à sua forma de rotulagem patrimonial. Ao refletir

sobre os desafios para esses centros históricos, designadamente quanto à conciliação entre as obrigações de preservação e dos imperativos de desenvolvimento local, observa-se que, na prática, não é uma tarefa fácil e de curto prazo. Assim, as ações empreendidas pelos agentes institucionais e apropriadas pelos cidadãos colocam em evidência sua transmissão e reconhecimento como objeto patrimonial enquanto um processo contínuo.

Por esse percurso reflexivo, voltamos nossa atenção para as práticas patrimoniais implementadas nos centros históricos de Coimbra e de João Pessoa, a fim de analisar como a exposição do patrimônio urbano tem contribuído para que o reconhecimento e a legitimidade do estatuto patrimonial perdurem. Nesse sentido, levantamos o seguinte problema de pesquisa: na exposição do patrimônio urbano, a mediação e a mediação cultural têm efetivamente sido utilizadas como ferramentas estratégicas na publicização e transmissão do centro histórico como objeto patrimonial? A partir dessa questão, novos questionamentos surgiram:

- Como se apresentam de forma legível e compreensível os lugares que simbolizam traços do passado, e cujo conhecimento frequentemente escapa ao residente local e ao visitante?
- Como fazem para despertar o interesse do público em descobrir, compreender e apreciar o que esses centros históricos ainda permitem ver do que não foi destruído pelo tempo ou pela ação de interesses particulares?
- O que fazer para o público ir a esses espaços históricos?

A patrimonialização dos centros históricos, enquanto resposta às novas necessidades de desenvolvimento urbano, implica na valorização de um espaço emissor de signos e de símbolos ofertados como mercadorias. Progressivamente, há um afastamento da retórica da perda no intuito de dar destaque à recuperação do passado como estratégia que busca contribuir para o desenvolvimento local. Por esse direcionamento, a hipótese de partida desta tese é a de que os centros históricos de Coimbra e João Pessoa seguem a lógica de patrimonialização pela relação imediata entre imagem e a supervalorização

dos objetos a partir de sua exposição. Nessa ótica, os dois centros históricos se encontram na fase de cenarização progressiva, que teve início na década de 1990, em que o conteúdo social e histórico do patrimônio urbano foi sendo subordinado à perspectiva da valorização econômica. A crescente exposição dos centros históricos pelas municipalidades, embora continue associada à ideia de bem comum, acessível a todos, tornou-se palco de uma valorização sem precedentes, de acordo com sua capacidade de visibilidade. Cria-se um jogo de luz e sombra em função de sua exposição associada ao potencial de transformação em recurso econômico (Vechambre, 2007).

Assim, os interesses políticos sobre conservar o antigo e construir o novo são vistos como propostas conciliatórias que ocorrem simultaneamente nessas cidades. De fato, o que mudou dos primeiros processos de patrimonialização para o atual contexto foram os critérios e valores em função das dinâmicas de desenvolvimento urbano.

Nessa ótica, uma hipótese maior compreende que, diante dos inúmeros desafios do uso do patrimônio urbano como instrumento de desenvolvimento local e nacional, a exposição do espaço urbano patrimonial encontra-se encarregada de *mises en scène* que aproximam o discurso da preservação e o da valorização. Um processo fortemente dependente de políticas culturais que anunciam primar pela participação coletiva. Assim, a exposição do espaço urbano patrimonial faz referência não apenas às formas físicas da herança do passado, mas também à construção social que determina seu lugar no âmbito da sociedade.

No frenesi da exposição dos centros históricos, assiste-se a uma crescente valorização dos processos comunicativos da patrimonialização com o propósito de criar significados. Procura-se dar um novo tratamento ao tempo e ao espaço, de modo a criar respostas satisfaçam as novas necessidades de desenvolvimento urbano, sendo esta uma estratégia recorrente na valorização de um espaço emissor de signos e de símbolos segundo a lógica da economia global. Comunicar a representação de um passado, procurando conferir prestígio no âmbito da cidade e da sociedade, em função da atribuição de um novo valor, concretiza-se através de formas de exposição que são orientadas pela argumentação das formas viáveis da permanência desse passado no presente.

## Posicionamento epistemológico e o terreno da pesquisa

O quadro epistemológico deste trabalho encontra-se inserido no âmbito do estudo do patrimônio sob o enfoque da sociologia pragmática. Esta tem se destacado na análise do processo de transformação dos objetos em objetos patrimoniais. Nesse sentido, procura-se “expliciter les raisons, les principes effectifs, les logiques suivies plus ou moins consciemment par les acteurs de la situation concrète de constations à un objet susceptible de patrimonialisation” (Heinich, 2009, p. 33). Diversos autores descrevem a patrimonialização como um fenômeno social relacionado à emergência da noção de patrimônio urbano. Um processo que atinge especialmente a preservação e a valorização dos centros históricos integrados ao desenvolvimento urbanístico, resultante de políticas patrimoniais fortemente ligadas à questão de apropriação material e simbólica do lugar.

Com base em uma compreensão pragmática, Jean Davallon considera que a patrimonialização é a produção do estatuto social de objeto patrimonial, um processo que se faz no presente e que ele denomina de *filiation inversée*. Visto por uma perspectiva comunicacional, o autor considera que resulta das práticas atuais de patrimônio, “[...] selon une nature que le spécialiste serait chargé de reconnaître et selon une fonction sociale d’attachement au passé, ou d’effets d’imposition, dont la mise en jour reviendrait au sociologue” (Davallon, 2006, p. 16). Essa abordagem processual deixa claro que o estatuto patrimonial dado ao objeto o transforma em um operador simbólico. Não se trata apenas da produção do patrimônio em si, mas da transmissão e apropriação de um objeto do passado visto no presente, o que também envolve uma construção cultural em torno de seu valor patrimonial.

Com base em uma compreensão pragmática, Davallon (2006) descreve a patrimonialização como um processo portador de uma dupla dimensão, suporte de mediatização e operador de mediação. Essa construção binária estabelece as bases para a importância atribuída à exposição do objeto patrimonial, considerando que o ato de apresentação ao público requer intervenções que são efetivamente operações de linguagem simbólica. A institucionalização do patrimônio não se limita a uma simples escolha feita por

seus principais atores, visto que ao se tornar patrimônio o objeto adquire uma nova função na sociedade. Portanto, o que está em jogo é o seu caráter performativo.

A patrimonialização, enquanto processo comunicacional, permite compreender o espaço urbano patrimonial como um objeto do passado que, tendo perdido valor na sua função usual, adquiriu um novo valor na sociedade. Nesse sentido, o patrimônio urbano se constitui a partir da articulação de seus elementos imateriais, que caracterizam o espírito do lugar, e que integra também a sua dimensão material. Por esse entendimento, todo o espaço urbano patrimonial responde à questão de preservação e de valorização, tendo por vocação ser celebrado e transmitido às futuras gerações.

A exposição do centro histórico representa um trabalho de construção social e cultural apoiada na cenarização do espaço urbano, segundo a ação da instituição patrimonial encarregada de sua gestão e valorização. Em consequência das transformações urbanísticas que surgem com a modernização das cidades históricas, são inúmeras as possibilidades de compreensão do fenômeno da patrimonialização dos espaços urbanos. Por conseguinte, são muitos os olhares possíveis sobre os centros históricos, transformados em organismos vivos, animados e interativos.

A problemática dos centros históricos é complexa e diversa, mas também apresenta muitos pontos em comum, envolvendo fatores como deterioração física, perda da vitalidade funcional, esvaziamento social e crise no comércio tradicional. Tomando como referência as intervenções urbanísticas locais destinadas a viabilizar novos usos na reconquista das antigas centralidades, os casos analíticos selecionados, os centros históricos de Coimbra e de João Pessoa são considerados como objetos patrimoniais que comportam um valor de continuidade com um passado que interessa preservar do ponto de vista da experiência urbana contemporânea. Embora se encontrem em lados opostos do Atlântico, as duas cidades refletem claramente o investimento na patrimonialização institucional voltada para a preservação e valorização dos espaços urbanos tradicionais, seguindo as diretrizes das políticas públicas dirigidas para o desenvolvimento local.

Diante da considerável perda de função do centro tradicional nas cidades portuguesas e brasileiras a partir da década de 1980, os novos direcionamentos com o objetivo de recuperá-las foram influenciados especialmente pelas experiências europeias. A gestão urbana, apoiada nos princípios do empresariamento e da competição urbana, passou a influenciar na definição de princípios e caminhos de intervenções comuns em Portugal e no Brasil. Seguindo as novas políticas urbanas utilizadas por administradores públicos locais em diversas partes do mundo, as duas cidades passaram a ser alvo de projetos de reabilitação, utilizando modelos similares de intervenção empregados pela municipalização da patrimonialização.

Nos casos investigados, as práticas de reabilitação urbana de Coimbra se encontram apoiadas nos princípios do empresariamento urbano, em que grandes projetos urbanísticos e os eventos de maior vulto têm se revelado como peças fundamentais, segundo o modelo de desenvolvimento econômico do país. Com a reorganização municipal na década de 1980, deu-se início às alterações sobre o entendimento do que deve ser uma cidade, tanto em nível discursivo subjetivo quanto aos eixos de desenvolvimento. Nesse sentido, o centro histórico tem sido sistematicamente usado para a produção de uma boa imagem da cidade. A exploração dessa imagem passou a ser amplamente utilizada, tendo em vista a perda de relevância de sua exploração por meio do título de “terceira cidade” no contexto das hierarquias urbanas portuguesas. Isso ocorreu em razão do dinamismo despontado especialmente por Braga e Aveiro, deixando transparecer uma forte ideia de perda de encanto na percepção das pessoas (Frias e Peixoto, 2002).

Novas estratégias passaram a dar prioridade às questões relacionadas ao planejamento urbano, em detrimento à gestão da imagem e às questões sobre a perda de sua importância simbólica. Assim, apesar de haver no discurso sobre Coimbra uma linha estratégica a defender de que a cidade deveria crescer por dentro, mas o que de fato aconteceu foi a expansão para as periferias. A aposta na organização policêntrica deu origem à diversidade de ambientes urbanos, a partir de uma política de intervenção urbana, cujo eixo é a recentragem da cidade em torno do Mondego, estabelecendo um equilíbrio entre as duas margens do rio.



**Figura 1: Coimbra - vista aérea da cidade**



Fonte: <https://retratosdeportugal.blogspot.com/2011/05/coimbra-vista-aerea-da-cidade.html>

Sendo a requalificação urbana uma condição pós-moderna (Harvey, 2005) que procura promover o (re)desenvolvimento urbano por meio da arquitetura do espetáculo, em Coimbra, registra-se o surgimento de diversos programas de revitalização do centro histórico vinculados à estratégia de fortalecer a competitividade da cidade e atrair investimentos (Peixoto, 2006). A reorganização da área central caracterizada pelo esvaziamento passou a ser vista como essencial na atração de capital e de pessoas, com a apropriação e consumo do espaço urbano patrimonial.

Dessa forma, a busca pela afirmação da centralidade de Coimbra enquanto espaço metropolitano encontra-se identificado com os discursos contemporâneos sobre a cidade, em que construir o novo e preservar o antigo surgem simultaneamente. Um processo ao mesmo tempo alavancado pela recuperação do patrimônio edificado, com um caráter marcadamente turístico, sobretudo a partir da candidatura e classificação da Universidade de Coimbra como Patrimônio Mundial da UNESCO, e pelo investimento em projetos de modernização, como foi o caso da proposta de implantação do Metro Ligeiro do Mondego. Esse panorama de intervenções revela uma política urbana em que o poder público local começou a investir na criação de uma imagem, de modo que a cidade histórica viesse a assumir certo protagonismo no cenário global. A

especificidade do olhar sobre o passado da cidade assume uma visão voltada para o futuro.

Diante desse panorama de intervenções que procuram atender às exigências da economia do mundo globalizado, João Pessoa, assim como ocorreu com muitas cidades, tanto em Portugal como no Brasil, passou a investir na recuperação do seu centro histórico enquanto estratégia para fomentar o desenvolvimento econômico. Nas últimas três décadas, diferentes projetos têm se revelado como peças fundamentais para dar solução de curto prazo para adaptar a “cidade velha” - como é frequentemente chamada a área onde se situa o centro histórico - à cidade contemporânea, que cresceu em direção ao mar, dando as costas a seu núcleo original às margens do rio Sanhauá. A partir de então, os projetos urbanos propostos pelo governo local passaram a apresentar a clara intenção de forjar uma imagem singular, fruto da própria identidade da cidade.

**Figura 2: Vista aérea de João Pessoa**



Fonte: <https://www.porondevamos.com.br/2015/06/a-beleza-de-joao-pessoa-por-onde-ir.html>

Nos moldes da cidade moderna, situada em um país da América Latina, João Pessoa vivencia uma metropolização que expressa uma produção espacial

marcada por desigualdades. No contexto da cidade contemporânea, a paisagem do centro histórico constitui uma área de confluência de fluxo de transporte coletivo, cuja movimentação de pessoas durante o dia cede lugar à insegurança e à marginalidade à noite, sobretudo devido à reduzida população residente. As estratégias de resgate da história local são vistas como uma forma de dinamizar um apelo turístico muito forte de sol e mar. Busca-se construir uma nova imagem com a promoção de projetos de grande porte e a construção de grandes equipamentos públicos e de lazer.

Dessa forma, Coimbra e João Pessoa são cidades que nasceram em função de sua localização estratégica, devido à topografia acidentada e à proximidade do rio, mas que guardam entre si significativas diferenças contextuais. Considerando a devida especificidade de cada cidade, o estudo da exposição de seus centros históricos situados em países distintos diz respeito ao ato de apresentação do objeto patrimonial. Encontra-se relacionado à *mise en exposition* do espaço urbano patrimonial, enquanto operações que envolvem uma relação dialética entre o social e o espacial, como um lugar de integração do passado no presente dando publicização à recuperação do sentido de identidade ao lugar. As transformações no espaço urbano patrimonial estão associadas a um imaginário motivado por sentimento de perda em relação ao passado, sobre o qual as pessoas são convidadas a participar da vida cultural da cidade.

Nesse sentido, a exposição do patrimônio está ligada a uma representação que repousa, essencialmente, na transmissão de um valor religando três tempos: passado, presente e futuro. Trata-se de uma temática que leva em consideração a importância do espaço urbano patrimonial nas representações territoriais, procurando dar visibilidade ao processo de patrimonialização, como sendo de interesse da sociedade. Com isso, a construção patrimonial se distingue de um lugar para outro, sendo preciso se adaptar a um uso específico, relacionado a um contexto e a uma identidade local.

A questão patrimonial baseia-se na construção de sentido, visto que este não é único e ocorre na dinâmica das representações e sua apropriação pela coletividade (Davallon, 2006). Por conseguinte, a exposição do patrimônio urbano favorece a convergência de certos discursos que respondem às questões

de conservação e de valorização, associando a um imaginário sobre o passado, no qual as pessoas são convidadas a participar da vida cultural da cidade. A operatividade simbólica fundada sobre a institucionalização do uso performativo segue o reconhecimento do valor do objeto.

## PARTE I



## **ENQUADRAMENTO TEÓRICO**





## 1. O PATRIMÔNIO E O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO

Este capítulo propõe explorar a transformação da noção de patrimônio como um conceito dinâmico, que sofreu uma extensão qualitativa, semântica e espacial durante o século XX. Por uma perspectiva conceitual e crítica, procuramos tornar visível a emergência de uma noção de patrimônio urbano mais próxima da que é mantida hoje; ou seja, do monumento ao centro histórico, sem deixar de considerar a paisagem urbana. Assim, tratamos dos conceitos e valores que nuclearam as discussões sobre o patrimônio, detendo a atenção sobre a patrimonialização do espaço urbano como um processo que não é neutro ou imparcial. Tal processo tanto se direciona à seleção memorial e de salvaguarda quanto às políticas patrimoniais da cidade histórica integrada ao desenvolvimento urbanístico. Por uma perspectiva conceitual e crítica, procuramos explorar o que se entende por patrimonialização dos centros históricos para os fins desta pesquisa. A intenção é colocar em destaque o caráter reflexivo do patrimônio, como vem sendo discutido por inúmeros autores em relação à busca desenfreada pelos vestígios do passado.

### 1.1 A noção de patrimônio

A noção de patrimônio tem sido marcada por uma complexidade conceitual em que diferentes vozes são utilizadas para expressar coisas diferentes. Ao mesmo tempo em que se permitiu que igrejas fossem queimadas e castelos saqueados, também tiveram início ações voltadas para a conservação de monumentos históricos. A evolução rápida de seu sentido no curso do século passou a envolver uma diversidade de edifícios, conjuntos e sítios urbanos. No entanto, passou também a reconhecer como patrimônio imaterial uma gama cada vez mais diversificada de objetos, costumes, *savoir-faires*, etc. Como ressalta Françoise Benhamou (2012, p. 3), “le mot est ancien, la notion est immémoriale”. Portanto, o patrimônio é um conceito que influenciou o surgimento das práticas de preservação e continua a inflamar os debates atuais com a ampliação de seu perímetro.

Ao estabelecer uma ligação de continuidade no tempo entre gerações, a herança familiar aparece em seguida estendida aos bens da sociedade. Na perspectiva tradicionalista, esse “conceito nômade”, como denomina Françoise Choay (2006), toma corpo por uma abordagem histórica. Nesse caso, a Revolução Francesa é uma referência indispensável no desenvolvimento do termo, pois a noção de patrimônio, antes aplicada ao privado, passa a compreender o bem público (Poulot, 2009). Sob o efeito da nacionalização, o termo ganhou notabilidade enquanto ato político de conservar os monumentos como patrimônios, com base na retórica da perda e do coletivo sobrepondo-se ao particular. Assim, pela intervenção do Estado, “le patrimoine est devenu un bien commun de la nation, à la fois témoignage de son histoire et image de son identité” (Audrerie, 1997, p. 6). O início da conservação anuncia os princípios de valor, bem como das técnicas de normatização dos conceitos e dos critérios de reconhecimento do patrimônio histórico para a nação. Sob essa perspectiva, desenvolveu-se uma noção visando a atender, notadamente, aos interesses políticos no seio da sociedade.

O século XIX foi marcado por novos valores, em que as subjetividades e a emoção passaram a figurar como elementos importantes na estética, afetando as concepções preservacionistas. De acordo com Choay (2006), na segunda metade desse século, o conceito de patrimônio se fortaleceu ligado à noção de monumento, que, agregando diferentes valores e arquiteturas, deu surgimento ao debate em torno de dois modelos de política de restauração: o anglo-saxão, que John Ruskin (1819-1900) considera como a prática de destruição mais completa que um edifício pode sofrer; e o francês, que, segundo Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879), deve ser realizada de modo integral. As duas posições ilustram muito bem a primeira fase da preservação dos monumentos históricos de modo isolado, ou seja, sem preocupação com o seu entorno.

Conforme o pensamento anti-intervencionista, o culto ao passado está associado à valorização estética, tendo suas bases nas organizações civis. Segundo o historiador inglês John Ruskin, o bem é único, não deve ser alterado, visto que “restaurar é impossível, é como dar vida a um morto” (Choay, 2006, p. 156). No que diz respeito ao modelo francês, fundado sob o poder centralizador

do Estado em torno dos valores nacionais, possui um caráter estatizante e conservador. Apoia-se no pensamento intervencionista defendido pelo arquiteto-restaurador Viollet-le-Duc, o qual compreende que a restauração do monumento histórico deve respeitar absolutamente a unidade de estilo do original, de sua reconstituição (Prats, 1997).

O conceito de monumento evoluiu juntamente com o de preservação. Mas, segundo Françoise Benhamou (2012, p. 14), “la querelle n’est pas refermée” e não ficou apenas na restauração. Expandiu-se para a economia do patrimônio e, com isso, dividiu opiniões entre conservadores e vanguardistas. Dessa forma, o debate entre a preservação e os critérios de intervenção perdura até os dias de hoje. Vale destacar que o modelo de legislação francesa orientado por uma gestão centralizada do patrimônio, por tempo serviu de referência para muitos países, tanto na Europa como em outras partes do mundo.

Por uma perspectiva normativa no campo da evolução patrimonial, Choay (2006) destaca o estudo realizado por Alois Riegl, em seu livro *Le culte moderne des monuments*, publicado em 1903. Nessa época havia uma vanguarda ansiosa para que a arte e a arquitetura refletissem a modernidade. Segundo reconhece a autora, Riegl foi o precursor na aplicação de uma teoria dos valores relativa aos monumentos<sup>2</sup>, ao questionar a divisão entre monumento e monumento histórico em sua obra. Tais diferenças são observadas por meio de duas categorias de valores: a rememoração e a contemporaneidade. A primeira diz respeito aos valores mobilizados por uma função memorial, histórica, e a antiguidade (a degradação deve ser evitada e não corrigida). Por sua vez, a contemporaneidade se encontra associada aos valores artísticos e estéticos, e com isto procura colocar o monumento como algo que faz parte da cultura moderna. Com o foco na visualidade e não apenas na capacidade de representação, os fatores intrínsecos foram considerados fundamentais para a atribuição de valores monumentais.

Desse modo, o monumento histórico diz respeito a toda obra de arte detentora de um valor historicamente significativo. Um passado que é portador

---

<sup>2</sup> Segundo Alois Riegl (1984, p. 35), “par monument, au sens le plus ancien et véritablement originel du terme, on entend une œuvre créée de la main de l’homme et édifíée dans le but précis de conserver toujours présent et vivant dans la conscience des générations futures le souvenir de telle action ou telle destinée”.

de identidade e de intencionalidade visando a atender a um objetivo determinado. Conforme Riegl (2003), as intervenções deveriam considerar, juntamente como a originalidade e a unidade de estilo, que o valor patrimonial depende do contexto e da época. De acordo com o “espírito da época”, essa capacidade vocativa serviu de base para a atualização da abordagem ontológica das políticas patrimoniais.

Na primeira metade do século passado as organizações internacionais começaram a fazer uso do termo *patrimônio* como sinônimo de bens culturais e monumentos de arte (Béghain, 2012). Esse período marcou a consagração dos monumentos históricos e artísticos como uma prática de conservação limitada aos edifícios monumentais (Poulot, 1998). Mas, após a Segunda Guerra Mundial, o interesse das nações em preservar restos de um passado materializado em seus territórios foi regido por uma nova ordem de transmissão cultural. Devido a suas especificidades, “[...] chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para lembrar ou fazer que outras gerações de pessoas lembrem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (Choay, 2006, p. 18). Esse conceito aproxima-se do valor de rememoração intencional, anteriormente mencionado por Riegl. De fato, sua atribuição de valor contribuiu para a ampliação contínua da noção de patrimônio histórico, orientada pela salvaguarda universalista e museológica.

No contexto contemporâneo, os valores empregados para abordar o patrimônio têm sido revisitados e adaptados. Segundo Béghain (2012), o homem e o tempo são dois elementos fundamentais para entender o patrimônio como herança, ou seja, como ligação com tudo que nos rodeia e que reconhecemos como elemento de valor. Dentro dessa dialética, a importância de transmissão do patrimônio representa um conjunto de referências sociais e culturais, segundo determinado tempo histórico do lugar. Logo, o processo de atribuição de valor é sempre circunstancial, pois os *lugares de memória* (Nora, 1997) resultam dos vínculos com o passado a partir do poder de selecionar e de decidir o que preservar. Por este entendimento, a memória estabelece uma interação entre o passado e o presente, tendo em vista preservar aspectos significativos para a coletividade e dando-lhe sentido de identidade.

Por seu lado, Jean-Michel Leniaud (1992) considera que, em sua essência, o patrimônio não é somente uma herança transmitida entre gerações, visto que constitui também uma seleção de nosso presente. Para o autor, a noção de patrimônio envolve:

[...] l'ensemble des biens qu'une génération veut transmettre aux suivantes parce qu'elle estime que cet ensemble constitue le talisman qui permet à l'homme et au groupe social, qu'il soit famille, nation ou tout autre groupe, de comprendre le temps dans ses trois dimensions. (Leniaud, 1992, p. 3)

A ligação com o tempo e o lugar é um modo de seleção a partir do qual se reinventa a relação com o passado, ou melhor, “le passé se construit dans le présent, mais aussi par le présent” (Rautenberg, 2003, p. 17). Desse modo, o patrimônio não pode existir sem um desejo de apropriação desse passado, sem parâmetros entre o espaço e o tempo. À medida que ocorre a evolução da noção de patrimônio histórico relacionada ao monumento histórico, verifica-se as mudanças no seu uso social, econômico e político.

A consolidação de novas concepções surge a partir da Convenção do Patrimônio Mundial, em 1972, com a consagração do uso do vocábulo *patrimônio cultural* apoiado em seus valores histórico, artístico e científico (Choay, 2006). O valor econômico do patrimônio começou a surgir conduzido pela instrumentalização da cultura como produto, em função de sua rentabilidade. Esta evolução, sob a influência da indústria cultural, contribuiu para a divulgação da noção de patrimônio junto aos setores mais amplos da sociedade.

A noção de patrimônio como um objeto mobilizado por uma diversidade de atores favoreceu a disseminação do turismo cultural e o desenvolvimento da sociedade de lazer. Esse movimento de apropriação social contribuiu para agregar um novo valor ao patrimônio considerado como recurso econômico para os territórios, reforçado pelo estabelecimento de políticas culturais empreendidas pelo Estado. Choay (2006) registra o fim do culto à rememoração tal como descrito por Riegl, em 1904. Ou seja, o fim do culto ao passado monumental por meio da relação com o tempo, a história e a arte, que se amplia da contemplação para a fruição por meio da massificação da cultura. Diversos autores citam a

mundialização da economia e da política como determinante para a ampliação da noção de patrimônio e, sobretudo, para a predominância do presente sobre passado e futuro. Nesse aspecto, para Dominique Poulot (2009, p. 13) a noção de patrimônio vai além de medidas de proteção:

[...] depende da reflexão erudita e de uma vontade política, ambos os aspectos sancionados pela opinião pública; essa dupla relação é que lhe serve de suporte para uma representação da civilização, no cerne da interação complexa das sensibilidades relativamente ao passado, de suas diversas apropriações e da construção das identidades.

Essa evolução histórica da noção de patrimônio, ideologicamente relacionada às mudanças no seu uso social, econômico e político, revela a heterogeneidade do termo. Por conseguinte, “o processo de flexibilização que incita toda estratégia patrimonial consiste em promover a visibilidade pública dos objetos, dos locais, dos relatos fundadores da estrutura simbólica de uma sociedade” (Jeudy, 2005, p. 19). Essa concepção de patrimônio, essencialmente centrada na forma e no conteúdo, atravessa o século XX mobilizada por uma lógica ocidental, em que a simulação do passado como depositário de um valor funciona como sistema simbólico gerador de identidades (Di Méo, 2007).

Com as recomendações da Convenção da UNESCO de 2003, a noção de patrimônio adquire caráter multidimensional, com amplitude diversa entre os países-membros (Benhamou, 2012). De acordo com Rautenberg (2003), passou-se a levar em consideração duas diferentes abordagens: uma do ponto de vista político, com a designação institucional de conservar e proteger os monumentos históricos e as paisagens arquitetônicas como herança coletiva; e outra do ponto de vista antropológico, pelo reconhecimento de certos grupos de objetos, lugares e valores que são próprios de sua identidade social. A esse respeito, Henry-Pierre Jeudy (2005, p. 19) faz o seguinte comentário:

Para que exista patrimônio reconhecível, é preciso que ele possa ser gerado, que uma sociedade se veja o espelho de si mesma, que

considere seus locais, seus objetos, seus monumentos reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura

Nesse sentido, o patrimônio não diz respeito apenas aos elementos físicos excepcionais, mas também a uma herança e uma construção social. Os questionamentos sobre o significado simbólico do patrimônio na sociedade moderna apontam para diferentes abordagens. Dessa forma, uma definição contemporânea mostra a dimensão incontornável do patrimônio como recurso territorial (Gumhchian e Pequeur, 2007), marca de identidade (Veschambre, 2008) e de ordem econômica (Grefe, 2002; Benhamou, 2012). Ao longo do tempo, a noção de patrimônio foi sendo tratada por ângulos muito diversos. Embora enraizada no seu uso social e político, essa tendência coloca em evidência que as ramificações se multiplicam e as pesquisas sobre essa temática se tornam abundantes. Portanto, do ponto de vista das ciências sociais, novas abordagens continuam a emergir em torno do significado e da extensão do patrimônio.

## **1.2 A emergência da noção de patrimônio urbano**

A noção de patrimônio evoluiu a partir dos monumentos e obras de arte, e começou a se alargar de tal modo que o patrimônio urbano passou a ser reconhecido como uma categoria particular. À medida que foi adquirindo valor mobilizado por uma construção social, também se tornou sistematicamente um fator importante na elaboração de políticas urbanas. As ações de salvaguarda por meio de legislação específica foram paulatinamente configurando as intervenções nos centros antigos de inúmeras cidades.

Ao longo dos séculos XIX e XX, a noção de patrimônio se encontra vinculada à função pragmática de rememoração – representando riqueza, história e genialidade, bem como à de preservação (Choay, A alegoria do patrimônio, 2006). Com o advento da modernidade, as intervenções no espaço urbano começaram a se processar seguindo o ritmo acelerado das cidades industrializadas. Mais adiante, as alterações na dinâmica urbana provocaram mudanças no modo de consumo e de lazer, configurando as bases para o surgimento de uma sociedade voltada para o espetáculo (Debord, 1997).

Com a emergência do urbanismo como disciplina, buscou-se com o planejamento e a racionalização do espaço urbano resolver os problemas relativos à metropolização das cidades. Com base na teoria funcionalista, o espaço urbano visa a atender a três funções principais propostas na Carta de Atenas: habitar, trabalhar e circular (Le Corbusier, 1993). Para promover a transformação das antigas estruturas em espaços funcionais, diferentes tipos de edifícios passaram a ser postos abaixo, sendo os monumentos históricos preservados de modo isolado. Sobre essa prática, Choay (2006, p. 179) faz o seguinte comentário:

A história da doutrina do urbanismo e de suas aplicações concretas não se confunde, de modo algum, com a invenção do patrimônio urbano e de sua proteção. As duas aventuras são, todavia, solidárias. Quer o urbanismo se empenhasse em destruir os conjuntos urbanos antigos, quer procurasse preservá-los, foi justamente tornando-se um obstáculo ao livre desdobramento de novas modalidades de organização do espaço urbano que as formações antigas adquiriram sua identidade conceitual. A noção de patrimônio constitui-se na contramão do processo de urbanização dominante.

Partindo da observação da autora, verifica-se que essa concepção também testemunha o surgimento da noção de patrimônio urbano. O fundamento ideológico do termo surge com as constatações teóricas<sup>3</sup> do arquiteto Gustave Giovannoni (1998), que o utilizou no reconhecimento da influência do ambiente sobre o conjunto edificado. Desse modo, “o conceito de monumento histórico não pode designar um edifício isolado, separado do contexto das construções no qual se insere” (Choay, 2006, p. 200). Com esse direcionamento, Giovannoni lançou a base da noção de patrimônio urbano ao

---

<sup>3</sup> A respeito da obra teórica e de planejamento de Gustave Giovannoni é importante mencionar que acabou se consolidando na bem-sucedida recuperação do centro histórico de Bolonha, no início da década de 1970. Tratava-se do Plano de Conservação Integrada, que tinha na conservação do patrimônio cultural e histórico da cidade a sua principal motivação. Sua metodologia se tornou uma espécie de paradigma, adotada não somente na Itália, mas em muitos outros países (Kühl, 2013).



propor ligar as dimensões de proteção e conservação às duas categorias de edifícios – as grandes obras da arquitetura e as menores e modestas – de modo que o espaço antigo da cidade forme um monumento único. Por esta abordagem, também atribuiu um valor de uso e um valor museal aos antigos conjuntos urbanos (Kühl, 2013).

No desenho da cidade, as formações antigas começaram a adquirir identidade conceitual na contracorrente do urbanismo moderno. Os movimentos de preservação de monumentos serviam principalmente de complemento à lógica de renovação urbana; ou seja, à decisão daquilo que deve ou não ser preservado. Somente após a Segunda Guerra Mundial surgiu, de fato, um movimento em defesa da salvaguarda da paisagem urbana, ampliando a discussão e a reflexão sobre suas especificidades. Em 1964, a Carta de Veneza reconhece que “o monumento é inseparável do meio onde se encontra situado”<sup>4</sup>. Desta forma, aos poucos o *continuum* do tecido urbano se tornou um elemento importante na valorização do monumento histórico, associado à arquitetura banal da cidade. O reconhecimento de diferentes tipos de edifícios no tecido urbano acabou provocando a preservação generalizada de objetos identificados como patrimônio urbano.

O retorno à valorização dos laços históricos do espaço urbano coincide com o período de ascensão da materialização da cultura, no qual a “[...] confluência de interesses econômicos e estéticos disseminou-se rapidamente a partir dos Estados Unidos e tornou-se a quintessência da expressão do capitalismo empresarial em regiões distantes do globo” (Ghirardo, 2009, p. 31). Isso representou um marco no crescimento dos setores de serviços, comunicação e informação, os quais, aliados às técnicas publicitárias, passaram a seduzir a sociedade para o consumo em massa.

No cenário internacional, na contramão do processo de urbanização dominante, ganharam destaque as políticas de conservação e preservação preconizadas pela França e pela Inglaterra. A legislação francesa destinada à proteção do patrimônio nacional, criada em 1962, conhecida como Lei Malraux, criou os setores de salvaguarda, o que representou uma verdadeira reviravolta na percepção do patrimônio urbano. As chamadas *conservation areas*,

---

<sup>4</sup> ICOMOS, 1964. Carta de Veneza: Definições, artigo 1.

estabelecidas pelos ingleses em 1967, dizem respeito às “[...] áreas de especial interesse arquitetônico ou histórico, cujo caráter deseja-se preservar ou promover” (Castriota, 2007, p. 18). De fato, a experiência francesa tomou dimensão internacional quando a UNESCO reconheceu o conceito de patrimônio urbano identificado com políticas culturais, com reflexo direto na preservação e valorização dos bairros antigos das cidades. Embora não sendo a legislação inglesa a precursora na Europa, foi a primeira a acrescentar a ideia da preservação monumental no âmbito da conservação dos centros históricos, com isso integrando uma ação conjunta entre os planejadores urbanos e os chamados “arquitetos de monumentos”.

A partir da década de 1970, o patrimônio urbano passou a ganhar corpo definitivamente ao englobar tanto edifícios notáveis quanto a arquitetura banal da cidade. As políticas de preservação foram surgindo por meio de legislações específicas de planejamento urbano e pela atribuição de diferentes categorias de zonas de proteção. Partiu-se do pressuposto de que a administração pública deveria encontrar formas de implementar políticas de conservação, por meio de legislação prevista no planejamento urbano. Seguindo a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972<sup>5</sup>, adotada pela UNESCO, os Estados-membros assumiram o compromisso de assegurar a identificação, a proteção, a conservação, a valorização e a transmissão do patrimônio às futuras gerações. Vale salientar que nesse período vários países, sobretudo na América Latina, viviam sob regimes ditatoriais, sendo o patrimônio um recurso para as estratégias de afirmação dos valores e símbolos nacionais. Consequentemente, não havia interesse em delimitar as zonas de proteção, posto que implicaria critérios mais rigorosos para a preservação.

A consolidação de novas concepções sobre o espaço urbano recebe novo impulso através da UNESCO com a publicação, em 1975, da Declaração de Amsterdã<sup>6</sup>, com o patrimônio edificado compreendendo os núcleos urbanos e cidades de interesse histórico e cultural. Suas diretrizes foram um passo

---

<sup>5</sup> Informações disponíveis em <http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-562-2.pdf>. Acesso realizado em 21/12/2016.

<sup>6</sup> ICOMOS, 1975. Declaração de Amsterdã.

importante para o planejamento urbano baseado na *conservação urbana integrada*, que colocou em destaque a necessidade de intervenção financeira do Estado, e sua influência no desenvolvimento socioeconômico das áreas urbanas degradadas.

Por esse mesmo direcionamento, é importante observar que as Recomendações de Nairóbi (Cury, 2004) apontam para a salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e o reconhecimento de seu papel na vida contemporânea das cidades. Desse modo, tornou-se mais perceptível a diferença entre a amplitude conceitual que abrange a noção de patrimônio urbano e suas práticas no âmbito da preservação, envolvendo uma compreensão mais ampla da representação dos edifícios, dos espaços urbanos e da própria cidade. Por conseguinte, o patrimônio urbano compreende o conceito de monumento histórico tal como descrito por Alois Riegl (2003), bem como reconhece a importância atribuída por Giovannoni ao contexto em que tais construções se encontram inseridas (Choay, 2006). Essa evolução conceitual, com base na integração das áreas envoltórias, toma corpo por meio de legislações que promoveram o surgimento de novas dinâmicas socioespaciais.

A emergência do patrimônio urbano relativo à salvaguarda materializa-se administrativamente na preservação e valorização do arquétipo de centro histórico – enquanto designação atribuída às áreas tradicionais das cidades. Assim, em sintonia com o processo de globalização, “la ville est devenue le lieu par excellence de fabrication du patrimoine” (Rautenberg, *La rupture patrimoniale*, 2003, p. 147). Em consonância com a indústria do entretenimento, configura o fenômeno que Guy Debord (1997) denominou *sociedade do espetáculo*<sup>7</sup>, provocando a redefinição do padrão cultural no século XX. A irrealidade dirigida pela indústria do espetáculo, mediada pelas imagens, facilitou a introdução do patrimônio urbano na lógica mercadológica das práticas culturais.

Tal avanço conceitual aponta para a evolução das políticas patrimoniais quanto aos novos significados e usos atribuídos ao patrimônio urbano. A

---

<sup>7</sup> Segundo Guy Debord, na sociedade do espetáculo, das relações interpessoais às sociais, tudo está mercantilizado e envolvido por imagens. “O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é simultaneamente o resultado e o projeto do modo de produção existente. Ele não é um complemento do mundo real, um adereço decorativo. É o coração da irrealidade da sociedade real” (Debord, 1997, p. 15).

“conservação patrimonial” (Jeudy, 2005) pela atribuição de valores aos objetos a serem preservados, empreendida no âmbito do Estado, dá especificidade àquilo que se decidiu conservar na cidade. Essa discussão recai nomeadamente sobre a noção de centro histórico, relacionada à recuperação e à valorização das áreas tradicionais da cidade, motivada pelo crescente interesse dos gestores locais na preservação e conservação do patrimônio urbano.

A atualização do processo de patrimonialização coincide com a própria ampliação da noção de patrimônio por uma visão dinâmica a seu respeito, que permite transformar seu status no tempo de acordo com as circunstâncias que ele mesmo atribui. Como parte integrante desse processo, a memória patrimonial é gerada por *régimes d’authenticité* e, portanto, depende de uma relação equilibrada entre os elementos que fazem parte desse ecossistema (Morisset, 2009). A análise da transformação dos centros históricos tornou-se comum nos estudos urbanos, com diferentes disciplinas a dar-lhe um sentido particular. Assim, as especificidades no conceito de centro histórico na reconquista das zonas desvalorizadas não tratam de um esquema único de transformação, mas de uma multiplicidade de processos operados por diversos atores.

Ao provocar mudança, a atualização do patrimônio remete à renovação tomando como recurso a memória patrimonial, tendo em vista promover uma nova percepção no presente, por uma visão cíclica do processo de patrimonialização. Com efeito, a leitura da noção de patrimônio evidencia um movimento que se traduz na evolução da sociedade e na sua relação com o passado e o ambiente. Desvela que sua constituição é formada de continuidades e rupturas.

De fato, a ampliação do conceito de patrimônio, revestida de uma maior participação de diferentes setores da sociedade, é uma discussão central nas questões relativas à política de preservação do patrimônio no século XXI. A ação de patrimonializar reflete o processo de transformação urbana, reconhecido como um instrumento indispensável para a governabilidade de muitas cidades contemporâneas. A noção de patrimônio urbano converge para o processo pelo qual, notadamente, os atores públicos atribuem sentido ao espaço urbano por

intermédio dos mecanismos modernos de patrimonialização, e se caracteriza como uma política dirigida à valorização de potencialidades sociais e econômico-funcionais.

### 1.3 A patrimonialização do espaço urbano

Embora até o momento não tenhamos falado do que trata especificamente o processo de patrimonialização dos espaços urbanos, foi possível observar que se encontra próximo à evolução da noção de patrimônio. O uso do termo tornou-se o mais adequado, visto que *patrimônio* se refere a um objeto, ideia ou lugar que não estava à espera de sua descoberta ou mesmo do reconhecimento dos vestígios de seu passado (Veschambre, 2008).

A patrimonialização diz respeito à ação de reconhecimento do *estatuto* de patrimônio por um agente mediador, principalmente o Estado. Envolve um valor venal, científico e comunicacional; ou seja, uma trilogia de critérios que caracteriza a patrimonialização do espaço urbano (Leniaud, 1992). No âmbito das políticas públicas, esse processo diz respeito à ação de diferentes atores envolvidos no estabelecimento do caráter patrimonial dos objetos e a tudo que pode interferir no ato de patrimonializar. Esse processo notabiliza a ação pública em resposta à necessidade de revalorização dos centros tradicionais.

O interesse em recuperar sua importância enquanto órgão vital coloca em questão o patrimônio urbano na evolução da cidade. Por essa perspectiva, leva-se em consideração que “le patrimoine n’existe pas a priori; tout objet est susceptible d’en faire partie quand il a perdu sa valeur d’usage; dans l’affirmative, il est affecté d’une valeur patrimoniale” (Leniaud, 1992, p. 3). Falar de patrimônio nesse contexto significa reconhecer que ele resulta de uma estrita produção social cuja perspectiva de uma projeção no futuro atende a finalidades ideológicas, políticas e econômicas.

De modo geral, os estudos sobre a patrimonialização enquanto produção do status social do objeto patrimonial têm sua análise voltada para a obrigação de guardar o patrimônio para as futuras gerações. Nesse sentido, Jean Davallon utiliza a expressão *filiation inversée*, forjada por Jean Pouillon, para caracterizar essa valorização acordada ao objeto patrimonial:

Il s'agit tout d'abord d'une transmission qui s'opère à partir de ceux qui reçoivent et non de ceux qui donnent. D'où la place centrale de la découverte de l'objet – ce qui en fait une trouvaille –, même si ceux qui le découvrent l'ont toujours eu sous les yeux. La main est donc du côté des héritiers, non de celui des donateurs. Cela ne signifie pas, loin s'en faut, que les premiers s'affranchissent des seconds; il y a au contraire une reconnaissance d'une valeur, d'une supériorité, d'une antériorité – bref, d'une grandeur – de ceux qui ont produit l'objet de patrimoine. Ils sont même considérés comme des êtres qui sont aux origines de la culture, de notre culture (Davallon, 2002, p. 74).

A análise do autor sobre “la fabrication du patrimoine” coloca em discussão as razões para um objeto ascender ao status de patrimônio. Na medida em que essa valorização ocorre no presente, Guy Di Méo (2008, p. 87) considera que a patrimonialização aplicada a um objeto, seja ele qual for, não tem nada de natural:

La patrimonialisation et ses processus ne sont donc nullement neutres. De manière tout aussi générale, on observera qu'ils reposent sur une conception occidentale, linéaire et ouverte du temps qui est largement celle de la modernité européenne. En ce sens, la patrimonialisation rejoint, comme on l'a déjà vu, l'idéologie du développement durable.

A esse respeito, Benhamour (2012, p. 11) comenta que “la valeur scientifique fait du patrimoine un objet de savoir et de mémoire”. Sendo o patrimônio aquilo que é considerado digno de ser conservado, conhecido, celebrado e transmitido para as gerações seguintes, Héritier Stéphane (2013, p. 4) focaliza o ato de patrimonializar sobre as intenções e os sentidos:

Les processus, dits de patrimonialisation, incorporent des biens (objets, personnages, sites, lieux historiques, bâtiments, monuments, etc.) en effectuant une opération complexe associant, souvent de manière combinée et non exclusive, l'oubli (de la part des sociétés humaines) et l'abandon (de la part des propriétaires ou des usagers), la destruction (par la guerre, le temps), la sélection (par des institutions), la

revendication (par certains groupes), la reconnaissance de tout ou partie d'une société.

Atribuir novos significados e usos aos objetos caracteriza a patrimonialização pela atribuição de um status de referencial, cujos aspectos materiais e imateriais são menos relevantes se comparados à ancoragem simbólica e às singularidades que conferem identidade. Nesse sentido, a busca dos vestígios do passado invadiu as cidades, gerando uma patrimonialização excessiva do espaço urbano, capaz de colocar várias dinâmicas urbanas em funcionamento pela ação de diferentes atores. Como afirma Rautenberg (2004, p. 78), “il existe un ordre institutionnel de la patrimonialisation par lequel l’objet commun est intégré dans l’ordre patrimonial par l’entremise d’une politique publique de gestion des biens collectifs (le patrimoine est ici construit par la loi ou le règlement) [...]”. Logo, a ação de patrimonializar o espaço urbano é um processo social de seleção e atribuição de valor aos objetos que nele existem, capaz de justificar sua proteção.

No processo de patrimonialização do espaço urbano, Rautenberg (2003) identifica duas diferentes categorias. A primeira, por designação, visa a reunir a sociedade em torno daquilo que foi reconhecido como patrimônio pelo poder político ou grupo hegemônico, como resultado da atividade científica realizada pelos especialistas. A segunda, por apropriação, encontra-se em grupos sociais diversos empenhados na conversão do objeto em patrimônio. Essa dupla abordagem permite que o processo de patrimonialização ocorra em diferentes escalas territoriais, conforme o significado que possui para certo grupo social. O processo de patrimonialização segundo uma relação dialética opera sobre os objetos, devendo o status de patrimônio ser frequentemente reafirmado e renovado, sob pena de cair no esquecimento (Veschambre, 2008).

Atualmente, tudo assume uma potencialidade patrimonial, uma distinção simbólica, que depende sobretudo de atender a critérios sobre o que deve ser preservado. A escolha sobre a seleção patrimonial não é imutável e pode ser reativada inúmeras vezes obedecendo a critérios variados. No entanto, conforme Greffe (2003), apresenta três critérios apontados como essenciais:

1- Científico: a dimensão patrimonial de certo objeto precisa revestir-se de caráter científico para que seja de valor único, insubstituível e de representatividade no seio da sociedade.

2- Econômico: ao ser patrimonializado, o objeto se reveste de valor econômico, sua depreciação e perda representam prejuízo financeiro em diferentes setores.

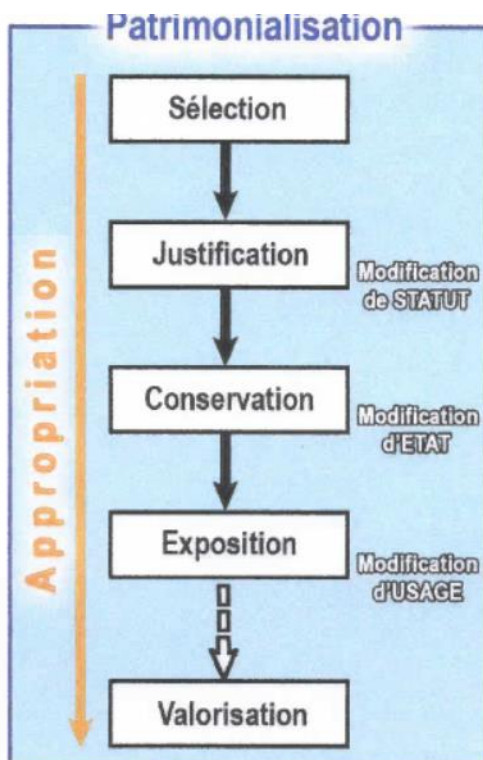
3- Comunicacional: é responsável pela visibilidade e conhecimento em torno do objeto patrimonial, uma vez que não havia a consciência de seu valor cultural.

Com a extensão sucessiva de objetos, atores e projetos, as etapas da patrimonialização são apresentadas com algumas variações por diferentes autores. De modo simplificado, o objeto toma corpo e passa a existir a partir de um processo esquematizado por uma sequência de fases. Apesar de apresentarem diferenças entre si, possuem em comum três mudanças de status na construção do patrimônio: de valor, quando é identificado; de estado, com sua conservação ou restauro; e de uso, quando transformado em objeto de exposição (Di Méo, 2007). No momento em que o objeto é selecionado, as várias etapas do processo de patrimonialização entram em ação, de maneira sucessiva e encadeadas umas nas outras. Tais operações serão mais bem detalhadas quando se falar da abordagem comunicacional da patrimonialização.

Diversos pesquisadores têm esquematizado o processo de patrimonialização apresentando suas etapas essenciais (Di Méo, *Processus de patrimonialisation et construction des territoires*, 2007). A leitura das cinco fases propostas por Hugues François et al. (2006) oferece um entendimento do processo que transforma um objeto vulgar em patrimônio.



Figura 4: As diferentes etapas do processo de patrimonialização



Fonte: François et al., 2006, p. 691.

Considerando que o patrimônio envolve, além de um bem físico, uma herança e uma construção social baseada numa herança coletiva, a apropriação representa uma questão essencial do processo de patrimonialização. Embora o número de etapas possa variar de acordo com os autores, grosso modo, todos mostram concordar que o patrimônio é resultado de três grandes modificações: de status, quando recebe autenticação; de estado, quando conservado e protegido; e de uso, quando posto em exposição. Mais adiante comentaremos com mais detalhes cada uma das fases do processo de patrimonialização, conforme desenvolvidas por Jean Davallon, em que se observa que não operam de modo linear, mas interativo.

Segundo Choay (2006, p. 22), por uma perspectiva histórica, “todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem ter tido na sua origem um destino memorial”. Com base na distinção entre monumento e monumento histórico estabelecida por Riegl (2003), os principais valores atribuídos aos objetos sob o vocábulo *patrimônio urbano* são de rememoração (histórico) e de contemporaneidade (de arte e de uso).

A posição adotada por Nathalie Heinich (2009), numa abordagem sociológica pragmática, chama atenção para a compreensão dos critérios na escolha do objeto de patrimônio. “Il s’agit là de comprendre les opérations patrimoniales dans leur signification aux yeux des intéressés, en s’attachant à toutes les composantes de la situation observée – mots, gestes, objets, actions de tous ordres” (Heinich, 2009, p. 33). Assim, no campo da sociologia dos valores, a autora explora em profundidade as operações que levam à atribuição de status de objeto patrimonial. Com base no inventário, considera que a construção social do patrimônio envolve diferentes questões tocantes à relação entre sujeito e objeto. A transformação de um objeto em patrimônio, embora não possua um valor imanente, é reconhecida como se dele fosse indissociável.

O patrimônio como objeto de estudo das ciências sociais, em particular pela sociologia urbana, permite refletir sobre os efeitos da patrimonialização. Sobre essa questão, Emmanuel Amougou (2011, pp. 19-29) considera que:

[...] une objectivation critique de ces processus nous paraît féconde et d’une importance non négligeable. Ces différentes opérations, au plan sociologique où nous l’entendons, ne constituent que des « phénomènes particuliers » au sens de Norbert Élias, constitutifs du processus de patrimonialisation global que doit analyser la sociologie. C’est peut-être l’une des contributions décisives de la sociologie critique dans la compréhension des phénomènes ou mécanismes qui caractérisent la ‘frénésie patrimoniale’ qui semble caractéristique des formations sociales actuelles.

Por essa perspectiva crítica, a patrimonialização representa um mecanismo de afirmação e legitimação do espaço urbano. Nesse sentido, é relevante mencionar a adoção do conceito de *gentrification* como forma de expressar a segregação socioespacial nas áreas urbanas patrimonializadas, evocada pela socióloga britânica Ruth Glass<sup>8</sup> (Leite, 2004). Ao se produzir o

---

<sup>8</sup> A reabilitação urbana deu origem a uma vasta literatura, em particular de origem anglo-saxônica, quanto aos estudos sobre a *gentrification* operada especialmente nas áreas centrais das cidades, com destaque para os centros históricos. Esse fenômeno parece dirigir os esforços

objeto patrimonial, produz-se também a maneira como ele será consumido. Segundo Davallon (2006), as discussões envolvendo o lugar do patrimônio na sociedade contemporânea têm servido de pano de fundo para diversas explicações e críticas atuais sobre a patrimonialização.

Contudo, é importante lembrar as discussões apresentadas por Henri Lefebvre (O direito à cidade, 2001) em sua obra *O direito sobre a cidade*, na qual deixa claro que, em termos sociais e políticos, as estratégias de classes visam à segregação. Ou seja, Lefebvre buscou demonstrar que a separação e o isolamento não são uma tendência atual ou unicamente inerente às intervenções vinculadas à renovação urbana introduzida pela industrialização. Nesse sentido, a reapropriação do espaço urbano encontra-se relacionada à estetização dos modos de vida dominantes, portanto, esbarra em questões amplas e encontra-se em constante reelaboração quanto ao compartilhamento de experiências e práticas sociais que legitimam as políticas patrimoniais.

À medida que os centros históricos passaram a se referir a uma área institucionalmente protegida e valorizada, procurou-se garantir maior integração entre preservação das áreas centrais e sua inserção na economia da cidade. Por tal aproximação, a visualidade vem sendo considerada um elemento importante na percepção dos valores que conferem o estatuto de patrimônio urbano, bem como uma maior interação com o território em que se encontra. A paisagem é vista como essencial na percepção e compreensão da forma espacial que resistiu ao tempo. O patrimônio urbano tanto se encontra associado à preservação dos edifícios singulares quanto à preservação da paisagem urbana na inter-relação entre os diferentes elementos no contexto da cidade histórica.

Nessa linha de pensamento, o conceito de paisagem urbana formulado por Gordon Cullen (1983) põe em destaque sua representatividade e simbolismo sobre o imaginário social; ou seja, tanto em relação aos aspectos formais explícitos quanto aos valores simbólicos. O conceito proposto por Cullen (1983) diz respeito à paisagem urbana como a arte de tornar coerente e organizado, visualmente, o emaranhado de edifícios, ruas e espaços que constituem o ambiente urbano e sua evolução histórica. Esse conceito compreende três aspectos interpretativos do espaço urbano:

---

de apropriação do espaço urbano basicamente na direção de um segmento da população. (Veschambre, 2008)

O primeiro é a ótica, que é a visão serial propriamente dita, e é formada por percepções sequenciais dos espaços urbanos, primeiro se avista uma rua, em seguida se entra em um pátio, que sugere um novo ponto de vista de um monumento e assim por diante. O segundo fator é o local, que diz respeito às reações do sujeito com relação à sua posição no espaço, vulgarmente denominado sentido de localização, “estou aqui fora”, e posteriormente, “vou entrar em um novo espaço”, e finalmente, “estou cá, dentro”; esse aspecto refere-se às sensações provocadas pelos espaços; abertos, fechados, altos, baixos etc. O terceiro aspecto é o conteúdo, que se relaciona com a construção da cidade, cores, texturas, escalas, estilos que caracterizam edifícios e setores da malha urbana (Adam, 2008, pp. 63-64).

Além desses aspectos interpretativos, Cullen (1983) propõe vários temas por meio dos quais apresenta a paisagem urbana como elemento organizador de processos interativos envolvendo o espaço e o ser humano. Seu conceito tem sido bastante utilizado como um eficiente instrumento para elaborar diagnósticos e prognósticos de intervenções no espaço urbano. Sobretudo a partir do início do século XXI, não há como negar que a ideia de ressignificação das paisagens urbanas tem sido explorada mediante os processos de patrimonialização que proliferaram por meio da ação intencional das instituições governamentais, dos grupos sociais organizados e dos interesses intrínsecos à economia de mercado. Com base nos vestígios do passado, a construção de novos cenários urbanos continua sendo amplamente incorporada pelas políticas urbanas neoliberais das administrações municipais. Continuam incidindo, particularmente, sobre a sustentabilidade urbana, cultural e ambiental dos centros históricos, como recurso para o desenvolvimento econômico. Em razão do avanço da globalização das cidades, a UNESCO propôs, em 2011, recomendações visando garantir maior integração entre as estratégias de conservação, planejamento e gestão das suas áreas históricas com foco no desenvolvimento local. Essa problemática deu surgimento ao conceito de paisagem histórica urbana, que trata da

[...] área urbana compreendida como o resultado de uma estratificação histórica dos valores e atributos culturais e naturais, que se estende além da noção de “centro histórico” ou “ensemble” para incluir o contexto urbano mais amplo e a sua localização geográfica. [...] Também inclui práticas e valores sociais e culturais, processos econômicos e as dimensões intangíveis do patrimônio relacionado com a diversidade e identidade (UNESCO, 2011, p. 3).

Diante do cenário de urbanização e globalização das cidades, em uma abordagem abrangente essa definição aponta para a evolução das políticas patrimoniais em termos de uma gestão sustentável das áreas históricas inseridas nos espaços urbanos. Nesse aspecto, propõe uma abordagem essencialmente relacional e socialmente inclusiva, sobretudo nos países em desenvolvimento, em que caberiam procedimentos e mecanismos para uma apropriação mais democrática quanto ao uso do espaço urbano. A paisagem histórica urbana como representação da permanência do lugar ao longo do tempo incorpora, além dos aspectos morfológicos, enfoques e significados que anteriormente não foram considerados relevantes.

#### **1.4 A invenção dos centros históricos em objeto do patrimônio**

Nas últimas décadas, as políticas de proteção do patrimônio se tornaram instrumentos privilegiados de gestão urbana. Se o objetivo primeiro do processo de patrimonialização foi salvaguardar o coração da cidade, a busca desenfreada pelos vestígios de épocas passadas deixou evidente que muitos interesses entraram em jogo, particularmente sob a predominância do olhar técnico e das decisões políticas (Rautenberg, 2003). A cidade recicla o espaço urbano em busca de novos investimentos e giro de capital pelos princípios neoliberais.

Nessa trajetória, a atribuição de valores aos objetos a serem preservados no espaço urbano foi tomando formas específicas que priorizam certas características – históricas, artísticas, estéticas, simbólicas. Como bem destaca Amougou (2004, p. 31), “il s’est formé une sorte de mythe des quartiers anciens”, que se reveste das regras de classificação e de diferentes medidas de proteção e conservação. A evolução da política patrimonial não escapa às tendências das práticas urbanísticas, com base na instituição de legislações específicas.

Os princípios da preservação arquitetônica e urbana têm sua gênese nas discussões entre os movimentos modernista e pós-modernista, o que contribuiu para que a preservação do patrimônio urbano tenha partido de uma prática de preservação pontual de certos edifícios. Como explica Harvey, após a Segunda Guerra “a reconstrução, reformulação e renovação do tecido urbano se tornaram um ingrediente essencial de projeto” (Harvey, 1998, p. 71), com destaque para as ações do Movimento Moderno de negação ao já existente e de construção do novo. Essas questões receberam atenção de organismos institucionais vinculados à UNESCO, entre as quais se encontram as discussões no campo da preservação arquitetônica e urbana apresentadas na Carta de Veneza, de 1964. De fato, no campo do patrimônio urbano, teve início um amplo debate envolvendo a preservação, a conservação e a restauração, bem como a instituição de novos usos do conjunto edificado, situado nos centros históricos dos países industrializados (Di Méo, 2007). As intervenções modernistas subsidiadas pelo poder público envolviam enormes investimentos através da demolição e reconstrução de centros urbanos deteriorados (Harvey, *Condição pós-moderna*, 1998). O objetivo era gerar maior economia de mercado, sobretudo por meio da recomposição da população residente no local.

No contexto internacional, a partir de 1970, são postas em prática operações urbanísticas visando a renovação dos espaços tradicionais da cidade (Choay, *A alegoria do patrimônio*, 2006). A instituição de legislações específicas passou a ser um impeditivo das práticas da *tábua rasa* das intervenções modernistas, que caracterizaram a atitude ortodoxa das demolições arbitrárias. Assim, o *continuum* do tecido urbano das áreas históricas foi sendo cada vez mais considerado como um espaço a ser valorizado. A partir de então, o conceito de preservação do monumento ganha amplitude ao compreender o contexto urbano, remetendo a um recorte urbano no qual se evidenciam determinadas características da história da cidade. De acordo com a Carta de Quito, a UNESCO (1977, p. 13) reconhece os centros históricos como sendo:

[...] todos aquellos asentamientos humanos vivos, fuertemente condicionados por una estructura física proveniente del pasado,

reconocibles como representativos de la evolución de un pueblo. Como tales se comprenden tanto asentamientos que se mantienen íntegros desde aldeas a ciudades, como aquellos que a causa de su crecimiento, constituyen hoy parte de una estructura mayor. Los Centros Históricos, por sí mismos y por el acervo monumental que contienen, representan no solamente un incuestionable valor cultural sino también económico y social. Los Centros Históricos no sólo son patrimonio cultural de la humanidad sino que pertenecen en forma particular a todos aquellos sectores sociales que los habitan.

Esse conceito estabeleceu suas bases inspirado em uma visão eurocentrista que aponta para a dialética de preservação de sítios uniformes e diferenciais, movido pela evolução da noção de patrimônio – de monumento à ideia de conjunto – e com isso constituindo uma forma de territorialização. Assim, a patrimonialização dos espaços urbanos se generaliza em todo o mundo tendo como característica a construção de um território reinventado, vetor de identidades ligadas a valores reais ou mitificados. Contudo, as cidades históricas uniformes e diferenciais dizem respeito essencialmente a certos centros urbanos europeus, logo apresenta um contexto que não se evidencia nos países em desenvolvimento.

Desse modo, a patrimonialização dos centros históricos foi sendo mobilizada por uma política de resgate aos referenciais materiais e simbólicos mediante um elenco de operações urbanísticas, das quais se destaca a reabilitação. As transformações dos centros históricos através da reabilitação se evidenciam pelo impacto tanto no âmbito da conservação da arquitetura como no da conservação social. A proteção por meio de legislação e normatização envolve a valorização da história e da memória pela restauração dos edifícios e da vida nos centros históricos. Assim, é na relação espaço-tempo que o termo *patrimônio urbano* é conferido ao centro histórico, ou seja, por meio de um ato intencional a fim de que determinado espaço perdure no tempo.

As intervenções nas áreas centrais deram origem a diversas nomenclaturas utilizadas para caracterizar as transformações no tecido urbano. O uso do prefixo *re* “[...] é uma estratégia que considera (ou finge considerar) a inclusão do tempo na análise do espaço, sem, contudo, explicitar um significado e uma metodologia para tal” (Vargas e Castilho, 2006, p. 63). Por meio de tais

termos, foram sendo incorporadas novas atividades nas áreas centrais, com ênfase no setor de comércio e de serviços. Nesse sentido, o conceito de valorização (*mise en valeur*) é outra expressão-chave que surge ao colocar o patrimônio urbano à disposição de um público cada vez mais amplo, transformado também em produto cultural. Por essa perspectiva, escreve Choay (2006, p. 222):

[...] os centros e os bairros históricos antigos oferecem atualmente uma imagem privilegiada, sintética e de certa forma magnificada, das dificuldades e contradições com as quais se confrontam a valorização do patrimônio arquitetônico em geral, e em especial sua reutilização ou, em outras palavras, sua integração na vida contemporânea.

A exposição performativa do patrimônio urbano configura o “mercado da memória” (Huysen, 2000), intimamente ligado à dinâmica da sociedade e às mudanças que também afetaram o conceito de cidade ao assumir como função principal o papel de mercado (Arantes, 2000). Desse modo, a volta ao passado pelas intervenções no tecido urbano coloca em foco a reinvenção urbana, que se desenvolve a partir da década de 1990 e, sob a influência dos princípios da economia neoliberal, caracteriza-se pela parceria entre o setor público e o privado. Segundo Vargas e Castilho (2006, p. 31), esses dois setores, “juntos, adotaram o planejamento de mercado e induziram as técnicas de marketing urbano (*city marketing*)”. Ou seja, o marketing urbano é um instrumento que tem o objetivo de dar visibilidade pública às políticas urbanas relacionadas à construção de uma imagem de cidade. Nas ações de valorização do patrimônio sob a perspectiva econômica, Choay (2006) critica a supremacia do valor de antiguidade e seus referentes temporais pelo grande público, na qual reconhece uma forma de narcisismo social.

Com a introdução do patrimônio na lógica mercadológica, na qual a cidade foi inserida, os centros históricos são palco de trocas simbólicas, espaços compreendidos e percebidos a partir do somatório dos aspectos materiais e



perceptuais ou mentais, cujo conjunto forma a imagem do lugar<sup>9</sup>. É pela visão dos profissionais do patrimônio, que pensam prioritariamente a partir do processo científico, que se constrói a imagem de um lugar<sup>10</sup>, daquilo que se pretende projetar para diversos públicos. Segundo Andreas Huyssen (2000), a ação intencional de exposição performativa do patrimônio urbano configura o “mercado da memória”, o que tem caracterizado os centros históricos como uma síntese da identidade local, difundida através de diversos suportes comunicacionais.

A rememoração de determinado passado dos centros históricos segundo a lógica de mercado demanda uma imagem forte e consistente, a fim de destacar seus elementos distintivos, pois, “sem uma imagem original e diferenciada, um lugar potencialmente atraente pode passar despercebido em meio ao vasto mercado de lugares disponíveis” (Kotler et al., 2006, p. 71). Assim, no âmbito da economia neoliberal, o marketing urbano tem explorado as técnicas comunicacionais não apenas como instrumentos informativos, mas principalmente visando à publicização de uma imagem em que as desvantagens são omitidas e as potencialidades são exploradas de modo exagerado (Harvey, 1998). No intuito de atrair consumidores de certas classes sociais, a patrimonialização do espaço urbano implica uma ação de autoimagem refletida num espelho. Nesse caso, segundo Jeudy (2005, pp. 20-21), é preciso considerar que:

O processo da reflexividade, que incita toda estratégia patrimonial, consiste em promover a visibilidade pública dos objetos, dos locais, dos relatos fundadores da estrutura simbólica de uma sociedade. [...]

---

<sup>9</sup> Levando em consideração as diferentes dimensões territoriais, “definimos imagem de um lugar como um conjunto de atributos formado por crenças, ideias e impressões que as pessoas têm desse local. As imagens costumam representar a simplificação de inúmeras associações e fragmentos de informações e são o produto da mente tentando processar e enquadrar enormes quantidades de dados relacionados a um lugar [...]” (Kotler et al., 2006, p. 182).

<sup>10</sup> Sobre o processo de construção da imagem do lugar, torna-se relevante destacar que se divide em dois domínios. O primeiro é o das imagens como representações visuais: “[...] nesse sentido são objetos materiais, signos que representam o nosso meio ambiente visual. O segundo é o domínio imaterial das imagens na nossa mente. Neste domínio, imagens aparecem como visões, fantasias, imaginações, esquemas, modelos ou, em geral, como representações mentais. Ambos os domínios da imagem não existem separados, pois estão inextricavelmente ligados já na sua gênese” (Santaella e Nöth, 2001, p. 15).

Produzimos, damos formas, vendemos representações de ordem simbólica, uma vez que o simbólico e o valor de mercado se confundem

Por esse direcionamento, importa ressaltar que a patrimonialização do espaço urbano vivenciou nas últimas décadas transformações conceituais que agregaram novos sentidos e abordagens com relação ao patrimônio urbano. Nesse sentido, termos ligados às transformações dos centros históricos, como *reabilitação* ou *reinvenção urbana*, passaram a fazer referência a um modo de recriar o espaço urbano degradado como objeto patrimonial e de reinvestimento econômico. Mas se, sobre o plano arquitetural, tem se conseguido conter a deterioração e evitar a demolição, os objetivos sociais pelo sentimento de pertencimento, por exemplo, não são fáceis de atingir.

As transformações nos centros históricos, sobretudo as mudanças socioespaciais geradas pelas operações públicas, colocam em destaque duas correntes de análise: a que se caracteriza por tentar explicar o fenômeno da gentrificação; e a que tem o foco sobre as explicações do processo de transformação. Cada caso tem suas particularidades, mas preservar de modo sustentável requer uma ação social. Com isso, maior permeabilidade social, principalmente nos países em desenvolvimento, demanda instrumentos capazes de promover uma apropriação mais democrática.

Ao adotar uma neutralidade axiológica sobre as práticas patrimoniais, Davallon considera relevante “étudier la production des valeurs et non pas se positionner vis-a-vis d’elles, ni contre” (2006, p. 23). Nesse sentido, levanta como uma das questões essenciais a compreensão das razões pelas quais é atribuído valor a certos objetos. Com esse posicionamento, volta sua atenção para a dimensão comunicacional do patrimônio enquanto um dispositivo social e simbólico resultante de um conjunto de procedimentos gerados pela patrimonialização. Ao reconhecer que essa abordagem é complementar à histórica, Davallon considera que “la perspective communicationnelle prend donc comme donnée la discontinuité entre le passé et le présent, et donc que le passé n’existe que comme construit dans le présent” (Davallon, 2006, p. 27). Assim, toma como pressuposto o reconhecimento de que o fato social é um fato

comunicacional que coloca em destaque a dimensão simbólica da patrimonialização, como veremos no capítulo seguinte.



## 2. ABORDAGEM COMUNICACIONAL DO PATRIMÔNIO URBANO

As considerações anteriores permitiram examinar a evolução da noção de patrimônio no contexto da cultura ocidental, onde sua ampliação revela múltiplas abordagens. O objetivo deste capítulo é apresentar a abordagem que permite circunscrever o processo de patrimonialização que interessar a este estudo. Optou-se pela abordagem comunicacional da patrimonialização, proposta por Jean Davallon (2006), que, com base em uma compreensão pragmática, propõe uma leitura processual da construção social do estatuto de objeto patrimonial. O autor, tomando como referência o sistema de valores desenvolvido por Alois Riegl, procura entender como os valores e as significações são constituídos em torno dos objetos patrimonializados.

Segundo Davallon (2006), a patrimonialização por uma perspectiva comunicacional apreende o patrimônio como um fato comunicacional, no qual identifica uma dupla dimensão – uma como suporte de mediação, e outra como operador de mediação. A primeira estabelece a relação entre público e agentes produtores – aqueles que atribuíram valor ao objeto, no que concerne à criação de um espaço de exposição do patrimônio enquanto um fator relevante no processo de formação da imagem do lugar; e a segunda, situada no plano da mediação cultural, diz respeito a um tipo de relação prevista entre as pessoas e o objeto patrimonial. Essa construção binária não considera a exposição do patrimônio urbano apenas como um objeto construído, mas também como resultado de uma operação que pressupõe certa intencionalidade no modo como os agentes produtores desejam que o público aceda ao objeto patrimonial.

O patrimônio a priori não existe, pois depende da operatividade simbólica gerada pela patrimonialização como um processo social, cultural, temporal e politicamente construído (Rautenberg, 2003). Assim, apresenta-se um cenário em que comunicar o patrimônio é essencial para estabelecer mecanismos de participação da sociedade (Mateos Rusillo, 2008). A apropriação e o uso fazem parte do processo de patrimonialização como resultado de um constructo social cuja valorização busca se apoiar na conciliação entre preservação e desenvolvimento urbano.

## 2.1 A patrimonialização por uma perspectiva comunicacional

A patrimonialização institucional é um ato de reconhecimento do estatuto de patrimônio concedido a um objeto, sobretudo em função das ações geradas pelas políticas públicas. Essa abordagem é, assim, um ato de simbolização gerado pela ação dos atores envolvidos no reconhecimento do caráter patrimonial de determinados objetos; uma representação do real que procede de uma estrita produção social, envolvendo processos de salvaguarda, conservação e valorização do patrimônio, segundo determinados critérios de seleção.

Acerca do processo de patrimonialização, André Micoud parte da compreensão de que “cette activité est de nature symbolique au sens où elle opère sur des signes et produit du sens” (Micoud, 2005, p. 80). A produção do status de patrimônio visa a assegurar uma continuidade física, em termos de conservação, bem como simbólica. Caracterizar a dimensão simbólica consiste em outra forma de compreender o processo de patrimonialização. Ao se preservar um objeto transformado em patrimônio, também se decide preservar certos elementos simbólicos aos quais ele está ligado.

A abordagem comunicacional da patrimonialização desenvolvida por Jean Davallon na publicação *Don du patrimoine* (2006) concentra-se sobre a construção social do estatuto de patrimônio. A mobilização de um sistema de valores ligado à patrimonialização tem como pressuposto a ampliação do conceito de monumento, do reconhecimento de uma aplicação subjetiva ligada à percepção, aos traços do tempo (Riegl, 2003). Nesse sentido, Davallon propõe uma releitura do sistema de valores de Riegl do patrimônio, não apenas pela simples categorização, mas pelo entendimento da maneira pela qual os valores e os significados se constroem em torno dos objetos patrimonializados. Nesta perspectiva, coloca em destaque a oposição entre duas categorias de valores estruturantes, de rememoração e de contemporaneidade, bem como entre critérios objetivos versus critérios subjetivos.

**Figura 3: Sistema de valores**

	Valeur de remémoration		Valeur de contemporanéité	
Critères objectifs	Valeur de remémoration intentionnelle			Valeur d'usage pratique
		Valeur historique	Valeur d'art ancienne	
Critères subjectifs		Valeur ancienneté	Valeur d'art relative	
	Ruine			Valeur artistique de nouveauté

Fonte: Resumo do sistema de valores formulado por Davallon (2006, p. 77).

Com base no sistema de valores proposto por Alois Riegl (de rememoração objetiva; de novidade, sob a forma contemporânea subjetiva; e de uso, sob a forma contemporânea objetiva), Davallon apresenta um quarto valor de rememoração subjetiva, tomando a ruína como resultado da destruição provocada pelo homem. Esta perspectiva demonstra o interesse do autor em abordar a patrimonialização como uma construção social subordinada a um sistema de valores em torno do objeto, tanto em relação ao caráter material como ao simbólico.

Ao refletir sobre o conceito de patrimonialização, Emmanuel Amougou coloca em destaque o processo e seus protagonistas. Em sua abordagem sociológica da patrimonialização, o autor desloca o olhar do objeto para o ato, pois considera que esse processo não pode ser considerado à margem das relações sociais.

La patrimonialisation pourrait ainsi s'interpréter comme un processus social par lequel les agents sociaux (ou les acteurs si l'on préfère) légitimes entendent, par leurs actions réciproques, c'est-à-dire interdépendantes, conférer à un objet, à un espace (architectural, urbanistique ou paysager) ou à une pratique sociale (langue, rite, mythe, etc.) un ensemble de propriétés ou de « valeurs » reconnues et, partagées d'abord par les agents légitimes et ensuite transmises à l'ensemble des individus au travers des mécanismes d'institutionnalisation, individuels ou collectifs nécessaires à leurs préservations, c'est-à-dire à leur légitimation durable dans une configuration sociale spécifique (Amougou, 2004, pp. 25-26).

Sob esse enfoque sociológico, o processo de patrimonialização obedece a uma formulação de regras que resulta em uma construção social, temporal, cultural e política. Amougou (2004) apresenta o processo procurando destacar que não se limita às situações práticas observáveis, pois, embora mobilize uma diversidade de agentes públicos e privados, não escapa à problemática que configura a dimensão do espaço urbano como um espaço histórico e socialmente construído. Por outro lado, um discurso globalizante de bem comum tende a ocultar a desigualdade entre diferentes grupos sociais, bem como os interesses divergentes e os conflitos que há por trás da aparente neutralidade do valor patrimonial.

Considerando o processo de patrimonialização como sistema de atribuição de valores inscrito na dinâmica social, Jean Davallon (2006) parte do reconhecimento de que os objetos patrimoniais somente exercem sua operatividade simbólica quando se encontram estreitamente relacionados com o conhecimento produzido a seu respeito. Por conseguinte, devem comunicar aquilo que seus intermediadores desejam transmitir, de forma sintética e emocionalmente efetiva. Desse modo, concede um papel preponderante à comunicação no estabelecimento de uma nova ligação entre o presente e o passado, resultante de um trabalho técnico realizado por especialistas. Ao



mesmo tempo, Davallon (2015, p. 50) coloca em evidência a ideia de continuidade entre o mundo de origem<sup>11</sup> do objeto e a sociedade atual:

Du point de vue de l'approche communicationnelle de la patrimonialisation – c'est-à-dire une approche de la construction d'une relation des hommes du présent à ceux du passé assurant une continuité culturelle de la société – lorsqu'il y a continuité dans la transmission de savoirs (entendus au sens large de représentations, témoignage, mythes, croyances, savoir-faire, connaissances sur les techniques, etc.), nous serions du côté de la mémoire collective, pour reprendre la définition qu'en donne Halbwachs pour qui, rappelons-le, elle continue d'exister tant que des membres du groupe sont vivants et peuvent donc la transmettre.

Contudo, não se pode esquecer de que o patrimônio não é por natureza um bem cultural, mas por uma definição operativa é considerado um processo socialmente construído (Prats, 2004; Davallon, 2006; Greffe, 2000). Conforme esclarece Matheu Dormaels (2011, p. 8), “[...] se entiende que el objeto-suporte adquiere la significación patrimonial pero no se vuelve ‘patrimonio’”. Assim, a patrimonialização é um processo movido por práticas específicas em torno das quais se atribui valores a um objeto, refletindo os interesses sociais dos atores patrimoniais motivados por questões que lhes são próprias. Nesse sentido, a patrimonialização dos espaços urbanos compreende cada vez mais um processo interativo de transmissão de suas propriedades que não estão no bem em si, mas resulta de um *modus operandi* na atribuição de significado a certo passado. Trata-se, pois, de um processo que ao mesmo tempo pode se intensificar ou pode retroceder.

O quadro sobre o qual Davallon (2006) apoia a abordagem comunicacional da patrimonialização propõe uma leitura da construção social do estatuto de objeto patrimonial. O autor utiliza a expressão “logique de la trouvaille”, forjada por Umberto Eco (1993), para chamar atenção sobre a maneira repentina como determinados objetos passaram a adquirir um valor inestimável em razão do processo de patrimonialização. Davallon mantém seu

---

<sup>11</sup> O patrimônio urbano, pensado sob a perspectiva do mundo de origem, de procedência, aponta que o diferencial está centrado na garantia da autenticidade do lugar.

foco na constituição do patrimônio mais direcionado para o relacionamento com os públicos do que para a conservação:

Laissant ainsi de côté ce modèle qui croise conception essentialiste et approche fonctionnaliste, il s'agit de chercher à comprendre comment ces objets sont produits, comment ils fonctionnent et comment – du fait même des caractéristiques propres à ce fonctionnement – ils participent à la construction d'un type singulier de situation sociale. (Davallon, 2006, p. 17)

Desse modo, a perspectiva comunicacional encontra-se centrada sobre a atividade de valorização de um objeto transformado em patrimônio, resultado de certas operações que se convertem em operadores simbólicos.

Dans ce cadre, la patrimonialisation va nécessiter de produire un savoir sur l'objet et d'établir d'où il vient, avant de lui attribuer le statut d'objet à garder et à transmettre. Il s'agit d'un savoir reconstruit par ceux qui ont « trouvé » l'objet, et non pas reçu de ceux qui en étaient les possesseurs (Davallon, 2015, p. 50).

Nesse sentido, o processo de patrimonialização<sup>12</sup> proposto por Davallon (Davallon, 2006; 2015) difere do esquema anteriormente apresentado. Suas fases encontram-se inseridas em um duplo movimento, no intuito de restabelecer uma continuidade entre o presente e o passado que remonta ao mundo de origem do objeto. O primeiro momento envolve as três primeiras fases. Tem início com a descoberta do objeto (*la trouvaille*) – o emprego da expressão enfatiza que se encontrou em um objeto ordinário qualquer coisa de excepcional. Isso significa o momento do reconhecimento por um grupo relativamente organizado, quanto à importância de conservar e transmitir. Sua ligação com o passado prossegue na etapa seguinte com a certificação da origem do objeto, em que cabe ao conhecimento científico determinar o mundo de origem do objeto

---

<sup>12</sup> Sobre esse processo, Davallon (2014, p. 5) considera que “la patrimonialisation des objets immatériels comporte les mêmes gestes, mais c'est l'intérêt porté par le groupe social (la communauté [communauté?]) à “l'objets” qui en est l'origine – du moins en principe”.

para legitimar seu estatuto de patrimônio. Esse processo remete aos valores de antiguidade e historicidade mencionados por Riegl (2004) e na atualidade complementados como sendo uma herança e uma construção social.

Em seguida, na terceira fase, a declaração do estatuto de patrimônio confirma cientificamente o estabelecimento da existência do mundo de origem, portanto, sua presença em determinado período histórico. A certificação da autenticidade do objeto e de sua existência são duas operações que ocorrem de maneira interligada, contribuindo na construção de uma ligação rompida entre nós e o mundo de origem do objeto (Davallon, 2002).

Enquanto as etapas anteriores se encontram voltadas para conservação como o fundamento de toda ação patrimonial, o segundo movimento se inscreve no princípio de interação, que obedece essencialmente a uma lógica simbólica de reconhecimento e legitimidade na sociedade atual (Di Méo, 2008). Nesse sentido, após confirmar a existência, a quarta fase corresponde à representação do mundo de origem do objeto. De acordo com Davallon (2006), um erro muito comum é considerar que o passado representado pelo objeto se limita a fatos históricos, desconsiderando que ele nos religa ao seu mundo de origem, que é um mundo social. Flon (2012, p. 75) menciona que:

La représentation du passé par l'objet se traduit par un processus sémiotique qui explique la puissance symbolique du patrimoine: l'objet authentique est un signe qui est lui-même une partie de ce qu'il représente (le passé). Autrement dit, l'objet authentique a le statut et la force d'un indice: le statut indiciaire produit un lien physique entre ceux qui ont produit l'objet et nous.

O conhecimento científico produzido permite reconhecer o objeto no presente como representante de um mundo cuja origem está no passado. Seguindo a série de etapas proposta por Davallon (2006), a exposição do objeto patrimonial ao público tornou-se uma *célébration de la trouvaille*. Sendo a finalidade da patrimonialização a transmissão para as futuras gerações, “cet accès présuppose que les membres du collectif soient les bénéficiaires de l'existence de ce patrimoine e de son exposition” (Davallon, 2014, p. 3). Ou seja,

é o momento em que o público toma conhecimento de sua descoberta após a mudança de status social, a qual ele chama de *filiation inversée*.

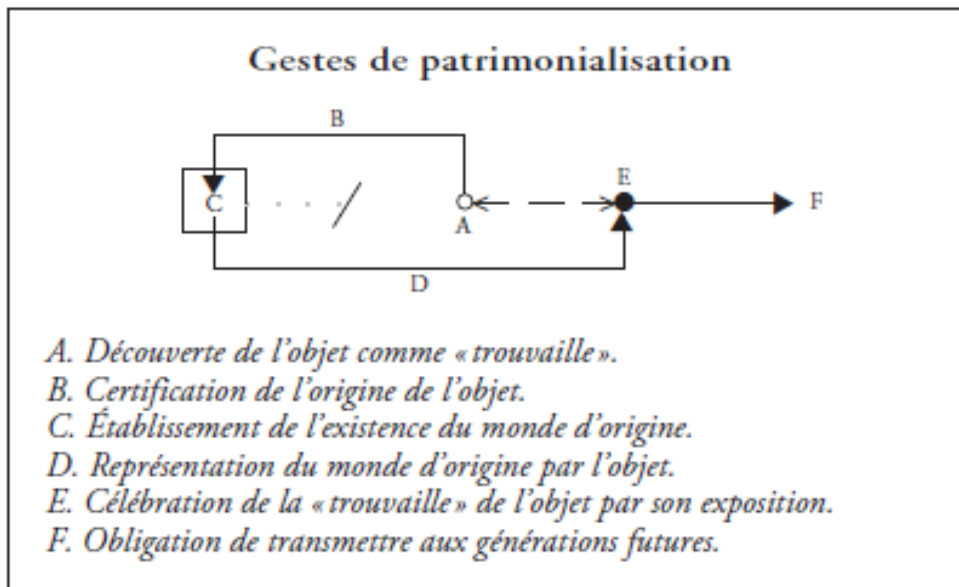
Quando um objeto se torna patrimônio, a visita pelo público adquire um novo significado. Como explica Greffe (2014, p. 50), “on utilise ici l’expression de commémoration pour montrer qu’il agit en quelque sorte d’une mise en scène du patrimoine ou d’une mise en mémoire réaffirmée”. Portanto, a exposição – enquanto função de comunicar o patrimônio – responde à intenção de apresentar (*mettre en scène*) o objeto patrimonial. Logo, uma ação que coloca em evidência os elementos de reconstituição de ligação simbólica entre passado e presente, com base no conhecimento científico sobre sua autenticidade.

Por fim, a sexta fase refere-se à obrigação de transmitir o patrimônio às gerações futuras, assegurando a continuidade do passado no futuro – portanto, uma continuidade no tempo. Isso mostra que não somos proprietários, mas guardiões de objetos considerados de valor inestimável. A perspectiva comunicacional, ao reconhecer o patrimônio como um processo de *filiation inversée*, coloca em destaque a decisão de escolher o que se quer herdar e de quem. Ou seja, há uma interpretação do passado conforme os critérios contemporâneos (Pouillon, 1993). Consequentemente, assumiremos a responsabilidade sobre o que conservar para as gerações que virão após a nossa. A transmissão do patrimônio procura assegurar uma dupla continuidade entre gerações: “une continuité physique (conservation) et une continuité de statu (continuité symbolique d’objet de patrimoine)” (Davallon, 2006, p. 95).

Segundo o esquema pragmático dessa modelização, a patrimonialização é pensada como fato simbólico, uma vez que somos nós, no presente, que atribuímos a determinado objeto o estatuto de patrimônio como herança coletiva. Parte, no primeiro movimento, da descoberta do objeto e das exigências de sua reconstrução científica conduzida por especialistas que certificam sua autenticidade. A declaração de autenticidade atesta que o objeto pertence ao mundo de origem a que faz referência. Com base no conhecimento científico, a questão simbólica do segundo movimento consiste na publicização e na transmissão do objeto patrimonial ao público, em restabelecer uma relação com o passado no presente. Portanto, a patrimonialização diz respeito a um conjunto

de operações que formam um dispositivo social e simbólico. Refere-se a uma relação com o tempo em que a ruptura com o mundo de origem se apresenta como sendo uma característica primordial. Uma escolha memorial do passado que resulta de uma classificação e de uma reinterpretação pelo presente (Micoud, 2005).

**Figura 4: Fases da patrimonialização**



Fonte: Davallon (2002b, p. 59).

A produção do conhecimento científico envolve a construção de um tipo ideal de estatuto simbólico de patrimônio, ancorado na conexão entre o objeto e seu universo de origem. Os principais elementos que entram em ação nas operações de patrimonialização, conforme a lógica processual de Davallon (2015, p. 51), são:

- la transmission dans le temps d'objets, c'est-à-dire de réalités matérielles ou immatérielles;
- la transmission ou la production de savoirs ayant trait à ces objets;
- la reconnaissance ou la construction du statut de ces objets en utilisant ces savoirs.

Por um viés temporal, as características comunicacionais da patrimonialização colocam em evidência a distinção entre as noções de patrimônio e de memória:

En ce sens, c'est plutôt la patrimonialisation qui est le symétrique de la mémoire, de la mise en mémoire, de la 'mémorisation', pourrait-on dire, et non le patrimoine; au sens où la patrimonialisation est un mode de production et de transmission impliquant à la fois des réalités matérielles ou immatérielles (ce que l'on appelle précisément le patrimoine) et des savoirs ayant trait à ces objets (Davallon, 2015, p. 51).

Diferentemente de como se processa com a memória, a produção da significação do patrimônio acontece após sua transmissão, visto que o objeto ao qual foi concedido tal estatuto tem sua origem em um mundo anterior àquele em que ocorreu sua descoberta. "D'un point de vue communicationnel, le point commun entre mise en mémoire et patrimonialisation (mise en patrimoine) est que l'une comme l'autre nécessite la production et la transmission de signification dans le temps" (Davallon, 2015, p. 52). Embora recorrer à memória implique acessar o passado para que ela seja identificada e entendida, seus usos encontram-se no presente da sociedade. Sendo a natureza do objeto patrimonial focada no presente, esta interação ocorre no momento contemporâneo. É justamente essa obrigação de guardar que introduz o vetor tempo, que caracteriza a dimensão simbólica do patrimônio.

Com esse direcionamento, a patrimonialização pressupõe um regime de continuidade temporal, na qual o patrimônio resultaria, em sentido restrito, de uma transmissão a partir do passado e uma construção a partir do presente. Portanto, resulta da ligação entre o objeto vindo do passado e o uso que se faz dele, como patrimônio, no presente. Dessa relação com o passado a partir do presente, desenvolveu-se o processo de patrimonialização memorial que se vivencia atualmente. Com efeito, o processo de patrimonialização que predomina hoje é o da "expansão ecumênica das práticas patrimoniais" (Choay,

2006, p. 207). A multiplicação de museus, de memórias de empresas, dos movimentos sociais de preservação de bens culturais, da preservação de áreas urbanas e do tombamento de bairros etc. são todos recursos mobilizadores de memória.

No processo de patrimonialização, o ponto em comum entre a memória coletiva e o patrimônio é que ambos dependem da produção e transmissão de significações temporais. “Comme les autres objets culturels, les objets patrimoniaux n’existent donc pas en dehors des institutions qui les produisent comme objets signifiants” (Davallon, *Mémoire et patrimoine : pour une approche des régimes de patrimonialisation*, 2015, p. 54). Sendo a patrimonialização, antes de tudo, uma questão de significação compartilhada, trata de consagrar patrimônio aquilo que está mais suscetível de ter significado para a sociedade como um todo.

Ao consagrar um objeto como patrimônio, deve-se privilegiar o significado que possui no interior da sociedade considerando as pessoas como seus reais proprietários. Suas operações decorrem da participação do público, posto que visam assegurar uma ligação entre construção material e construção simbólica, uma vez que é a função social do patrimônio que se torna central.

Levando em conta que a memória diz respeito à seleção de certos lugares ou acontecimentos tendo como referência um contexto social específico, as noções de “patrimônio e rememoração” facilmente se sobrepõem (Grefe, 2014). Em síntese, “célébrer ou commémorer, c’est réunir autour d’un élément sélectionné dans une histoire au nom de valeur à partager”, segundo Grefe (2014, p. 50). O recurso à memória está ligado ao emocional, à identidade, na medida em que não só transmite conhecimento e significações, mas também cria significados. Implica o reconhecimento em diversos modos de apropriação cujos usos sociais podem gerar a definição e redefinição de valores e de identidade de um grupo social de diferentes dimensões.

A exposição, como uma das etapas fundamentais do processo de patrimonialização, ocorre após o objeto adquirir valor patrimonial, resultado de uma modificação não somente para ser conservado, protegido e restaurado, mas também de uso. Por esse enquadramento, Ángela Blanco (1999, p. 5) salienta que:

La conceptualización de la exposición como medio de comunicación – media exposición la denomina algunos autores – es el resultado de un proceso evolutivo e interactivo entre los dos referentes que la propia exposición tiene y que ella misma pone en comunicación. Estos dos referentes son los *objetos* y el *público*. Los objetos constituyen unas de las razones de ser de la exposición. [...] Pero la exposición es algo no porque se muestran unos objetos determinados, unos objetos valorados como dignos de ser expuestos.

Por conseguinte, o valor patrimonial se sobrepõe à função original do objeto, uma vez que este é transformado para ser visto. Por essa visão, a transmissão entre o passado e o presente se funda na significância semiótica ligada à lógica do signo, bem como à semântica ligada ao sentido. Encontra-se aqui a discussão sobre que fazer com o patrimônio urbano após seu reconhecimento, uma vez que só tem significado quando inserido em determinado contexto social.

Podemos dizer que o processo de patrimonialização por uma abordagem comunicacional tem seu foco sobre a operatividade simbólica que detém os objetos patrimoniais, resultado de um *modus operandi* de atribuição de significado aos objetos do passado. Davallon (2006) chama atenção para a transmissão do patrimônio como resultado da ativação de um referente patrimonial fundamentada nos valores e interesses daqueles que propugnam seu compartilhamento junto à sociedade. Nesse sentido, é complementar a abordagem histórica pelo reconhecimento de que a patrimonialização é um fato comunicacional no presente. Assim, objeto patrimonial é um objeto comunicativo que fornece significação e envolve uma série de interpretações, sendo desse modo devedor da cientificidade semiótica.

## **2.2 A exposição e a dimensão comunicacional do espaço urbano**

Em sua abordagem comunicacional, Davallon (2006) compreende a patrimonialização como a produção do status social de objeto patrimonial que ocorre no presente. Não aborda os objetos em si mesmos, mas sua



transformação em um objeto patrimonial a partir da relação dialética entre os valores selecionados e os interesses daqueles que propugnam e a sociedade. Por essa lógica, a exposição do patrimônio encontra-se pautada na concepção e análise museográfica entre aquele que a produziu a partir de estratégias e o público. Além de permitir ver e contemplar, envolve uma *mise en scène* que precisa provocar um impacto social entre o objeto patrimonializado e o público, colocando em primeiro plano a proximidade que existe entre os dois. Trata-se de uma operação que se encontra no centro da construção social do estatuto de patrimônio, parte integrante dos chamados *gestes de patrimonialisation* (Davallon, 2006). Situação em que o objeto patrimonial também conhece uma mudança intimamente ligada à construção de singularidades, enquanto uma forma de transmissão de certa permanência do passado no presente. Sendo os símbolos representações convencionadas, é primordial que os valores patrimoniais reconhecidos despertem interesse no público.

La mise en exposition fait vivre au collectif des visiteurs l'émerveillement de la « trouvaille ». Elle leur donne accès, en premier lieu physiquement, perceptivement, émotionnellement, à un monde qu'il serait impossible d'expérimenter sans la présence de l'objet patrimonial. C'est précisément en cela que réside l'opérativité symbolique de l'exposition. (Davallon, 2014, p. 5)

Nesse sentido, a exposição do espaço urbano compreende cada vez mais um processo interativo de transmissão de suas propriedades. Não aborda suas características em si mesmas, mas diz respeito à sua transformação aos olhos do público em um objeto patrimonial. Mas, sobretudo, da articulação entre códigos e linguagens inscritas dentro de uma lógica estética. A relação entre objeto e sujeito se torna central na exposição ao público de um novo estatuto social. Conforme Davallon (2006), caracteriza-se pela criação de um ambiente cognitivo organizado por meio de um trabalho de semiotização e contextualização do objeto patrimonializado.

Le fait que la relation sémiotique de l'objet de patrimoine à ce qu'il signifie c'est-à-dire à ce qu'il était dans son univers d'origine - soit de nature constitutivement indicielle (il en est la résultante physique au même titre que la fumée l'est du feu) et non pas iconique (par

ressemblance) ou symbolique (par convention), indiquait, sans ambiguïté aucune, que cet objet possédait une opérativité qui tenait à la nature même de cette relation entre lui et son univers d'origine (Davallon, 2006, p. 17).

A exposição do patrimônio permite que seja visto e apreciado como veículo de novas experiências estéticas, de sentido e de comunicação. Mas é preciso que as mensagens transmitidas por meio de signos representem objetos e ideias. Charles Peirce (2015, p. 46) considera que um objeto se torna um signo em um modelo triádico:

Um signo, ou *representâmen*, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino *interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu *objeto*. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de ideia que eu, por vezes, denominei fundamento do *representâmen*.

Portanto, a presença de um signo envolve a representação de alguma coisa para alguém, segundo o comportamento e a cultura de cada sociedade. De acordo com Jacques Fontanille (2015, p. 39), pode-se observar na definição proposta por Peirce quatro elementos: “[...] (1) ‘aquilo que representa’ (2) ‘algo’ (3) para ‘alguém’ e (4) sob ‘certo modo’ ou ‘aspecto’”. A esses quatro termos, [...] às vezes, se acrescentam a distinção entre objeto dinâmico (o objeto como ele é visado pelo *representâmen*) e o objeto imediato (o que é selecionado no objeto pelo interpretante), o que resulta, por fim, a um total de cinco elementos” (Fontanille, 2015, p. 39). A exposição do patrimônio, enquanto construção de significados, faz referência ao mundo de origem do objeto por uma forte dimensão semiótica (Flon, 2012).

Como comentado anteriormente, um objeto encontra-se patrimonializado ao final de uma série de etapas envolvendo sua produção e transmissão. Esses dois momentos, distintos, também são complementares e interdependentes, a

fim de que o objeto patrimonial exerça sua operatividade simbólica. Todavia, para que o reconhecimento e a legitimidade desse estatuto perdurem, é determinante suscitar o interesse social. Nesse sentido, a questão simbólica do segundo momento pressupõe sua exposição, o que implica mobilizar diversos modos de valorização, apropriação e novos usos sociais. Por esse modo de agenciamento dos objetos, Caune (2008, p. 37) destaca que o estatuto da exposição “[...] não a define como um objeto semiótico *a priori*. Ela se transforma em tal objeto através da atividade de compreensão do visitante dentro do quadro comunicacional no qual a exposição se inscreve”. É a certificação da existência e da autenticidade que “[...] permet de considérer l’objet comme un représentant dans le présent (un indice au sens peircien) de ce monde passé” (Davallon, 2014, p. 4). Tem um nível de pertinência semiótica que o constitui como um significante responsável pela produção de significados e pela agregação de valor. Na identificação de uma característica em particular em um objeto, o signo representa uma realidade de uma outra ordem, que não a de seus aspectos objetivos.

Conforme Micoud (2005), a natureza simbólica da patrimonialização visa à representação<sup>13</sup>, ou seja, o objeto vindo do passado participa de uma produção de significados, a partir da qual é portador de uma operatividade simbólica que possibilita legitimar seu novo valor social. O patrimônio urbano apresenta-se ao longo das avenidas, ruas e calçadas que constituem a pele do espaço urbano semantizado. Ao possibilitar a experiência estética ligada à história da cidade, também sugere uma experiência de tempo, de como imaginar um passado remoto o qual não vivemos, mas que podemos lembrar. Seguindo essa lógica, o espaço urbano “[...] est un champ sémantique, un champ propre à la communication d’un sens” (Monnet, 2000, p. 404). A dimensão simbólica faz do espaço urbano, além de uma realidade constituída por suas propriedades materiais, uma realidade semântica que resulta de uma interpretação racionalizada e explícita dos signos.

Para Davallon (2000), a exposição como ato de linguagem não é resultado de um sistema linguístico relacionado ao seu caráter semiológico, mas é um fato

---

<sup>13</sup> Segundo Micoud, as representações simbólicas “[...] se manifestent dans des œuvres d’esprit (mots du vocabulaire, expressions, slogans, figures, images, théories, fictions) – observables comme des choses biens réelles” (Micoud, 2005, p. 82).

comunicacional constituído de um sistema não verbal. Uma linguagem própria dos objetos, capaz de fornecer significados e permitir interpretações tanto no campo da produção quanto no da recepção. O autor, tomando o museu não apenas como um lugar de exposição dos objetos designados notáveis, excepcionais, reconhece-o como sendo um sistema de comunicação envolvendo emissor, objeto e receptor. Por esse direcionamento, considera a exposição como uma mídia, mas não em seu sentido tradicional:

[...] si l'exposition ne correspond pas vraiment à un média en termes d'organisation économique, de type de contenus, de mise en œuvre de techniques ou d'approche du public comme agrégat, il n'en est pas moins vrai que, curieusement, son fonctionnement symbolique est proche de celui des médias. Et, de ce point de vue, l'aborder ainsi participe plus largement d'une nouvelle façon de penser les médias: non plus du point de vue de la description de leur aspects économiques ou de leur effets sociologiques, mais de leur fonctionnement comme dispositif symbolique (Davallon, 2004, p. 27).

Nessa perspectiva, a exposição do patrimônio urbano deve ser um espaço social de encontro (objeto patrimonial-público), uma mídia religando atores sociais numa situação específica. “Esta conceptualización del objeto es válida para los objetos que nos redean y para los objetos que vamos llamar históricos, porque son de otro tiempo y, por tanto, de otras sociedades” (Blanco, 1999, p. 5). Desse modo, é possível apreender que o espaço urbano patrimonial é, ao mesmo tempo, objeto comunicativo e sujeito da própria interação que promove. Colocar em destaque suas características urbanísticas e funcionais permite que o lugar surja como uma eficiente mídia, o que não se resume a uma intenção midiática da produção do espaço.

No âmbito da comunicação do patrimônio urbano, o objeto patrimonial tem sido abordado como um texto ou escrita que diz respeito à leitura do espaço urbano. Enquanto objeto específico das operações de patrimonialização, trata-se de um espaço que não está organizado ao acaso. Autores de diferentes disciplinas tratam a cidade como um texto que apresenta novas formas de

leituras, visto que as relações sociais que nela se estabelecem têm ganhado outros contornos analíticos. A exposição do patrimônio resulta de um conjunto de operações técnicas em que o espaço é organizado em uma produção cultural específica. Contudo, as expressões *musealização* ou *museificação*<sup>14</sup> são frequentemente utilizadas para designar as críticas atribuídas à patrimonialização excessiva dos espaços urbanos, sobretudo quanto à conservação de suas áreas históricas em função das novas formas de uso pela representação simbólica (Jeudy, 2005).

Considera-se que uma exposição não trata somente da intencionalidade constitutiva de um objeto patrimonial, mas simultaneamente dos meios para que este seja difundido junto ao público. Segundo Davallon (2006, p. 16), o patrimônio é apreendido como um fato comunicacional apoiado sobre dois eixos:

[...] un processus dans lequel l'objet patrimonial est le *support* d'une relation entre celui que le met en valeur et le visiteur (comme support de médiatisation), tout en étant *l'opérateur* par lequel se construit un lien entre nous qui en avons l'usage et ceux qui l'ont produit (c'est-à-dire un opérateur de médiation).

Por esse duplo processo, a exposição do patrimônio como espaço de comunicação mobiliza seus diferentes recursos “L'épaisseur que la méditisation donne au média sert d'appui à la médiation” (Davallon, 2000, p. 37), no estabelecimento de uma estratégia de aproximação do público com um objeto exposto tendo em vista a sua apropriação. Por uma definição funcional, a mediação cultural consiste em uma atividade processual que visa possibilitar o encontro por meio de práticas socioculturais (Caillet, 2007). Refere-se às ações envolvidas na configuração de significados (sentidos), em busca de transformar a informação em conhecimento e o produto cultural e bem cultural.

---

<sup>14</sup> Esse posicionamento crítico da exposição do patrimônio também se encontra associado a outros termos, como *espetacularização* ou *exposição-espetáculo*. Assim, diferentes metáforas se encontram voltadas para a intervenção parcial em áreas especiais da cidade. Tais termos foram introduzidos em reação às ações mais abrangentes de preservação do patrimônio, designadas de *mise en scène*, caracterizando a exposição dos bens simbólicos da cidade como cenário na realização de atividades ligadas ao consumo da cultura, com destaque para as grandes produções ao ar livre.

As diferenças essenciais entre os termos *mediatização* e *mediação* logo aparecem, mas a aproximação entre eles também mostra que são conceitos que dialogam entre si. A exposição do patrimônio é às vezes *mediatização* e *mediação*, duas dimensões que se propõem estabelecer um encontro entre o público e o objeto patrimonial exposto. E, nesse sentido, constitui-se no suporte por meio do qual os lugares patrimonializados se constroem como meio comunicativo que possibilite novas perspectivas de sociabilidade. Por esses dois eixos, a exposição do patrimônio urbano não trata apenas da simples presença dos objetos em determinado lugar, mas compreende um ambiente que busca conferir significado e fruição articulado com a indústria do lazer e do turismo.

### **3. A EXPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO URBANO**

A patrimonialização ganhou destaque no desenvolvimento das políticas de patrimônio urbano, sobretudo na *mise en scène* dos centros históricos e na valorização do espaço, pautada na perpetuação da paisagem urbana. Nesse contexto, a exposição aparece como elemento fundamental na relação entre o espaço urbano patrimonial e a sociedade. Como visto, a abordagem proposta por Davallon (2006) considera o patrimônio um fato comunicacional dotado de uma dupla dimensão, suporte de midiatização e operador de mediação, que submetido a uma lógica pragmática revela sua eficácia simbólica.

O objetivo deste capítulo é discutir o papel da midiatização e mediação cultural na exposição do patrimônio como uma construção que visa no presente a estabelecer uma ligação com o passado. Por esse viés, a midiatização considera o objeto patrimonial como um dispositivo midiático em termos de produção de sentido. Já a mediação diz respeito à mediação cultural, cujo alicerce está na comunicação, porém, situa o objeto patrimonial em uma posição de (re)encontro com o público. Por esse direcionamento, os centros históricos ganham destaque como locais cuja exposição transcende o agrupamento de objetos em um determinado espaço físico, por uma constante procura de melhor comunicação com seus públicos tendo em vista a subjetividade e instabilidade de lidar com o patrimônio.

#### **3.1. O processo de midiatização do patrimônio urbano**

A evolução do conceito de patrimônio urbano, compreendendo o conjunto edificado e o tecido urbano, revela que ambos são parte de uma herança que não cessa de aumentar. Se no passado se levava basicamente em consideração a qualidade arquitetural e seu valor histórico, hoje, ao contrário, essa noção enfatiza a necessidade de uma clara dimensão social do espaço urbano. A importância simbólica dos lugares encontra-se vinculada a uma escala de valores.

Nessa perspectiva, o processo de patrimonialização tem sido utilizado como instrumento privilegiado de gestão urbana inserido na governabilidade das cidades. Na prática, é evidente a mudança no papel assumido pelos objetos patrimonializados frente à sociedade. Rusillo (2008, p. 24) faz o seguinte comentário sobre o que ele chama de ativação patrimonial:

[...] es la selección y materialización física de medios y mensajes que facilitan la decodificación, presentación y difusión de los valores y la información que atesoran los recursos patrimoniales, convirtiéndolos en un medio de comunicación al servicio de la sociedad.

Leva-se em conta que as estruturas do passado, que permanecem no presente, não são autoexplicativas, principalmente no que se refere à promoção de novos usos do conjunto edificado. As especificidades da exposição do patrimônio determinam a função simbólica da introdução de outros valores que se organizam em torno da morfologia do lugar. Originalmente, a noção de patrimônio urbano levava em consideração basicamente a qualidade arquitetural e seu valor histórico – por um discurso vertical meramente informativo, dirigido prioritariamente para uma parcela restrita da sociedade. Atualmente, ao contrário, a patrimonialização enfatiza a necessidade de uma dimensão social do espaço urbano, indissociável da concepção de imagens vendáveis na cidade contemporânea.

A maneira como ocorre a patrimonialização do espaço urbano determina o modo como este será apropriado e visitado. Para Greffe (2014), o objeto patrimonial demanda de singularidade própria para se apresentar dotado de autenticidade e memória histórica. Nesse sentido, o autor considera que as paisagens urbanas devem ser percebidas como uma verdadeira fábrica social, em permanente contato com os valores selecionados e que não são mais visíveis na dinâmica social. Contudo, na “presentificação do passado”, Jeudy (2005) critica a comunicação do patrimônio apoiada sobre a ilusão do presente, pelo alargamento cronológico, geográfico e conceitual de referência cultural.



Para Davallon (2006), a valorização do patrimônio pressupõe um tratamento privilegiado de sua exposição.

Por uma abordagem pragmática da patrimonialização, o autor atribui um importante papel à maneira de comunicar o patrimônio:

[...] l'expression couvrait toute forme d'action en visant à mettre en relation le patrimoine et le public. L'analyse a montré que toutes ces actions pouvaient être classées en trois types d'opérations: des opérations de *mise en communications*, des *opérations de expositions* et des *mise en exploitations*. La mise en exploitations était, à l'évidence, de nature économique (ou moins au commerciale) en ce qu'elle visait à transformer l'objet patrimonial en produit. Les deux premières ont été regroupées sous la notions générique de *médiatisations* car elles visent à produire les dispositifs techniques qui assurent la relation entre le patrimoine et le public (Davallon, 2006, p. 36).

Nessa leitura, as três operações apresentadas são constituídas por uma abordagem processual da exposição do patrimônio como uma situação comunicacional. Logo, “[...] la médiatisation correspond ici à l'organisation de l'espace même où se trouve la chose à découvrir, à apprécier, à connaître, et dans lequel pénètre le récepteur” (Davallon, 2000, p. 36). Nesse contexto, Mathieu Dormaels (2013, p. 8) chama atenção para a maneira como o objeto-suporte adquire significação:

Lo que llamamos “patrimonio” es el conjunto de significados e interpretaciones que surgen de la relación mediática entre el objeto-suporte y los individuos, por lo tanto, el patrimonio resulta de esta relación en el momento mismo de la interpretación, lo que supone su constante reactualización.

Nesse sentido, a midiatização permite que o objeto patrimonial seja conhecido e apreciado pelo público, um dispositivo por meio do qual a *mise en scène* ocupa um lugar importante. O objeto patrimonial sustentado basicamente por um esquema de representação implica diversas operações semióticas em busca de gerar uma leitura interpretativa. Seguindo a lógica processual de comunicar o patrimônio, a midiatização procura tornar presente, tangível, um

conjunto de representações identitárias. O patrimônio urbano, como exemplo paradigmático desse processo, engloba um diálogo entre diversos estilos arquiteturais e elementos intangíveis. Por uma linguagem própria, os centros históricos se transformam em um ambiente comunicativo concretizando a imagem midiática do lugar.

Como já ressaltado, a natureza semiótica da exposição do patrimônio é inerente a uma situação de encontro com o objeto exposto. Além de dirigir o olhar para a contemplação, procura-se na cenarização passar uma mensagem, bem como fazer com que o público descubra algo que lhe é desconhecido. Essa comunicação visa a chamar a atenção do público para determinadas características do objeto. Com isso, busca conduzir o olhar das pessoas para aquilo que é intencionalmente mostrado. Fica claro que o espaço construído configura uma realidade sógnica que informa o contexto urbano como objeto, mas igualmente por um sistema simbólico que comunica um modo de entender e valorizar o espaço urbano como patrimônio.

### **3.1.1 Práticas de comunicação e divulgação patrimonial**

Nas últimas décadas, tem surgido um número crescente de espaços urbanos patrimonializados com base em diferentes estratégias de ocupação. Assim, na gestão do patrimônio, a exposição tem como foco potencializar a condição comunicativa, o que remete à autenticidade científica do processo de patrimonialização. Um cenário no qual o centro histórico passou a ser reconhecido por sua capacidade de gerar atividades ligadas à cultura, lazer e turismo, de forma contínua e atrativa para diferentes segmentos de público.

A exposição do patrimônio urbano deve permitir ao público vivenciar experiências ligadas à emoção e ao lazer. Nesse sentido, a centralidade da midiática na percepção de suas imagens como representações ordenadas objetiva atrair frequentadores e visitantes. Segundo Davallon (2006), trata-se da introdução de uma estratégia de comunicação destinada à valorização do objeto patrimonial:

La mise en communication est le niveau le plus élémentaire de la gestion de la relation entre le public et l'objet: elle recouvre l'ensemble des procédures qui prétendent installer cette relations. [...] La mise en communication commence donc avec cette instance tierce qui se donne fonction d'établir un lien entre l'objet et le public potentiel, puis qui va accompagner le visiteur jusqu'à cet objet (Davallon, 2006, p. 37).

Esse processo comunicacional vai além de um mero encontro das pessoas com o mundo de origem do objeto patrimonial. Por esse entendimento, Flon (2008) considera que através o modelo de análise da exposição do patrimônio proposta por Jean Davallon permite colocar em destaque mais que seus aspectos constitutivos de autenticidade e conhecimento científico, ligados ao polo da produção. Trata-se de “[...] une logique mettant l'accent sur l'expérience de visite et la relation à ce qui est proposé de voir, par 'contenu' de l'exposition, soit une logique plutôt orientée 'reception'” (Flon, 2008, p. 14). Desse modo, o objeto patrimonial constitui-se de uma situação de comunicação cuja intenção é produzir significados. A patrimonialização enfatiza a necessidade de uma clara dimensão social do espaço urbano, indissociável dos valores e padrões de comportamentos da cultura contemporânea.

Cabe lembrar que o sítio histórico, diferente do museu, não foi especialmente produzido para oferecer uma experiência patrimonial ao visitante. Tornou-se um objeto em exposição após servir anteriormente a outras funções e usos, conservado em função do momento histórico que incorpora. O espaço urbano é produzido tendo em vista provocar certos efeitos de sentido sobre o visitante. A percepção de sua exposição deve levar à contemplação e à deambulação por lugares que certamente mudaram com o tempo, porém continuam a se distinguir dos outros em razão de suas particularidades por sua essência intangível.

Na medida em que o patrimônio é convertido em alavanca para o desenvolvimento socioeconômico, mais cresce a necessidade de ser conhecido e desfrutado por um maior número de pessoas. Como ressalta Cécile Tardy (2003), o termo *patrimonialização* implica um fenômeno relacional entre indivíduos e objetos, no qual os primeiros se constroem como atores e os segundos como patrimônio. Ou seja, sua lógica constitutiva é a de um suporte

que se disponibiliza a comunicar imagens, valores e identidades, que devem ser planejadas semioticamente. Conforme Olaia Merillas (2008), é relevante pontuar que esses objetos são em si mesmos signos que perdem e ganham informações:

Por lo tanto, hablar de *comunicación del patrimonio* supone que es importante que ese patrimonio se difunda, se dé a conocer a un individuo o colectivo y, el mejor de los casos, que se transmita claves que permitan comprenderlo. Es un corrido que parte, por tanto, del patrimonio para llegar a transmitir mensajes en torno a él, a personas o grupo; los valores son, desde esta óptica, acompañantes de los elementos patrimoniales, vinculados a los mensajes que en torno a él se transmiten (Merillas, 2008, p. 89).

Na relação dialética entre passado e presente, o patrimônio urbano passou a ser portador de uma atratividade que antes não possuía. A atribuição de valor significa que continua a exercer uma função, mesmo que não seja a original. Por esse entendimento, o patrimônio urbano compreende um processo de produção e compartilhamento que o qualifica como instrumento semiótico na relação entre sujeitos sociais.

Na reconstituição do passado conferindo novos significados, são potencializados processos que asseguram a visibilidade de modo a evocar uma identidade unificadora em torno do espaço urbano. Com base na proposta formulada por Conforti e Mariano (2012), pode-se observar dois grandes eixos responsáveis pela conexão efetiva entre patrimônio e público: a gestão da informação, envolvendo os agentes institucionais ligados ao trabalho científico do processo de patrimonialização; e a gestão da comunicação pelos agentes encarregados da difusão do objeto patrimonial.

**Figura 5: Gestão da informação e da comunicação do patrimônio**

Fonte: Baseado no modelo proposto por Conforti e Mariano (2012).

Conforme observado na figura 5, a partir da gestão da informação disponibilizada pelo processo de patrimonialização, decide-se o que será comunicado e como. Não existe uma fusão entre informação e comunicação, mas uma relação, o que torna relevante fazer distinção entre os termos. Enquanto a informação tem o objetivo imediato de aumentar o conhecimento de quem a recebe, a comunicação objetiva a interação nas suas mais diversas formas. A produção do espaço é motivada pela representação; para estabelecer a comunicação, até mesmo as formas mais básicas expressam intencionalidade comunicacional. Nesse sentido, Davallon (2006, p. 38) comenta que:

Dans tous le cas, il s'agit de rendre possible l'accès à l'objet patrimonial et de le faciliter. Mettre en communication revient donc à créer les conditions d'accès au site, aussi bien logistiques (parking, conservation minimum, etc.) que sémiotique (signalétique, informations, documentation, etc.).

No estabelecimento da comunicação do patrimônio urbano, procura-se dar ênfase à preservação conceitual, ou seja, à necessidade de decodificar,

processar e transmitir informações carregadas de valores e sensações. Assim, a atividade comunicacional se revela necessária para tornar o patrimônio conhecido por meio de uma produção discursiva que o identifique como um componente da cidade. Nesse movimento, um emissor envia uma informação a um receptor por intermédio de um canal cuja circulação da informação obedece a um processo prévio de seleção/codificação<sup>15</sup>. Um processo em que circula por um modelo linear de comunicação, a partir do qual se faz a divulgação do acesso coletivo à exposição em tom persuasivo, de natureza publicitária, com a utilização dos meios de comunicação de massa.

Estas práticas comunicacionais alimentam a construção do patrimônio urbano pela transmissão unidirecional (emissor-receptor), predeterminada para atingir um grande número de pessoas. Diferentes críticas são apontadas a esse modelo mecanicista por parecer óbvio e aparentemente neutro; promove “[...] uma divisão fixa de papéis, ordenados numa dinâmica linear, negligenciando o agenciamento humano, a natureza simbólica da linguagem, a reflexividade e recursividade do processo etc.” (França, 2016, p. 158). Embora a teoria política moderna reconheça importância de valorização do envolvimento do cidadão com base na relação bidirecional, esse modelo linear de comunicação, simples, continua sendo até hoje o alicerce das práticas institucionais e mercadológicas.

Dentro dessa perspectiva, Canclini (2008) sinaliza para o potencial transformador do patrimônio urbano, em que o estabelecimento da comunicação reflete o debate entre a visão crítica de seu uso ilimitado e abusivo e a visão utilitarista de glorificar o passado. Sobre isso, parece residir um dilema que persiste nos discursos patrimoniais entre a ênfase exagerada sobre a urgência de reconhecer para preservar, mas também a divulgação de bens simbólicos e seu potencial de mercantilização.

Levando em conta confrontos e convergências, a interpretação desse modelo funcionalista deixa de se pautar por uma visão unidirecional ao

---

<sup>15</sup> Acerca dessa perspectiva informacional, “vale dizer que ela se insere no quadro de uma visão instrumental da comunicação, visto que apresenta a comunicação como um puro problema de transmissão de um polo a outro” (Maigret, 2010, p. 130). Inspirada na sociologia funcionalista, essa visão ainda está muito presente no processo comunicativo e pressupõe uma relação de exterioridade aos grupos sociais.

reconhecer que o emissor e o receptor são, de fato, interlocutores que participam ativamente do processo de comunicação (Bordenave, 1991). Nesse sentido, maior *feedback* ocorreu com o uso combinado de instrumentos de comunicação de massa com os de contato direto, pelo uso das tecnologias da informação e da comunicação (TIC). Para Kotler et al. (2005), a interpretação bidirecional do modelo linear é usual na área do marketing de lugares quanto à participação ativa do público:

Uma cidade pode gastar milhões de dólares em propaganda para visitantes, moradores ou investidores e acabar descobrindo que comunicações descontroladas estão anulando as mensagens formais. [...] Essa comunicação negativa contrasta com as mensagens formas de atração de investidores, visitantes e moradores [...]. O ideal é quando as impressões formais e informais se fundem para reforçar a imagem (Kotler, Rein, Gertner, e Haider, 2005, p. 224).

O estabelecimento da comunicação constitui um elemento central na promoção do acesso aos sítios históricos. Mas para conferir ao objeto patrimonial uma legibilidade<sup>16</sup> que antes não possuía, a questão não se limita simplesmente à acessibilidade física, pois depende da coordenação de diferentes processos comunicacionais. Cabe desvelar o que antes era invisível, o que pressupõe trocas, interações, como forma de socializar informação e conhecimento sobre um ambiente de conexões de memórias. Assim, o lugar passa a ser um convite a pensar no objeto em seu contexto de origem, passa a ser a fronteira entre o material e o simbólico, que mobiliza repensar a questão do espaço no tempo.

Como representação sígnica, os centros históricos são construtos do fazer lembrar mobilizado por diferentes dispositivos de comunicação. A questão está associada a processos interpretativos (Peirce, 1977), o que permite aos objetos patrimoniais ter próxima relação com os sistemas de representações, de significados e de valores, para que sejam portadores de uma identidade socialmente compartilhada. A reconversão do uso do patrimônio urbano

---

<sup>16</sup> Segundo Kevin Lynch (2009, p. 10), a legibilidade, diz respeito a “[...] facilidade com que as partes podem ser reconhecidas e organizadas em um padrão coerente. Tal como esta página impressa, sendo legível, pode ser compreendida visualmente como uma estrutura de símbolos reconhecíveis, assim também uma cidade legível é aquela cujas freguesias, sinais de delimitação ou vias são facilmente identificáveis e passíveis de agrupamento em estruturas globais”.

histórico, bem como suas formas de apropriação, fruição e uso, não se oxigena apenas por meio da divulgação. Suas estratégias comunicacionais sobre o valor dos espaços urbanos, isoladamente, apenas informam sobre a existência do objeto patrimonial.

Na comunicação do patrimônio urbano são mobilizados diferentes pontos de convergência com o passado para serem vivenciados no presente. Procura-se evidenciar motivações de atração, de novas experiências de lazer e de participações turísticas. Nesse contexto em que se firma a sociedade atual, há também que se considerar o ambiente tecnológico-comunicacional que mobiliza novas estratégias de relação com o público, e que mobiliza repensar a questão do espaço e do tempo. Mobiliza-se novas estratégias de contato com o lugar como uma exposição aberta à produção de sentidos, ampliando as possibilidades de experimentação nas visitas presenciais ou amparada pela tecnologia digital.

### **3.1.2 A *mise en exposition* do objeto patrimonializado**

No curso das últimas décadas, a paisagem urbana tem sido marcada por diferentes estratégias de ordem estética. Ocorre, sobretudo, pela reconstituição da paisagem remanescente, acentuando alguns aspectos julgados relevantes visando principalmente a se apresentarem mais atraentes. Nos centros históricos o ato de patrimonializar coloca em destaque a construção social do patrimônio urbano, expondo as marcas de sua história através de novas formas de valorização evocadas pela apropriação e consumo. Por essa perspectiva, o patrimônio urbano não é apenas um conjunto de objetos que compõem seu quadro edificado, mas é também um conjunto de ícones postos no cenário urbano que durante muito tempo esteve encoberto pelo descaso e pelo esquecimento.

Com base em Davallon (2000), entendemos que o processo de *mise en exposition* é a operação de criar um espaço de mediação entre o visitante e os objetos, de modo a constituir um ambiente cognitivo organizado. Encontra-se acompanhada de uma intencionalidade de entendimento, descoberta e



conhecimento. Não se limita à apresentação de um objeto semiótico estandardizado, resultado de um conjunto de operações técnicas. Segundo Davallon (2006, p. 38), deve-se levar em conta que:

Tandis que la mise en communication traduit la volonté d'offre un service de visite, la mise en exposition propose au visiteur un dispositif de présentation destiné à régler sa relation à l'objet, à régler la visite. La stratégie communicationnelle vise à optimiser la présentation de l'objet: le site ou le monument devient un lieu 'aménagé' pour le visiteur', un espace pensé, traité et construit en vue d'une visite et non plus un lieu visitable 'naturellement'.

Sob esse enfoque, a *mise en exposition* envolve vários processos na apresentação do objeto patrimonial no intuito de torná-lo (re)conhecível, pois, embora vistos por muitos, nem sempre são percebidos. A transformação do espaço urbano em patrimônio supõe a articulação entre a *mise en scène* de um passado e a produção de uma identificação urbana de centro histórico, em termos de localização, delimitação, qualificação, etc. Nessa perspectiva, a patrimonialização revela uma organização de iconografias cuja tônica recai sobre a recriação do ambiente histórico. Segundo Davallon (2006, p. 39), a *mise en exposition* compreende:

[...] une réhabilitation, un traitement architectural ou urbanistique différent, la mise en place de panneaux de présentation suffisent à introduire une séparation entre ce qui est 'mise en valeur' et ce qui ne l'est pas, ce qui est patrimoine et ce qui reste le tissu urbain ou passager ordinaire.

Essa definição coloca em destaque as particularidades do patrimônio urbano pertencente a um universo em particular. Uma realidade sógnica na qual a *mise en scène* é resultado de uma construção semiótica daquilo que se percebe como pertencente ao mundo de origem do objeto patrimonial. Dessa forma, estamos diante da estetização do espaço urbano, contexto em que a exposição como veículo de comunicação transmite o significado do objeto por meio de um estilismo deliberado do lugar, e passa por uma reinterpretação

acompanhada do processo de valorização. Segundo Gravari-Barbas (2000), essa estetização tende a priorizar excessivamente a qualidade formal, abrangendo processos de patrimonialização dos menos ambiciosos até os mais espetaculares. Com efeito, segundo a autora, o termo *estetização* corresponde:

[...] d'une part des actions de mise en valeur de la ville, actions qui visent à la rendre plus attrayante, moins agressive au regard, plus « conforme »; d'autre part des actions qui visent à lui donner une certaine lisibilité, de la rendre plus « facile » à aborder et à comprendre (Gravari-Barbas, 2000, p. 225).

O acesso ao passado pelos dispositivos de *mise en exposition* procura manter a coerência e a legibilidade do espaço urbano patrimonial, atribuindo ao mesmo tempo um valor de uso e um valor museal. Nota-se, assim, que a implantação de um percurso de visita representa um modo de atrelar espaço e tempo, objetos e visitantes. A construção da significação se apoia sobre a visita ao espaço sintético que parece conservar experiências que ali se passaram (Flon, 2012). Enquanto isso, sendo a comunicação fundamental para viabilizar a construção simbólica e a troca de experiência, impactou a abordagem midiática sobre a questão patrimonial. Como uma ação estratégica, Davallon (2006, p. 40) atribuiu a designação *concept de médiatisation*:

[...] ce concept incorpore les différentes contraintes, sert de fil conducteur aux actions, assure l'unité du projet comme celle des outils dans l'objectif de produire un certain effet sur le visiteur au cours de la visite et de lui offrir une certaine image du site ou du monument.

Dessa forma, o processo de patrimonialização procura validar a identidade do lugar destacando características específicas. Ao procurar readaptar o espaço urbano a novas situações, recorre-se muitas vezes à adoção de efeitos estéticos como o design e a iluminação. Dessa maneira, busca-se a diferenciação, mesmo incorrendo no risco da monumentalização excessiva, na crença de que a visibilidade seja garantia de sucesso do marketing urbano.

Com efeito, a midiaticização consiste em conceder visibilidade à readaptação de núcleos urbanos antigos aos indivíduos no cotidiano. Apoia a criação de novas identidades relacionadas ao mercado de consumo, algo que deve compor-se como um atrativo. Nesse sentido, Davallon (2006) reconhece a existência de um tipo de *présentation-média*, que, primeiramente, concentra-se em uma ordem de temporalidade entre o passado do objeto patrimonial e o público no presente. Propõe trazer o passado de volta à vida de modo espetacular, como se fosse um *déjà vu*, que se caracteriza por uma autêntica estratégia de apresentação do objeto patrimonial. Conforme o autor, as transformações pela *présentation-média* conferem singularidade ao objeto patrimonial como detentor de intensa carga simbólica. A experiência comunicativa pelos dispositivos midiáticos permite a proliferação de imagens, tendo sido sua dimensão simbólica potencializada pela espetacularização.

Com frequência a midiaticização é utilizada na atração de público para as áreas históricas no intuito de estimular a visitação e consumo do espaço. Segundo Peixoto (2006), procura-se fazer transparecer uma imagem de lugares exemplares que fazem parte dos interesses da comunidade. “Ou seja, a capacidade em criar e manter lugares de centralidade que possam ser propostos aos locais e aos estranhos como lugares a admirar e a venerar” (p. 253). Por sua vez, a crítica à espetacularização do real diz que esta não oblitera o mundo vivido, pois ele se encontra para além do espetáculo.

Todavia, cumpre lembrar que a exposição do patrimônio compreende uma experiência de tempo relativa ao passado (Flon, 2012), a partir da sistematização das principais variáveis de sua imagem. De acordo com Greffe, a *mise en scène* do patrimônio toma corpo a partir daquilo que “[...] Riegl qualifiait de passage du culte ancien au culte moderne: dans le premier cas c’est le monument qui donne son sens au monde; dans le second cas c’est le monde qui donne un sens au monument” (2014, p. 9). Por esse direcionamento, a *mise en exposition* do patrimônio urbano não trata da simples conservação dos traços do passado, mas de seu funcionamento como dispositivo simbólico. Compreendendo que a patrimonialização do espaço urbano não é fruto de uma transformação que se processa de modo gradual, sua comunicação é conduzida pela tradução do discurso técnico-científico ao qual o espaço foi submetido.

Como tem sido argumentado por Jeudy (2005, pp. 19-20), “o processo de reflexividade que incita toda estratégia patrimonial consiste em promover a visibilidade pública dos objetos, dos locais, dos relatos fundadores da estrutura simbólica de uma sociedade”. Independentemente dos interesses que há por trás da preservação da herança do passado, a midiaticização e a exploração comercial são atividades que, por uma aproximação singular, são utilizadas para comunicar o patrimônio urbano. Na construção de uma relação individual e coletiva com os públicos, a midiaticização e a comercialização se encontram implícitas nos discursos dos especialistas.

### **3.1.3 A valorização econômica do patrimônio urbano**

Embora o patrimônio urbano tenha se constituído e adquirido notoriedade conceitual na contramão do processo de urbanização dominante (Choay, 2006), passou a ser submetido à concorrência do mercado com seu valor de uso submetido ao valor troca. O processo que transforma o espaço urbano em mercadoria é sustentado por relações de interdependência e cooperação entre as esferas política, econômica e social. A conservação *in loco* de símbolos e signos culturais designa o interesse em perpetuar uma dimensão de uso dos objetos amparado na herança coletiva de ligação com o passado. O protagonismo do valor simbólico encontra-se vinculado à relação de uso e troca, tornando-se suscetível à polarização de valor incomensurável e ao mesmo tempo fugaz.

A transformação do espaço urbano em objeto patrimonial tem suscitado diversas críticas, como a atração de um público que provoca a expulsão de moradores de determinada localidade. Mas ao mesmo tempo, a dimensão econômica do patrimônio é vista como uma coisa admitida (Davallon, 2006). A atribuição do valor econômico ao patrimônio para além do elemento estético encontra-se vinculada à relação de uso e de troca.

Ao ser considerada recurso para o desenvolvimento do território, a ativação do patrimônio urbano está inserida no contexto das atividades especializadas na produção, na recepção e no consumo da cultura, como

experiências estéticas e de lazer da própria cidade (Leite e Peixoto, 2009). Nesse sentido, Mantecón (2009, p. 302).ressalta que:

Quando falamos de *consumos culturais* referimo-nos, então, às práticas de relação dos públicos com os bens e serviços produzidos dentro do campo cultural, com dinâmicas específicas de produção, circulação e recepção.

A patrimonialização dos centros históricos como objeto patrimonial passou a ocupar um lugar de destaque no planejamento do espaço urbano. A exposição do objeto patrimonial apresenta um modo de ver, usar e valorizar o objeto patrimonial, de modo que apresenta uma clara intenção associada ao marketing urbano. Portanto, não se trata apenas de uma estratégia de promoção ou um fenômeno da moda observável no desenvolvimento das políticas urbanas (Rosemberg, 2000). Do ponto de vista da valorização econômica, Davallon (2006) considera que a *mise en exploitation* do objeto patrimonial coloca em evidência sua transformação, visto que:

Mettre en exploitation un monument ou un site, c'est franchir une nouvelle étape. Le service rendu au visiteur, qui caractérise la mise en communication, peut aisément fournir la matière d'une activité commerciale: la vente du droit d'accès au site ou au monument en est la forme la plus courante et la plus évidente. De même, la mise en exposition ouvre aussi la possibilité d'augmenter ce droit d'entrée au motif qu'il couvre non seulement l'accès à l'objet, mais encore le service offert par la « présentation » de celui-ci. La chose est d'autant plus justifiée que la visite du site ou du monument est désormais une pratique culturelle parmi d'autres et fait donc, à ce titre, l'objet d'une commercialisation. Mais l'existence d'un concept de médiatisation qui articule la mise en communication et la mise en exposition ouvre la voie non seulement à la commercialisation du site ou du monument, mais encore à la création d'un véritable « concept-produit » selon une stratégie marketing (Davallon, 2006, p. 43).

Dessa maneira, a valorização econômica do patrimônio concede um papel preponderante à *mise en exploitation* no que diz respeito à comercialização do

produto patrimonial. Embora o patrimônio urbano seja institucionalmente considerado como um bem comum, ganha contornos de mercadoria ao seguir um conjunto de ações de marketing associadas ao planejamento urbano, resultado de um esforço endógeno como se fosse um produto.

Seguindo as regras da economia de mercado, os objetos patrimonializados entram na lógica do espetáculo e do consumo, conforme o número de visitantes que recebe e a rentabilidade gerada pelo seu caráter turístico e comercial. Por conseguinte, valorizar um patrimônio diz respeito à sua preservação, mas sobretudo a midiaticizar seus aspectos simbólicos como um ativo indispensável para o desenvolvimento da atividade turística. No que se refere à patrimonialização como um ato de simbolização, Choay (2006, p. 211) considera que:

A metamorfose de seu valor de uso em valor econômico ocorre graças à “engenharia cultural”, vasto empreendimento público e privado, a serviço do qual trabalham grande número de animadores culturais, profissionais de comunicação, agentes de desenvolvimento, engenheiros, mediadores culturais. Sua tarefa consiste em explorar os monumentos por todos meios, a fim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes.

Percebe-se que o patrimônio faz parte de um processo bem mais vasto de sua utilização como instrumento de desenvolvimento econômico. Nas últimas três décadas, o marketing urbano tornou-se elemento central no atendimento à necessidade das localidades de se diferenciarem umas das outras, a fim de afirmar suas características e particularidades. A presença de múltiplas temporalidades contribuiu com sua valorização econômica no presente em uma economia aberta à competição.

Quanto mais a transmissão do patrimônio urbano está voltada para o cidadão, mais as intervenções contemporâneas para os centros históricos mostram que incluem uma série de questões, sendo a recuperação do edificado apenas uma delas. Os atores institucionais concebem aos objetos patrimonializados racionalidade jurídica, mas para serem portadores de valores

culturais dependem de um processo contínuo de (re)elaboração pelos atores sociais. Seguir nesta direção é investir no valor cultural do patrimônio urbano como um processo em constante transformação.

A questão não se limita simplesmente à acessibilidade física da produção do espaço, uma vez que a cultura viva já não é concebida apenas em termos de relações humanas e de sua ligação com o cotidiano das cidades, mas com um produto já finalizado. O foco é dirigido para a operatividade simbólica do objeto patrimonial, exposto ao público em função do universo de significados construído em torno de si. Matéria-prima de um mundo de linguagens produzidas pelas operações que lhe conferem status e buscam sua legitimidade simbólica.

A organização do espaço vista como uma estratégia de marketing urbano resulta de um esforço endógeno, como se de um produto se tratasse. Os valores do mercado neoliberal e tecnocrata tendem a omitir seus efeitos contraditórios, sendo vistos como processos decorrentes da própria urbanização. Dito de outra forma, mesmo que o espaço seja visto como produto é preciso desenvolver modos de consumo ajustados às suas características.

O valor de uso da preservação patrimonial toma sentido e sustentabilidade na vida cotidiana. Para ampliar seu ciclo de vida é preciso incentivar a participação social, econômica e cultural de diversos *stakeholders*. As formas de apropriação do espaço público, teoricamente comum a todos, são regidas por uma ordem invisível que se estabelece em diversos níveis e dimensões; dialeticamente relacionadas entre si, configuram a realidade conforme o que Léfèbvre há muito tempo nomeou “de direito à cidade”. Embora no discurso seja reconhecida a importância da cultura local, a questão é que a preservação do espaço orientada por um modelo internacional se vincula muito mais às normas do turismo em larga escala que à reapropriação pelo habitante.

Nessa ótica, a atual patrimonialização faz da cultura estratégia de novos projetos de recuperação de áreas degradadas em favor da valorização econômica do patrimônio urbano. Um processo que configura uma cenarização progressiva dos lugares, no qual a cultura tem sido cada vez mais utilizada como instrumento de marketing visando atender a interesses diversos. Sem deixar de reconhecer que esse processo provoca desafios quanto ao gerenciamento empresarial dos espaços públicos e participação do cidadão, de acordo com

Pratz (2006), a mercantilização do patrimônio faz parte da própria evolução da sociedade. Portanto, um dos efeitos da “turistificação” como um processo voltado ao objeto patrimonializado, independentemente de sua natureza, adquire valor como produto no mercado do turismo.

### **3.2 A mediação cultural como processo de aproximação**

A mediação é um termo plástico que possui vários sentidos semânticos. De fato, tem sido objeto de inúmeras pesquisas, o que torna sua conceituação tanto no âmbito científico como no da prática social uma questão delicada. Tal realidade tem provocado confusão no uso da terminologia, quando até seria de esperar que tivesse um significado mais consensual. A noção de mediação mostra-se variável de acordo com seu uso em diferentes países, épocas e contextos, apresentando divergências que envolvem desde o conceito de cultura até as políticas de acesso e formação de públicos.

Nas ciências sociais, segundo Boaventura de Sousa Santos (1999, p. 286), a “mediação é, pois, todo o processo pelo qual homens se relacionam consigo mesmos, com os outros, com a natureza. A mediação tomará complexidade conforme o que se entender como relação social”. Logo, o conceito mantém próxima ligação com as ações sociais que ocorrem na esfera pública, na qual são desenvolvidas diferentes categorias de mediação abrangendo diferentes momentos, cenários e negociações. Ainda segundo o autor, é difícil se desvencilhar das crenças modernistas que alargaram o campo das produções culturais. “Assim, falar de mediação cultural significa falar de processos de produção e negociação de sentidos, práticas e vivências. É falar de temporalidades, do cotidiano e da história, inerentes às práticas sociais” (Sousa Santos, 1999, p. 278). Essa polarização é resultado da marcante divisão da moderna cultura ocidental em categorias que se opõem, como o urbano e o rural, o erudito e o popular.

Para Bernard Lamizet (2000), a abordagem teórica da mediação se insere na produção de um significado coletivo por meio da criação de valores comuns. Sob essa ótica, situa a mediação na ordem de representação do espaço social.



Por essa visão abrangente, no âmbito do espaço público diz respeito ao lugar no qual se exprimem e se manifestam formas de sociabilidade, bem como de representação simbólica. Assim, Lamizet (1999) coloca em destaque o conceito de mediação na dialética entre a dimensão da experiência singular e a dimensão coletiva do espaço público:

C'est le sens de la médiation que constitue les formes culturelles d'appartenance et de sociabilité en leur donnant les formes et les usages par lesquels les acteurs de la socialité s'approprient les objets constitutifs de la culture qui fonde symboliquement les structures politiques et institutionnelles de l'existence du contrat social. (Lamizet, 1999, p. 9)

Desse modo, trata de um imperativo cultural que assegura a existência de uma linguagem pela apropriação de códigos coletivos, mas também é um imperativo político que legitima o sistema de significação e representação da linguagem. Por sua vez, conforme Jean Caune (2000), as abordagens teóricas e práticas da mediação frequentemente se sobrepõem e acabam por se confundir. Dessa forma, envolve um processo de trocas culturais, que se expressa por um eixo horizontal, orientado pelas relações interpessoais, assim como por um eixo vertical, por meio das relações dos atores sociais com as instituições no âmbito das experiências compartilhadas. Em face de uma perspectiva pragmática do conceito de mediação, Caune (2000) ressalta que a ação de servir de intermediário não se limita a uma simples interação entre dois termos. Mas é produtora de algo mais ao permitir a ligação entre mundos diferenciados, que trazem sempre trocas e confrontos intersubjetivos.

Se o sentido atribuído à mediação remete tanto a uma conceptualização teórica como a uma operatória, para Davallon (2004) estas duas dimensões só se recobrem parcialmente. Desse modo, enquanto os mediadores fazem referência às formas operativas do processo, às práticas concretas de uma atividade, a mediação cultural, "esthétique, artistique, des cultures, des savoirs" (Davallon, 2004, p. 41), remete a um campo muito mais largo e a uma abordagem muito mais teórica, visto que a cultura dá conta de realidades muito diferentes entre si. Tal posicionamento faz referência à vida em sociedade e ao

espaço público, bem como à dimensão subjetiva inserida nas práticas comunicacionais. Sendo este o direcionamento que nos interessa explorar, faz-se desnecessário maior aprofundamento sobre o campo profissional do mediador.

A tradição marxista é uma das principais vertentes donde procede o conceito de mediação, na qual Walter Benjamin (2000) teoriza a partir do impacto da industrialização generalizada das obras de arte. Em seu trabalho, como pensador e crítico de arte, sob a perspectiva político-cultural, analisa as transformações das condições de produção no campo da cultura, em função do espaço que passou a ocupar em termos de percepção e experiência social.

Nesse sentido, os estudos culturais demarcaram a importância que foi sendo atribuída à cultura na vida econômica e social e por onde foi se tecendo uma concepção elitista. Autores como Raymond Williams (1992), em sua busca em definir o que é cultura, concebeu a mediação como um processo ativo realizado por determinados atores na transmissão de formas culturais. A cultura desempenhou papel importante ao ser pensada segundo determinada realidade social e sua representação simbólica. A partir de então, surgiram diversos estudos preocupados em pensar sua recepção e o consumo através de diferentes abordagens teóricas.

Com efeito, abriu-se o caminho para significativas contribuições na flexão plural do conceito de mediação. Nesse domínio, Pierre Bourdieu encontra-se entre os sociólogos cujas obras apresentam amplitude e análise sobre a centralidade das manifestações artísticas e culturais no mundo capitalista. No domínio da institucionalização da cultura, Bourdieu desenvolveu sua teoria desligada do caráter mercadológico. Embora se perceba que seus conceitos e pressupostos estejam ligados aos valores da época, suas pesquisas oferecem significativas contribuições para a discussão do paradoxo que situa a cultura como um direito de todos, contudo implicitamente interdito a muitos.

Em sua obra *A distinção*, Bourdieu (2003) denomina de novos intermediários culturais os formadores do “gosto médio”, responsáveis pela ampliação do consumo dos bens culturais considerados legítimos por meio da fusão de estilos, gêneros e níveis, que giram em torno do eixo cultural de

massa/cultura erudita. Esses formadores do “gosto médio” não estão presentes apenas em atividades voltadas para o consumo da cultura de massa orientado pela iniciativa privada. Encontram-se também em atividades socializadoras de valores culturais e referências identitárias subsidiadas pelo Estado, destinadas em especial à ocupação do tempo livre. Com efeito, a fruição por meio de uma escolha elitista tende a desconsiderar a diversidade cultural, bem como a resumir a problemática da acessibilidade aos bens culturais basicamente em função do caráter geográfico e financeiro (Bourdieu, 2003b). Outra questão refere-se à noção de público limitada à caracterização superficial das pessoas por critérios homogeneizantes.

Nesse sentido, como remarca Veschambre (2008), há de se levar em conta que a cultura não está de imediato acessível às diferentes classes sociais, ainda que as constituições modernas relativas à proteção e promoção de seus valores estejam inseridas numa lógica ampla de acesso democrático aos bens culturais. Tradicionalmente, o conceito de mediação cultural encontra-se associado a serviços educativos como visitas guiadas, atividades de animação e ação cultural. Contudo, desde os anos 1990, a noção de mediação designando a ideia de tornar a produção e recepção dos bens culturais conhecidos, compreendidos e apropriados, tem acompanhado a evolução das instituições culturais (Caillet, 2007). Na medida em que passaram a procurar novas maneiras para melhor informar, orientar e formar o público, a mediação passou a atuar como ferramenta de tradução e transmissão tendo em vista reduzir a distância entre as distintas partes.

Nesse sentido, Jean Caune (2014), em sua obra *La démocratisation culturelle, une médiation à bout de souffle*, propõe ser necessário repensar a noção de mediação no tocante à experiência estética e aos princípios fundadores da experiência cultural. Para o autor, a mediação cultural faz-se presente como uma proposta de retomada do paradigma da democratização cultural sob outras bases, uma vez que está relacionada com práticas que acontecem em campos culturais distintos.

A emergência da mediação cultural no discurso de políticas públicas encontra-se associada às tendências que perspectivam a cultura como importante fator de desenvolvimento das economias locais. No plano teórico

assume uma postura que ecoa através de uma percepção de cultura ligada à sua importância no desenvolvimento social. No plano prático, procura responder às demandas das instituições culturais que em todo o mundo vêm passando por transformações, em busca de adotar novas propostas de interagir individual e coletivamente com seus públicos, em termos de seleção, de promoção e de legitimação das suas produções culturais.

Nesse sentido, a mediação cultural é um termo que vem sendo utilizado para designar um quadro teórico e um conceito operatório e suas práticas, tanto empregado de modo isolado quanto na relação de complementariedade que as duas acepções estabelecem entre si. Por conseguinte, articula duas ações dentro de um mesmo movimento, a sua aplicação teórica em função da política cultural estabelecida e as possibilidades concretas de sua prática de acordo com as condições do ambiente em que se realiza. A mediação cultural como um tema em moda tem em uma de suas pontas um debate teórico no qual ecoam várias vozes das ciências sociais, e no extremo da outra ponta, encontra-se os relatos de experiências que procuram destacar realizações inovadoras de sua prática.

### **3.2.1 A mediação entre objeto patrimonial e sujeito**

A patrimonialização pressupõe certa flexibilidade que confere ao aspecto simbólico do patrimônio uma dimensão cultural, cuja ligação entre presente e passado é por essência uma ligação construída. Para Davallon (2006), trata-se da produção do status social do objeto patrimonial que se faz no presente a partir da descoberta do objeto (*la trouvaille*), mesmo que nunca tenha deixado de estar debaixo de nossos olhos. Por essa lógica, Flon destaca que “exposer et visiter, c’est célébrer la découverte de l’objet d’une part, et célébrer d’autre part le lien ténu qui nous unit à d’autres êtres humains dans le passé” (2012, p. 75). A celebração de *la trouvaille* que ocorre por meio da exposição ocupa um papel importante, uma operação que se encontra no centro da construção social do estatuto de patrimônio.

O campo da mediação cultural responde a uma vontade política de planejamento e desenvolvimento territorial. A cidade no campo das ciências

sociais é um sistema simbólico com formas múltiplas de expressão e de significação (Lamizet, 2002). A produção do espaço urbano é algo complexo e por vezes conflituoso, o que situa a mediação na tensão entre os diferentes interesses sociais que interferem na modelagem cultural, na dinamização do lugar e de seus modos de vida.

Nesse sentido, a mediação cultural tomou novos contornos e expressividade nas políticas públicas voltadas para a regeneração urbana, que se caracteriza por ser um novo modo de pensar, fazer e construir cidades. Na medida em que a patrimonialização do urbano ganha visibilidade como fenômeno social, a mediação cultural procura legitimar determinadas representações junto àqueles que se pretende convencer e seduzir. Procura-se favorecer o sentimento de pertença e de coletividade, em função das ações relativas à remoção dos obstáculos que interferem na modelagem cultural da cidade, na dinamização dos lugares e de seus modos de vida.

Associado à lógica de desenvolvimento das cidades e ao processo contemporâneo de sua espetacularização, o patrimônio urbano atende aos imperativos de uma herança a preservar e ao mesmo tempo de um produto a valorizar, tanto do ponto de vista cultural como do social, econômico, etc. Por esse direcionamento, Caune (2014, p. X) faz a seguinte consideração:

A mediação cultural é bem mais que uma organização de formas da cultura e da comunicação: ela é a estetização de apresentações, de atividades ou de representações, que têm materialidade de significantes e manifestações e que constroem um sentimento de pertencimento em um contexto de referência.

Nessa linha de reflexão, pode-se dizer que a mediação cultural é uma terminologia que nas últimas décadas ganhou expressividade no âmbito das políticas culturais, em atividades relacionadas com o fortalecimento do fluxo turístico e da diversificação dos equipamentos culturais. Atualmente, incorpora com especial relevo a introdução da cultura na agenda das cidades e dos territórios, na disputa por novos usuários e consumidores dos espaços urbanos transformados em ambientes culturais. Nesse sentido, na utilização da cultura como instrumento de desenvolvimento econômico, “o termo ‘culturalização’ vem

sendo difundido, referindo-se tanto aos espaços revitalizados, quanto à prática do planejamento que os engendra” (Vaz L. , 2004, p. 1). Embora essa política de gestão patrimonial seja tratada com naturalidade, como se seguisse apenas uma lógica contemporânea de preservação, também pode ser encarada pelo desafio de motivar e sensibilizar o cidadão em busca de uma ampla adesão social entre o valor de uso e o valor de troca do espaço urbano.

Nesse contexto, o conceito de mediação cultural encontra-se vinculado ao grande movimento de mutação nos espaços urbanos históricos, cuja refuncionalização de seu passado deve traduzir a preservação e identidade da cidade. Tal posicionamento leva a questionar a mediação cultural como uma ação de (re)significação, isto é, de construção de sentidos, pois estes não são inerentes aos objetos patrimonializados. Para Davallon (2006), trata-se primeiramente do entendimento do status do patrimônio dentro da nossa sociedade, do dilema entre a defesa da instituição patrimonial e a crítica de que tudo é patrimônio. A transformação do espaço urbano em objeto patrimonial inscrito dentro de um discurso museógrafo em um espaço não museal designa uma *mise en scène in situ* tendo em vista a perpetuação da imagem.

A noção de mediação é frequentemente discutida quanto ao lugar da cultura na organização do território, no restabelecimento do sentimento de pertença no bojo das interações sociais. No domínio das representações ligadas à atividade simbólica do patrimônio como um bem social e coletivo, busca-se criar modos de interação duradoura com seus públicos. Assim, o processo comunicativo está além das mensagens e das técnicas, portanto comunicar o patrimônio vai muito além de transmitir informações a um receptor passivo por um canal neutro e de se ter a intenção de que a mensagem chegue sem ruído. A patrimonialização do espaço urbano vinculou-se à agenda política em favor da valorização econômica, servindo de estratégia para o desenvolvimento socioeconômico das cidades e dos territórios. O culto ao patrimônio urbano revela constantemente uma analogia entre um lugar constituído de edifícios, praças e ruas e outros referentes simbólicos. Por uma concepção de cultura no sentido mais antropológico do termo, Rasse (2000, p. 71) assinala que:

La médiation n'est pas un concept, une théorie organisée, relativement solidifiée et prête à l'emploi pour analyser l'espace social; elle recouvre au contraire un champ de débat théorique et de pratiques professionnelles sur les relations entre la culture et son public.

Busca-se a convergência entre a produção e a recepção de bens simbólicos nos centros históricos patrimonializados, o que traz à tona a discussão sobre as ações de mediação cultural desenvolvidas pelas instituições gestoras. Portanto, abarca o debate sobre os espaços urbanos patrimonializados e sua participação nos circuitos culturais da cidade como lugares de encontro e de produção cultural. A mediação cultural, enquanto uma modalidade de interação entre os sujeitos sociais, vem nas últimas décadas designando um conjunto de ações dirigidas à concretização de uma proposta de sociabilidade baseada no uso da cultura como algo que valoriza as qualidades do lugar.

As ações de mediação cultural adquirem complexidade ao serem introduzidas nos discursos das políticas públicas, na medida em que conservar não é o bastante, e o público, de mais a mais, passou a ocupar um espaço importante nos projetos de intervenção urbana. Integrada às ações dirigidas à sustentabilidade de revalorização dos centros históricos, a mediação cultural atua no encontro do público com o objeto patrimonializado, as artes e a cultura, conferindo legitimidade à reconstituição do vivido e da memória coletiva. No âmbito da problemática da organização e cenografia do patrimônio urbano e sua interface com vários públicos, a mediação cultural se encontra identificada com a presença entendida, não com seu sentido imediato, mas na representação no presente (simbolização). Segundo Caillet (2009, p. 73), a mediação “procura tornar contemporâneo, trazer para o presente aquilo que não está mais lá, ou que ainda não está”

Nesse sentido, a transmissão de um objeto patrimonial não está na representação da realidade em si, mas na realidade criada por uma narrativa que direciona a um conceito de cultura envolvendo signos e significados (Geertz, 2008). A exposição diz respeito a uma atividade representacional, que define o patrimônio como objeto-signo. Sob esse ponto de vista, Bernard Darras (2009, p. 36) faz a seguinte consideração:

A mediação é, então, um processo de acompanhamento semiótico e de inter-relação semiótica necessário que intervém em cada ocasião de fabricação dos signos. [...] O mediador (dispositivo, máquina ou humano), como um intérprete, insinua-se no processo semiótico elementar para lhe inserir os interpretantes destinados a facilitar, desenvolver, efetivar, enriquecer, ampliar e mesmo questionar o processo interpretativo.

Ainda segundo o autor, como processos interpretativos “a mediação da cultura (das culturas) ganha maior dimensão no cruzamento de quatro entidades: o objeto cultural mediado; as representações, crenças, conhecimentos e expertises do mediador e o mundo cultural de referência” (Darras, 2009, p. 37). Por esse viés, a linguagem do espaço urbano patrimonial se refere a códigos coletivos que jogam com os significados, em busca do reconhecimento do estatuto de patrimônio e de sua apropriação singular. Situa-se na ordem da produção de sentido, visto que os signos não são estáveis e homogêneos e não concretizam sentidos apenas por fazerem referência ao mundo real.

A sustentabilidade dos processos de patrimonialização dos centros históricos implica ações inovadoras, pois o fundamental é criar vínculos para que a produção do espaço ultrapasse a efemeridade, o episódico, pelo estabelecimento de relações alimentadas no próprio cotidiano. Para tanto, devem levar em conta a sensibilização do público. Alguns resultados bem-sucedidos de intervenção urbana em áreas históricas são lastreados como referências empíricas de sucesso. Dessa forma, a sustentabilidade da dimensão objetiva entra formalmente em associação com a vertente subjetiva ao ser submetida a uma transformação de uso; testemunha uma época, um determinado estilo de vida. Distinto do que Marc Augé (2012) denomina de um não lugar, trata-se do desafio de apropriação e uso de um território em específico por seus habitantes e outros atores sociais, da capacidade de definir o lugar como identitário, histórico e relacional. Além da conservação, existe no plano da produção a necessidade de reverberar uma experiência vivida.



### 3.2.2 Mediação cultural e sociabilidade

O patrimônio responde ao status dado a um objeto cultural e a patrimonialização ao processo que origina tal status. Isto repercute na ligação que pode existir entre o objeto, o sujeito e a sua forma de apresentação. O objeto patrimonializado é resultado de um duplo movimento responsável por restabelecer a ligação entre o presente e o passado, por um processo denominado de *filiation inversée* (Davallon, 2002). Assim, considera a compreensão do patrimônio como resultado da leitura do objeto do passado no presente e para o presente, e implica uma escolha em grande parte subjetiva. Encontra-se aqui um ponto importante, que não pode ser deixado de lado: para que sua exposição seja uma construção significativa, precisa de público.

A recuperação dos espaços urbanos históricos tem por base uma suposta naturalidade em favor da preservação e da gestão patrimonial. A relação com o público como protagonista na valorização do espaço urbano como bem coletivo, relíquia de passado, remete tanto para a recuperação da sua dimensão simbólica quanto para uma nova maneira de manter sua existência (Davallon, 2006). Pode-se considerar que no processo de patrimonialização dos centros históricos coexistem duas realidades – a valorização do passado e o uso que se faz no presente. Considera-se que a mediação pode tomar diversas formas de transmissão de informação concernente ao espaço urbano como objeto exposto e o público como um conjunto de pessoas que se encontram simultânea ou sucessivamente no espaço em exposição. Contexto em que a mediação cultural consiste em produzir uma interface entre os dois, colocando-os em contato. Com base em Louis Quéré, Davallon (2002, p. 48) considera que “l'échange social est l'interaction entre sujets médiatisée par du symbolique”, uma questão que ultrapassa a visão da exposição como um conjunto de elementos em exibição.

Nessa linha de raciocínio, a mediação cultural também envolve uma necessária articulação entre os modos de participação baseados na ação pedagógica e os procedimentos técnicos e práticos de intervenção e preservação do patrimônio urbano. Essa mediação parte do reconhecimento de que o público não constitui uma entidade uniforme; por esta razão, há necessidade de que seja segmentado a fim de levar em conta sua diversidade e

umentar o interesse da população. Se é próprio da mediação estabelecer a relação entre o objeto patrimonial e o público, suas ações atuam no fornecimento de informações complementares sobre o essencial a ver e a compreender para maior valorização do espaço urbano em exposição. No âmbito da educação, a mediação cultural se propõe a informar, orientar, guiar e a até mesmo divertir em função de uma intervenção didática.

Os espaços urbanos históricos patrimonializados exigem uma política de mediação cultural na transmissão de uma intervenção arquitetural e urbanística que separe o que deve ou não ser valorizado, isto é, que separe o que é patrimônio e o que é apenas paisagem ordinária. O recurso à mediação cultural para fins educativos tem relação com a redução do distanciamento dos objetos ressignificados como um processo que visa à sua recepção por diferentes segmentos de públicos. A regeneração urbana passou a ser criticada por ser um modelo de gestão focado na redescoberta da cultura nas cidades, desconectado das questões sociais, investindo na difusão do patrimônio seguindo a lógica do desenvolvimento da cultura de massa.

Nesse sentido, Lamizet (1999) coloca em destaque a mediação sob a lógica de articulação entre a dimensão individual e a coletiva em termos de sociabilidade e de ligação social. A mediação cultural no contexto dos centros históricos deve ser compreendida como um processo de vulgarização de um conhecimento relativo a um patrimônio específico. A regeneração urbana incorpora com especial relevo a presença da cultura na agenda das cidades, na disputa por novos usuários e consumidores dos ambientes culturais urbanos com base no gerenciamento empresarial dos espaços públicos.

A patrimonialização, nessa direção, é um processo que depende de práticas que relativizem o destaque na mercantilização do patrimônio. Corresponde a um momento em que a espetacularização urbana contemporânea começou a ser julgada como uma prática elitista pelo grande público. Embora as intervenções nos centros históricos sejam anunciadas como um evento cultural, a apropriação do passado apoiada na estetização e no mercado configura o enobrecimento urbano (Leite 2004). A questão da educação nos centros históricos foi durante muito tempo vista sob o ângulo da estética, em

que o importante não é apenas captar frequentadores, mas investir na maior participação popular e nas estratégias de restabelecimento dos laços entre a cidade e seus cidadãos.

Por uma abordagem comunicacional da patrimonialização, a exposição é uma *mise en scène* conduzida por uma narrativa que dá sentido e vida ao objeto patrimonial. A exposição diz respeito a uma comunicação interativa que, além da dimensão material, passa pelo viés afetivo do patrimônio, pela noção de identidade e pertencimento. Na medida em que os espaços urbanos patrimonializados são socialmente organizados, a transmissão supõe comunicar no sentido de tornar conhecido, compartilhado. Ao mesmo tempo, o patrimônio urbano procura se distinguir temática e conceitualmente, visto que seus valores variam no tempo e no espaço, como é o caso do valor arquitetural de um edifício histórico testemunhando o passado. Para André Desvallées e François Mairesse (2011, p. 133) “le lieu de l’exposition se présente comme un lieu spécifique d’interactions sociales, dont l’action est susceptible d’être évaluée”. A qualquer momento a patrimonialização pode se intensificar ou se estagnar, o que demanda a manutenção de um diálogo produtivo em termos de significado no tempo presente.

Como anteriormente dito, a ação de expor é uma função de comunicação que se estabelece entre dois agentes, aquele que produziu o objeto e o público, colocando em primeiro plano determinado sentido associado ao objeto exposto. De um lado, temos o domínio das representações ligado à atividade simbólica do patrimônio como um bem social e coletivo, de criar modos de interação duradoura com seus públicos. De outro, o processo comunicativo está além das mensagens e das técnicas, portanto, comunicar o patrimônio vai muito além de transmitir informações a um receptor passivo por um canal neutro e de se ter a intenção de que a mensagem chegue sem ruído. Por esse entrecruzamento, a mediação é um processo orientado conforme a concepção do sistema cultural. A tendência em privilegiar um discurso pronto evidencia que a passagem da concepção patrimonial para a democratização da cultura se processa em um contexto em que um não anulou a outro.

Desse modo, ao pretender comunicar uma ideia, a exposição propõe uma experiência estética sensível, sugerindo que o receptor apreenda e interprete o

patrimônio. Nesse processo, a mediação cultural atua com certa autonomia num ponto em comum entre o emissor que elabora e o receptor que reelabora as mensagens como agente ativo, lembrando que a cultura liga as pessoas ao que lhe é comum. Por esse viés, entender a comunicação no âmbito da mediação cultural é fazer esta ligação não apenas por uma dimensão técnica e funcional, mas também pela ideia de cultura (Martin-Barbero, 2009). Tendo em vista a comunicação como transferência de informação e como interação entre dois sujeitos sociais, Caune (2008, p. 38) considera que:

Enquanto os fenômenos da cultura e da comunicação se superpõem de maneira cada vez mais frequente, uma boa parte da comunicação institucional negligencia o contexto de recepção e o *horizonte de expectativa* daqueles aos quais ela se remete. Em outras palavras, muito frequentemente a comunicação se mostra como puro objeto, uma transferência de informação, indiferente ao tempo e ao espaço de apropriação dos usuários.

Dessa forma, a mediação implica comunicar no sentido de tornar comum uma ideia, podendo ser estendida a diversas operações de interpretação que visam a promover o encontro entre objeto e público. Assim, se comunicar significa pôr em comum, o termo expressa o sentido de explicar o que está implicado no signo e que não possui um entendimento exclusivo (Sfez, 2000). A comunicação entre o público e o objeto exposto ocorre por meio dos elos enquanto realidade semiótica. Como explica Elton Souza (2013, p. 16), pressupõe um representado exterior ao signo que é seu referente ou objeto, visto que:

Objeto, em Peirce, significa processo, dinamismo, aquilo que nos aparece em uma experiência enquanto Qualidades Puras. O interpretante é, indistintamente, imagem mental e significado, pois a primeira não existe sem o segundo. O interpretante é uma perspectiva sobre o objeto mediada por um representamem que ele também interpreta, podendo criar outros signos para melhor interpretar. O que

resulta dizer que nenhum signo tem um sentido único e exclusivo, isto porque nenhum signo tem o monopólio sobre o objeto.

Desse modo, a dimensão significativa faz do espaço urbano uma realidade semântica. Por uma perspectiva semiótica, a questão está associada a processos interpretativos (Peirce, 1977), o que permite aos objetos patrimoniais ter próxima relação com os sistemas de representações, de significados e de valores, para que sejam portadores de uma identidade socialmente compartilhada. No âmbito da exposição, o objeto patrimonial somente se transforma em objeto semiótico na medida em que é compreendido pelo público dentro de seu quadro comunicacional. No campo do patrimônio urbano, o restabelecimento de laços fragilizados ou inexistentes depende de potencializar a cultura da participação com diferentes categorias de públicos.

A mediação cultural, ao atuar na interface entre o público e o objeto com o fim de promover uma apropriação do segundo pelo primeiro, envolve uma transformação física e simbólica do lugar e suas novas representações. Nesse processo, deparam-se constantemente com clivagens sociais de natureza diversa na constituição de novos públicos. Por esse viés pedagógico, a mediação encontra-se dentro de um processo educativo que reúne o objeto patrimonial e o público. Reduzir a distância entre um e outro significa colocar em evidência aquilo que não está automaticamente visível. Os processos educativos procuram favorecer as práticas de leitura dos objetos patrimonializados, o que interfere na interpretação e ressignificação dos lugares e suas formas de ocupação e uso.

Do ponto de vista de Flon (2012), a transmissão do saber dos especialistas deve desencadear uma teia de relações em que os sujeitos sociais possam sentir-se partícipes do processo ao possibilitar momentos de fruição estética. Ter as produções culturais mediadas significa reconhecer que “[...] o encontro entre um público e uma obra não resulta de um milagre social, mas sim da lógica certa de uma dupla homologia. O gosto do produtor e o gosto do consumidor apenas na aparência se encontram ‘naturalmente’” (Lopes, 1998, p. 182). Com efeito, a afirmação reflete os vários exemplos que poderíamos citar de centros históricos patrimonializados, que não têm obtido os resultados pretendidos de construção da identidade cultural entre os membros de uma coletividade.

Como visto, o trabalho da mediação torna-se complexo em relação à afirmação da identidade cultural da cidade e sua configuração socioespacial. A mediação cultural tende a recorrer a mecanismos mais ecléticos de formação de novos públicos. Com isso, a recuperação do edificado representa apenas a parte mais visível do processo em que os atores institucionais concebem uma racionalidade técnica e jurídica. Como um recurso endógeno, o centro histórico, embora seja um lugar físico, não é estático, e sim uma atividade representacional no campo da semiótica, submetida a códigos, linguagens e imagens mentais que dependem de produções discursivas dinâmicas.

## **4. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO**

Este capítulo é dedicado ao enquadramento metodológico da tese, que se encontra inserida no âmbito do fenómeno da patrimonialização do espaço urbano. Um campo de pesquisa que vem se desenvolvendo nas últimas décadas, sobretudo no âmbito das ciências sociais e humanas. Em função da diversidade de aspectos, a interdisciplinaridade tem sido uma das características mais visíveis, apresentando diferentes tendências metodológicas. Desse modo, os procedimentos utilizados na pesquisa correspondem aos conceitos apresentados no enquadramento teórico-conceitual, e sua construção visou responder à hipótese levantada.

### **4.1 A abordagem qualitativa e o estudo de casos múltiplos**

A patrimonialização é fruto de um processo que concede ao objeto um estatuto patrimonial. Assim, os valores patrimoniais atribuídos são propriedades relacionais e não apenas características dos objetos em si. Nesse sentido, a questão central desta tese consiste em analisar a exposição do centro histórico como um objeto patrimonial que o constitui como tal, pelo uso e pelo efeito que produz por uma abordagem comunicacional.

Buscando atingir apropriadamente os objetivos deste trabalho, optamos em utilizar a abordagem qualitativa, uma vez que sua aplicabilidade visa compreender e explicar situações específicas. Tomando como pressuposto a natureza interpretativa e não positivista do patrimônio, a intenção com essa abordagem foi se posicionar epistemologicamente na compreensão ao invés da explicação, visto que:

É um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo estruturação. Esse processo implica em estudos segundo a literatura pertinente ao tema, observações, aplicação de questionários ou/e entrevistas e análise de

dados, que deve ser apresentada de forma descritiva. (Oliveira M. M., 2005, p. 41)

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa é marcada por uma rica descrição de ambientes complexos “[...] mas ela se torna uma descrição densa e se oferece uma conexão direta à teoria cultural e ao conhecimento científico” (Stake, 2011, p. 59), baseada na interpretação de experiências e situações. Portanto, a natureza descritiva da pesquisa demanda do investigador rigor na delimitação de métodos, técnicas, modelos e teorias capazes de conduzir adequadamente a coleta e interpretação dos dados.

Há uma diversidade de designações para a pesquisa qualitativa, que abrange várias formas de investigação em busca de compreender um fenômeno social. Entre as diversas formas que pode assumir, o estudo de caso se destaca como um dos mais conhecidos, centrado em uma situação em particular que revela importância como objeto de investigação. Conforme destaca Robert Yin (2005), o estudo de caso tem sido especialmente indicado quando na pesquisa empírica o foco incide sobre um fenômeno contemporâneo:

Os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real (Yin, 2005, p. 19).

Ainda, segundo o autor, a maneira como o pesquisador trata determinado problema possibilita a existência de estudo de caso único e de casos múltiplos, sendo o segundo aquele que permite conclusões analíticas mais contundentes. Por esse viés, presume-se que os resultados permitem ao pesquisador gerar proposições teóricas aplicáveis a outros contextos por meio da “generalização analítica” (Yin, 2005). A análise de casos múltiplos e a comparação são pesquisas complementares, sendo essencial questionar o que é comparável e sobre quais aspectos. “Si comparar no tiene una razón de ser especial, un objetivo específico (además del objetivo general de explicar), entonces se puede afirmar que no existe, en sentido propio, una metodología de la comparación, un



método comparado” (Sartori, 1999, p. 33). A comparação binária oferece a vantagem de ser mais intensa, possibilitando um escopo descritivo com maior profundidade.

Para além de identificar semelhanças e diferenças, o estudo de casos múltiplos provoca questionamentos, levando em conta interferências históricas, econômicas, sociais e culturais, ao analisar cada caso individualmente. Sobre as contribuições da comparação, Gérard Bouchard (2001) comenta que esse método pode ser empregado para analisar situações diferentes, reconhecendo que cada caso é singular e comparável a inúmeros outros. A pertinência se encontra na tentativa de descobrir regularidades em sistemas que diferem em tudo, salvo em relação ao fenômeno que se investiga. Considerando que esta investigação trata de uma pesquisa qualitativa, cujo interesse esteve sempre voltado para observar determinado fenômeno, a fim de descrever, classificar e interpretar os dados obtidos, justifica-se esta opção metodológica.

Tendo claro o objeto de estudo, a exposição do centro histórico como objeto patrimonial envolvendo dois casos, buscou-se, com a comparação como método de análise de fatos sociais, aprofundar a capacidade de descrição e interpretação. Contudo, isso não implica ter que “comparar o incomparável”, conforme proposta de Marcel Detienne (2004, p. 10), referindo-se ao “[...] círculo estrito do imediatamente comparável”. Desse modo, manteve-se o entendimento de que a relação sob a qual se faz a comparação é construída para e por meio da investigação. Consiste em historicizar o objeto de estudo a fim de validar ou refutar afirmações e conceitos. Os dois casos aqui estudados não se relacionam diretamente à fase de produção do patrimônio urbano, mas sim na dimensão que consiste em analisar sua exposição como um processo de transmissão e reapropriação de um objeto do passado, que ocorre no presente após a atribuição de um estatuto patrimonial, segundo a ação pública patrimonial em contextos sócio-históricos diferentes.

Desse modo, tomou-se como pertinente tratar os objetos de estudo por uma abordagem indutiva fundamentada na possibilidade de um movimento constante entre o abstrato da teoria e o concreto do real (Yin, 2016). Uma visão clara entre essas duas dimensões ajuda a reconhecer o campo teórico a partir da análise dos dados. A construção do objeto de maneira indutiva não apenas

responde a uma questão de pesquisa pertinente, pois também contribui com o debate científico. Como o modelo interpretativo apoiado apenas na indução limitaria possíveis ajustes de acordo com os casos estudados, utilizamos a abordagem empírico-indutiva para tentar responder a um "como" para entender um processo, em busca de se chegar a um "o quê". Portanto, buscou-se identificar o sistema em que o fenômeno estudado se insere a partir de suas partes e dos efeitos que produzem.

Como recorte temporal foram consideradas as duas últimas décadas, um período que tem início no limiar do século XXI, com a internacionalização do processo de patrimonialização dos centros históricos. Momento em que as políticas patrimoniais adquiriram particular relevância nas questões urbanas para a mobilização do retorno ao local em tempo de advento global.

#### **4.2 A recolha de dados qualitativos**

A pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem as relações sociais. O interesse em analisar a exposição do patrimônio urbano no âmbito dos centros históricos de cidades situadas em países diferentes conduziu à implementação de diferentes ferramentas. Tendo como estratégia de pesquisa trabalhar com o estudo de casos múltiplos, que se atem ao como e o porquê, busca-se caracterizar e aprofundar uma investigação empírica dentro de seu contexto concreto, dando atenção tanto ao uso de instrumentos descritivos quanto interpretativos.

Nesse sentido, dividimos a metodologia empregada em dois segmentos: o primeiro ligado à pesquisa documental e o segundo à análise do discurso. Foram consideradas duas categorias de informações. As de apoio secundário e as de apoio argumentativo. As de caráter secundário foram relevantes para a caracterização de cada caso estudado, enquanto as informações de apoio argumentativo fizeram parte do eixo que estrutura o trabalho de campo, dando identidade à investigação (Martins, 2008).

## **Pesquisa bibliográfica /documental**

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de referências teóricas obtidas em livros, teses, dissertações, artigos científicos publicados em meios impressos e eletrônicos, para conhecer melhor o que já se estudou sobre o assunto. Também recorreremos à pesquisa documental na busca pelo levantamento de fontes mais diversificadas, como as obtidas em jornais, relatórios, documentos oficiais, etc. Considerando que esse tipo de pesquisa compreende um levantamento sistemático de informações relevantes para a coleta de dados e evidências, Gilberto Martins (2008, p. 46) observa que:

Para a condução de um Estudo de Caso, a realização da pesquisa documental é necessária para melhor entendimento do caso e também corroborar evidências coletadas por outros instrumentos e outras fontes, possibilitando a confiabilidade de achados através da triangulação de dados e resultados.

Nesse sentido, o trabalho documental esteve presente antes e após a realização das entrevistas. Considerando a natureza interpretativa desta tese, a pesquisa documental foi indispensável na construção de categorias que possibilitassem ilustrar, conformar ou opor-se a suposições teóricas.

## **Entrevista semiestruturada**

A entrevista semiestruturada tem sido bastante utilizada no campo das ciências sociais, tendo como uma de suas principais características a utilização de um roteiro previamente elaborado. Nesse sentido, são conversas guiadas e não estruturadas que mantêm o pesquisador com o foco no objetivo da entrevista, mas ao mesmo tempo permite algum desdobramento sobre as questões apresentadas (Flick, 2009). A atenção encontra-se voltada para a formulação de perguntas contendo questionamentos básicos apoiados nas teorias e hipóteses relacionadas ao tema da pesquisa. Ressalta-se que o resultado dessa prática não depende apenas do conhecimento que o informante detém, mas da interação entre o pesquisador e o entrevistado.

Desse modo, a construção do corpus de pesquisa foi composta por um conjunto de entrevistas com o propósito de obter informações relevantes. Na seleção dos entrevistados, definimos o perfil em função da *expertise* sobre o processo de patrimonialização dos dois centros históricos estudados, envolvendo arquitetos, técnicos, especialistas e gestores institucionais. Foram realizadas, no total, 17 entrevistas que duraram em média uma hora, cuja transcrição procurou preservar integralmente a fala do entrevistado. Contudo, tendo em vista priorizar a legibilidade, as hesitações, as repetições e os jargões, entre outros elementos típicos da conversa coloquial, foram omitidos ou marcados por pontos de suspensão.

O recurso da entrevista mostrou ser especialmente adequado em contextos cuja intenção é analisar um problema específico, tendo em vista que as informações recolhidas, grosso modo, comportam alto grau de profundidade. Dessa forma, a entrevista individual foi um importante instrumento utilizado para se obter respostas às perguntas investigativas, em busca de refinar as informações que deram suporte à combinação de descrição e interpretação empregada na análise do estudo. Assim, embora o desenvolvimento da investigação tenha sofrido atraso na sua conclusão, consideramos que os dados coletados permaneceram válidos e identificados com os casos estudados.

### **4.3 Análise dos dados**

A análise dos dados foi feita em duas etapas. Primeiramente, foi utilizada a análise de conteúdo “como um conjunto de técnicas das comunicações, visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens [...]” (Bardin, 2011). Segundo Uwe Flick (2009), trata-se de um procedimento clássico de análise categorial geralmente obtidas de modelos teóricos, que considera a totalidade de um texto independente de sua origem. Demos atenção na codificação do material com a definição de categorias fundamentadas no referencial teórico.

Em um segundo momento, após a fase de exploração do material deu-se prosseguimento à interpretação por meio da análise do discurso, enquanto

técnica reconhecida por Bardin (2011) como pertencente ao campo da análise de conteúdo. Desse modo, a análise do discurso foi usada no tratamento dos resultados do corpus da pesquisa, considerando que os discursos dos sujeitos sócio históricos são elementos submetidos à análise de excertos dos interlocutores (Pêcheux, 2002). Assim, o uso de recortes das falas dos entrevistados, embora faça referência aos objetos empíricos, de fato, traduz efeitos de sentidos produzidos em condições discursivas que podem ser problematizados (Almeida, 2007).



---

## PARTE II





**CENTRO HISTÓRICO DE COIMBRA: UM  
FUTURO PARA A CIDADE DO PASSADO**

## 5. COIMBRA E A ALTA UNIVERSITÁRIA

Neste capítulo voltamos a atenção para a leitura do núcleo histórico da cidade, tendo um olhar focado na instalação definitiva da Universidade de Coimbra na Alta citadina, que acabou promovendo novas formas de habitar o espaço e que determinou a definição de sua morfologia polinuclear. Por esse percurso, destacamos a emergência da patrimonialização como um processo que ocorreu em paralelo a rápida evolução urbanística da cidade histórica. Um contexto em que a busca pelo título de Patrimônio Mundial passou a representar um dos caminhos para conter os efeitos do abandono progressivo do centro tradicional. Inicialmente, colocamos em destaque os esforços para a salvaguarda de sua zona monumental em busca de obter sua inscrição na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO. Por essa política patrimonial surge a conquista do título e sua conseqüente inserção na rede internacional do turismo cultural, dotando o núcleo histórico de uma nova identidade a ser explorada pelo marketing urbano.

### 5.1 A Universidade de Coimbra e a expansão da cidade

Coimbra, inicialmente chamada de *Aeminium*, nasceu no período da expansão do império romano na Península Ibérica nos séculos III a.c. a V d.c. Suas características topográficas representavam vantagens, por serem de fácil defesa e difícil acesso. Devido à sua topografia, a cidade manteve seu desenvolvimento durante séculos sobre a colina e o Mondego. Passou a ser chamada Conimbriga, em seguida Conimbria e permaneceu conhecida como Colimbria por todo o século IX, até que a evolução natural da língua fez surgir o nome Coimbra (Alarcão, 2008). O passado da cidade com suas largas muralhas, por várias vezes reconstruídas, contava com cinco portas que garantiam a segurança dos moradores, tendo modelado a estrutura da cidade (Gomes S. , 2006).

Coimbra teve papel importante na constituição da monarquia, como capital dos primeiros reinados. No século XII, embora bastante inserida no meio

rural, foi eleita por D. Afonso Henriques como lugar de permanência da corte. A partir de então, a evolução urbanística deu surgimento a inúmeras alterações que contribuíram para o desenvolvimento urbano, principalmente em relação a seu conjunto arquitetônico como marca de capitalidade. No final da 1ª Dinastia, já se havia definido um perfil da cidade que permanece até os dias atuais, formado por duas zonas distintas. Uma envolvendo o espaço intramuros e a outra a ocupar o território fora da muralha.

Com efeito, “seria a instalação definitiva da Universidade, empreendida em 1537, a determinar o rumo do desenvolvimento urbano e urbanístico da cidade” (Rossa, 2006, p. 7). Instalada, inicialmente, nas dependências do Mosteiro de Santa Cruz para que pudesse acolher todas as faculdades. Duas décadas após sua instalação, a cidade já contava com cerca de sete vezes o número de habitantes. Essa expansão demográfica nos dá uma dimensão do impacto que a instituição passou a exercer sobre o espaço urbano. Como destaca Walter Rossa (2001, p. 11):

[...] a fixação da Universidade determina uma mudança radical na evolução urbana e nos processos que a informa. Coimbra é, aliás, um raro caso, senão mesmo único, do urbanismo português em que no seu conjunto uma cidade se transforma numa estrutura monofuncional, quase um equipamento por alguns séculos.

Nesse cenário, a Alta se tornou o coração da cidade, apresentando profundas alterações na sua malha urbana em razão da instalação definitiva da Universidade. “Imagine-se a pequena cidade de Coimbra do século XVI na fase em que todos os seus colégios funcionavam, enxameada de estudantes, leigos e clérigos, frades de todas as Ordens, identificados pelos trajes próprios de cada uma” [...] (Carvalho, 2012, p. 229). Todavia, com a extinção das ordens religiosas os colégios receberam novos usos ou foram postos abaixo para a edificação da cidade universitária, já no século XX.

Durante o reinado de D. João V (1706-1750), foram realizadas significativas intervenções nas instalações da Universidade. Destaca-se a Biblioteca Régia, um esplêndido edifício barroco. Com o fim de sua construção<sup>17</sup>,

---

<sup>17</sup> Atualmente chamada Biblioteca Joanina.

teve início uma outra grande empreitada, investir nas áreas científicas, mas esse intento reformista haveria de aguardar mais algumas décadas. Contudo, o emblemático edifício exerceu forte influência para legitimar a zona da Alta como símbolo do mundo acadêmico, aristocrático e político, juntamente com a reconstrução da atual torre da Universidade, em 1733. Os sinos e o relógio passaram a marcar o ritmo da vida acadêmica dos estudantes, e acabarão tonando-se elementos icônicos, repercutindo na referência de tempo da própria cidade.

Na segunda metade do século XVIII, o traçado urbano de Coimbra se mantinha praticamente inalterado. Para reverter esse quadro, mudanças profundas foram implementadas durante o reinado de D. José I (1750-1777), tendo à sua frente o Marquês de Pombal. Segundo Maria Eduarda Cruzeiro (1988, p. 178), esse reformismo visava

[...] uma acção global que, marcada por uma forma particular de reinterpretação das orientações iluministas então correntes na Europa, procurava mudar a face da realidade nacional, dentro dos limites que o regime monárquico absoluto impunha, utilizando coerentemente os meios que este proporcionava e favorecia e, fechando o círculo, buscando ainda produzir, do mesmo passo, a sua consolidação.

Sob os argumentos da filosofia iluminista, as inovações pombalinas pretendiam introduzir no ensino superior português as novas correntes pedagógicas. “A Universidade, que começara por ser, na Idade Média, um Estado dentro do Estado, acabara sendo um organismo estadual, exclusivamente ao serviço dos ideais éticos-políticos do próprio Estado” (Cruz, 2008, p. 31). A intenção era criar um novo sistema de ensino com base no desenvolvimento da ciência e da técnica, de modo a romper radicalmente com o chamado atraso científico do sistema educativo dos jesuítas. A reforma universitária levada a cabo pelo Marquês de Pombal representou um marco histórico. Essa medida possibilitou a demolição de parte da muralha medieval, de modo a permitir a transformação do Paço das Escolas em sede da Universidade. A preocupação em agrupar na zona da Alta funções

predominantemente ligadas ao ensino, acentuou ainda mais a divisão com a zona da Baixa que se manteve voltada principalmente para comércio.

A partir de então, deu-se início a grandes demolições nas áreas antigas em favor da modernização. As novas construções que surgiram no século XIX tiveram como marcar certas características da chamada *belle-époque* que imprimiam elegância estética, como também procuravam criar novos espaços de sociabilidade. Com o avanço do urbanismo moderno, surgiram as políticas de preservação dos monumentos histórico cujo interesse era a consolidação da identidade nacional. Período em que predominou a defesa em preservar apenas os edifícios religiosos e civis mais marcantes.

Atrelada a uma política de afirmação local e regional, Coimbra começou a adquirir traços de uma organização urbana moderna. Nesse sentido, encontrava-se empenhada em ostentar o título de “terceira cidade” mais importante do país, enfrentando uma acirrada disputada com Braga. Para isso, [...] “encetou uma série de intervenções de embelezamento e a construção de uma nova paisagem urbana fomentando a sua representatividade na hierarquia das cidades nacionais” (Calmeiro, 2014, p. 72). Por meio de tais políticas urbanas surgiu o plano urbanístico de expansão da cidade. De um lado, havia o interesse em melhorar circulação em torno da Universidade; de outro lado, de incentivar o surgimento de novos bairros fora do núcleo central da cidade. Ao longo do século XX surgiram várias propostas de intervenção em Coimbra, principalmente de reestruturação de seu núcleo antigo para dar lugar a um tecido urbano menos denso, sobretudo em relação à zona da Baixa.

Por sua vez, o aumento do número de estudantes na Universidade de Coimbra serviu para justificar a proposta de ampliação de suas instalações. Contudo, não se planejava promover mudanças na Alta Universitária, e, sim, promover intervenções urbanísticas que atendessem essa demanda na zona da Baixa. Mas durante o regime do Estado Novo, apesar de ter sido preservada a separação entre as duas zonas da cidade, em seu discurso de modernização do espaço urbano da cidade, o então Presidente Oliveira Salazar, anunciou que:

(...) a Alta” é já de si, por obra de nossos antepassados, uma grandiosa cidade universitária, só bastando para dar-lhe realce e valor libertá-la de incrustados, malfazejos e indignos das construções fundamentais,

e completá-la com construções apropriadas às exigências dos novos estudos. (Torgal, 1988, p. 11)

Em busca de fazer erguer em Coimbra uma Cidade Universitária moderna, foram postos abaixo inúmeros edifícios de valor histórico e artístico. Para atender foi necessário demolir uma extensa área entre as décadas de 1940 e 1970, principalmente na zona da Alta, o que representou uma das maiores perdas do patrimônio histórico edificado de Portugal. Do Paço da Alcáçova, área da residência da família real, “restam hoje senão memórias escritas ou desenhadas”, comenta Alarcão (2008, p. 185). Como consequência, as demolições na zona da Alta provocaram alterações drásticas que dissiparam os vestígios da Coimbra romana e pré-romana, como explica Nuno Rosmaninho (2006, p. 110):

Na Cidade Universitária, o espírito *progressista* e o desejo de fazer obras criaram indiferença e até menosprezo pelo valor histórico e artístico de alguns monumentos. Numa fase inicial, pensou-se derrubar seis arcos do Aqueduto de S. Sebastião com a insignificante finalidade de desfrontar o Colégio de S. Bento. A única orientação patrimonial evidente, enunciada pelos políticos e pelo próprio Cottinelli Telmo, foi, nos anos quarenta, demolir discricionariamente e construir sem contenção estilística, quer dizer, sem atender, em termos estéticos, à proximidade do Paço das Escolas.

Na visão de Rosmaninho (2006), a construção da Cidade Universitária submeteu o patrimônio à lógica higienista e de monumentalização. Procurava-se, criteriosamente, dar visibilidade política patrimonial estadonovista vinculada ao desenvolvimento evocado sob confronto entre a estética monumental e o reaportuguesamento da arte. Desse modo, manteve-se próxima ao que foi expresso na Carta de Atenas do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), em que o tecido urbano antigo era visto como um obstáculo ao desenvolvimento e aos ideais higienistas (Pinho, 2009).

A expropriação arbitrária e as demolições abriram o terreno para a expansão da cidade em direção à periferia. A abertura de linha de crédito para a

habitação pelo Estado incrementava o setor da construção civil. Embora a opção para a população de baixa renda fosse residir em bairros sociais, também foram registrados valores recordes na construção de habitações de alto padrão para aqueles que possuíam maiores recursos financeiros. De fato, o rápido despovoamento da Alta trouxe uma série de consequências visto que fez subitamente desaparecer tradições, costumes e modos de vida.

Essa profunda remodelação acabou por transformar um bairro polifuncional em uma zona universitária. Conforme declara Paulo Gomes (2003, p. 40), “creio que a decadência de Coimbra no panorama nacional começou pela demolição da Alta, embora a cidade não tenha dado muito por isso”. Contudo, na visão de Rosmaninho, sobre os escombros da zona superior da Alta, essa estética totalitária, com base na promessa da monumentalidade, não somente “se cruzou com um rico imaginário conimbricense”, [como também] “é a soma destes aspectos tão dispares que torna verdadeiramente única a Cidade Universitária de Coimbra construída no século XX” (2006, p. 11). Essas mudanças desenharam um ambiente de rupturas com as formas urbanas do passado, na imagem do moderno inspirada no planejamento funcionalista.

Nesse sentido, a cidade do Mondego iniciou uma nova era cuja própria vida social precisava se adaptar ao aparecimento de novos espaços habitacionais, de comércio e de serviços. A expansão da periferia reflete a adoção de políticas públicas de habitação que defendiam a baixa densidade, sendo atribuída grande importância ao setor da construção civil no desenvolvimento da economia. A migração gradativa da população para a periferia foi gerando um vazio urbano na zona tradicional. Consequentemente, registou-se a degradação do conjunto edificado, com suas ruas desalinhas. Mas, ao mesmo tempo, esse processo provocou a perda de sua densidade demográfica, deu surgimento ao discurso de que Coimbra não poderia se tornar um mero lugar de passagem, portanto, precisava crescer por dentro.

## **5.2 A exaltação da zona monumental**

Em decorrência da crise econômica mundial da década de 1970, muitos países romperam com o princípio da *tábua rasa* para favorecer a emergência

dos aspectos positivos do patrimônio urbano ligados ao desenvolvimento econômico do território (Béghain, 2012). Na Europa, essa realidade ganhou ampla projeção por meio dos princípios da conservação integrada propostos na Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico, de 1975. Na retomada da vitalidade dos antigos centros, as estratégias de reabilitação urbana, tendo como base a política de preservação, registra a passagem da proteção pontual dos edifícios monumentais para a salvaguarda de seu conjunto edificado. Essa prática social repercute na expansão do turismo cultural<sup>18</sup> – firmando a agregação do valor econômico do patrimônio à gestão das cidades.

Em Portugal, com o fim do Estado Novo, em 1974, começaram a surgir discussões críticas e teóricas sobre as novas concepções de intervenção no tecido urbano. Seguindo as normas internacionais, a noção de patrimônio se alinha ao reconhecimento das edificações mais modestas que integram o *continuum* urbano. Como menciona Ana Cláudia Pinho (2009, p. 795):

Das práticas centradas na salvaguarda de objectos arquitectónicos mais ou menos isolados, iniciou-se a transição para outras concepções, onde se reconhece o valor do património vernacular, a importância de uma perspectiva mais urbana e a necessidade de integrar aspectos sociais nas intervenções.

Nesse período, começaram a surgir as ações de reabilitação urbana destinadas às áreas históricas em diferentes cidades do país, considerando que muitas delas foram alvo de intervenções que causaram grande estrago no tecido pré-existente. Em 1976, em sua maioria, tais ações passaram a ficar sob a responsabilidade das Direções-Gerais do Patrimônio Urbano (DGPU) e das Direções-Gerais dos Equipamentos e Recuperação Urbana (DGERU), que tiveram eficácia limitada na tentativa de deter o quadro de degradação física. Sem um plano de salvaguarda na legislação nacional, as DGERU atuavam com total autonomia nos municípios. Mas a reorganização em nível municipal,

---

<sup>18</sup> O turismo cultural surge como uma atividade econômica direcionada para o conhecimento e o lazer com elementos culturais, como os patrimônios material e imaterial pertencentes aos complexos arquitetônicos ou símbolos de natureza histórica (Jedy e Jacques, 2006).



decorrente da consolidação do processo democrático no país, provocou mudanças no discurso e nas estratégias de planejamento urbano, com destaque para a arquitetura e o setor da construção civil.

Progressivamente, foram sendo estabelecidos vínculos institucionais mais próximos com as organizações internacionais e com o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), o que contribuiu para a adoção de um conceito mais amplo de patrimônio. Esse movimento se consolida com a adesão à Campanha Europeia para o Renascimento das Cidades, no início da década de 1980. Tal campanha tinha como objetivo dar visibilidade à redescoberta da cidade histórica, com a introdução de novas dinâmicas de preservação de monumentos, centros tradicionais e mesmo da cidade como um todo. Descortinou a inclusão crescente do patrimônio urbano nas estratégias de políticas de desenvolvimento socioeconômico e cultural dos territórios. Conforme explica Teresa Barata Salgueiro (1992, p. 392):

Os 'centros históricos' foram eleitos como um dos problemas mais importantes das cidades dos anos 80. É necessário mantê-los e revitalizá-los devido aos valores culturais que transportam. Estes testemunhos vivos de épocas passadas são uma expressão da cultura e um dos fundamentos da identidade do grupo social, vector indispensável face aos perigos da homogeneização e despersonalização que caracterizam a civilização urbana contemporânea.

Assim, tiveram início as ações promovidas pelo Estado na reabilitação dos núcleos urbanos antigos do país, com a preocupação de conter a degradação e, ao mesmo tempo, de promover a valorização econômica do patrimônio urbano sob a perspectiva de expansão do turismo cultural. Dentro desse quadro, em 1982 Coimbra já se encontrava entre as cidades interessadas em ter seu nome inscrito na lista indicativa a Patrimônio Mundial, elaborada pela missão portuguesa junto à UNESCO. O processo de patrimonialização do centro histórico da cidade esteve vinculado ao Museu Nacional Machado de Castro, que manteve, durante os anos de 1981 e 1983, o programa Coimbra Antiga e Vivificação dos Centros Históricos. No evento comemorativo ao 70º aniversário do Museu, a então diretora, Dra. Matilde de Sousa Franco, lança a proposta de

inscrição do centro histórico de Coimbra à Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO (Nunes, 1998).

Apesar de Coimbra não ter sido inscrita na citada Lista, no ano de 1983 quatro candidaturas<sup>19</sup> envolvendo monumentos e conjuntos portugueses foram classificadas. Mais que um mecanismo de proteção ao patrimônio em nível internacional, o título de Patrimônio Mundial rapidamente foi sendo associado à garantia de um produto turístico atrativo e facilmente comercializado. Nesse sentido, Mário Nunes destaca alguns dos benefícios vinculados ao *status* do título (1998, p. 31):

[...] emprego de cidadãos, qualidade de vida, reconstrução e restauro de imóveis, fomento da cultura, desenvolvimento turístico, pólos de investigação, centros artísticos, revitalização do artesanato, crescimento hoteleiro e económico, aprofundamento de relações com outros povos, recuperação de tradições e costumes, elevação do nível de vida das populações, incentivo à pesquisa, reuniões científicas e mundiais

No empenho de Coimbra na obtenção do título de Patrimônio Mundial, vale destacar as contribuições do evento promovido pelo Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (GAAC), em 1987. Por sua vez, a realização do 1º Encontro sobre a Alta acabou incentivando a Câmara Municipal de Coimbra (CMC) a classificar a área monumental da cidade e a delimitar sua zona de proteção. Norberto Santos (2013, p. 194) esclarece que:

A cidade organiza-se em torno da colina que inclui o Centro Histórico, com a Alta, universitária, e a Baixa, de comércio tradicional. A Baixa é limitada, a oeste, pelo rio e, por outro lado pelas ruas Ferreiras Borges, Visconde da Luz (entre a Praça 8 de maio e o Largo da Portagem), e rua Sofia. Esta parte da cidade histórica é prolongada para margem

---

<sup>19</sup> A esse respeito Paulo Peixoto afirma que “[...] a Unesco concedeu esta distinção ao centro histórico de Angra do Heroísmo (situada nos Açores), ao Mosteiro dos Jerónimos, à Torre de Belém em Lisboa, ao Mosteiro da Batalha e ao Convento de Cristo em Tomar, assistimos a uma multiplicação de candidaturas e de intenções de candidaturas ao status de patrimônio mundial” (2013, p. 24).

esquerda até aos Mosteiros de Santa Clara e o Convento de São Francisco, que se integra também o Portugal dos Pequenitos.

Essa medida contribuiu para a autarquia criar políticas direcionadas à conservação do centro histórico de cidade. Em 1990, as comemorações do centenário da criação da Universidade serviram de marco para a publicação de diversos estudos sobre a Cidade Universitária de Coimbra. Segundo Rosmaninho (2014), se a década de 1980 deu surgimento a estudos que apresentavam sobretudo apreciações negativas sobre a cidade universitária, na década seguinte, surgiram temas bem diversificados. Ainda de acordo com o autor:

Neste período, procura-se conhecer melhor a Alta demolida, quantificando o número de prédios derrubados, deduzindo o valor locativo e cartografando a actividade comercial. Observa-se o exercício do poder e distingue-se a intervenção das diferentes entidades públicas. Pondera-se a destruição patrimonial (da arquitectura tradicional e erudita) e a reacção dos conimbricenses e da universidade. Analisa-se a aplicação do conceito de cidade universitária e procuram-se meios objectivos de medir a recepção crítica. Para tornar compreensíveis aparentes contradições ideológicas e sanar os facilitismos das interpretações políticas, desenhou-se um quadro histórico do imaginário de Coimbra. A arquitectura, a pintura e a escultura receberam sucessivos trabalhos de investigação incidindo na iconografia e nas dimensões 'naturalista', 'moderna', clássica', 'radicional' e 'monumental' (Rosmaninho, 2014, p. 637).

Mesmo com avaliações negativas sobre a destruição sofrida na zona da Alta, a fim de favorecer a obtenção do título de Patrimônio Mundial, a Câmara Municipal de Coimbra enviou, em 1992, o formulário de candidatura do Núcleo Histórico da Cidade de Coimbra à Comissão Nacional da UNESCO. Pode-se observar que as primeiras experiências de patrimonialização dos centros históricos já apresentavam preocupação política quanto à intervenção na cidade existente. No que se refere ao Plano Diretor Municipal de 1994, Santos (2013, pp. 193-194) ressalta que:

[...] valorizou a manutenção dentro do perímetro urbano da produção do espaço, enquanto definiu as zonas de Reserva de Urbanização. [...] Contrariamente à ideia de cidade difusa de Costa Lobo, foi defendido que a centralização da cidade era desvantagem, porque impossibilitava o aparecimento de outros centros bem equipados no concelho.

Esse instrumento de ordenamento segue o reconhecimento do patrimônio vernacular das cidades portuguesas, como testemunhas do passado e expressão da cultura. A criação dos gabinetes técnicos locais, por meio do Programa de Reabilitação Urbana (PRU), visou justamente dotar as autarquias de recursos financeiros no planejamento de propostas de reabilitação, para supervisionar o acompanhamento das obras e oferecer apoio social às populações (Vaz P. , 2006). A Lei do Congelamento das Rendas<sup>20</sup>, que vigorou por quase trinta anos sem reajuste, havia se tornado um obstáculo à reabilitação urbana (Santos N. , 2013). Mas considerando as mudanças sociais e políticas que o país atravessava, a Câmara Municipal de Coimbra (CMC) começou a mobilizar ações mais efetivas na recuperação do patrimônio urbano do núcleo mais antigo da cidade (Alta e Baixa). Santos e Azevedo (2013, p. 11) comentam que:

Para este efeito a Autarquia promoveu três ações integradas para o seu núcleo urbano mais antigo: o PRAUD – Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas; o projeto de revitalização da Baixinha: Programa de Apoio à Modernização do comércio na área central da cidade (PROCOM / URBCOM) e Programa de Reabilitação Urbana.

---

<sup>20</sup> Sem atualização no valor das rendas durante décadas, os proprietários deixaram de ter interesse em investir em obras; por sua parte, os arrendatários não estavam dispostos a custear a recuperação de imóveis que não lhes pertenciam. Em meio a esse impasse, a população no centro tradicional e seu entorno foram apresentando significativa redução (Santos N. , 2013). Os dados do censo na metade do século passado já apresentavam, nas freguesias situadas nessa área, percentuais mais baixos de habitantes, a partir da intervenção efetuada na Universidade durante o Estado Novo. A lei sobre o inquilinato, publicada pelo Estado Novo em 22 de junho de 1948, permaneceu até 1985.

Com base nesse direcionamento, durante toda a década de 1990, Coimbra manteve-se firme na “corrida” em busca do título de Patrimônio Mundial. Nesse sentido, por meio de uma cooperação interinstitucional, foram definidos novos limites da área a concorrer ao título. Em 1998, com vista a tornar a “Alta de Coimbra” Patrimônio Mundial, foi entregue à Comissão Nacional da UNESCO e ao Ministro da Cultura mais um dossiê preliminar de candidatura, contendo a caracterização sumária de sua área (Fortuna e Peixoto, 2002). Após a virada do século, em 2001, o Presidente da Comissão Nacional da UNESCO emitiu um parecer informal no qual reconhecia a zona da Alta como detentora de imóveis de singularidade única. Entretanto, argumentou que as obras realizadas durante o Estado Novo provocaram uma descaracterização significativa, interferindo na sua autenticidade (Peixoto, 2006). Além disso, os novos critérios<sup>21</sup> restritivos impostos à candidatura de centros históricos europeus impossibilitavam a Alta de Coimbra de constar na lista indicativa a Patrimônio Mundial. Mas remeteu-se para a consulta a um perito a quem caberia estudar a possibilidade de uma candidatura em consonância com as novas restrições determinadas pela UNESCO.

A chancela de Patrimônio Mundial diz respeito a um movimento em escala global em busca de ocupar um lugar na geopolítica de cenarização dos lugares promovidos pela dialética Estado-mercado (Costa E. B., 2015). Nesse sentido, como ressalta Fernando Seabra Santos<sup>22</sup>, as dificuldades na reabilitação urbana envolveram mudanças consideráveis no uso do solo pela lógica neoliberal, na qual tem destaque o *boom* do mercado imobiliário:

Tem a ver com as opções de desenvolvimento urbano, com a política de abandono dos centros históricos e a construção das cidades periféricas, subúrbios, numa lógica de procurar terrenos menos caros, e deixando os centros históricos progressivamente marginalizados, progressivamente habitados por classes sociais menos abonadas, menos favorecidas, inclusivamente por marginais, quando não completamente abandonados e em ruínas, como acontece em alguns

---

<sup>21</sup> Em 2001, entre outras determinações para evitar a banalização do título, reduziu-se a trinta o número de bens a serem classificados anualmente (Peixoto, 2006).

<sup>22</sup> Ex-Reitor da Universidade de Coimbra a cujo mandato esteve ligada a elaboração da candidatura que viria a ser bem sucedida em 2013. Entrevista concedida em 25/02/2015.

casos, mesmo em Portugal e em outros países. Há países na Europa Central e Europa do Norte que conseguiram ir resolvendo estas questões, com política de desenvolvimento urbano que acautelavam estes problemas a médio e a longo prazo. Mas houve outros países, e Portugal é um bom exemplo disso, em que as perspectivas, as estratégias de desenvolvimento urbano foram mais definidas em termos de metas de curto prazo e, portanto, foi se deixando para mais tarde a resolução dos problemas dos centros históricos, até o momento em que o problema é praticamente irresolúvel, ou tornando muito difícil a resolução.

Desse modo, as razões do abandono das áreas urbanas históricas envolvem recursos avultados para a implementação de projetos, ao mesmo tempo em que a distinção patrimonial é indispensável para aumentar o interesse e o valor no mercado turístico e imobiliário. Sabe-se que, em termos operativos, nas cidades portuguesas, o poder municipal somente passou a apresentar maior aporte de recursos com a entrada do país na União Europeia, em 1986. Seguindo a necessidade de equalização com o contexto europeu, as políticas locais de reabilitação e de investimentos na regeneração urbana está ligado à valorização econômica do patrimônio urbano. Em 2004, tendo em vista a urgência do Estado em desenvolver o potencial turístico das áreas urbanas centrais, foi criada a Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU), dando aos municípios autonomia para promover a recuperação/reabilitação de zonas históricas. Com esse direcionamento, foi criada a Coimbra Viva SRU, com o objetivo de contribuir para a coesão da zona da Baixa por um novo direcionamento em termos de requalificação e refuncionalização da formação urbana histórica

Em Coimbra, as sucessivas intervenções urbanas apontam para a relação dual entre a prática preservacionista e a própria dinâmica contemporânea da cidade. No início do século XXI, Portugal já contava com quatro<sup>23</sup> centros históricos classificados como Patrimônio Mundial. E mesmo com o limite de trinta bens a serem classificados anualmente pela UNESCO, prevaleceu a certeza de

---

<sup>23</sup> Angra do Heroísmo, 1983; Évora, 1986; Porto, 1996; Guimarães, 2001.

que o título representa um novo processo de ressignificação do lugar. A patrimonialização, fenômeno que transforma objetos em patrimônio, “[...] depende de sua manutenção, da produção e ideologização de uma materialidade e de símbolos representativos” (Costa E. B., 2015, p. 38). Ao patrimonializar um objeto, as operações de proteção e valorização, além da finalidade de transmissão de uma herança deixada às futuras gerações, inscreve-se numa política local que segue a onda de estetização do lugar. Um meio para designar os valores de identificação da própria cidade em busca do recompensador desenvolvimento econômico.

### **5.3 Coimbra Universitária – Patrimônio Mundial**

As políticas de ordenamento do território voltadas para a inscrição das cidades na Lista do Patrimônio Mundial, notadamente, apontam para o empreendedorismo urbano que norteia o valor econômico e simbólico da preservação. Mas a *frénésie* pelo reconhecimento da UNESCO inaugurou o estabelecimento de novos critérios. Dessa forma, o recorte do centro histórico de Coimbra na constituição da candidatura precisou remeter à importância que a UNESCO atribuiu à observação das áreas do patrimônio e seu entorno. Assim, a patrimonialização institucional que consagrou Coimbra como detentora de um sítio classificado Patrimônio Mundial resultou de um protocolo de cooperação entre a Universidade de Coimbra e a Câmara Municipal.

A candidatura não contemplou a cidade ou o centro histórico como um todo, mas a sua Universidade e os colégios da Rua da Sofia e no antigo Paço Real, juntamente com o reconhecimento do forte vínculo com as tradições acadêmicas. Essa seleção pressupõe que o centro histórico e a cidade histórica em sua globalidade sejam obrigatoriamente preservados, enquanto um todo coerente, para atender aos requisitos de adequada conservação, proteção e gestão do bem detentor do título.

### 5.3.1 A revalorização da paisagem histórica

A inscrição de Coimbra como Patrimônio Mundial manteve-se como objeto de interesse político por quase três décadas. A promoção da cidade por uma lógica de patrimonialização global “[...] é um processo de ressignificação dos lugares da cultura e da natureza em escala planetária” (Costa E. B., 2015, p. 35). Pressupõe uma transformação do lugar por um conhecimento mais desenvolvido das suas particularidades e universalidades.

Com base nos referentes ligados ao caráter histórico da cidade, a candidatura de Coimbra a Patrimônio Mundial apresentava distintas propostas de atribuições de valor ao tecido urbano. Como explicam Luis Reis Torgal e Ângelo Ésther (2014, p. 62):

Desde a década de oitenta do século XX que, no âmbito de diversas instituições públicas e privadas (no caso das primeiras, a Universidade de Coimbra, o Museu Machado de Castro ou a Câmara Municipal de Coimbra) se debate a candidatura de Coimbra a Patrimônio da Humanidade, discutindo-se, todavia, a área a definir: a cidade, a universidade ou o patrimônio imaterial.

Como observado, não havia uma definição clara sobre a seleção no processo de patrimonialização, embora o centro histórico de Coimbra fosse reconhecido como uma zona de inestimável valor histórico. Contudo, com base nos estudos realizados quanto à área geográfica a ser delimitada na candidatura, a Universidade de Coimbra foi identificada como portadora de um forte Valor Universal Excepcional (VUE), em função do estreito vínculo que sempre manteve com a formação do núcleo originário da cidade. De acordo com Rosmaninho (2014), durante quase três décadas predominou o sentimento de rejeição à promessa de monumentalidade da Cidade Universitária de Coimbra, que pôs abaixo um número significativo de prédios. A partir do limiar do século XXI, “os juízos negativos não desapareceram (nem tinham de desaparecer), mas perderam a dominância anterior, enquanto proliferavam os contributos historiográficos (Rosmaninho, 2014, p. 638). Desse modo, manifestou-se o



desejo em conter os juízos negativos sobre a política e estética em relação à obra do Estado Novo em favor de seu valor simbólico e identitário, portanto, de seu caráter emblemático.

Considerando as restrições impostas pela UNESCO<sup>24</sup>, em 2004, o Grupo de Trabalho Interministerial incluiu na sua lista indicativa a candidatura da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia ao título de Patrimônio Mundial. Em 2005, a apresentação pública do Guião de candidatura da Universidade de Coimbra foi notícia na mídia<sup>25</sup> regional e nacional. A emissora de televisão RTP deixou registrado em seu portal de notícias que:

A candidatura incluirá a história da cidade, da própria Universidade e das tradições académicas, designadamente a canção de Coimbra, a praxe, as repúblicas, as festividades, as cerimónias e os trajes de professores, estudantes e alguns funcionários, como os arceiros, herdeiros da antiga polícia universitária<sup>26</sup>.

A ação deliberada de seleção pela patrimonialização institucional, dentre os possíveis elementos representativos da cidade, trata-se de uma escolha acompanhada por critérios variados: econômicos, ideológicos, culturais e políticos. Nesse sentido, os sete séculos de existência da Universidade de Coimbra remetem a uma análise temporal da história da cidade. Essa representação patrimonial se mostrou adequada a uma candidatura a Patrimônio Mundial, pela possibilidade de não se restringir à dimensão física da Universidade. Como explica o então Reitor Fernando Seabra Santos<sup>27</sup>:

A Universidade de Coimbra, como poucas universidades do mundo, teve a possibilidade de constituir ao longo dos séculos um lugar na

---

<sup>24</sup> A partir 2004, para constar “[...] na Lista do Patrimônio Mundial, um sítio deve ter Valor Universal Excepcional (e cumprir pelo menos um dos dez critérios, além das condições relevantes de integridade e autenticidade, e dos requisitos de proteção e gestão” (UNESCO, 2013, p. 20)

<sup>25</sup> Como ressalta Muriel Rosemberg (2000), um projeto passa a ser conhecido não apenas por ser aprovado para ser executado, mas quando midiático, dando visibilidade às suas etapas e ao discurso de seus atores institucionais.

<sup>26</sup> Informação disponível em: [http://www.rtp.pt/noticias/cultura/universidade-e-camara-de-coimbra-preparam-candidatura-a-patrimonio-mundial\\_n152598](http://www.rtp.pt/noticias/cultura/universidade-e-camara-de-coimbra-preparam-candidatura-a-patrimonio-mundial_n152598).

<sup>27</sup> Ex-Reitor da Universidade de Coimbra. Entrevista concedida em 25/02/2015.

cultura, nomeadamente de origem portuguesa e expressa na língua portuguesa, que é um lugar de referência. E foi entendido que uma forma possível de valorizar esse lugar ímpar que a UC tem é procurar sua inscrição como património da humanidade. A parte que foi candidata não foi apenas o bem físico, os edifícios materiais. Foi, sobretudo, o bem imaterial, o que a UC representa para o desenvolvimento da língua e da cultura portuguesa no mundo.

A Universidade de Coimbra e a Câmara Municipal assumiram o desafio de elaborar um dossiê de candidatura, em que ficaram de fora alguns edifícios emblemáticos do ponto de vista histórico e monumental, como o Museu Machado de Castro e o convento de Santa Clara a Velha. Esse fato gerou polémica por certo período. Contudo, Raimundo Mendes da Silva<sup>28</sup>, na qualidade de Pró-Reitor, responsável pelo então Gabinete de Candidatura da Universidade de Coimbra, ressalta que:

[...] aquilo que se propôs à UNESCO foi que se classificasse a história da Universidade de Coimbra com as evidências físicas da sua passagem pela história, dos edifícios onde passou. Ou seja, é este contexto que se classificou. Obviamente que não está desenquadrado do que é o resto da história da cidade, do que a cidade propriamente dita envolve e, por isso, nós sempre dissemos que a candidatura é a candidatura de Coimbra.

Nesse movimento, a preparação de um dossiê de candidatura mais detalhado e inventariado passou a atender a um conjunto de procedimentos que não havia sido desenvolvido nas tentativas anteriores. Para dar conta desse processo, optou-se pela contratação de um consultor especialista trabalhando com a equipe local. Nesse sentido, contratou-se o arquiteto Nuno Ribeiro Lopes, que apresentava em seu currículo destacada experiência em outros processos bem sucedidos de candidatura a património mundial, envolvendo centros

---

<sup>28</sup> Coordenador geral do processo de candidatura da Universidade de Coimbra, Alta e Sofia a Património Mundial. Entrevista concedida em 27/2/2015.

históricos em outras cidades do país. Conforme Bourdin (2011), o investimento em especialistas identifica a formação de um corpo de profissionais que se destaca pelo conhecimento altamente qualificado, cuja atuação fundamenta-se na produção do consenso quanto a certo número de características particulares que irão determinar o estatuto de patrimônio.

O Gabinete de Candidatura à UNESCO foi a entidade responsável pelos múltiplos estudos e ações realizadas nos quatro anos em que foi constituído o dossiê. A candidatura sob o título *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia* procurou expressar a importância do vertente material de uma instituição com mais de sete séculos de fundação, bem como do vínculo com sua dimensão imaterial revestida de tradições culturais e identitárias singulares. Estudos de diferentes disciplinas identificaram uma série de atributos que afirmam o *status* de autenticidade e integridade exigido. Procurou-se qualificar a Universidade de Coimbra instalada no “[...] antigo Paço Real da Alcáçova (hoje Paço das Escolas), onde se alojaria definitivamente em 1537 [...]. E que, a prazo, justificaria a vocação universitária da urbe” (Universidade de Coimbra, s.d., p. 10). A patrimonialização procurou refletir um lugar depositário de um manancial iconográfico, cujos antigos edifícios servem de referência aglutinadora pelo próprio imaginário dos eventos importantes que neles tiveram lugar.

**Figura 6: Logotipo de Candidatura**



Fonte: [http://www.uc.pt/unesco\\_old/logotipo](http://www.uc.pt/unesco_old/logotipo)

Nesse sentido, o logotipo de candidatura tem a função de representar a construção simbólica do centro histórico de Coimbra enquanto objeto patrimonial no âmbito da candidatura a Patrimônio Mundial.

Este logotipo consiste na conjugação de vários elementos iconográficos que nos levam ao entendimento entre o núcleo da cidade, as suas modificações ao longo dos tempos, a sua própria extensão e propagação. A linha exterior ao quadrado simboliza a Rua da Sofia e a sua função de levar Coimbra avante, cidade essa que começou a estender-se por aí, trazendo mais conhecimento à cidade com a construção dos vários colégios que ali tomaram lugar. A linha encontra-se fora do suporte para simbolizar o momento em que Coimbra saiu do quadrado, um dos passos que levou a cidade a alcançar o estatuto de hoje, a Cidade do Conhecimento. As linhas no interior do quadrado simbolizam as várias modificações das zonas denominadas como a Alta da cidade onde também se localiza o Pólo I da Universidade de Coimbra<sup>29</sup>.

Observa-se que a intenção foi tornar perceptível que os dois domínios territoriais estão inexoravelmente ligados por uma relação de interdependência. A imagem, entendida como um signo na visão peirceana, identifica a representação da construção patrimonialista proposta para Coimbra, conforme as escolhas e decisões institucionais. Tais representações sob a lógica da materialidade e da autenticidade revelam certas características que serviram de suporte à definição de merecedora do estatuto de Patrimônio Mundial. Segundo Davallon (2000), o sintagma *filiation inversée* não trata apenas da reprodução fiel do passado, mas de sua continuidade no presente, portanto, uma *filiation* que assegura uma continuidade cultural e não mais apenas social.

O dossiê<sup>30</sup> de candidatura compreendeu quatro dos dez critérios estabelecidos pela UNESCO:

---

<sup>29</sup> Informação disponível em: <https://tinyurl.com/y3pknfnc>. Acesso realizado em 23/05/2016.

<sup>30</sup> O dossiê de candidatura foi composto por sete volumes: Candidatura, Plano de Gestão; Textos Gerais; Influências; Planos Diretores; Execução; e Zona de Proteção.

(ii) testemunhar uma troca de influências considerável durante um dado período ou numa área cultural determinada, sobre o desenvolvimento da arquitetura, ou da tecnologia das artes monumentais, da planificação das cidades ou da criação de paisagens; (iii) fornecer um testemunho único ou excepcional sobre uma tradição cultural ou uma civilização viva ou desaparecida; (iv) oferecer um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico ou de paisagem ilustrando um ou vários períodos significativos da história humana; (vi) estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, a ideias, a crenças, ou a obras artísticas e literárias com um significado universal excepcional (Universidade de Coimbra, s.d., pp. 134-135).

Resguardar as particularidades territoriais para que permaneçam autênticas aponta para uma nova realidade cercada de oportunidades, mas também de desafios. De um lado, trata-se de um processo catalisador de novas formas de apropriação orientado pelo empreendedorismo urbano (Harvey, 2005), força motriz para o crescimento do mercado turístico. De outro lado, a própria UNESCO (2007) também reconhece que a conservação da paisagem urbana histórica envolve uma missão árdua por parte dos gestores públicos, especialmente quanto ao uso sustentável dos bens patrimoniais. Desse modo, as transformações que fazem do patrimônio um recurso revelam a tensão entre a conservação do patrimônio urbano e as ações que têm como objetivo a valorização das suas potencialidades, visando ao desenvolvimento socioeconômico do lugar.

### **5.3.2 A ressignificação do lugar em escala mundial**

De modo geral, a essência de um objeto patrimonial não é compreendida mediante uma rápida contemplação. Essa é uma proposição importante, por meio do qual emerge uma política dos signos em função da produção dos lugares ressignificados. Logo, faz-se marcante um estreito diálogo entre os governos locais das cidades-patrimônio e o reordenamento do território,

concebido por um novo modelo de planejamento urbano constituído tanto do visível quanto pela invisível percepção de sua dimensão simbólica.

No curso do processo de patrimonialização que integra a candidatura da Universidade de Coimbra, Alta e Sofia, passou-se a dar maior atenção à gestão de bens patrimoniais. Medidas administrativas e legislativas concernentes à proteção e restauração do patrimônio urbano precisaram ser ampliadas e finalizadas, notadamente as que se encontravam sob a responsabilidade da administração municipal. A inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO sempre esteve condicionada por um regime de patrimonialização, envolvendo operações ligadas à identificação, proteção, conservação, apresentação e transmissão às futuras gerações do patrimônio de Valor Universal Excepcional. Mas a inscrição na Lista do Patrimônio Mundial não se traduz na efetiva garantia de conservação e preservação dos valores que lhe foram atribuídos. Atingir esse objetivo passou a envolver questões bem mais complexas, que acompanham conceitos e normas internacionais.

Sob esse enfoque, a análise do dossiê de candidatura permitiu colocar em evidência o Plano de Gestão, que constitui o Livro 2 do dossiê de candidatura da *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia*. O documento, além de apontar os principais problemas inerentes à classificação, apresenta o planejamento como essencial na preservação do patrimônio. Segundo comenta Anne Watremez (2013, p. 27):

Le plan de gestion constitue le projet scientifique et culturel du bien, il est le cadre stratégique opérationnel sur le terrain proposant, à court, moyen et long terme un plan pluriannuel d'actions pour la protection, la restauration et la mise en valeur du patrimoine.

Nesse sentido, não podemos deixar de fazer referência ao Gabinete para o Centro Histórico e o Gabinete de Candidatura à UNESCO, pela responsabilidade frente à nova política de preservação do patrimônio e pela definição de estratégias e ações de sua integração como bem e como recurso cultural. Foram postas novas regras na tentativa de viabilizar a preservação do patrimônio urbano por uma maior aproximação entre os atores sociais e os

agentes públicos e privados. Em relação às práticas de transmissão e de valorização do patrimônio urbano, no curso da última década a UNESCO passou a apresentar diretrizes mais específicas sobre o que se espera na gestão da paisagem histórica urbana<sup>31</sup>. Como parte da política urbana de patrimônio, pode-se observar que:

Plano de Gestão é o instrumento fundamental para atingir o objectivo final de superar a sempre difícil equação entre o respeito e valorização da herança cultural, por um lado, e o desenvolvimento sustentável do património arquitectónico e cultural, por outro. A sua recuperação, preservação, valorização e promoção exigem mecanismos de planeamento e gestão precisos e eficazes que impõem e implicam cumplicidades entre as várias entidades competentes, bem como o envolvimento da sociedade civil. A UNESCO exige-o, a Universidade e a Cidade também (Universidade de Coimbra, p. 9).

Com essa finalidade, foi criada a Associação Ruas Recriar a Universidade, Alta e Sofia (RUAS), que passou a coordenar as operações urbanísticas em todo o perímetro do centro histórico, conforme reconhecido no Plano Diretor Municipal. A responsabilidade executiva da RUAS reuniu a Universidade, a Câmara Municipal, a Direção Regional do Centro e Coimbra Viva SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana. Uma ação conjunta entre diversos órgãos setoriais nas diferentes esferas de governo, bem como entre poder público e sociedade civil. Assim, atender às Diretrizes Operacionais previstas na sua Convenção implicou na percepção de que as referências à autenticidade, integridade, excepcionalidade e universalidade devem apresentar coesão com o enquadramento patrimonial. A Associação RUAS foi destinada aos seguintes objetivos:

- Salvar, promover e gerir as áreas candidatas e de proteção, definidas pela candidatura da Universidade de Coimbra a integrar a Lista de Bens de Património da Humanidade da UNESCO.

---

<sup>31</sup> A evolução das definições de paisagem urbana foi sistematicamente sendo constituída não somente pelos seus elementos singulares, mas pelos movimentos contraditórios gerados por interesses económicos, geralmente definidos por uma minoria que decide o sistema de organização do lugar (Grefe, 2014).

- Salvar, promover e gerir o território afeto ao Bem designado por Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, nos termos da classificação de Património Mundial atribuída pela UNESCO.
- Promover, apoiar e dinamizar iniciativas no âmbito da atividade científica, cultural e social, tendo em vista a preservação e a beneficiação do património afeto.
- Disponibilizar aos associados e demais interessados informação atualizada sobre linhas de financiamento para projetos.
- Representar o Bem classificado nas instituições nacionais e internacionais<sup>32</sup>.

Durante o processo de elaboração do dossiê de candidatura, a Associação RUAS atuou como única interlocutora junto à UNESCO. Como destaca Raimundo Mendes da Silva<sup>33</sup>, o desempenho da Associação foi resultado do esforço em conjunto das instituições envolvidas:

A candidatura tinha uma proposta muito interessante reconhecida pelo ICOMOS e pela UNESCO, que era a proposta de uma Associação, chamada RUAS, que podia ter sido chamada de uma outra maneira [...]. Essa Associação que criamos para a gestão do bem era uma associação mais ou menos virtual, portanto com as várias instituições, mas quando eu digo virtual é sem grande capacidade instalada, sem pessoas, sem funcionários próprios ou sem muitos funcionários próprios, se não tem que ter uma nova estrutura, uma nova instituição formal, fixa. Mas que baseava o seu trabalho em três grandes linhas: uma da salvaguarda; outra do acompanhamento, digamos assim, e outra da promoção e valorização. A esses três componentes, da salvaguarda, do acompanhamento e da promoção e valorização, eram garantidas também por três gabinetes também azuis, também eles um pouco virtuais. E estas funções continuam sendo, na minha opinião, as que precisam ser valorizadas e desempenhadas.

---

<sup>32</sup> Informação disponível em <http://www.uc.pt/ruas/info>

<sup>33</sup> Coordenador geral do processo de candidatura da Universidade de Coimbra, Alta e Sofia a Património Mundial. Entrevista concedida em 27/2/2015.



Desse modo, a Associação RUAS, que entretanto desvaneceu, assumiu a responsabilidade de coordenar tanto as operações urbanísticas pertinentes às áreas inseridas na candidatura, quanto a recuperação do passado medieval referente à sua zona de proteção. As duas áreas apresentavam problemas diversos, sendo indispensável um processo de gestão dinâmico, de modo a considerar toda a sua dimensão.

Na reaproximação entre patrimônio urbano e cidade, o Plano de Gestão procurou estabelecer ligação entre vários projetos e entidades envolvidas. No processo de candidatura, entre as intervenções previstas, ganharam destaque nove projetos para a Alta Universitária<sup>34</sup>: cinco de requalificação (Pátio das Escolas; edifício da Associação Acadêmica de Coimbra; Laboratório Químico; auditório da Reitoria e espaços envolventes; Teatro Paulo Quintela); três construções (parque de estacionamento no largo D. Dinis e Centro de Informação e Divulgação da Universidade de Coimbra; Biblioteca da Faculdade de Direito; novo Centro de Informação e Divulgação da Universidade de Coimbra); e uma reconversão (Casa das Caldeiras). A paisagem histórica urbana tem frequentemente contribuído na delimitação de espaços que se distinguem pela qualidade patrimonial, do ponto de vista espacial, temporal e experimental.

Dadas as novas exigências da UNESCO, estima-se que um Plano de Gestão deve apresentar garantias sobre a viabilidade de sua implementação. Assim, um sistema de gestão do patrimônio urbano eficaz envolve um ciclo de ações de curto, médio e longo prazos, incluindo a zona tampão da candidatura, de modo a garantir a manutenção de todos os aspectos de seu Valor Universal Excepcional (UNESCO, 2013). Logo, sendo esse instrumento relativo à conservação e à preservação patrimonial, engaja, principalmente, a responsabilidade dos poderes locais, a participação do cidadão e sua função social.

O processo de patrimonialização, decorrente da candidatura a Patrimônio Mundial, deixou evidente que a preservação e a promoção de um bem de interesse público em escala internacional também implicam em custos adicionais maiores para as entidades gestoras. De fato, o Plano de Gestão da candidatura de Coimbra teve suas estratégias centradas na necessária integração entre a

---

<sup>34</sup> Informação disponível em: <http://www.uc.pt/ruas>

reabilitação do edificado, dos espaços públicos e da rede de equipamentos disponíveis. No desenrolar do processo de candidatura, entrou em curso um conjunto de planos e projetos na intenção de garantir a concretização das ações previstas no Plano de Gestão. Havia a necessidade de maior articulação entre as várias entidades, tendo em vista a integração nos processos de planeamento territorial e urbano da região e a participação da comunidade.

Para atender às prerrogativas da UNESCO, deveriam ser firmadas parcerias ao longo do processo de candidatura, como recuperar ou dar novas funções aos diversos edifícios históricos. Assim, não é por acaso que sua documentação destaca a importância de promover a adaptação de muitos de seus edifícios às necessidades atuais, de criar novos espaços públicos e privados a serem utilizados por diferentes segmentos de público a fim de estimular vivências constantes.

O modelo de patrimonialização que se consolidou na representação do património urbano da inscrição da cidade na Lista do Património Mundial deixou claro o interesse em investir em medidas de conservação, valorização e transmissão. O processo de candidatura da Universidade – Alta e Sofia envolveu quase cinco anos de trabalho. O Comitê do Património Mundial, reunido no Camboja, em 2013, classificou três dos quatro critérios submetidos:

Critério II: Testemunhar uma troca de influências consideráveis durante um dado período ou numa área cultural determinada, sobre o desenvolvimento da arquitectura, ou da tecnologia das artes monumentais, da planificação das cidades ou da criação de paisagens.

Critério IV: Oferecer um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitectónico ou tecnológico ou de paisagem, ilustrando um ou vários períodos significativos da história humana.

Critério VI: Estar directa ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, a ideias, a crenças, ou a obras artísticas e literárias com um significado universal excepcional. (Universidade de Coimbra, s.d., pp. 134-135)

Dentre as razões que levaram à candidatura de Coimbra, observa-se que as questões imateriais tiveram um grande peso. Nesse sentido, provou possuir uma tipologia específica de integração da Universidade com a cidade ao longo de sete séculos, representando um papel único na formação de instituições acadêmicas no mundo lusófono (Ferreira e Santos, 2011).

Com a classificação, Coimbra inaugurou um novo momento na política patrimonial para o centro histórico. A coalisão entre o discurso institucional do patrimônio e as exigências do sistema capitalista cria uma rede de referências que segue a retórica monumental na resolução dos problemas das cidades históricas. Dessa forma, a administração municipal é responsável pela gestão dos mecanismos que orientam e regulam as intervenções na área classificada e na sua zona de proteção. A inserção na Lista do Patrimônio Mundial também significa a cenarização progressiva da cidade, portanto remete à manutenção da vida cotidiana na revalorização da paisagem urbana histórica. Assim, o reconhecimento de um Valor Universal Excepcional situa Coimbra no mercado global de competição entre as cidades, onde a economia urbana é calcada na prestação de serviços.

Desse modo, a chancela da UNESCO desvela a lógica de ressignificação mundial das cidades através dos mecanismos de *patrimonialização global*. Por um lado, a preservação da paisagem urbana histórica deve favorecer o uso coletivo de seu patrimônio urbano; por outro lado, depara-se com sua identificação como recurso mercadológico, ou seja, objeto fundamental da atração turística. Esse híbrido de ações nos remete à lógica da preservação para a mercantilização dos lugares (Peixoto, 2003). Assim, fica evidente que, ao integrar a lista dos bem classificados pela UNESCO, além de atender ao caráter exemplar proposto pela concepção de VUE, cujos princípios éticos devem prevalecer, encontra-se a ideia subjacente de cidade histórica como um produto turístico. Um conjunto de diretrizes deve guiar as políticas e práticas de conservação e proteção do patrimônio urbano no âmbito institucional; também utilizadas para reconhecer a arquitetura como arte e mercadoria.

A candidatura de Coimbra demorou três décadas para se efetivar, mantendo-se, em grande medida, motivada pelas expectativas de retorno dos investimentos feitos pelo poder público e pela iniciativa privada. Desse modo, o

patrimônio urbano é ao mesmo tempo evocado como um bem herdado do passado e um recurso estratégico em benefício do desenvolvimento econômico. Portanto, a patrimonialização e seus processos não são neutros. Pelo contrário, são portadores de valores que traduzem um acordo social implícito, nutridos de interpretação e de conceitos sobre seu modo de regulação como Patrimônio Mundial. O centro histórico encontra-se estrategicamente integrado ao planejamento urbano, cuja tônica recai sobre a recriação de ambientes históricos e no cuidadoso desenho dos espaços públicos, entre outros recursos promovidos pela regeneração urbana (Silva e Santos, 2010). Mas em Coimbra, segundo destaca José António Bandeirinha<sup>35</sup>, é preciso, principalmente, acreditar na requalificação do centro histórico:

As pessoas não acreditam na requalificação do espaço, os gestores do espaço urbano não acreditam que é possível requalificar como foi em outras cidades que há por aí, como Guimarães, por exemplo, para falar em outras hipóteses. Portanto, é muito difícil chegar lá enquanto não houver alguém que acredite nisso. [...] estou a falar em concentrar esforços privados, públicos num plano de objetivos estratégicos comuns que é a requalificação atual dos espaços. Mas ponho à cabeça nesta questão da densidade urbana, ou seja, a questão de que para o espaço ser reabilitado é necessário haver habitantes.

Nesse sentido, José António Bandeirinha chama a atenção para o processo de desertificação dos espaços centrais da cidade, que não pode ser resolvido reabilitando apenas para o turismo, visto que isto não é sustentável. Assim, considera que a valorização econômica do núcleo urbano histórico depende de restabelecer a centralidade perdida nas últimas décadas. Por sua vez, essa questão diz respeito às pressões vividas pelas cidades históricas e seus habitantes no âmbito da cidade neoliberal, em priorizar o espaço urbano como um lugar socialmente construído.

---

<sup>35</sup> Prof. da Universidade de Coimbra, membro do Núcleo de Estudos sobre Cidades, Culturas e Arquitetura. Entrevista concedida em 26/01/2015.

De fato, o modelo globalizado de patrimonialização do centro histórico de Coimbra representa visibilidade internacional e projeta a cidade no cenário mundial. Mas a lógica patrimonial revela uma força vertical de transformação de lugares singulares, que ao mesmo tempo depende da implementação de lógicas locais horizontais acerca do ordenamento socioterritorial. A memória institucionalizada e chancelada remete ao espaço-tempo que está para além do objeto concreto, o que torna a exposição do patrimônio urbano uma atividade subjetiva ligada à narrativa do passado que se quer contar.



## 6 A MUDIATIZAÇÃO ENTRE TRADIÇÃO E MODERNIDADE

Este capítulo analisa a exposição do centro histórico de Coimbra, abordando a patrimonialização enquanto processo que remete à *célébration de l'objet patrimonial* (Davallon, 2006). Com a classificação de Patrimônio Mundial, Coimbra acionou um momento decisivo de sua patrimonialização quanto à revificação da sua estética urbana pautada na reconsideração da realidade histórica da cidade. A *mise en exposition* do espaço urbano como um espaço sintético conduz à interpretação e à apropriação por sua publicização, projetando a ideia de usufruto por toda a população. Assim, no funcionamento do centro histórico como um dispositivo semântico, questionamos a midiatização como a chave dinamizadora da intencionalidade comunicacional em busca da visibilidade e da percepção na transmissão de uma imagem diferenciada do lugar. Por esse viés, a exposição do objeto patrimonial, enquanto objeto cultural inscrito dentro de um discurso museológico, comunica a elaboração de uma leitura do espaço urbano que não está organizado ao acaso, indicando os caminhos de sua interpretação.

### 6.1 A delimitação institucional e o reconhecimento social

Desde a última década do século passado, a emergência da noção de patrimônio urbano tem sofrido um deslocamento intencional relativo ao processo de valorização e apropriação do espaço urbano. Aos poucos, passou a ser um elemento reconhecido pelo grande público, revestido de um crescente vínculo memorial e identitário. Como vetor do acesso coletivo, a delimitação espacial constitui um lugar privilegiado de afirmação e legitimação das referências identitárias. O exercício de expor reflete uma atividade subjetiva da seleção, da hierarquização na apresentação ao público do espaço urbano patrimonial como um lugar de experiência.

Nesse sentido, a delimitação do centro histórico de Coimbra constitui um espaço narrado sobre o imaginário monumentalista, associado aos eventos fundadores e às figuras ilustres. Nessa direção, a valorização do passado

expressa a grandiosidade de alguns de seus edifícios e seu valor artístico e arquitetônico. Por sua vez, a narrativa dessa patrimonialização evoca o que Garcia Canclini (1994, p. 104) considera como “o papel protagonista do Estado na definição e promoção do patrimônio [que] se funda em um imaginário conservacionista e monumentalista”. A exposição do centro histórico representa uma constante procura pela melhor comunicação com seus públicos, estando seus desafios relacionados com a subjetividade e a instabilidade de lidar com o patrimônio urbano. A midiatização ancorada na chancela de Patrimônio Mundial representou uma mudança para o modelo de preservação ou recuperação dos vínculos entre habitantes e memória urbana.

Do ponto de vista da recuperação da história da cidade, a intenção é reforçar que Coimbra continua detentora de uma imagem singular que tem atravessado séculos, embora a partir da segunda metade do século XIX tenha passado a sofrer forte influência dos ideais de embelezamento urbano. Nesse sentido, Margarida Calmeiro (2013, p. 88) cita as intervenções de saneamento e infraestrutura da frente ribeirinha de Coimbra como um projeto simbólico de construção de uma nova paisagem urbana.

Preconizada entre a vontade de um município preocupado em afirmar-se como terceira cidade nacional, ainda que debilitado técnica e financeiramente, a transformação das margens do Mondego, aliou os novos saberes técnicos às novas necessidades de saneamento, entendido como mais do que uma operação sanitária, antes como uma operação simbólica onde a estética e a ordem, recriam a paisagem urbana, a cidade conquistou o rio e uma nova imagem, da modernidade.

Diferentes projetos de intervenção urbana apresentavam propostas de modificações significativas na estrutura da cidade, entre eles, o Plano de Urbanização, de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra que defendia a organização de cidade dispersa, proposto em 1940 por Étienne de Groer. Como explica Santos (2012, p. 193):



De Groer defendia a cidade dispersa planeada, sendo influenciado pelos países do norte da Europa e pelas ideias de Ebenezer Howard, assumindo para Coimbra uma opção por densidades baixas em oposição a densificação construtiva e em altura. Identificou 7 áreas para controlo urbanístico, arquitetónico e paisagístico que seriam as áreas de expansão urbana (Bairro da Conchada e Montarroio, Bairro de Montes Claros, Bairro de Santa Cruz, Bairro de Celas, Bairro de Santo António dos Olivais, Subúrbio do Calhabe, Subúrbio de Santa Clara), que correspondiam a aldeias da periferia da cidade. Assim, a primeira metade do século XX solidifica aquela que viria a ser a organização interna da cidade de Coimbra no início do século XXI, entre o centro histórico e os arrabaldes que viriam a ser partes constituintes da cidade contemporânea.

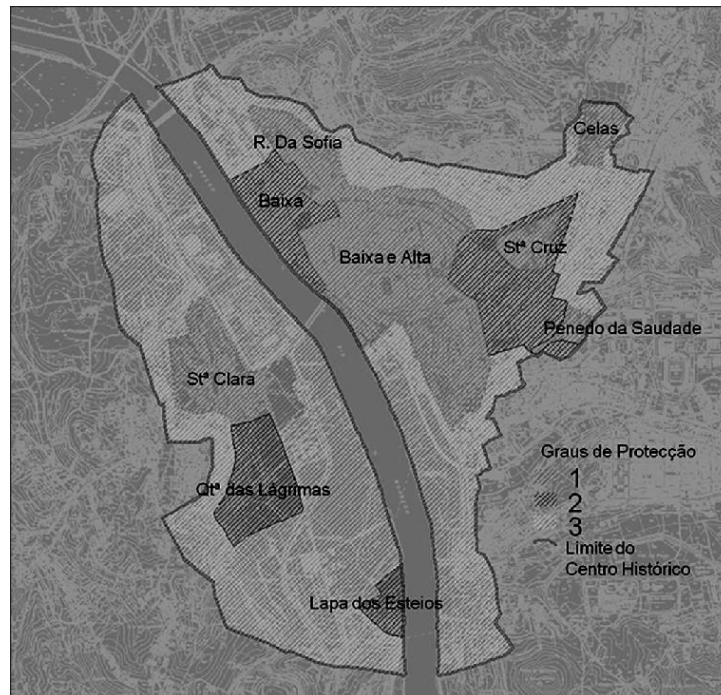
Nessa trajetória, a política de expansão da cidade histórica, ao promover novas formas de sociabilidade, também deu início ao processo de esvaziamento do centro tradicional. Ao longo do século XX, formou-se uma dinâmica de circulação da cidade por meio da “[...] articulação da Coimbra renascentista (R. da Sofia) com a Coimbra oitocentista (Av. Sá da Bandeira) à frente ribeirinha, cumprindo desejo antigo da cidade” (Byrne *et al.*, 2003, p. 19). O núcleo tradicional viu seu papel de centralidade socioeconômica enfraquecer com a conformação de lugares expressando a modernização da cidade. Assim, pode-se compreender, dessa forma, a relação de encantamento que tem se procurado criar nas últimas décadas em relação às zonas da Alta e da Baixa. João Teixeira Lopes (2000, p. 76) explica que:

Os principais pontos de referência constituirão autênticas marcas simbólicas que funcionarão como estímulos à interação. Nesse caso, a imagem da cidade resultará da conjunção de uma percepção imediata com toda uma vocação de longa experiência do passado.

Com efeito, a intervenção urbana vista como um ato de reinvenção da cidade envolve tanto questões preservacionistas quanto diz respeito à evolução urbana, colocando em evidência a estreita ligação entre salvaguarda e desenvolvimento. Sobre o recorte territorial que procurou favorecer a produção do imaginário sobre a cidade, a Câmara Municipal de Coimbra delimitou um setor

de salvaguarda, formado por três diferentes graus de proteção. Nesse caso, as zonas da Alta e Baixa, bem como a de Santa Clara na margem oposta do Mondego, formaram a área de proteção com grau 1 (Santos e Azevedo, 2013).

**Figura 7: Centro Histórico de Coimbra - zonas de proteção**



Fonte: Santos e Azevedo (2013, p.7).

Nesse sentido, a delimitação de uma zona de proteção seguiu a lógica da nova face do planeamento urbano contemporâneo, geralmente visto como “núcleos culturais”, a fim de favorecer os processos de valorização das memórias urbanas. A noção de património urbano, representando a dimensão histórica e singular de um lugar e seu contexto, reflete sua evolução a partir das últimas décadas do século passado (Poulot, 2009). Seguindo a lógica contemporânea entre cultura e memória urbana, o centro histórico de Coimbra passou a ser objeto de diferentes planos e projetos de valorização de suas qualidades intrínsecas, cuja ênfase sobre determinadas características procurava demonstrar ser merecedora da classificação de Patrimônio Mundial.

O dossiê de candidatura que consagrou Coimbra como detentora de um sítio classificado Patrimônio Mundial teve como objeto a Universidade, centrada

essencialmente nos colégios da Rua da Sofia e no antigo Paço Real. Sendo a Universidade considerada a principal relíquia do passado, o processo foi marcado por sua valorização como patrimônio histórico, cultural e arquitetônico urbano. Desse modo, embora se tenha deixado de fora alguns edifícios emblemáticos, a área delimitada deu um novo olhar sobre seu caráter excepcional, e suas dimensões monumental, histórica e artística. A esse respeito, Raimundo Mendes da Silva<sup>36</sup> considera que:

No fundo, há aqui duas candidaturas, ou se quisermos duas classificações. Há uma classificação que é estrita da UNESCO que é Alta e Sofia, com 32 edifícios identificados, e com mais os espaços coletivos que é o classificado, e há toda uma envolvente que na nossa perspectiva é uma envolvente absolutamente essencial à candidatura. [...] A perspectiva em Coimbra foi a de dizer que a zona de proteção era uma zona envolvente, era uma zona que fazia parte no fundo desta massa que era relevante para a candidatura e para qual a candidatura tinha que ser relevante.

Sob esse ponto de vista, se o que o centro histórico de Coimbra tem de excepcional é sua relação com a Universidade, isso também significou o funcionamento da operacionalidade simbólica do centro histórico como um todo. Sob tais aspectos, a patrimonialização oscila entre as duas delimitações com a intenção de que uma sempre faça referência a outra. A orientação do ICOMOS de estabelecer uma zona tampão foi de preservar a coexistência entre o espaço classificado e o espaço não classificado. Em sentido ambivalente, a delimitação do centro histórico reporta ao chamado patrimônio universal tal qual ao valor excepcional da identidade nacional. Contudo, não se pode ignorar que na patrimonialização, a seleção da herança arquitetural reconhecida como digna de ser conservada e lembrada, dá ao centro histórico uma memória social seletiva (Veschambre, 2008). Envolve iniciativas diversas que vinculam a promoção da cultura local ao turismo patrimonial, com a conversão das áreas urbanas antigas em paisagens para o consumo visual.

---

<sup>36</sup>Coordenador geral do processo de candidatura da Universidade de Coimbra, Alta e Sofia a Patrimônio Mundial. Entrevista concedida em 27/2/2015.

Em Coimbra, a obtenção do título de Patrimônio Mundial, privilegiando alguns de seus edifícios mais antigos intensificou seu reconhecimento como sendo o coração cultural da cidade. Mas além dessas referências monumentais inscritas na lista da UNESCO, Ferreira e Santos (2016, p. 33) ressaltam que:

[...] existe um vasto conjunto de outros bens. Salientam-se os Mosteiros, de Santa Cruz, de Santa Clara-a-Velha e o de Santa Clara-a-Nova; as catedrais, a Velha e a Nova; os conventos, de São Francisco e de Sant'Ana, e Jardins, o Botânico, o Portugal dos Pequenitos, o Parque Verde do Mondego, este ligando as duas margens do rio Mondego, referência fundamental na imagem da cidade e na relação com a colina da Universidade.

Notemos, pois, que a ideia de centro histórico em seu conjunto assenta sobre a amplitude espacial que a noção de patrimônio foi adquirindo no decorrer do século XX. Desse modo, sua delimitação como objeto patrimonial encontra-se ancorada em dois processos distintos, mas complementares (Navarro, 2014). De um lado, por um posicionamento mais antropológico, identifica-se com as reflexões de Alois Riegl (1984) sobre o monumento, que expressa de modo sucessivo ou simultâneo valores históricos ou de antiguidade. De outro lado, estabelece uma perspectiva mais política, identificada com a necessidade de unir o monumento e a paisagem como estratégia para conservar e valorizar as construções históricas, salvaguardando o ambiente das transformações inerentes à modernidade, conforme proposta de Giovannoni (Choay, 2006). Como cita Veschambre (2008, p. 84):

Cet emboîtement des formes d'appropriation de l'espace nous semble caractéristique du processus de patrimonialisation: un élément patrimonialisé, c'est à la fois un espace approprié et un point d'appui dans une logique d'appropriation d'un espace plus large, un espace marque et une *marque* dans l'espace.

Passando para a patrimonialização sob o ponto de vista comunicacional, esse processo não diz respeito ao patrimônio em si, mas ao seu modo de

produção e transmissão envolvendo aspectos materiais e imateriais (Davallon, 2015). A delimitação do espaço urbano patrimonial significa uma forma de apropriação social e simbólica, em que a mediação assume o papel de dar visibilidade às modalidades de expressão, de legitimação de uma apropriação apoiada na materialidade do lugar.

Desse modo, ao longo do processo de candidatura, as intervenções realizadas no centro histórico de Coimbra tiveram como prioridade a recuperação do tecido urbano. Tendo em vista garantir a classificação da UNESCO, diferentes intervenções passaram a ser postas em ação a fim de atribuir um funcionamento específico ao espaço urbano. Como destaca Carina Gomes<sup>37</sup>, vereadora da cultura da Câmara Municipal de Coimbra:

[...] tanto a Câmara Municipal como a Universidade de Coimbra têm levado a cabo várias ações de reabilitação do edificado no centro histórico, de acordo com suas possibilidades financeiras obviamente. [...] e isso faz com que os privados também invistam.

Nesse sentido, a visibilidade da delimitação do espaço urbano patrimonial apresenta um papel crescente como um atributo social a ser valorizado em torno dos vestígios do passado. Mas a mediação na apropriação simbólica dos vestígios do passado envolve mais que dar visibilidade aos edifícios recuperados. Conforme destaca Veschambre (2008, p. 9):

Le *signe* produit par le marquage est associé à un *signifiant*, à un support matériel: comme le soulignent les origines germaniques de *marque* (*mark*: “limite visible”, *marken*: “marquer, remarquer”), les signifiants utilisables pour le *marquage* renvoient principalement au canal visuel et peuvent se décliner *a priori*, au-delà des figures emblématiques de la borne ou de la barrière, selon une infinité de formes et de transformations de l’espace.

Fica evidente que o patrimônio urbano é caracterizado por essa marcação utilizada pelos agentes institucionais para produzir apropriações simbólicas, no

---

<sup>37</sup> Vereadora da cultura da Câmara Municipal de Coimbra e vice-presidente da Associação RUAS. Entrevista realizada em 7/7/2015.

estabelecimento de vínculos com o lugar. Nessa perspectiva, o Plano de Pormenor da Alta Universitária previa diferentes propostas inseridas na política de reabilitação prevista. As duas áreas, Alta e Sofia, situadas em pleno coração do centro histórico, ganharam destaque no compromisso em melhorar a circulação no trajeto que configura a triangulação entre o Pátio das Escolas e os dois Largos, D. Dinis e Marquês de Pombal. Para Ripoll (2006, p. 21), “on peut dire que c’est la contiguïté elle-même qui fait signe. Comprendre le fonctionnement du marquage nécessite d’introduire la localisation du signe dans la production de la signification, ce que la pragmatique appelle l’indexicalité”. Por essa visão, subentende-se que os significados corporificados no espaço urbano constituem um mundo icônico, a partir do qual se efetuam novas leituras e interpretações.

O centro histórico de Coimbra, visto como um cenário urbano composto por monumentos históricos musealizados, mobiliza e reinterpreta elementos da tradição e do imaginário da cidade. Nesse sentido, a mediação em torno da sua delimitação procura propor um percurso ligando história, memória e projeto urbano, portanto, um dispositivo comunicacional adaptado para provocar uma visão do patrimônio urbano como cultura viva e suscitar a troca de experiências.

**Figura 8: Alta de Coimbra**



Fonte: <https://tinyurl.com/yxjtbec4> | Lusa | Sérgio Azenha

Desse modo, a proposta de uma pedonização progressiva teve como objetivo tornar o espaço urbano em um lugar de *flânerie*, notadamente visual para aquele que caminha deambulando pelas ruas. Ao citar a metáfora do *flâneur* retomada por Benjamin (Benjamin, 2006) como método, Ferrara (2012, p. 112) destaca que:

*A flânerie caracteriza-se justamente por esse tipo de olhar da multidão, que tem como grande arma cognitiva a observação, e por longos percursos a pé percorridos com o intuito de experienciar a cidade. O flâneur mostra fascínio e atitude crítica [...].*

Por esse viés, o valor simbólico do patrimônio urbano deve refletir uma *mise en exposition* que privilegia a circulação de pedestres. As intervenções buscando readaptar o tecido urbano existente a novas situações envolveram diversas entidades inseridas no Programa Cidade Univers(c)idade, Regenerar e Revitalizar o Centro Histórico, entre 2009 e 2011. Entre as zonas da Alta e da Baixa, passou-se a investir em uma dinâmica de permanência e apropriação simbólica do espaço urbano delimitado.

**Figura 9: Repavimentação da Rua da Alegria**



Fontes: <https://tinyurl.com/yypuxqe>

<https://tinyurl.com/y4ld6ep6>

Evocar o espaço urbano como signo produtor de sentidos implica maior investimento na acessibilidade para atender às necessidades e às exigências contemporâneas, tendência que tem sido vista em diversos projetos internacionais. Norberto Santos considera (2012, p. 20):

De facto, é urgente tornar o centro mais acessível a toda a população, eliminando as interferências do tráfego de passagem, criando uma ambiência atraente e oferecendo a rua às pessoas. Tornar os espaços dos centros históricos mais abertos, mais animados e mais variados para o transeunte é fundamental para conseguir atribuir valor ao centro histórico.

Como uma espécie de síntese de identidade local, o centro histórico de Coimbra circunscrito de elementos marcantes da velha cidade intramuros procura lidar com as constantes transformações que visam atender às demandas atuais da cidade. Os desafios da exposição do patrimônio urbano como um meio comunicativo diz respeito a uma constante procura para ser entendido como uma prática de experimentação. Caune (2008, p. 36) observa que:

Esse intuito de compreensão da exposição como uma mídia só adquire sentido se examinamos, de um lado, a articulação entre o dispositivo técnico desenvolvido em um espaço e, de outro lado, as condições que determinam sua concepção e sua realização.

Como um dispositivo comunicacional, a mediação do espaço urbano em exposição não pretende apenas chamar a atenção do público, mas também aumentar a conexão entre passado e presente, priorizando certas características históricas, arquitetônicas, urbanísticas, paisagísticas, no âmbito do centro histórico. Mostra-se evidente que muitos interesses estão em jogo ao se agregar novas possibilidades de apreensão dos valores atribuídos a um objeto patrimonial, considerando que seu valor cultural tem sido cada vez mais utilizado como instrumento de desenvolvimento econômico. Vive-se a produção de imagens e não propriamente o objeto patrimonializado. Essas especificidades demandam a geração de um novo olhar sobre a patrimonialização relativa à classificação, não apenas na utilização da área delimitada envolvendo questões de consumo, mas também na legitimação de novos preceitos patrimonialistas, como a inclusão de temas ligados à inovação e à criatividade.



A conservação e a valorização do patrimônio construído são um dos principais desafios dos centros históricos classificados em escala internacional, embora a UNESCO tenha começado a dar importância crescente aos aspectos intangíveis. Para melhor explorar a delimitação do centro histórico de Coimbra, Clara Santos<sup>38</sup> coloca em destaque que:

[...] um centro histórico [é um lugar] onde as pessoas consigam ir com transporte à mão. Aí temos um problema complicado, porque é uma cidade de colina, com muitos altos e baixos. Há formas de se resolver isto, mas não há bons transportes públicos, não há boas acessibilidades.

Nesse sentido, a territorialização do patrimônio pode ser interpretada como sendo a territorialização das políticas públicas, em que o centro histórico como um espaço comunicacional específico obedece a regras internacionais, portanto, [...] não é a história do lugar que é preservada, mas um modo internacional de “histórias do lugar” (Serpa, 2018, p. 109). Portanto, para fazer renascer e reviver a estética urbana medieval é preciso firmar um novo encontro com o passado. Pela via da experiência estética, o interesse em objetivar a beleza do centro histórico provoca o surgimento de novas necessidades ao patrimônio urbano, que se reinventa para o espetáculo.

Os novos projetos de intervenção ajustados à ordem econômica mundial e suas oportunidades de promoção da cidade pelo marketing urbano (Harvey, 2005) representaram uma mudança de entendimento do centro histórico como uma unidade construída, onde se misturam imagens e sensações traduzidas do discurso técnico. Sua preservação pode e deve ocorrer segundo uma linguagem contemporânea que procura comunicar a valorização de um conjunto edificado, único e indissociável, como elemento integrante das relações socioeconômicas e culturais.

Na perspectiva do pensamento urbanístico crítico, essa promessa de recuperação do setor histórico e de uma suposta vida local, sobretudo promovida internacionalmente, tem como imperativo uma significativa mudança na forma

---

<sup>38</sup> Ex-vice-reitora da Cultura e Comunicação da Universidade de Coimbra. Entrevista realizada em 18/05/2015.

de uso e de usuários. Em Coimbra, a reutilização das formas do passado ganhou novos contornos devido ao maior interesse pela cultura da cidade e a seu estilo de vida. Com isso, a exposição do centro histórico pela designação territorial reflete a legitimação da narrativa do lugar estreitamente imbricada com a política atual de requalificação das cidades por meio do incremento das infraestruturas de acessibilidade, bem como do estímulo às ações e práticas culturais.

## **6.2. Entre narrativa patrimonial e identidade urbana**

A institucionalização do patrimônio como resultado de uma série de etapas que confere ao objeto o estatuto de patrimônio não se limita a uma dimensão temporal do presente em direção ao passado. Ao mesmo tempo em que uma diversidade de objetos é reconhecida como patrimônio pelos especialistas, os laços entre passado e presente têm como fio condutor um conhecimento que se deseja partilhar com distintos grupos sociais. Um trunfo do patrimônio está na maneira como confere tangibilidade a um discurso de valorização, estando a capacidade de narrar intimamente associada à de intercambiar valores reais ou mitificados. Os objetos patrimoniais atestam a existência de uma anterioridade com a qual se quer estabelecer uma relação memorial.

Nesse sentido, os centros históricos inscritos na lista da UNESCO encontram-se inseridos na era da gestão da arquitetura icônica em escala transnacional. No campo patrimonial é preciso considerar os aspectos relativos às vivências pretéritas do espaço urbano. Por conseguinte, na medida em que certo número de objetos se apoiam sobre as formas herdadas do passado, “l'exposition répond alors à ce que l'on pourrait appeler une technologie de la présence puisqu'elle vise essentiellement à rendre les objets exposés présents au visiteur, à magnifier leur apparaître” (Davallon, 2010, p. 229). A *mise en exposition* designa sempre outra coisa, ou seja, uma produção cultural que excede o que está exposto ao narrar uma história a partir de um ponto de vista específico. A narrativa não aborda o objeto patrimonial em si, mas aquilo que

sob a forma de discurso, de mitos, de história ou memória qualifica a patrimonialização.

Seguindo essa lógica, o interesse pela classificação como patrimônio mundial tem permitido demonstrar que o espaço urbano é um campo cada vez mais fértil para abordar as narrativas entre a cidade real e a imaginada. No caso de Coimbra, o empenho pelo reencantamento da cidade acabou provocando o surgimento de uma sequência de narrativas, o que gerou o desdobramento contínuo de novas interpretações e significados. Nesse sentido, Frias e Peixoto (2002, p. 10) destacam que:

[...] Coimbra, quando comparada a outras cidades portuguesas, é uma das que mais tem estado sujeita a um processo de reprodução de imagem e que isso se deve à quase inexistência de novas dinâmicas urbanas relevantes e a afirmação de novos actores e símbolos capazes de projectar uma imagem moderna da cidade. [...] Por outro lado, o discurso do desencantamento de Coimbra resulta, em parte, de um excesso de retórica sobre a cidade que é, ele próprio, um legado do peso secular da Universidade.

Essa reflexão enfoca a importância da narrativa no reconhecimento do objeto patrimonial em um processo de patrimonialização em evolução. Vale lembrar que o caráter arquitetônico sempre foi um fator diferencial, visto que “[...] Coimbra é recorrentemente caracterizada nos mercados turísticos como cidade histórica, patrimonial e monumental, académica e universitária” (Gomes C. , 2008, p. 56). A busca em atrair investidores e crescimento interno fez com que a gestão municipal investisse por diversas vezes em uma nova imagem, na intenção de posicionar a cidade nos mercados nacional e internacional. Sendo a imagem uma informação interligada a um significado, o foco não é apenas a recuperação do centro histórico, mas também sua utilização como um campo fértil da experiência arquitetônica da cidade existente. O objetivo da exposição não é a simples apresentação de sua história, mas o de transmitir uma mensagem que caracteriza e legitima o espaço urbano como objeto patrimonial.

Nas duas últimas décadas do século passado, as práticas promocionais seguindo a lógica do marketing urbano correspondem às práticas neoliberais de desenvolvimento econômico, em que a cidade passou a ser consumida como

uma mercadoria. É nesse contexto que muitas cidades procuram se (re)descobrir, de modo a criar imagens que permitam sua inserção no competitivo mercado global. Coimbra, como cidade histórica, é produto da necessidade moderna e da valorização de suas características artístico-culturais como pertencente a todos. Nesse sentido, o processo de patrimonialização intermedeia a relação entre materialidade e subjetividade conduzida por uma dinâmica de permanência e transformação, refletindo uma valorização rememorativa. Na exposição do patrimônio urbano, a midiatização é utilizada para publicizar um relato territorial que faz lembrar a existência de elementos ligados à história local e sua ligação com a identidade contemporânea.

Com base no entedimento de monumento histórico apresentado por Riegl, revisitado e adaptado ao contexto atual (Noppen e Morisset, 2005), pode-se dizer que a narrativa do objeto patrimonial não se encerra em seu caráter de antiguidade. O conceito moderno de patrimônio tem a função rememorativa a partir do olhar seletivo – apoiado sobre o conhecimento de especialistas – conhecido *à posteriori*, ou seja, tem balizas temporais e espaciais delimitadas, ligadas aos mecanismos da memória cognitiva. Nessa perspectiva, Fabrice Ripoll (2006, p. 15) constata que o espaço urbano “[...] est considéré comme un produit social, le produit d’une société qui révèle ou tout au moins peut révéler les conditions de sa production, les usages qui en sont faits, et derrière ces usages, les intentions et intérêts qui les ont portés”. Por esse entendimento, não sendo o estatuto de patrimônio urbano estável, nem tão pouco intrínseco, encontra-se sujeito a ser esquecido ou a cair em desuso.

É importante lembrar que o reconhecimento do patrimônio como herança remete a um contexto de produção e uma visão de mundo específica. Nesse caso, a identificação com o passado não vem de uma continuidade garantida, mas é construída a partir de uma ruptura (Davallon, 2015). A narrativa tem ocupado um lugar privilegiado na compreensão das referências memoriais, experiência de outras épocas e realidade que ainda ressoam no ambiente urbano. Como cita Flon (2012, p. 22):

Le récit est un "moyen puissant" de la mise en scène, parce qu'il représente les lieux et leur donne vie, développe un ensemble d'explications qui donne un sens aux objets et une cohérence à des données éparses, et enfin parce qu'il facilite la transmissions d'idées et de valeurs que constituent les récits collectifs.

O que fica claro é que os processos de patrimonialização institucional usam e abusam de associações de objetos à sua memória histórica e social, em favor da reconstrução do passado. A arquitetura como produto de traços, vestígios de um momento passado, intervém ativamente no processo significativo de sua exposição como uma ferramenta de midiatização. A narrativa utilizada pelos agentes institucionais em produzir uma nova apropriação simbólica do centro histórico de Coimbra ocorreu pela valorização de certos traços, vestígios de um momento passado, utilizados para a consagração do patrimônio. Sendo uma candidatura, uma história que se quer narrar dentro de um modo de produção específico de valorização rememorativa. Raimundo Mendes da Silva<sup>39</sup> explica esse momento, destacando que:

[...] a história da universidade, que é aquilo que se queria contar, e que se queria valorizar, estava ancorada no conhecimento dos edifícios e numa estratégia de valorização dos edifícios. [...] aquilo que se propôs à UNESCO foi que se classificasse a história da UC com as evidências físicas da sua passagem pela história, dos edifícios onde passou. Ou seja, é este contexto que se classifica, obviamente, que não está desenquadrado do que é o resto da história da cidade, do que a cidade propriamente dita envolve. E por isso nós sempre dissemos que a candidatura é a candidatura de Coimbra, embora o mote, digamos aquilo que passa no crivo do valor excepcional dos critérios da UNESCO, que ainda por cima são critérios muito específicos.

Por esse entendimento, a narrativa que consagrou a Universidade de Coimbra como Patrimônio Mundial opera sobre a simbologia construída sobre a cidade, portanto, a narrativa avança para além da noção de conjunto tombado. Como objeto de rememoração apresenta no discurso patrimonial valores

---

<sup>39</sup> Coordenador geral do processo de candidatura da Universidade de Coimbra, Alta e Sofia a Patrimônio Mundial. Entrevista concedida em 27/2/2015.

identificados com a formação social e territorial. Logo, refere-se intencionalmente a um reavivamento do passado, que remete à rememoração da paisagem urbana fortemente ligada ao passado da monarquia portuguesa.

**Figura 10: Universidade de Coimbra – Patrimônio da Humanidade**



Fonte: <https://tinyurl.com/y4kpt4sb> | Néelson Tomé

Considerando que a exposição do património nunca tem um conteúdo neutro, o centro histórico de Coimbra orienta o olhar do público para a narrativa da cidade histórica, vinculada ao tempo transcorrido no espaço urbano com a afirmação da sua identidade territorial no presente (Rautenberg, 2003; Veschambre, 2008). Na medida em que o termo património começou a se difundir largamente na sociedade, também conquistou um lugar privilegiando a sua narrativa enquanto suporte que reativa seu significado histórico e social. Como uma informação que circula em direção ao público, já chega com explicações e um leque de possíveis interpretações, intervindo na produção de sentido em busca de mudar o olhar do público em relação ao espaço urbano patrimonial. Nessa linha de reflexão, Marie-Blanche Fourcade e Marie-Noëlle Aubertin destacam que (2013, p. 3):

Sous la forme de discours, de mythes, d'histoires ou de mémoires, le récit participe à toutes les étapes du processus d'investissement de sens, qualifié de patrimonialisation ou de chaîne patrimoniale. [...] Le récit, d'ailleurs, appartient à tous: institutions, experts, citoyens ou

touristes qui définissent, dans le consensus ou le conflit, une grammaire patrimoniale. Cette grammaire, qui peut faire et défaire le patrimoine, renseigne de manière privilégiée sur les représentations, les expériences et les relations générées par la patrimonialisation.

Entre o dito e o não dito existe na narrativa do centro histórico, como objeto patrimonial, uma informação que será intencionalmente transmitida ao público. Na transformação das cidades históricas em um campo privilegiado de fabricação do patrimônio (Rautenberg, 2003), a narrativa coloca em ação diferentes estratégias de apropriação memorial e identitária de inegável valor semântico. Na exposição do patrimônio urbano tudo é apresentado de forma a orientar o olhar para que seja visto de certa forma, o que a torna um meio de comunicação que comporta informações em si mesmo, sendo relevante pontuar que isso permite múltiplos olhares e percepções.

Sendo o centro histórico um lugar de experiências, torna-se mister enfatizar a narrativa patrimonial com um trabalho de legitimação do espaço urbano, ao qual se confere atributos de coerência, continuidade, totalidade e autenticidade, apoiados sobre os signos que sustentam sua construção arquitetural. Nessa direção, a classificação da Universidade de Coimbra, Alta e Sofia contribuiu diretamente para a rememoração pautada pelo presentismo e experiência de tempo (Hartog, 2015). Segundo a leitura de Raimundo Mendes da Silva<sup>40</sup>:

[...] estando em minha guarda um patrimônio, da minha cidade, que tem de facto um valor que se considera excepcional, não só por sua situação física atual, mas por aquilo que representou, em termos de cultura, de memória, temos uma obrigação cultural local e mundial de preservá-lo e o promover. Dizendo de outra maneira, há aqui uma obrigação quase intrínseca e indissociável de um patrimônio de poder valorizá-lo e de poder pô-lo na mão do mundo. Ou seja, é um objetivo altruísta [...] dizer este patrimônio não é meu, é do mundo, e eu tenho que o valorizar.

---

<sup>40</sup>Coordenador geral do processo de candidatura da Universidade de Coimbra, Alta e Sofia a Patrimônio Mundial. Entrevista concedida em 27/2/2015.

Seguindo essa trilha, o discurso patrimonial do centro histórico de Coimbra coloca em primeiro plano a construção memorial da própria cidade. Como fica claro, em Davallon, o patrimônio como aquilo que se julga dever guardar não se reduz a uma construção temporal do presente em direção ao passado. O autor compreende a transmissão do patrimônio como um processo de *filiation inversée*: o presente não é produto do passado, visto que obedece ao sentido oposto. Por esse viés de análise, o patrimônio é uma dádiva<sup>41</sup> que nós decidimos herdar, que coexiste com a obrigação de preservar e transmitir para as futuras gerações sob a perspectiva de retribuição. A exposição ao público como uma *célébration de trouvaille de l'objet* (Davallon, 2006) é o momento em que penetra no seu mundo de origem, em que se pode sentir ou não uma ligação com ele. Assim, espaço e tempo atuam concomitantemente ao servirem de fio condutor da trama narrativa, que procura preservar o espírito do lugar.

Desse ponto de vista, em Coimbra, a narrativa da área classificada evoca aspectos intangíveis associados ao patrimônio material. A esse respeito, Fernando Seabra Santos<sup>42</sup> explica que não estava em causa apenas o reconhecimento pelo edificado:

A Universidade de Coimbra, como poucas universidades do mundo, teve a possibilidade de constituir ao longo dos séculos um lugar na cultura nomeadamente de origem portuguesa e expressa na língua portuguesa, que é um lugar de referência. E foi entendido que uma forma possível de valorizar esse lugar ímpar que a Universidade de Coimbra tem foi procurar sua inscrição como patrimônio da humanidade. A parte que foi candidata não foi apenas o bem físico, os edifícios materiais. Foi, sobretudo, o bem imaterial, o que a Universidade de Coimbra representa para o desenvolvimento da língua e da cultura portuguesa no mundo. No plano histórico havia que procurar e tirar partido de tudo o que a Universidade de Coimbra tinha

---

<sup>41</sup> No livro **Le don du patrimoine**, Jean Davallon (2006), analisa a obrigação de guardar que caracteriza o patrimônio à luz da teoria da dádiva proposta por Marcel Mauss, em 1923, e à luz dos autores que interpretam essa temática na sociedade contemporânea. A dádiva é vista como um modo de estabelecer relações sociais; constitui-se pelo constante dar e receber da vida social.

<sup>42</sup> Ex-Reitor da *Universidade de Coimbra*. Entrevista concedida em 25/2/2015.



representado e representa desde a sua fundação até os nossos dias, com um fator de reforço da língua e da cultura portuguesa em todo o mundo.

Esse processo de patrimonialização explicita a obrigação de preservar e conservar objetos produzidos pelas gerações passadas, ao mesmo tempo em que valoriza as práticas que continuam a existir pela transmissão direta, ligada à memória coletiva por meio de suas formas de viver a cidade. Sendo o objeto patrimonializado uma construção social, “[...] il ne suffit pas que des objets du passé soient encore aujourd’hui présents, que des pratiques continuent d’exister, il convient que leur signification soit aussi transmise et acceptée” (Davallon, 2015, p. 52). A preservação do patrimônio sob a ótica do imaginário e da memória coletiva está presente nas preocupações da UNESCO, a partir da Convenção de 2003, quando passou a dar importância crescente aos seus aspectos intangíveis. Os patrimônios material e imaterial, até então encarados como dicotômicos, passaram a ser tomados como aspectos complementares.

Atestar o caráter documental e indiciário do patrimônio é particularmente revelador quanto ao modo como o objeto patrimonializado se comunica com a sociedade. Dessa forma, em Coimbra, a mediação do reconhecimento do título procura promover a sensação de pertencimento à cidade e usufruto de todos. Em comparação aos dispositivos empregados na leitura da narrativa da Alta universitária como espaço urbano patrimonial, a ausência de pelo menos uma sinalética conceitual tem contribuído, segundo matéria divulgada no jornal *Público*,<sup>43</sup> para a falta de visibilidade da Rua da Sofia, como igualmente eleita Patrimônio Mundial:

Não há um único sinal, nem uma única inscrição, a indicar que quem passa pela rua de Coimbra desenhada a partir do modelo da Sorbonne, em Paris, está a caminhar por uma zona que foi classificada Patrimônio da Humanidade em Junho de 2013. [...] A artéria rasgada em 1535 para que ali fosse instalada a Universidade de Coimbra (plano que acabou por não se concretizar) não sente o efeito da classificação. Quem vai de passagem não tem maneira de se aperceber da importância do

---

<sup>43</sup> <https://tinyurl.com/y277eg2l> Acessado em 29/12/2018.

edificado. “A maior parte das pessoas nem percebe porque é que a Rua da Sofia é um dos perímetros classificados. A rua é ilegível do ponto de vista do seu valor patrimonial”, afirma ao PÚBLICO o arquitecto e professor universitário Walter Rossa. Para alterar essa realidade, seriam necessárias várias medidas, desde a introdução de sinalética sobre o seu legado enquanto património à transformação radical das suas funções, para que pudesse deixar de ser “uma via rápida”, refere o também titular da cátedra UNESCO Diálogo Intercultural em Patrimónios de Influência Portuguesa.

Baseado em uma narrativa performativa de ligação entre presente e passado, o objeto patrimonial diz respeito aos aspectos específicos, com especial significado simbólico para o grupo social que o elegeu. Nesse sentido, segue a explicação apresentada no jornal Público sobre a ilegibilidade da Rua da Sofia:

[...] a presidente da Associação RUAS – Recriar a Universidade, Alta e Sofia, Clara Almeida Santos [...] sublinha que os “edifícios classificados não têm todos de estar abertos ao público”, mas reconhece que “falta identificá-los e contar a sua história”. Na óptica de Walter Rossa, falta também “uma acção estratégica” e “uma coordenação entre as diversas instituições”. Algo que poderia ajudar à transformação da Sofia, que, não possuindo a atracção da Alta universitária, tem outros pontos fortes: “é plana, é larga, os edifícios têm pátios e claustros, está muito mais perto das estações de caminho-de-ferro, da [central] rodoviária”. Resumindo, tem uma série de elementos “interessantes para uma intervenção”, sendo que os privados poderiam também ser “trazidos para as causas do património”, com “incentivos”.

**Figura 11: Rua da Sofia**



Fonte: <https://tinyurl.com/y48xd94j> | DGCP | Maria Ramalho

Assim, a midiatização da narrativa do objeto patrimonial faz parte do seu reconhecimento simbólico. Portanto, não se trata apenas de um discurso de acompanhamento do processo de patrimonialização. Por um regime autográfico (Davallon, 2015), a exposição do patrimônio é uma ação interativa em que a midiatização dá visibilidade à sua narrativa que converte a ausência em presença. Considerando que o patrimônio, como construção intencional instituída de acordo com a história que se quer narrar, precisa ser coerente com a recuperação de uma suposta vida local, tendo como imperativo uma significativa mudança na forma de uso e de usuários. Evidentemente, os centros históricos enquanto um sistema de relações sociais emerge das visões identitárias, que se formam e transformam continuamente enquanto sistemas culturais (Hall, 2006). Por esse entendimento, os estudos culturais enriqueceram a discussão direcionada à compreensão dos aspectos culturais do patrimônio como um bem de determinado grupo social.

Embora a existência do objeto patrimonial seja deliberadamente fabricada, formatando um passado cuja história produzida tem as marcas da inteligibilidade contemporânea, seguindo a perspectiva de Jean Davallon (2015, p. 52), “[...] il ne suffit pas que des objets du passé soient encore aujourd’hui présents, que des pratiques continuent d’exister, il convient que leur signification soit aussi transmise et acceptée”. Como consequência dessas ações, novos

usos devem surgir voltados sistematicamente aos anseios dos agentes institucionais, focados na sustentabilidade das intervenções nas áreas centrais, quanto às novas funções e características de funcionamento do urbano contemporâneo.

Do ponto de vista da recuperação do valor de cidade histórica, a narrativa da patrimonialização que resultou na obtenção do título de Patrimônio Mundial remete à reinvenção da imagem de Coimbra à crescente valorização de bens intangíveis, com base no urbanismo culturalista. A eficácia dessa narrativa depende da percepção do espaço urbano patrimonial convertido em protagonista da identidade e da memória do lugar como dinamizadores das atividades de cultura e lazer.

### **6.3 Miatização e valorização do patrimônio urbano**

O patrimônio urbano tem se constituído em um suporte privilegiado de transmissão da herança material e simbólica, portanto, trata-se de um vetor privilegiado de acesso à memória coletiva e às referências identitárias. Do ponto de vista comunicacional, Davallon (2006) enfatiza que a patrimonialização do “culto moderno do patrimônio” suscita a interpretação e a apropriação do objeto patrimonial, seguindo a lógica dos valores explicitados por Riegl (1984). Por esse direcionamento, sendo “[...] la mise en exposition comme mise en espace et en scène qui est à l’origine de la production du sens” (Davallon e Flon, 2013, p. 19), a miatização do patrimônio funciona como um dispositivo de interpretação indissociável de seu contexto de produção. Por sua vez, na decodificação do tecido urbano, Flon (2012, p. 52) menciona que:

Après avoir fourni au visiteur des éléments plastiques et narratifs pour composer une signification, et des éléments épistémologiques pour attribuer un status, le dispositif de communication du patrimoine pose les conditions de la construction d’une relation à ce qui est exposé. On se trouve ici à l’aboutissement de l’opérativité symbolique du dispositif

d'exposition: la production d'effets de sens qui concernent le patrimoine et le monde auquel il nous renvoie, le passé.

Considerando que a lógica de reconhecimento do passado tem como princípio sua redescoberta e atualização, na exposição do espaço urbano patrimonial, cabe à mediação do centro histórico sua representação, observando que o fundamental do fenômeno patrimonial está relacionado com sua transmissão (Hartog, 2015). Mas o patrimônio urbano não se restringe a uma representação icônica do signo, pois também estabelece uma relação indicial, uma vez que o objeto patrimonializado se apresenta como elo entre seu mundo de origem e o presente, configurando sua natureza semiótica. Toda mudança no espaço urbano patrimonial tende a provocar alteração em seu significado, vinculada à imagem que dele se constrói individual e coletivamente.

Sob essa lógica, a patrimonialização dos centros históricos encontra-se relacionada à produção de signos e imagens urbanos em busca de impactos econômicos. Em Portugal, a partir da década de 1990, a importância atribuída às cidades remete a “um ciclo de modernização [...] que veio a dar relevo ao papel da cultura e do ambiente urbano na modernização e desenvolvimento da sociedade portuguesa” (Fortuna e Silva, 2001, p. 416). Fica evidente um olhar focado na imagem do espaço urbano, prioritariamente no caráter material como testemunho mais tangível da riqueza e da diversidade cultural. Por outro viés, o objetivo é recuperar uma economia fragilizada e atrair investimentos e turismo pela concepção de imagens vendáveis.

Seguindo o modelo de planejamento estratégico e do marketing urbano, o processo de patrimonialização induz à redescoberta do passado, correspondendo à valorização do patrimônio urbano pela identificação de novas qualidades do lugar. Para tanto, os projetos intervencionistas pautados na “[...] recriação de espaços que estão a tornar a cidade mais legível e mais atractiva (ruas pedestres, recuperação de áreas e edifícios degradados, ocupação de casas devolutas, vida nocturna, etc.)” (Fortuna, 2002, p. 131). Assim, coloca em evidência uma intencionalidade comunicacional identificada com a divulgação de sua estética como se tratasse de um produto. Por essa visão, os centros históricos recuperados são oferecidos como mercadoria para uma parcela da sociedade pronta para o consumo.

A publicização da produção do espaço urbano tem a intenção de dar visibilidade em busca de estimular o consumo, bem como satisfazer desejos e interesses imediatos. Desse modo, as pessoas são atraídas por projeções que “a publicidade sugere que podem ser atingidas, na proporção direta do poder de consumo de cada um e na proporção inversa dos limites de seu crédito bancário” (Sevcenko, 2001, p. 47). A intenção é estimular o consumo dos centros históricos, dando visibilidade aos anúncios de certos emblemas que confirmam uma imagem e uma identidade competitiva em escala mundial. O espaço urbano patrimonial, como uma herança socialmente seletiva, passou a ter novas funções, sustentada em megaprojetos urbanos em que a cultura é vista como um produto a ser consumido, orientado por uma política urbana de venda da imagem do lugar. A partir disso, o espaço urbano patrimonial torna-se uma mercadoria por um discurso de que somente tem sentido a partir do uso que os indivíduos fazem dele, em função de um potencial a ser explorado.

Nesse contexto, há mais de três décadas, Coimbra aposta na criação de um espaço de fruição estética sob a lógica de valorização da materialidade e da autenticidade de suas características arquitetônicas e urbanísticas. Essa política patrimonial que vem configurando a reabilitação dos centros históricos também depende do empenho demonstrado pelos gestores públicos em seguir um modelo focado no atendimento das necessidades do público como consumidor. A partir disso, mediatizar o centro histórico como locus privilegiado de produção e ordenação de sentidos significa dar visibilidade à invenção, organização e ordenação para um determinado uso do patrimônio urbano como um espetáculo a ser explorado.

A experiência de visita em um centro histórico busca atrair novos visitantes e turistas pela regeneração do espaço urbano tratado como um museu (Jeudy, 2005). Conforme a lógica da cenografia museal, a exposição do espaço urbano diz respeito ao planejamento racional dos espaços arquiteturais e urbanos de modo semelhante ao museu (Desvallées e Mairesse, 2011). A exposição do patrimônio urbano encontra-se empenhada no estabelecimento de uma interatividade capaz de fascinar e seduzir, servindo ao seu papel contemporâneo de produzir ofertas transformadas em mercadoria. Como se refere Maria Gravari-

Barbas (2013), o processo de patrimonialização, como sendo “la fabrique touristique du patrimoine”, tem sido responsável por um produto globalizado que ressignifica os lugares históricos, com o valor histórico subordinado ao valor de exposição. As estratégias de mediação, ao mesmo tempo em que têm sua ênfase na identificação dos elementos distintivos de uma identidade coletiva, procuram gerar novas imagens a serem vendidas por novas formas de apropriação das cidades como parte de roteiros globais.

Em contrapartida, com base em sua abordagem comunicacional da patrimonialização, Davallon (2006) concede um lugar preponderante à valorização do patrimônio pela perspectiva dos públicos, fundamentada em sua dimensão simbólica. A valorização do objeto patrimonial, apoiada na necessidade de preservar, implica necessariamente em operações de mediação de seus aspectos simbólicos e específicos, de modo a impulsionar a atividade turística. Mas nesse caso torna-se indispensável procurar manter o equilíbrio entre o turismo cultural, ligado ao seu caráter específico e a lógica econômica focada na rentabilidade, como uma alternativa para mobilizar os recursos necessários para sua conservação, melhorar a imagem do território e a qualidade de vida.

Em Coimbra, a cenografia urbana voltada para certa experiência estética de visita passou a enfrentar um desafio comum a muitos centros históricos – a criação de grandes equipamentos culturais indispensáveis na reordenação do espaço que demanda uma nova configuração. Em uma reflexão sobre a exposição do centro histórico de Coimbra como objeto patrimonial, Frias e Peixoto (2002, p. 22) comentam sobre as implicações das novas políticas de reestruturação urbana:

Se o reencantamento das cidades tem sido levado a cabo por uma retórica urbana e por uma estilização e um tratamento plástico inusitados do espaço público, a verdade é que, em Coimbra, esta segunda dimensão desse modo de estetização tem estado, até hoje, particularmente ausente. Existem, porém, alguns exemplos da economia simbólica do patrimônio, sendo talvez o mais evidente o que se manifesta no eixo pedonal que vai do Arco de Almedina ao Largo da Sé Velha passando pela Rua de Quebra Costas.

Nesse sentido, as ações intervencionistas destinadas à reinserção da área central de Coimbra na trama produtiva da cidade envolvem operações complexas e com superações constantes em diferentes escalas. A valorização do patrimônio urbano por uma perspectiva processual insiste na necessidade de mediatizar seu aspecto simbólico e específico como um trunfo para explorar seu potencial turístico. Assim, o reconhecimento desse estatuto por uma ênfase excessiva na divulgação publicitária persuasiva busca efeito imediato. Há várias evidências dessa situação, mas a mediatização também pode funcionar no sentido inverso e projetar a ideia de usufruto por toda a população, tendo o cidadão como um ator ao transformar o centro histórico em palco da memória cultural da cidade.

É sabido que com a importância crescente das políticas públicas na produção de imagens urbanas, desde os pequenos vilarejos às megalópoles, se procura reverter o valor subjetivo e sentimental em valor econômico, de modo a projetá-los no cenário econômico mundial. Sobre as operações de restauração e reutilização, voltadas para a valorização do patrimônio, Davallon (2006, p. 44) argumenta que:

Même si la transformation d'objets patrimoniaux en produits suscite de vives critiques, la dimension économique du patrimoine est aujourd'hui chose admise. Ce nouvel état d'esprit résulte probablement tout à fois d'une prise en considération des efforts financiers qui ont été faits pour la restauration des sites ou monuments, d'une génération de la logique gestionnaire et marchande dans les divers secteurs de la culture, d'une attention plus grande portée au visiteur et de la reconnaissance d'une économie patrimoniale ressortissant au domaine de l'économie de la culture.

Tendo isso claro, o autor procura mostrar que a comunicação é inerente ao modo de existência do objeto patrimonializado no espaço público. Por esse direcionamento, considera que patrimonializar é um processo eminentemente social, mas também semiótico, uma vez que comunicar o objeto patrimonializado implica em uma atividade sociossimbólica (Davallon, 2016). Nesse sentido, a exposição do centro histórico encontra-se voltada para a necessidade de mediatizar seus aspectos materiais e simbólicos segundo a lógica de que uma



coisa existe na medida em que é transmitida, comunicada. Trata-se de uma forma de escrita cuja leitura não ocorre de imediato, embora sua matriz comunicativa esteja muito associada às estratégias comerciais e sedutoras do mercado turístico, há uma relação inversamente proporcional de participação popular que não pode ser desconsiderada. A mediação do valor do uso do patrimônio urbano apresenta e divulga o passado a ser experienciado no presente, procurando interferir no modo como os usuários podem dele usufruir.

Em Coimbra, a política patrimonial de um território detentor do título de Patrimônio Mundial traz consigo a antiga expectativa quanto ao potencial de o centro histórico criar uma imagem capaz de inseri-la no competitivo mercado do turismo global. Por mais que a patrimonialização se preocupe com a cultura e a sociedade, o modelo econômico vigente toma a fragmentação em busca de experiências globais de cidades históricas. Nesse contexto, na mediação de uma nova imagem com a conquista do título, a Universidade tem sido narrada como um ícone da própria cidade. Como destaca Clara Almeida Santos:<sup>44</sup>

[...] o marco da classificação é um marco importante, embora não seja exclusivo. Ajuda para que haja certa atmosfera, certo contexto de sensibilização para as questões patrimoniais, de ambientes de valorização do patrimônio e do usufruto em termos nacionais e em termos globais do turismo cultural.

É importante salientar que o centro histórico de Coimbra já foi alvo de diferentes *slogans* voltados para a formação de novas imagens para a cidade. Mas a concepção de imagem também envolve circunstâncias cotidianas reveladoras do significado de um lugar constituído de valores históricos, raízes e crenças que dialogam com o plano real e imaginário. Dessa forma, na apresentação do centro histórico de Coimbra como um lugar portador de um novo olhar, os roteiros funcionam como cenários que ganham vida própria para aquele que vivencia uma arquitetura envolvendo consumo cultural.

---

<sup>44</sup> Ex-vice-reitora da Cultura e Comunicação da Universidade de Coimbra. Entrevista realizada em 18/5/2015.

Figura 12: Conhecer Coimbra a pé



Fonte: <https://tinyurl.com/yxnpqbw4> | Grupo GALA

Nesses percursos, a compreensão do passado se depara com as transformações da cidade e o interesse pelas questões patrimonialistas. A partir das ruas estreitas e sinuosas da Zona da Baixa, segue-se em direção à arquitetura monumental da Zona da Alta, por uma mediação intimamente ligada ao reconhecimento de seus valores coletivos e no processo de apropriação, procurando oferecer ao *flâneur* uma leitura dos elementos que constituem a cidade histórica como um lugar que se revela aos poucos. A cidade de hoje sinaliza atribuir ao centro histórico um caráter sacralizado, cujos elementos categorizados como os mais representativos em termos de monumentalidade e estética que procuram imprimir uma nova impressão a seu respeito. Isso tudo reflete a intencionalidade de ingressar no mercado mundial de cidades em uma sociedade que enaltece o visual e a estética. Como lembra Lynch (2009, p. 7):

As imagens ambientais são o resultado de processo bilateral entre o observado e seu ambiente. Este último sugere especificidades e relações, o observado – com grande capacidade de adaptação à luz

de seus próprios objetivos – seleciona, organiza e confere significados àquilo que vê.

Ao se considerar que pelas operações de midiatização, a exposição do patrimônio se situa no centro do processo comunicacional, figura como uma unidade sónica que informa sobre o objeto patrimonial. Nesse sentido, a cenografia urbana contribui na leitura do centro histórico, favorecendo o comércio e a deambulação turística, por um imaginário urbano que interliga a Alta universitária e a Baixa do comércio tradicional. Sobre essa realidade urbana, Noberto Santos (2015, p. 92) afirma que:

Não é pois de estranhar que o turismo surja como um sector de actividade económica de referência, devido à sua aceitação, por parte da população, à sua capacidade de apreciação da competitividade e ordenamento dos territórios e ao seu contributo para o desenvolvimento local e regional. Esta qualificação ganha importância quando o turismo e a cidade se tornam simbióticos.

Sob essa ótica, a midiatização do centro histórico atua como fio condutor dos processos de produção e consumo do espaço urbano patrimonial, ou seja, uma forma de organizar o discurso da e sobre a cidade, ordenando seus significados e modos de compreensão em busca de atrair capital e pessoas. O centro histórico, como um espaço para o público, deve promover um movimento centrípeto, que procura aproximar indivíduo e objeto patrimonial. Sua apresentação, como um lugar semântico, facilmente edificável, identitário e de valor inestimável, exerce um papel de rememoração de maneira que pode estimular nostalgia e encantamento. Faz parte do planejamento estratégico que visa à projeção da cidade, buscando captar investimentos principalmente no setor turístico.

Dessa forma, a valorização do centro histórico como uma prática vivenciada pelas experiências culturais, envolvendo entretenimento, lazer e serviços, busca atrair novos visitantes e turistas. Mas a identificação de novas qualidades do lugar também implica assegurar maior integração com o conjunto da população, para que responda de maneira favorável e participativa. Como

observa José António Bandeirinha<sup>45</sup>, na culturalização da cidade, os habitantes também precisam redescobrir o centro histórico como um espaço de experimentação oferecido no presente:

Estamos numa cidade que acima de tudo é preciso coordenar esforços. É perceber, por exemplo, que determinado investimento comercial que está muito ativo no subúrbio pode ser feito no centro [...]. Não está a se fazer nada para se inverter este processo de desertificação do centro. Na melhor das hipóteses, que é mau, faz-se um investimento brutal num centro deserto para que os turistas possam ir às lojas da cortiça que há na Baixa. [...] Coimbra é uma cidade onde as iniciativas culturais de excelência nunca perduram. Teve iniciativas culturais quando foi capital da cultura, teve antes de ser capital da cultura. Coimbra é uma espécie de patamar de dinâmicas culturais que depois vão se desenvolver mais em equipes. Há qualquer coisa que fica, por exemplo, antes de ser capital da cultura, Coimbra foi capital do teatro e ficou uma companhia de teatro profissional que ainda hoje nos permite ter um bom teatro na cidade.

Nesse sentido, no uso da cultura como um meio de promover as imagens de marca dos centros históricos, é importante ter em conta que são representações que integram a própria realidade da cidade. Seguindo as políticas urbano-culturais de muitas cidades europeias, a trajetória de patrimonialização do centro histórico de Coimbra tem sido marcada pela espetacularização da cultura local em busca de retorno imediato. Atualmente, depara-se com novas formas de compreensão do passado, considerando que sua preservação também implica lidar com as transformações urbanas contemporâneas, envolvendo a necessidade de novos discursos de venda da imagem da cidade.

Dentro de um quadro mais amplo, a área histórica é uma unidade socioespacial identificada pela sua estrutura urbanística com séculos de história, pelos imaginários e sociabilidades a ela associados. Sua percepção depende da

---

<sup>45</sup> Prof. da Universidade de Coimbra, membro do Núcleo de Estudos sobre Cidades, Culturas e Arquitetura. *Entrevista concedida em 26/1/2015.*

capacidade de corresponder às suas qualidades físicas, portanto, de promover uma experiência estética e de simbolização, associando elementos concretos à experiência subjetiva. Nesse propósito, as medidas administrativas e legislativas que concernem à preservação e à valorização do patrimônio arquitetônico devem ser ampliadas, notadamente, o ingresso do patrimônio urbano na vida social. Sobre o desafio de pensar o modo como o centro histórico de Coimbra opera sua condição comunicativa, Raimundo Mendes da Silva<sup>46</sup> menciona que:

Este patrimônio, como outros, tem uma tendência natural a envelhecer, a desaparecer, e a ser desintegrado [...]. E eu acho que houve aqui também a consciência, e, portanto, um terceiro objetivo, um objetivo político, de que eu só consigo preservar isto mantendo a qualidade, mantendo integrado, se tiver uma ajuda. E a ajuda não é dizer isto dá dinheiro, quer dizer que isto agora tem um foco, uma atenção, tem alguém para além de nós nesta discussão local, que diz que isto é uma coisa importante para o mundo.

Nesse sentido, o fundamento do patrimônio não reside somente na sua conservação, mas na transmissão de uma geração a outra como parte do processo de reconhecimento do patrimônio sustentado pela existência de uma obrigação de guardar, sustentada no sentimento de dívida perante aqueles que produziram (Davallon, 2006). Apesar das críticas atuais acerca de uma patrimonialização intensiva, que prioriza a supervalorização dos centros históricos em busca do retorno gerado pelo crescimento do turismo, pode-se constatar que o processo de patrimonialização tem provocado um movimento que propõe maior reflexão sobre os usos sociais e as vivências em espaços urbanos patrimoniais.

Esse posicionamento pode ser uma resposta às diversas críticas feitas ao modelo dos processos de patrimonialização que perpetua a memória de tempos passados, decidido segundo os critérios de determinado grupo social. Considerando a exposição do centro histórico como o reflexo de toda uma prática dos agentes envolvidos na patrimonialização do espaço urbano, mostra-se como

---

<sup>46</sup> Coordenador geral do processo de candidatura da Universidade de Coimbra, Alta e Sofia a Patrimônio Mundial. Entrevista concedida em 27/2/2015.

um momento crucial de pensar sua dimensão comunicacional em que a mediação não se reduz unicamente a uma ação funcional e técnica, pois leva em conta uma situação social envolvendo diferentes atores sociais como protagonistas. Não é o fim, mas o recomeço de um ciclo que aporta novas informações ao espaço urbano como objeto patrimonial. Sendo a exposição um produto carregado de significados, tudo aparece com maior evidência, tornando-se um processo de constante aperfeiçoamento.

A política patrimonial de Coimbra tem sua trajetória marcada pela exacerbação das características da cultura local em busca de retorno imediato. As questões preservacionistas configuradas em atrativos turísticos têm promovido transformações nas imagens do lugar por um curto período, remetendo a uma utilização julgada excessiva em termos de espetacularização do espaço urbano. Ocorre que a homogeneização na aplicação das normas de intervenção internacionais tem reivindicado a necessidade de novos discursos na venda de sua imagem. Ao mesmo tempo, o espaço urbano patrimonial tornou-se um verdadeiro suporte de comunicação das intervenções urbanísticas, tendo como finalidade a criação de diferenciais paisagísticos. Por conseguinte, embora pareça uma operação evidente, torna-se indispensável que a mediação não se restrinja a uma simples exibição dos valores patrimoniais. Considerar sua importância como instrumento produtor de significação permite a promoção de experiências estéticas, a fim de levar o público a um prazer mais que estético.

Ao longo da última década, o centro histórico de Coimbra tem vivenciado a ampliação dos conceitos preservacionistas que agregam novos sentidos ao patrimônio urbano. Desse modo, ao mesmo tempo em que a gestão do patrimônio encontra-se identificada como o potencial de espetáculo a ser explorado, o processo de patrimonialização atual tem provocado um movimento que propõe maior reflexão sobre os usos sociais e as vivências em espaços urbanos patrimoniais. Nessa direção, a mediação do objeto patrimonial como um fato comunicacional tem a função de estabelecer uma forte interação entre o mundo da narrativa e a realidade do cotidiano. Por uma lógica pragmática, a mediação testemunha a diversidade de formas de comunicar o valor

patrimonial dos centros históricos, do papel funcional e simbólico que tem dentro do processo de produção e gestão urbana.





## **7 MEDIAÇÃO CULTURAL E O USO INSTITUCIONAL DO PATRIMÔNIO URBANO**

O objetivo desta parte, por uma perspectiva analítica, é compreender o lugar que ocupa a mediação cultural como uma dimensão da exposição do centro histórico de Coimbra, que complementa o processo da midiatização do património urbano. O acelerado crescimento da patrimonialização do espaço urbano tem alterado significativamente a forma de organizar as mediações entre o objeto e os diferentes públicos. Com isso, a atribuição de um valor patrimonial torna o centro histórico um suporte de mediação entre o público e os agentes institucionais da exposição do espaço urbano. Cabendo ao ato de mediar atuar na transmissão e no reconhecimento do espaço urbano como um objeto patrimonial posto em exposição. A obrigação de guardar, que fundamenta a patrimonialização institucional, envolvendo uma série de operações que muda o estatuto do objeto como produto de uma operação social, encontra-se inserida nas práticas de comunicação, dando visibilidade e sentido patrimonial.

### **7.1 Mediação do património e apropriação do espaço urbano**

As práticas patrimoniais contemporâneas evidenciam que as antigas áreas centrais continuam sendo submetidas a diferentes intervenções urbanísticas. Os centros históricos das cidades portuguesas estão na ordem do dia dessas práticas desde a década de 1980, em razão da importância dada à patrimonialização como alternativa para a inserção no contexto da economia neoliberal. Mas de modo concomitante, houve a euforia pela recuperação dos centros históricos alavancada pelas políticas de cunho neoliberal. Carlos Fortuna (2006, pp. 3-4) observa que:

São patrimónios históricos edificados, mas também patrimónios socioculturais, artísticos, linguísticos e humanos que encontram expressões diversas nas cidades de hoje, embora não exclusivamente. Estes patrimónios, tanto os tangíveis como os intangíveis, enunciam modos de viver passados e actuais que, no seu conjunto, constituem a memória social e, em muitos casos e por isso mesmo, revelam e

significam o próprio espírito dos lugares. [...] Não raramente, sob a feição de critérios a intervenção técnica, essas acções têm marginalizado a dimensão histórico-cultural essencial dos patrimónios urbanos, para se concentrarem fundamentalmente no domínio do edificado. Trata-se de uma dimensão essencial da conservação dos centros históricos.

É nesse contexto que a experiência estética como motor de desenvolvimento territorial, ao mesmo tempo em que envolve estratégias de alargamento das condições de acesso físico e económico, tem a ver com o discurso do reconhecimento do património como vetor de uma identidade de um grupo social. Caracterizada por uma extensão do simbólico, Lopes (2000, p. 65) considera que “[...] a experiência estética alerta-nos para o carácter plurifacetado da recepção cultural. Desse modo, além de atender aos objetivos de uma nova ordem global associada ao fenómeno de renascimento da estética urbana, “la mise en patrimoine est à la fois une mobilisation et un mode de désignation du culturel et son patrimoine s’accompagne nécessairement d’une mise en médiation” (Schiele, 2001, p. 3). Por esse entendimento, as ações de mediação do património fazem parte da patrimonialização do espaço urbano, no visível esforço em torno de sua identificação e apropriação por parte dos habitantes e visitantes.

Sobre o significado atual da patrimonialização, Davallon (2006, p. 155) ressalta que: “saisir comment les objets de patrimoine sont des *médiateurs* entre nous et les gens du passé, entre nous et les générations à venir, s’avère, par contre, beaucoup plus délicat”. Mas ao deixar de lado a discussão pelo viés da dimensão económica, com base na teoria da dádiva de Mauss, Davallon coloca em destaque que a patrimonialização é um fato social de forte dimensão simbólica, na qual se insere uma relação complexa entre poder público e sociedade. Davallon (2006, pp. 155-156) alega que:

La mise en réserve et le retrait du circuit marchand, et de toute évidence l’obligation de garder, laissaient présumer que nous étions en présence d’une logique régie par la réciprocité, la gratuité, la relation sociale bref

par une logique du don; sans que rien, pour autant, n'autorise à l'affirmer. Pire encore, le processus de "filiation inversés", qui caractérise la patrimonialisation, s'inscrivait en faux contre une telle hypothèse. Car, sauf à poser comme principe que toute transmission intergénérationnelle est un don, il est soutenu en même temps que nous choisissons nos ancêtres culturels et que ces derniers nous font des dons... Et pourtant, pour le sujet social ordinaire, reste le sentiment diffus, mais tenace d'avoir effectivement "reçu quelque chose" de ceux qui ont créé ces objets de patrimoine.

Esses questionamentos fazem parte da própria dinâmica da preservação, na medida em que a construção do patrimônio como um ato institucional de apropriação simbólica do espaço, associada a um grupo social, envolve diretamente os cidadãos. Portanto, reconhecer o espaço urbano como produtor de sentido também diz respeito às ações de mediação compreendidas como práticas socioculturais dirigidas ao público, permitindo considerar o patrimônio como uma ferramenta de construção e consolidação de uma ligação social.

Nessa perspectiva, em Coimbra, as operações de reinvenção da antiga área central, enquanto intervenção intermitente e fragmentada em busca das oportunidades econômicas que o processo de patrimonialização promete, acabou por atrair o público para uma experiência de visita imediata. Todavia, tem-se assistido a um aumento progressivo da visibilidade com a maior valorização das interpretações historiográficas, como outro caminho para desencadear novas dinâmicas econômicas. Nesse contexto, o patrimônio ao ser convocado como herança precisa exceder a dimensão essencialista de conservação conduzido por um discurso apinhado de tecnicismos. Segundo Tardy (2009, p. 13):

La thématique de l'écriture du patrimoine prend son sens dans le cadre de la redéfinition d'une approche du patrimoine par la patrimonialisation (Davallon, 2006), qui permet de s'intéresser au processus d'un *devenir patrimoine* et non à un *objet patrimoine* qui serait déjà constitué comme tel: c'est supposer un phénomène relationnel entre des individus, des groupes et des objets, au cours duquel les uns et les autres se construisent comme acteurs et comme patrimoines.

A relação de proximidade com o objeto patrimonial não se refere simplesmente à sua forma física, mas também à sua valorização associada aos sentimentos e às emoções, originando um novo quadro de interações. Enquanto objeto patrimonial, o espaço urbano é um documento que testemunha uma relação entre o passado e o presente, envolvendo uma (re)apropriação material e simbólica.

Como herança coletiva, o centro histórico de Coimbra é um vetor da identidade urbana. Nesse momento, a mediação do patrimônio se estabelece como facilitadora do encontro entre público e objeto patrimonializado, na intenção de refletir a legitimidade de novos significados. No que diz respeito ao papel, a classificação a Patrimônio Mundial, Raimundo Mendes da Silva<sup>47</sup> considera que:

Na candidatura, na fase de preparação, nós precisamos pensar o que é um processo de candidatura e um processo de classificação. Há um momento em que as coisas mudam: está classificada ou não está classificada. Pensando no processo de candidatura há, de fato, um componente muito técnico, que não havia particular interesse em estar a compartilhar todos os resultados com a população, sobretudo porque é tão técnica e, neste caso, o objeto de estudo era um objeto muito restrito, a Universidade. [...] A candidatura deveria ter tido um processo intermédio antes da apresentação final, de discussão mais próxima com a população dos atributos e compromissos. [...] Para as pessoas se sentirem parte desses atributos, perceberem que nesses atributos está a sua vivência, a sua história.

Os centros históricos, enquanto um lugar por excelência de fabricação do patrimônio (Rautenberg, 2003), tem alterado sua forma de organizar as mediações entre os objetos e os diferentes públicos, reinaugurando questões que sempre estiveram presentes na estruturação dos lugares como dispositivos de comunicação portadores de sentidos. Esse processo ganha maior dimensão

---

<sup>47</sup> Coordenador geral do processo de candidatura da Universidade de Coimbra, Alta e Sofia a Patrimônio Mundial. Entrevista concedida em 27/2/2015.

no âmbito da economia da cultura, em que o valor cultural e o valor simbólico do patrimônio urbano se confundem na gestão da política urbana, revelando cada vez mais o desafio da ressignificação de vivências em sítios históricos. Sob a afetação do processo de patrimonialização, ficam sujeitos à banalização como cenários espetaculares, principalmente quando se pretende hierarquizar o patrimônio por meio do *status* atribuído pela UNESCO.

Se o patrimônio não pode ser tratado como produto, ao mesmo tempo sua valorização como uma prática cultural não se desenvolve sem comercialização. Em se tratando de Coimbra, José António Bandeirinha<sup>48</sup> considera que:

[...] depois da aceitação da candidatura se devia procurar muito mais sob o ponto de vista da comunicação, sob o ponto de vista do efeito midiático, a reidentificação das pessoas com essa noção (de patrimônio). É aí que estamos a falhar redondamente. [...] O que significa ser de Coimbra, seja ou não seja patrimônio mundial, se for patrimônio mundial melhor. [...] existe pouca gente de Coimbra, precisamente porque a cidade está desertificada, e as pessoas estão a deixar de conotar sua relação com o centro, estão a nuclearizar. Ou seja, uma pessoa é de Mealhada, é de Condeixa, mesmo que seja daqui muito próximo, já não é de Coimbra, é dos centros mais específicos. [...] Estou a falar de um sistema identitário das pessoas com a cidade, e isso não existe. O que existe [...] é a relação balofa com a cultura tradicional. Balofa porque é uma relação como uma coisa que já não existe no cotidiano real das pessoas.

As políticas patrimoniais da cidade histórica enfrentam cada vez mais o desafio de convivência entre espaços múltiplos, em que o habitante se encontra sujeito à desterritorialização nos moldes da cidade moderna. Com o processo de metropolização dando surgimento a novas centralidades, Fortuna (2001, pp. 234-235) chama a atenção para o que denomina destradicionalização (um processo de recodificação):

[...] um processo pelo qual as cidades e as sociedades se modernizam, ao sujeitar anteriores valores, significados e ações a uma nova lógica interpretativa e de intervenção. [...] as imagens patrimonialistas privilegiam expressões da vida local e regional, os costumes, as festas rituais e sequências de cerimoniais, mas também

---

<sup>48</sup> Professor da Universidade de Coimbra, membro do Núcleo de Estudos sobre Cidades, Culturas e Arquitetura. *Entrevista concedida em 26/1/2015.*

a arquitetura ou a qualidade ambiental, promovendo uma gestão de recursos e dispositivos simbólicos. [...] O patrimônio histórico, o passado e a memória da cidade constituem ingredientes sensíveis desta articulação de imagens como estratégia de promoção da cidade.

Diante do alargamento do campo patrimonial e da evolução das práticas de patrimonialização institucional, houve uma busca de propostas mais participativas com os cidadãos. Por essa abordagem, a exposição do patrimônio urbano encontra-se intimamente ligada ao seu reconhecimento como herança coletiva. A patrimonialização, como um processo que permanece após a atribuição do estatuto patrimonial, envolve uma significação de ordem política, social e cultural. Na mediação do objeto patrimonial é preciso considerar a interação com os atores sociais pela identificação do tempo transcorrido, do possível esquecimento de suas características próprias.

Atualmente, em Coimbra, a exaltação da cidade universitária faz transparecer uma assimilação de preceitos patrimonialistas que procuram dar maior legibilidade ao significado simbólico de cidade histórica. A trajetória de sua patrimonialização priorizou a monumentalidade apoiada nos acontecimentos, na memória coletiva e no cotidiano. Dessa forma, a *mise en scène* da patrimonialização apresenta-se como um processo social historicizado, cuja produção de uma identidade urbana ligada à antiga centralidade depende do lugar que ocupa na cidade contemporânea. Um espaço de acesso à vivência do patrimônio urbano, mesmo que seja em parte uma forma de fortalecer a própria cidade como um museu a céu aberto. Essa análise recai sobre a materialidade do patrimônio como representação da herança cultural, uma representação sógnica que faz dos monumentos muito mais do que um simples recordar, visto pretender perenizar a lembrança sob o impacto do tempo e do espaço na dinâmica do cenário urbano.

Entre o esquecer e o recordar por onde transitam gerações de indivíduos, os monumentos tornam-se locais de passagem, tornando ocultas as suas origens, e novas intervenções podem mobilizar a memória individual ou coletiva. Nesse sentido, ao analisar o centro histórico de Coimbra, a partir da polémica causada pela pintura nas escadas monumentais como ato de vandalismo, Nuno

Rosmaninho colocou em discussão o reinvestimento simbólico e afetivo em relação à patrimonialização da Cidade Universitária de Coimbra. Na visão do autor, o que esteve em pauta não foi a classificação de Patrimônio Mundial, mas os fenômenos que acompanham essa consagração.

**Figura 13: Vandalismo nas Escadas Monumentais de Coimbra**



Fonte: <https://tinyurl.com/y27x74hk>

Ao refletir sobre os sentimentos e as emoções de muitos estudantes em relação à pintura de frases políticas nas escadas monumentais, Rosmaninho fornece elementos que acabam por evidenciar os conceitos de afetividade e apropriação do espaço urbano como patrimônio. Contrapondo-se à reação de desagrado e ao posicionamento dos defensores, o autor ressalva:

As Monumentais haviam sido inseridas, um mês antes, na Zona Especial de Protecção decorrente da candidatura da Alta universitária a património mundial da UNESCO. Este facto tornou ilícitas as pinturas realizadas livremente durante quase quarenta anos e conduziu três dirigentes do PCP [Partido Comunista Português] ao banco dos réus. [...] O tom polémico de 2011 estava ultrapassado. O valor patrimonial, e portanto identitário, tornara-se um dado adquirido e remetia para segundo plano os dilemas políticos controvertidos desde os anos trinta. O título de património mundial alcançado em 23 de junho de 2013 veio apaziguar os ânimos e dar primazia à orientação patrimonialista que alimentara os protestos contra as inscrições. Não justificou o

anticomunismo, mas integrou as Monumentais numa dignidade que a muitos ainda custa aceitar (Rosmaninho, 2014, p. 643).

Evidenciam-se aí questões relacionadas aos afetos (sentimentos e emoções) como fatores socioculturais e políticos que exercem forte influência sobre o modo de se relacionar com o espaço urbano patrimonial. Enquanto herança reapropriada, constitui um suporte material de reivindicação identitária e memorial. A apropriação simbólica do espaço encontra-se, sobretudo, ligada ao discurso de legitimação, notadamente do traço arquitetural reconhecido como patrimônio urbano. Acerca disso, explica Veschambre (2008, p. 86):

Car la patrimonialisation est à la fois un processus d'appropriation et un processus de valorisation de l'espace ou en d'autres termes, un processus d'appropriation d'espaces revalorisés. Lancer un processus de patrimoniasation, c'est faire valoir une forme de mise en valeur, dans un registre qui est d'abord idéal, autour des valeurs d'ancienneté, de rareté, des valeurs esthétiques, mémorielles [...].

Atualmente, os vestígios da cultura visual que consagram os espaços urbanos em objetos patrimoniais são cada vez mais ressignificados por novas memórias. Mobilizam, assim, diferentes modos de apropriação articulados por diferentes segmentos da sociedade, acionando diferentes pontos de convergência e divergência, conforme a relação que se estabelece entre o indivíduo e o objeto, vivenciados no presente no cenário urbano. Entre memória histórica e a trama visual da cidade contemporânea, a mediação do patrimônio se estabelece como um processo facilitador do encontro do objeto com o público – um processo de socialização do conhecimento que procura operar modificações na relação do sujeito com o território, na transmissão do patrimônio como um objeto de enunciação, de sociabilidade e de partilha (Davallon, 2006). A mediação do patrimônio recorre a várias formas de linguagem, ao relacionar o termo apropriação à leitura e à interpretação do espaço urbano, com o propósito de favorecer uma conotação mais afetiva do que possessiva.

A apropriação do espaço urbano patrimonial implica na renovação de ferramentas de mediação, pois apesar de se apresentar como um portal



simbólico que alude ao passado, precisa manter-se atualizada no presente. Como assevera Fernando Seabra Santos:<sup>49</sup>

Nós podíamos, sobretudo, tentar criar centros ou programas de atração de pessoas para a cidade de Coimbra e para a Universidade de Coimbra. Não necessariamente atração física, as pessoas não precisam vir, mas precisam se aproximar do conceito (...) dar conta de que existe uma universidade com estas características e criar empatia e aproximação a esta Universidade onde quer que esteja. Isso pode acontecer do outro lado do mundo e era bom que acontecesse, e era bom que estivesse a acontecer.

Essa contextualização situa o processo de patrimonialização na cadeia das relações sociais, em que o objeto patrimonial serve de suporte na relação entre os gestores do patrimônio, enquanto principais mediadores na relação com o público na condição de proprietários simbólicos. Na exposição do espaço urbano como um processo comunicativo, cabe ao papel mediador dos agentes institucionais a abertura do diálogo com a sociedade. Se a vida moderna encontra-se constantemente a transgredir a lógica das coisas, sujeitando-a a interferências diversas, cumpre desenvolver ações de mediação para promover processos afirmativos entre os valores atribuídos pela própria visão do campo do patrimônio e os valores construídos socialmente.

Como já mencionado, semelhante ao que ocorreu em outras cidades, Coimbra foi alvo de sucessivos governos municipais que mantiveram uma busca desenfreada pela preservação de um passado, com a incorporação de legislações e políticas públicas vinculadas ao planejamento urbano. Cada nova gestão apresentava um novo *slogan* e uma nova imagem, suplantando a concebida anteriormente por meio de estratégias de marketing urbano. Dessa maneira, Coimbra, assim com outras cidades portuguesas, tem procurado, por meio do potencial transformador dos centros históricos patrimonializados, superar os desafios do século XXI, em que tudo se volta para uma nova versão de retorno ao centro para, por intermédio da cultura, alcançar um desiderato cuja essência é intangível (Peixoto, 2006).

---

<sup>49</sup> Ex-Reitor da *Universidade de Coimbra*. Entrevista concedida em 25/2/2015.

Essa perspectiva também sinaliza a busca pela oferta de experiências de padrão global, a fim de atender às necessidades do presente, em que qualificar o centro histórico de meio de comunicação é, também, o qualificar como um instrumento semiótico entre o local e o global, que pressupõe trocas e interações e não simplesmente a transmissão de informações sobre a legitimidade de sua salvaguarda. Ao se lançar como um ambiente de conexão de memória e experiências, o lugar do centro histórico no século XXI passa a ser entre o material e o imaterial. Nesse caso, a patrimonialização, vista como um sistema relacional, do multiparticipativo, deixa evidente que, ao voltar a sua atenção para o objeto patrimonial e para sua dimensão cultural na sociedade atual, a atribuição do estatuto patrimonial se revela um processo contínuo (Davallon, 2006; Morriset, 2009). Essas mudanças que passaram a ocorrer, sobretudo, no fim do século passado, fazendo com que as cidades se deparem cotidianamente com um novo espaço urbano que transforma o público em usuário.

Em Coimbra, o patrimônio urbano se beneficia de diferentes medidas de proteção, participando de programas de conservação e reabilitação desde que foi criada uma zona de salvaguarda, encontrando-se inserida na construção de uma cultura de conservação dos lugares patrimoniais em Portugal. Em paralelo a esse trabalho, reconhecer a existência do centro histórico de Coimbra como produtor de sentido também envolve as ações de mediação do patrimônio como atos de significação, que remetem à produção e à recepção de bens simbólicos inseridos em práticas comunicacionais. O papel da mediação na exposição do objeto patrimonial em busca de promover sua visibilidade vem se transformando nos últimos anos. Mas, como observa Clara Almeida Santos<sup>50</sup>:

[...] não são perspectivas de curtíssimos prazos, talvez de médio prazo, mas alguns sinais eu creio que se vê, que podem de fato indicar uma mudança de paradigma na maneira como olhamos para estes esforços patrimoniais [...]. Agora há um esforço concentrado, ainda não é aquilo que pode ser. Acho que estamos muito longe de ter uma comunicação coerente, organizada, suficientemente ampla. Mas acho que o caminho

---

<sup>50</sup>Ex-vice-reitora da Cultura e Comunicação da Universidade de Coimbra. Entrevista realizada em 18/5/2015..

já está suficientemente trilhado. Há uma perspectiva de ver os erros do passado e de tentar eliminá-los.

Na realidade atual do centro histórico de Coimbra, as discussões sobre os motivos da preservação – para além dos investimentos econômicos – parecem se mostrar mais presentes, até mesmo para atender a determinados preceitos patrimonialistas apregoados pela UNESCO. Apesar de o mote da patrimonialização centrado na vocação de cidade universitária não ser um tema novo, apresenta um discurso patrimonial vinculado a uma nova existência simbólica. Essa apropriação simbólica do lugar é vista como um simbolismo *a posteriori*, que semiotiza o espaço urbano apoiado no sentimento de pertença e de identidade cultural. Pela ação dos agentes institucionais, cabe à mediação do patrimônio identificar a existência de uma apropriação coletiva movida pelo sentimento de pertença e de identidade cultural.

A ideia de pensar, refletir, planejar e compreender o espaço urbano está presente na gestão do patrimônio urbano. Todavia, a preservação por meio da cultura tem ganhado nova delimitação quanto à interlocução com o habitante que vivencia o cotidiano narrado. Em torno da objetificação do patrimônio, a mediação postula uma apropriação estética e sensorial a partir de uma relação direta, fenomenológica, entre o indivíduo e o espaço urbano patrimonial. Parte-se do entendimento de que sua preservação significa algo de importante para os indivíduos, em particular, e para a sociedade em geral. Uma vez assumido como uma herança, trata-se de um processo que não se esgota na anunciação do estatuto patrimonial, sendo preciso manter a conexão com os significados mais profundos vinculados ao lugar.

## **7.2 Mediação cultural e reconhecimento simbólico**

A exposição do patrimônio urbano visa a alavancar a descoberta de uma nova existência do objeto patrimonial, em que a mediação cultural estabelece forte ligação com as práticas de interpretações dos signos do passado inseridos numa experiência de tempo. As municipalidades se empenham para melhor vender a imagem de marca da cidade, em que a prioridade aos visitantes e

investidores tende a configurar uma produção do espaço urbano segregadora. Por meio do mercado urbano de lazeres e turismo, os centros históricos passaram “[...] a converter-se em palcos de sociabilidades e de encenação da vida quotidiana, constituindo-se como uma espécie de nova realidade alegórica das cidades” (Peixoto, 2002, p. 37). Mas a evolução do processo de patrimonialização institucional tem colocado em evidência preceitos mais participativos, quando o assunto é a utilização da cultura como instrumento de revitalização urbana.

Na tessitura e construção da mediação do patrimônio urbano a interação entre sujeito e objeto se situa no quadro de referência e significação de sua cenografia; ou seja, em fazer da exposição uma produção cultural que excede o que está imediatamente exposto ao público. As práticas de mediação cultural começaram a ser implantadas em Portugal no último quartel do século passado, em consequência do surgimento de novos museus em diversas cidades. Segundo Carlos Fortuna e Augusto Silva (2001, p. 416), “trata-se de um ciclo de modernização do país e das cidades pela cultura que, de modo geral, começou a despontar na década de 90 e sob o qual ainda vivemos”. No entanto, apenas nos anos 2000 essas práticas passaram a ser introduzidas nas discussões sobre as intervenções urbanísticas e arquitetônicas.

Na exposição do centro histórico de Coimbra, a mediação cultural ganhou visibilidade por meio de uma política de animação em espaços públicos, que permitiu viabilizar a realização de eventos com o objetivo de estimular consumo cultural urbano. As ações de mediação cultural são atos de significação propostos pelas instituições patrimoniais em busca de orientar o público em relação à exposição do espaço urbano como um objeto patrimonial, tendo em vista reduzir a distância entre o mundo do objeto patrimonial e o do público.

Na culturalização das cidades contemporâneas, a dimensão visual é um importante fator de ligação entre os signos expostos e o espaço de referência, constituindo um ponto de ancoragem para a apropriação dos espaços históricos. Falar de cenografia urbana não significa unicamente se referir à musealização de um objeto testemunhando um passado, mas também a um suporte que privilegia a dimensão comunicacional do espaço urbano (Flon, 2008). A

exposição do patrimônio urbano visa a alavancar a descoberta de uma nova existência do objeto patrimonial, em que a mediação cultural estabelece forte ligação com as práticas de interpretações dos signos do passado inseridos numa experiência de tempo. O patrimônio urbano é incontestavelmente portador de um discurso sobre o bem comum, acessível a todos. Todavia, o motor da patrimonialização é frequentemente a (re)valorização dos espaços históricos na forma de recurso econômico (Veschambre, 2008).

Incrementar a animação cultural no centro histórico de Coimbra foi uma forma de mostrar que sua patrimonialização oferecia condições para a produção e o consumo da cultura, de modo a favorecer seu ingresso na competitiva rede global de cidades culturais. Desenvolveu-se pela importância dada à animação na valorização e apropriação do espaço urbano, considerando que para haver patrimonialização também é necessário que o objeto patrimonial seja transformado em recurso econômico. Passou-se a investir no consumo cultural urbano com a realização de grandes eventos como alternativa para agregar valor ao espaço urbano patrimonial. Sobre a base cultural a partir da qual se procurou promover o centro histórico de Coimbra, José António Bandeirinha<sup>51</sup> realça que:

Coimbra é uma cidade onde as iniciativas culturais de excelência nunca perduram. [...] quando no início dos anos 90, antes de ser capital da cultura, Coimbra foi capital do teatro e ficou uma companhia de teatro profissional que ainda hoje nos permite ter bom teatro na cidade. [...] Com a capital da cultura também ficaram algumas coisas, algumas infraestruturas. Mas depois não há continuidade. Tinha, por exemplo, os encontros de fotografia que eram fantásticos, trazia um público do turismo cultural à cidade. Todos os outonos a cidade se enche de gente com iniciativa cultural vinha ver a cidade, ir aos espaços. Não havia fins de semanas mortos. Mas isso acabou, não houve continuidade, ninguém pensa na sua continuidade.

Por essa perspectiva, os eventos culturais no centro histórico de Coimbra não têm conseguido se consolidar como *branding* da cidade. A animação do patrimônio urbano visa criar novas relações entre as pessoas e o espaço urbano,

---

<sup>51</sup> Prof. da Universidade de Coimbra, membro do Núcleo de Estudos sobre Cidades, Culturas e Arquitetura. Entrevista concedida em 26/01/2015. Retomamos aqui parte inicial da fala já citada na página 168 desta tese.

sendo capaz de fomentar novos modos de vivenciar a cidade do passado exposta no tempo-espaço presente. É uma forma de reverter os efeitos danosos da especulação imobiliária centrada na expansão da cidade, em que se procura adaptar a cidade existente à nova economia, oferecendo condições para a produção e o consumo da cultura e do turismo patrimonial. Nesse sentido, observa João Aidos<sup>52</sup>:

Há cidades em Portugal que se posicionam em termos de desenvolvimento econômico, comercial etc., pelos seus grandes eventos âncoras. Vila do Conde é conhecido como a grande cidade das curtas de Vila do Conde. Outras cidades se conhecem pela gastronomia, pelo património, ou por algum grande evento que a projetou. Ora nós temos ainda um sitio como Viseu. Há bons exemplos, mas de uma maneira muito ínfima.

Os eventos culturais têm sido utilizados como um componente da identidade do lugar na construção da oferta de turismo patrimonial. Essa aproximação não é novidade, uma vez que o património urbano há muito tempo representa um elemento importante no desenvolvimento do turismo urbano. A mudança está no considerável aumento dos objetos patrimoniais e na diversificação do público. Desse modo, a associação da imagem da cidade através da cultura depende da capacidade de inovar, de ser criativo, visto que o interesse de um público segmentado pelos espaços patrimoniais já não se limita mais a uma simples visita. Não se pode ignorar que a patrimonialização do espaço urbano tanto é um processo de apropriação quanto de valorização, em torno do qual também gravitam outros elementos além de valores de antiguidade, raridade, estética, etc. Considerando a evolução da noção de património urbano no decorrer do final do século XX e sua inflação, Lopes (2000, p. 65) entende que:

De fato, esta nunca depende apenas de factores intrínsecos à obra, nem de respostas meramente estéticas, num entendimento restrito.

---

<sup>52</sup> Produtor Cultural; gestor do Convento São Francisco. Entrevista concedida em 20/01/2015.

Outro tipo de resposta, de cariz extrínseco (económico, moral, social, etc.), podem estar presentes e orientar os comportamentos e atitudes. [...] Certos consumos, mesmo quando mascarados de intenções estéticas, orientam-se pelo valor instrumental/utilitário (nomeadamente económico) de determinados produtos culturais. Mas até as respostas estéticas podem adquirir diferentes contornos, [...] com implicação na própria representação em si.

Por conseguinte, a ação mediadora da cultura não pode ser tomada unicamente como uma ferramenta que facilita o acesso, visto que adquiriu relevância na afirmação da visibilidade e legitimidade do patrimônio no âmbito do espaço urbano. Isso significa que o uso de estratégias de mediação cultural auxilia a originar um novo quadro de apropriação, quer por parte de residentes, quer por parte de visitantes. O centro histórico mediado pela cultura resulta do modo como esta encontra-se entrelaçada aos recursos sociais, simbólicos e económicos empregados pela política de gestão patrimonial. Mas as práticas culturais de alavancagem do desenvolvimento local envolvem, acima de tudo, vontade política em viabilizar um projeto de ação agressivo. Nesse quesito, João Aidos<sup>53</sup> comenta que Coimbra é uma cidade onde é difícil de abordar a cultura na relação entre patrimonialização e apropriação do espaço histórico:

Coimbra é a capital mais difícil para implementar qualquer projeto. Primeiro, porque é uma cidade que não está habituada a trabalhar em equipe. [...] Ao longo da história teve sempre dois polos que estão habituados a trabalhar de uma forma separada, a autarquia e a Universidade, junto também outro polo que é a questão saúde, os hospitais. Portanto, a cidade sempre esteve a pensar não de maneira conjunta, fruto desta questão, mas também de uma classe social muito erudita [...].

Embora o processo de patrimonialização do espaço urbano seja visto como um mecanismo de apropriação e valorização do histórico como herança cultural coletiva, também representa uma forma de capital económico e cultural. Mesmo que as intervenções urbanas tenham se tornado práticas

---

<sup>53</sup> Produtor Cultural; gestor do Convento São Francisco. Entrevista concedida em 20/01/2015.

frequentemente implementadas em muitas cidades em todo o mundo, ainda são poucas aquelas que conseguem efetivamente associar a preservação ao desenvolvimento urbano e territorial (Veschambre, 2008). Ou seja, são instrumentos normativos difíceis de serem incorporados de modo sistemático nas ações legislativas, sobretudo no curto prazo. Nesse contexto, a relevância que a mediação cultural adquiriu pelo termo adjacente de animação cultural diz respeito ao seu papel na relação que as pessoas estabelecem com a ambiência do espaço urbano como um objeto de consumo. Apesar de contar com grande efervescência quanto à utilização da cultura como instrumento de reabilitação urbana, a patrimonialização institucional necessita de negociação entre seus agentes em diferentes escalas.

No interesse de suscitar o processo de apropriação e de valorização do espaço urbano inerente à patrimonialização como um sistema simbólico, em Coimbra, a animação do espaço urbano começou a promover novas formas de sociabilidade em que se destacam as atividades de recreação, lazer e entretenimento. Norberto Santos aponta para a importância de integração dos serviços e equipamentos direcionados para o turismo, bem como para a população residente:

Coimbra reclama ser uma cidade de cultura. Certamente que o é, na exata medida que historicamente a cultura portuguesa ficaria amputada e não poderia ser entendida sem olhar à contribuição fundamental de Coimbra. No entanto, para que esse papel relevante na cultura nacional continue a existir devem ser criados equipamentos culturais que projetem, no campo cultural, a centralidade regional e nacional a Coimbra e promovam turisticamente a cidade (Santos N. , 2012, p. 19).

Desse modo, a animação cultural no centro histórico de Coimbra, embora seja vista como um campo promissor, ainda precisa ser mais bem explorada. Na valorização da estética ainda é comum a animação do espaço urbano ficar restrita a determinadas atividades culturais que se traduzem em ações pontuais, como se a implementação obrigatoriamente dependesse de grande monta. Atualmente, a cultura é uma dimensão central em qualquer projeto de



intervenção urbana sustentável, em busca de fortalecer sua atratividade e impulsionar seu desenvolvimento socioeconômico. Assim, há que se considerar que existe claramente uma dimensão econômica e cultural associada à *mise en exposition* do espaço urbano como objeto patrimonial. Sobre o uso da cultura nas práticas de intervenção urbana, Henry-Pierre Jeudy e Paola Jacques (2006, pp. 8-9) consideram que:

[...] tudo concorre para colocar a cidade numa perspectiva de animação cultural que parece lhe conceder o certificado de garantia de ser uma “verdadeira” cidade. Essa animação permanente, das mais variadas modalidades possíveis, dá a todos os habitantes a impressão de serem capazes de se apropriarem de sua cidade, e o elo social assim promovido permite reencontrar um sentimento compartilhado de comunidade.

Lidar com a valorização do patrimônio urbano e dos espaços públicos no âmbito da cidade como unidade socioeconômica e cultural implica a construção do objeto pelo viés do marketing urbano. Como já mencionado, o problema central da gestão dos espaços urbanos históricos é que nem o edifício nem o conjunto arquitetônico têm valor patrimonial *per se* (Pratz, 1997), sendo seu valor relativo submetido a diversas interpretações, necessidades e usos sociais. O patrimônio urbano não é apenas uma herança a ser conservada, visto que na patrimonialização institucional as atividades culturais ocupam um lugar cada vez mais proeminente como alavanca de promoção econômica. A apropriação do espaço urbano revela “[...] que le patrimoine est du côté du signo, de l’emblème, de la référence symbolique” (Rautenberg, 2003, p. 114). As práticas culturais revelam-se como um processo negociado em várias dimensões ao ocupar um contexto sócio-histórico. A oferta de atividades culturais e de lazer para diferentes segmentos de público responde à ótica da democratização do acesso, mas também a uma demanda mais pragmática de rentabilidade.

Pode-se dizer que a animação cultural nos centros históricos envolve a mediação entre os diversos atores institucionais, o objeto patrimonial e o público, em que o espaço urbano não está organizado ao acaso. Em Coimbra, o enfoque dado à culturalização da cidade tornou recorrente a apresentação do patrimônio urbano de forma lúdica. Por meio da realização de eventos musicais e artísticos

o centro histórico se presta a ser um espaço de socialização e de encontro. Segundo Davallon (2002, p. 48), “la transmission vise alors effectivement une continuité dans le temps entre générations; continuité physique (conservation) et continuité de statut (continuité symbolique d’objet de patrimoine)”. Trata-se não apenas da valorização da materialidade do urbano, mas também da maneira como o centro histórico é representado, imaginado e negociado no contexto da cidade contemporânea, contribuindo para o revigoramento dos costumes, do saber-fazer e de outras formas coletivas de expressão simbólica.

**Figura 14: Serenata monumental da Queima das Fitas**



Fonte: <https://tinyurl.com/y57tr786>

O trabalho da animação cultural com o emprego de mediação incentiva o florescimento da experiência estética, caminho pelo qual a cultura implicitamente adquire no plano do discurso um potencial econômico de atratividade territorial. Com a obtenção do título de Patrimônio Mundial, o centro histórico de Coimbra passou a vivenciar um novo quadro de apropriação do espaço urbano patrimonial, em que a cultura e a política inauguraram uma nova conexão. Cabe à *mise en exposition* tornar o espaço urbano ainda mais presente aos olhos do público, fazendo uso de uma *mise en scène* que procura renovar sua existência simbólica, sendo a animação cultural parte da estratégia para estender seu

alcance internacional. Sobre o papel da mediação com ênfase na patrimonialização como um sistema relacional, Carina Gomes<sup>54</sup> considera que:

Nova vida não pode ser somente para os edifícios, tem de ser também vida cultural. [...] nesta zona mesmo central, o corredor que liga a Baixa a Alta, nós temos instalado uma série de eventos culturais. As instalações são da Câmara Municipal, mas nós entendemos que é importante haver ali intenções culturais instaladas.

Nesse sentido, o centro histórico como um espaço que comunica cultura e identidade viabiliza seu funcionamento como palco de trocas simbólicas, sendo as ruas locais de memórias e de representações na construção do imaginário sobre a cidade histórica. Ainda segundo Carina Gomes<sup>55</sup>, a animação cultural tem se concentrado sobre novos processos criativos, em que o centro é um lugar que oferece uma experiência significativa aberta a todos:

As festas da cidade de Coimbra são realizadas a céu aberto. Grandes concertos são realizados a céu aberto com entrada gratuita para toda a população e para quem nos visita no centro histórico da cidade. [...] pretendemos transformar gradualmente o centro histórico em um grande palco de festas, fazendo com que as pessoas venham às ruas. [...] Estamos a fazer um conjunto de iniciativas, todas gratuitas, para que as pessoas venham ao centro histórico e tenha cada vez mais carinho por nossa cidade.

Ao se levar em conta as necessidades da sociedade contemporânea, promover o território significa assumir diferentes modos de expressão que visam divulgar e difundir uma cultura específica e atrativa. Além de fomentar a preservação, servindo de palco para trocas simbólicas, o centro histórico como um espaço cultural vivo tem investido na oferta de uma agenda diversa e constante. As atividades promovidas podem assumir diversas formas, tais como exposições, peças teatrais, festivais, feiras, etc. A prática comemorativa da

---

<sup>54</sup> Vereadora da cultura da Câmara Municipal de Coimbra e vice-presidente da Associação RUAS. Entrevista realizada em 07/07/2015.

<sup>55</sup> Vereadora da cultura da Câmara Municipal de Coimbra e vice-presidente da Associação RUAS. Entrevista realizada em 07/07/2015.

patrimonialização na interação público/objeto patrimonial procura assegurar um movimento de retomada do passado a partir do presente, por um movimento de inovação e criatividade. Nesse sentido, o *Video Mapping UC: Uma História de Luz e a A Luz do Jogo* representou uma mediação imersiva e particular do objeto patrimonial projetada sobre edifícios simbólicos, cujos efeitos visuais e iconográficos envolveram o espectador num espetáculo de luz, imagem e som.

**Figura 15: Video Mapping na Universidade de Coimbra**



Fonte: <https://tinyurl.com/y4v9akuh>

Vê-se a importância delegada ao espaço urbano não apenas como matriz física do objeto patrimonial, mas também como difusor dos valores que o patrimônio urbano atesoura, convertendo-o em um meio de comunicação. Nos últimos anos, a instrumentalização política para fins de planejamento urbano tem investido na inovação e na criatividade para vender a imagem da cidade através da cultura, que inegavelmente passa por dispositivos tecnológicos na intenção de atingir um grande número de pessoas. A mediação cultural, em seu sentido pragmático, tem reinventado questões que sempre estiveram presentes no campo da cultura informacional, da comunicação e do conhecimento sobre o estatuto de objeto patrimonial.

Além de promover preservação, o centro histórico de Coimbra encontra-se imerso em um conjunto de novas necessidades em que a valorização do

território está estreitamente ligada à valorização do patrimônio urbano. O entusiasmo da animação como prática de mediação cultural encontra-se intimamente ligado ao reconhecimento do patrimônio urbano como um ambiente cultural contemporâneo. Somada às características estilísticas voltadas para o apelo visual mais imediato e para as narrativas míticas, a proposta preservacionista do centro histórico vem sendo direcionada cada vez mais por uma política cultural que promove a ocupação do espaço urbano como uma sala de espetáculo. Os eventos culturais fazem parte da valorização da cidade histórica como possuidora de uma forte oferta de lazer e de espetáculos, na qual o espectador deve também ser um ator.

Com a classificação da UNESCO, Coimbra encontra-se inserida no movimento internacional de alargamento da valorização patrimonial, cultural e social, bem como das tradições acadêmicas. Sendo a patrimonialização um processo de apropriação do espaço urbano revalorizado, Clara Almeida Santos<sup>56</sup> comenta sobre a atratividade territorial que:

Temos os negócios da habitação arrendada e dos *hostels* a crescerem em Coimbra, uma realidade que não existia. Vemos também aparecer, sobretudo na Baixa, um novo tipo de comércio de serviços muito vocacionado para o turismo. Sobretudo no eixo Portagem / Praça 8 Maio, de onde confluem os visitantes que vêm da Alta Universitária. E creio que há uma dinâmica cultural muito interessante que não se percebia. Em Coimbra, ali nessa zona da Alta e da Baixa, nessa ligação entre a universidade e a Baixa da cidade, não tinha mais dinâmica de acontecimentos, e de fator isto tem acontecido nos últimos anos. Eu creio que isso tem a ver não só com a classificação, mas com um movimento mais alargado de sensibilização para a questão do patrimônio edificado, para certa valorização daquilo que são recursos patrimoniais. E creio que isso faz também crescer um bocadinho a autoestima das pessoas em relação ao seu próprio patrimônio e em relação ao sítio onde habitam, onde socializam, podem exercer sua profissão, fazer os seus negócios.

---

<sup>56</sup> Ex-vice-reitora da Cultura e Comunicação da Universidade de Coimbra. Entrevista realizada em 18/05/2015.

Nesse sentido, no âmbito do centro histórico de Coimbra, a dimensão performativa e pragmática do patrimônio urbano corresponde às mudanças nas políticas patrimoniais que caracterizam a atual municipalização da patrimonialização. A valorização e a apropriação do espaço urbano patrimonial diz respeito a um processo contínuo, com forte dimensão socioeconômica. Assim, o reconhecimento do patrimônio não é somente uma questão de regulamentação ou de estratégias de identificação do objeto patrimonial, pois “il est pensé comme un objet inséré dans des pratiques de communication qui le mettent en scène, le manipulent, l’élaborent, lui donnant son sens patrimonial (Tardy, 2009, p. 13). A apropriação simbólica encontra-se enraizada nas coisas e nos lugares e, por conseguinte, não se trata apenas dos valores do passado atestados por especialistas, mas também dos novos usos disponibilizados no presente aos cidadãos.

Nessa perspectiva, no âmbito da *mise en exposition*, a animação do espaço urbano situa a mediação cultural na difusão do patrimônio urbano em complemento à mediatização. O objeto patrimonial é exposto ao público tanto por meio dos discursos ligados à herança coletiva, revelando suas especificidades formais, quanto por diversos dispositivos que geram e gerenciam a produção de significados. A *mise en scène* da exposição que comunica o patrimônio urbano ao público tem realocado a cultura em um patamar privilegiado que, imputada na ampliação de acesso, tem tornado ainda mais presentes as estratégias de desenvolvimento socioeconômico. Notadamente, a leitura do espaço urbano patrimonializado compreende um produto social que revela suas condições de produção e de uso. Todavia, a dimensão simbólica não é um texto que permite ver de maneira transparente no espaço urbano patrimonial; sua leitura se insere em práticas significantes de mediação envolvendo diversos protagonistas.

### **7.3 Mediação cultural e continuidade patrimonial**

Com a intensificação dos processos de patrimonialização, a ideia de que o patrimônio urbano é uma herança coletiva demanda um olhar próprio sobre a

preservação. Sob a perspectiva comunicacional da patrimonialização, Davallon (2006) deixa claro que a *filiation inversée* se processa pela *mise en exposition* do objeto patrimonial no presente, testemunhando seu mundo de origem. Isso também significa um processo cujos atores são os diferentes grupos sociais que legitimam seu valor como objeto patrimonial digno de ser respeitado, protegido e transmitido às futuras gerações.

A patrimonialização aborda o conceito de mediação no campo cultural como um fenômeno que envolve ruptura e reapropriação, expondo uma construção cultural em torno do valor patrimonial. Por essa ótica, “la notion de médiation, entendue comme l’ensemble d’actions ou de dispositifs propres à faciliter l’appropriation du discours de l’exposition par ses visiteurs” (Caillet e Jacob, 2004, p. 16). A mediação cultural é portadora de uma forte dimensão social e política, o que extravasa seu uso pragmático. Pedro Quintela (2011, pp. 65-66) considera que:

Desde os anos 1970 que a questão da mediação cultural assume uma clara relevância política e programática na Europa, evidenciada por discursos e práticas que sublinham a importância do desenvolvimento de programas de formação, qualificação e atração de públicos para as artes e a cultura. [...] Mas convém igualmente assinalar que a crescente importância que as funções de intermediação cultural, aqui entendidas num sentido mais político e programático, assumem do ponto de vista da sustentabilidade das instituições culturais, é um aspecto cada vez mais decisivo no contexto atual de retração das políticas culturais.

Em relação aos objetivos da mediação cultural como práticas socioculturais, Quintela (2011, p. 93) também destaca que:

O tema da mediação cultural readquiriu nas três últimas décadas muita relevância nos discursos políticos e programáticos que apelam à formação e atração de públicos para as artes e a cultura. Este apelo, muito associado ainda aos princípios da “democratização cultural”, traduz igualmente as preocupações de sustentabilidade sentidas por agentes e instituições culturais, num contexto em que o poder público tende a desvincular-se do financiamento à cultura. Em Portugal, estas preocupações vêm suscitando o desenvolvimento dos chamados

“serviços educativos” e de novas estratégias de mediação cultural em múltiplas instituições e equipamentos.

Nesse sentido, a relevância adquirida pela mediação cultural com base nos princípios da democratização cultural repercutiu em Portugal particularmente por meio dos chamados serviços educativos, destinados à captação e formação de públicos por diversas instituições e equipamentos culturais. Enquanto prática que incide nas educações formal e informal, envolve aspectos como a sensibilização do cidadão enquanto ator ativo no estabelecimento de relações sociocomunicacionais. Sendo o patrimônio resultado de uma linguagem, como um discurso organizado e em movimento, chama a atenção para a presença de elementos sógnicos arranjados de modo a produzir determinado discurso. A linguagem patrimonial não diz respeito apenas à existência do objeto, partindo da compreensão de que não se quer preservar e comunicar tão somente o objeto, mas também aos sentimentos e às sensações que despertam.

Por seu turno, as intervenções urbanísticas em Coimbra também recaem sobre os usos sociais do patrimônio na sociedade atual, seguindo o planejamento urbano do século XXI, onde o espaço urbano é considerado uma representação sógnica da herança do passado que enaltece o visual e a estética. Para Raimundo Mendes da Silva<sup>57</sup>, a patrimonialização centrada no dossiê de candidatura da Universidade a Patrimônio Mundial inaugurou uma compreensão mais ampla do centro histórico no contexto da cidade contemporânea:

Eu penso que toda gente que faz uma candidatura a Patrimônio Mundial tem pelo menos um objetivo de projeção, de aparecer no mundo, de maior visibilidade. Se tiver o objetivo de ter mais turistas, mais alunos, mais prestígio, isto é uma questão de opinião pessoal e circunstancial. Mas há claramente o objetivo de ter mais relevância, mas eu diria que há, além disso, um objetivo mais altruísta, de caráter cultural. Eu acredito que ele sempre esteve presente desde o início, e quero acreditar que está presente agora.

---

<sup>57</sup> Coordenador geral do processo de candidatura da Universidade de Coimbra, Alta e Sofia a Patrimônio Mundial. Entrevista concedida em 27/2/2015.



Tal perspectiva corrobora as novas formas de mobilização patrimonial, fortemente ligada às questões de apropriação e à relação entre passado e presente, na qual o segundo é responsável pela preservação do primeiro. Segundo esse direcionamento, a *mise en exposition* do centro histórico coloca em causa a sensibilização devido à forte implicação dos habitantes quanto às especificidades do patrimônio urbano. Levando em conta que “la vogue d’un mot n’est sûrement gratuit” (Hennion, 2004, p. 32), na ordem de apropriação do espaço urbano como objeto patrimonial cabe à mediação cultural contribuir na construção de um novo olhar sobre as questões envolvendo sua preservação.

Pode-se compreender que a ação educativa da mediação cultural tem a finalidade de estabelecer relações afetivas entre o público e o objeto patrimonial, considerado uma dádiva, como diz Davallon (2006). Essa situação evidencia mudanças no discurso da mediação cultural em torno do modo como o patrimônio urbano se encontra representado, organizado e vivido. Atua na esfera social contribuindo na construção de elos de pertencimento com diversos públicos, tais como habitantes, visitantes e turistas.

A exposição do patrimônio urbano como um conjunto de operações responsáveis pela interação entre diversos atores sociais demanda uma rede complexa de atribuição de sentido ao lugar. Dando visibilidade ao que não se vê, a mediação cultural atua no processo de acompanhamento semiótico que ocorre ao longo das operações de mediação do espaço urbano patrimonial. As políticas públicas colocadas em prática para vender a imagem da cidade através da cultura voltaram-se para a capacidade de inovar no objetivo de estimular a visitação. Nesse sentido, João Aidos<sup>58</sup> chama a atenção para a mediação cultural na gestão patrimonial do centro histórico de Coimbra como um campo que deve ocupar lugar de destaque:

Nós estamos numa fase em que o processo de mediação com os públicos, com as comunidades, com os projetos é cada vez mais crucial e determina grande parte do sucesso. [...] A questão da mediação é um momento fundamental na estratégia da missão do próprio espaço e da política artística e cultural que se quer fomentar no

---

<sup>58</sup> Produtor Cultural; gestor do Convento São Francisco. Entrevista concedida em 20/01/2015.

território. [...] A grande diferença em qualquer processo já não é tanto, exatamente, o objeto artístico. A grande diferenciação é: como consigo mediar com os públicos? Que processos é que eu vou arranjar para que a população chegue a este conteúdo? Como é que eu vou fazer?

Os elementos patrimoniais como representações simbólicas devem coexistir com uma sociedade que cresce e se transforma. Logo, dependem de um processo contínuo de transmissão e apropriação a fim de preservar sua história. Sendo o centro histórico um lugar semântico que possui uma dimensão dialógica com a cidade, tem a função de representar simbolicamente a identidade e a memória. Nesse contexto, a mediação cultural, enquanto um trabalho socioeducativo, procura colocar em presença a representação do património urbano como um espaço público que promove um movimento centrípeto, que aproxima o indivíduo do objeto patrimonial e de outros indivíduos.

O pertencimento que enfatiza a importância do centro histórico de Coimbra e seu lugar na memória da nação tem como objetivo reforçar uma identidade coletiva. O património urbano também é algo subjetivo e cheio de significado. Sobre a promoção sociocultural do território, José António Bandeirinha<sup>59</sup> relata que:

[...] era necessário se criar uma estratégia fortíssima de incentivo a esta vida urbana densa e central. [...] Estou a falar da construção de um sistema identitário das pessoas com a cidade, e isso não existe. Existe, sob o ponto de vista popular, este estigma que tem dois polos: um polo é a relação balofa com a cultura tradicional. Balofa porque é uma relação com uma coisa que já não existe no cotidiano real das pessoas. O fado, onde é que se vêm os estudantes a cantar o fado na rua? Eu ouvia antigamente, agora não vejo. O faduncho, a saudade, os ultrarromânticos, os poetas do Choupal até a Lapa, essas coisas. Os jovens, por exemplo, não sentem nenhuma relação com isso porque isso não está vivo, não faz parte do seu cotidiano. Não foi reatualizado e podia ser reatualizado. Por que não há jovens hoje, por exemplo, a

---

<sup>59</sup> Professor Associado do Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra; ex-deputado da Assembleia Municipal. Entrevista concedida em 26/01/2015.

cantar o fado em rap? Ou a cantar temáticas coimbrãs em coisas contemporâneas como se faz, por exemplo, de uma certa maneira, com a atualização do fado em Lisboa. Não existe. Portanto, há um hiato entre uma projeção cultural mítica e aquilo que é o cotidiano das pessoas. Isso cria uma certa distensão, uma certa distância.

Nesse quadro, o espaço urbano patrimonializado deve estar atrelado ao seu contexto do passado, o que não significa tornar-se um artefato isolado em sua dimensão histórica em atendimento às reivindicações do turismo, em que prevalece um preservacionismo cultural de conveniência. O uso da mediação como ação cultural é vista como um conjunto de ações e dispositivos empregados para mediar, tendo a intenção de construir significados pelos usos sociais do patrimônio. Na cenarização progressiva do centro histórico de Coimbra, ao mesmo tempo em que se procura seguir as normas internacionais, a cultura é utilizada na construção de uma ampla adesão social. Quanto ao papel da mediação cultural como estratégia de gestão patrimonial, Carina Gomes<sup>60</sup> destaca que:

[...] é muito meritório o trabalho que tem sido feito na RUAS, em termos de programação cultural e em termos de definição de estratégias de comunicação. A verdade é que a RUAS constitui um fórum em que se encontram Câmara, Universidade e Direção Regional de Cultura, que definem programação cultural conjuntamente.

Nessa direção, a gestão patrimonial coloca a dimensão socioeducativa da mediação cultural na base das ações de valorização e preservação do patrimônio urbano. A ênfase na mediação cultural incide sobre seu papel social e político devido à crescente importância da participação do cidadão, tomando como diretriz a associação contínua dos objetos patrimoniais e a vida cotidiana, a fim de promover a circulação de significados. Conforme argumenta Hennion (2004, p. 30), “la formule ne vient pas pour hasard”, visto que o uso do termo *mediação* tem se afirmado como estratégia relevante na inovação do consumo de cultura atrelada à oferta patrimonial da cidade, contribuindo para o restabelecimento de

---

<sup>60</sup> Vereadora da cultura da Câmara Municipal de Coimbra e vice-presidente da Associação RUAS. Entrevista realizada em 07/07/2015.

laços e interações que lhes conferem significado. No atendimento às exigências de um centro histórico dotado de padrão mundial, Clara Almeida Santos<sup>61</sup> refere que:

[...] o nosso objetivo é trabalhar com um público o mais alargado possível. Então, toda a dinâmica quer da construção do programa, quer da sua comunicação, não tem tido muito a preocupação em segmentar [...]. Temos feito comunicação dirigida a alguns eventuais interessados, mas o nosso objetivo é que a maior parte sejam eventos abertos, completamente abertos.

Nesse caso, as potencialidades da mediação cultural centram-se na valorização da comunicação sobre uma nova existência simbólica do centro histórico. A comunicação do património é moldada pelo discurso produzido sobre o centro histórico e pela imagem que se quer ter para posicioná-lo na rede global de cidades turísticas. Reconhecer o espaço urbano patrimonial como um meio de comunicação também significa que ele possui sua linguagem própria. Diante da preservação do património urbano como fenómeno inerente às práticas de intervenção que não estão organizadas ao acaso, a mediação cultural atua como um processo de facilitação da comunicação que rompe com a ideia de transmissão linear entre o objeto patrimonial e o público.

Comunicar o património urbano significa reconhecer o uso de uma linguagem própria na interação com a sociedade, no desenvolvimento de uma nova forma de olhar e um novo agir perante o espaço urbano patrimonial. As políticas e programas de alargamento e formação de públicos assumem particular importância. Seu objetivo é cativar a atenção do público como protagonista da *mise en exposition* do património, vista como uma prática de experimentação intimamente ligada às perspectivas de democratização cultural. Sobre as questões culturais e os processos comunicacionais, Lopes comenta que:

---

<sup>61</sup> Ex-vice-reitora da Cultura e Comunicação da Universidade de Coimbra. Entrevista realizada em 18/05/2015.

[...] a cultura na e para a cidade nem sempre significa cultura da cidade. Esta última só é possível quando se enriquecem os modos de vida quotidianos e os canais de comunicação. Mais do que um feito de marketing, trata-se de um esforço de cidadania. (2000, p. 84)

Considerar o patrimônio urbano como um recurso também compreende formas de apropriação simbólica. Segundo Davallon (2006), a mediação diz respeito a uma maneira de comunicar o objeto patrimonial que envolve diretamente os cidadãos. Sobre esses aspectos Clara Almeida Santos<sup>62</sup> menciona que:

A questão de haver uma série de eventos culturais em torno da questão do patrimônio (...) isto também é uma forma de comunicação. Não só de comunicar, mas de fazer com que os eventos sejam pedagogicamente relevantes [...] A questão dos mediadores, eu acho um timing muito interessante. Há uma série de áreas formativas dentro da própria Universidade de Coimbra que estão orientadas para o turismo, o museu, o patrimônio.

Nesse sentido, no processo de valorização do patrimônio, a mediação cultural se coloca para além da difusão e da promoção do conhecimento vinculado ao campo da preservação. Portanto, trata-se, essencialmente, de incentivar relações efetivas que envolvem estratégias e situações de aprendizagem, a partir das especificidades locais. Nesse caso, as ações de mediação cultural, fundamentadas nas práticas educativas, procuram superar a visão que reifica o patrimônio urbano como objeto do passado, meramente vinculado a uma narrativa histórica. A ligação com o presente está na capacidade do espaço urbano patrimonial de se comunicar com os cidadãos, de modo a ganhar aceitação e participar da vida urbana. A compreensão do centro histórico como um documento vivo assinala múltiplas estratégias educativas destinadas à sua leitura.

---

<sup>62</sup> Ex-vice-reitora da Cultura e Comunicação da Universidade de Coimbra. Entrevista realizada em 18/05/2015.

Em relação à mediação cultural voltada para o centro histórico, inscrita no campo da educação informal, Carina Gomes<sup>63</sup>, vereadora da cultura da CMC, coloca em destaque as práticas de visitas guiadas:

[...] reforçamos o número de visitas guiadas e as oferecemos gratuitamente a quem vive e a quem nos visita. São visitas guiadas que fazemos a vários sítios da cidade, com vários percursos [...] E isso é importante porque significa que quem nos visita está interessado, mas também significa que uma parte dessas pessoas são moradores de Coimbra que estão cada vez mais interessados em conhecer o seu próprio património.

No curso da patrimonialização atual, a mediação cultural mostra que tem em sua concepção mudanças na maneira de abordar a cidade histórica quanto à valorização do envolvimento do cidadão no reconhecimento e apropriação do património urbano. Nesse sentido, o conjunto de visitas guiadas que a Câmara Municipal de Coimbra oferece aos residentes e visitantes tem como proposta apresentar a cidade histórica de forma personalizada, podendo ter determinada temática como mote. Entre os roteiros oferecidos gratuitamente encontram-se as visitas guiadas *Viver o Património da Alta à Baixa* e *Colégios Universitários Património Mundial*, que apresentam aspectos relacionados ao centro histórico, destacando sua arquitetura, toponímia, tradições académicas e outros elementos identificados com a cultura cidadina.

---

<sup>63</sup> Vereadora da cultura da Câmara Municipal de Coimbra e vice-presidente da Associação RUAS. Entrevista realizada em 07/07/2015.

**Figura 16: Viver o Patrimônio da Alta à Baixa**



Fontes: <https://tinyurl.com/y3ajcz4n> <https://tinyurl.com/y53s6myo>

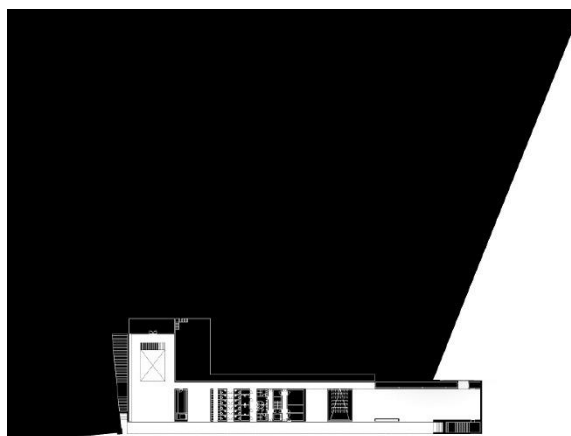
As visitas guiadas com roteiros temáticos buscam seguir a política de diversificação dos públicos. Os processos educativos na mediação cultural acompanham a interação do sujeito com o objeto patrimonial excepcional, procurando não apenas a reduzir a distância entre as partes, mas também levar o sujeito a perceber, sentir e apreciar o patrimônio como resultado de um construto social. Além da contemplação, procura-se transportar o visitante ao coração da história narrada, no qual todos os elementos se conjugam a fim de proporcionar uma imersão em outra temporalidade. O lugar é identificado por seu potencial de oferecer uma experiência sensível e estética composta por aspectos materiais e simbólicos. Sendo essa experiência essencialmente relacional, a mediação cultural é empregada para que os vínculos criados ultrapassem a efemeridade. A comunicação do patrimônio é moldada pelo discurso produzido sobre o centro histórico e pela imagem que se quer ter para posicioná-lo na rede global de cidades turísticas.

Nas novas estratégias de gestão do patrimônio, pode-se perceber que a experiência de visita visa provocar determinado efeito de sentido sobre os visitantes, contexto em que a mediação cultural assume um caráter interpretativo a fim de facilitar a interação entre o patrimônio e o público. Nesse sentido, a interpretação patrimonial despontou como um grande aliado para incentivar as potencialidades turísticas das cidades históricas, apoiada na democratização do acesso. Como prática educativa, a interpretação patrimonial diz respeito a um

processo de comunicação estratégica que visa promover o sentido de lugar, procurando conectar o público com os significados mais profundos, reforçando a identidade e o sentido de pertencimento nos habitantes locais (Miranda, 2008).

Em Portugal, os centros de interpretação começaram a ser instalados a partir da década de 1990, tendo em vista desenvolver uma nova forma de olhar para as cidades históricas, buscando facilitar a interação do público com os lugares de interesse patrimonial enquanto se realiza a visita *in situ*. Na realidade do centro histórico de Coimbra, a interpretação foi implementada como estratégia destinada a potencializar a compreensão e a apreciação de seus elementos patrimoniais. Encontra-se pautada na premissa de que este instrumento de interação com o público atende tanto aos turistas quanto à comunidade autóctone, visto que esta também tem sido motivada a se interessar pelos atrativos de relevância histórico-cultural. Nesse sentido, o Centro de Interpretação e Divulgação da Universidade de Coimbra (CIDUC) foi projetado para funcionar futuramente como porta de entrada para os visitantes. O espaço foi concebido exclusivamente para receber e orientar os visitantes nacionais e internacionais, disponibilizando restaurante, loja, auditório e livraria. O CIDUC encontra-se inserido na série de obras incluídas no Programa Cidade/Univers(c)idade destinadas a requalificar a zona da Alta Universitária no âmbito da candidatura a Patrimônio Mundial da UNESCO.

**Figura 17: Centro de Interpretação e Divulgação - Universidade de Coimbra**



Fonte: <https://tinyurl.com/yytdapwb> | bbarquitectos



No CIDUC, a premissa da interpretação como um instrumento de mediação cultural pode ser definida como uma proposta de educação patrimonial que visa assegurar uma maior interação e diálogo entre o patrimônio e o público, o que depende do investimento no uso de um conjunto de estratégias de comunicação. Considerando o surgimento de novas categorias de visitantes, a principal missão da interpretação é revelar o significado do patrimônio. Desse modo, a finalidade da interpretação não é simplesmente traduzir para linguagem comum as informações sobre o objeto patrimonial, mas fornecer explicações para melhor compreensão. Segundo Merillas (2008, p. 90), “[...] en la interpretación del patrimonio el acento no se sitúa tanto en el patrimonio o en las personas como en el tránsito entre ambas cuestiones, en las maneras de conectarlas”. Assim, diferentemente do modelo de visita guiada monologal oferecido pelos guias turísticos, com a interpretação patrimonial passou-se a considerar que os visitantes buscam algo de valor para si, conforme seus interesses particulares.

Nesse enquadramento, a mediação cultural na exposição do centro histórico contribui para ampliar sua visibilidade e importância para a sociedade. A premissa de que seja uma ferramenta de gestão patrimonial que promove a integração e o diálogo entre o público e o patrimônio urbano envolve sempre a análise sobre sua aplicabilidade à realidade do local, como tem sido mostrado em diversos fóruns na Europa. Portanto, mostra-se essencial o investimento na ação cultural, ou seja, no alargamento das perspectivas patrimoniais do espaço urbano como espaço expositivo, como um caminho interpretativo construído de forma interativa. As singularidades espaciais compõem uma sintaxe sensorial que enuncia significados resultantes de escolhas, portanto de decisões que nunca são neutras. Do ponto de vista da educação informal, a mediação cultural no centro histórico se insere na missão de convidar a todos a enxergar essa área como um acervo patrimonial inserido no cotidiano da cidade.



---

## PARTE III



**CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA: DE VOLTA AO RIO  
PORQUE O MODERNO É SER ANTIGO**



## **8. A PRESERVAÇÃO SOB OS IMPERATIVOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

Este capítulo objetiva discutir e historiar a política de desenvolvimento urbano e de preservação do patrimônio em João Pessoa. Dois momentos em especial nos chamam a atenção. O primeiro trata do contexto de formação da cidade tipicamente colonial, junto às margens do Rio Sanhauá, que teve grande importância na conquista do território. Após a lenta evolução da cidade durante mais de três séculos, o processo de modernização deu surgimento a um plano de embelezamento e higienização seguindo as diretrizes do urbanismo moderno no século XX. O segundo coloca em destaque a expansão urbana em direção ao mar que marca o processo de deterioração da área central, seguido de repentino interesse em preservar o patrimônio urbano com vistas ao desenvolvimento econômico. Nesse sentido, a inclusão da cidade no projeto de revitalização do governo espanhol (questão que retomamos mais à frente neste capítulo) marca a invenção do centro histórico de João Pessoa, cujo objetivo era recuperar a área tradicional em termos econômicos, sociais e estruturais. A proposta de revitalização do centro histórico adotada de modo semelhante a diversas cidades brasileiras ganhou maior dimensão com as novas conjunturas políticas promovidas pelo PAC Cidades Históricas – uma ação intergovernamental cujo foco é a preservação do patrimônio e a valorização da cultura, a fim de promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade.

### **8.1. Os primeiros séculos da cidade e a formação da paisagem urbana**

O sistema de capitanias hereditárias foi instituído pela Coroa Portuguesa com o propósito de colonizar o Brasil. No Nordeste, localizavam-se as capitanias de Pernambuco, de Itamaracá e do Rio Grande. Os núcleos urbanos estabelecidos foram construídos, sobretudo no litoral, para melhor atender às estratégias econômicas, políticas e militares. Não havia interesse na criação de uma economia urbana. Contudo, durante a União Ibérica (1580-1640), a maior

preocupação com a perda do território deu surgimento a uma nova política de administração colonial. Segundo Nestor Reis (1968, p. 61), o objetivo era promover maior controle sobre os territórios:

As cidades eram criadas em pontos especiais. Funcionavam como centros regionais e por meio delas revelavam-se as tendências centralizadoras da política portuguesa, que se opunham, ainda que discretamente, à dispersão dominante.

No início do século XVII, o nordeste brasileiro era o maior produtor de açúcar do mundo. Dessa forma, mesmo sendo a Bahia a sede do poder metropolitano na colônia, na reconquista da Região Nordeste foi a capitania de Pernambuco que assumiu a posição de destaque (Moura Filha, 2004). A urgência em garantir o monopólio do açúcar deu surgimento à Capitania da Paraíba e à fundação de sua sede, a Cidade Real de Nossa Senhora das Neves, em 1585, primeiro nome dado a João Pessoa. Vale ressaltar que ganhou esse título sem passar pelas fases anteriores (capela, capela-curada, freguesia). Assim, a terceira cidade mais antiga do país, após Salvador (1549) e Rio de Janeiro (1565), foi fundada para atender aos ditames da política colonizadora da Coroa Portuguesa. Segundo Francisco Trajano (Do rio ao mar: uma leitura da cidade de João Pessoa entre duas margens, 2006, p. 20), “[...] em seu intento de estabelecer a posse definitiva de territórios da colônia ameaçados de invasão estrangeira ou ocupados por indígenas, como era o caso da Capitania da Paraíba”. Ainda conforme o autor, em estreita relação com a topografia e o rio, distante do mar e acessível ao mesmo tempo,

[...] a cidade se alça no alto da colina, extraindo do solo a pedra de cal para sua edificação, das águas e da natureza do entorno, seu sustento; e do rio, seu vínculo com o mundo, aqui se arrolando os componentes que apareceriam com certa recorrência nas leituras a partir de então surgidas. (Trajano, 2006, pp. 20-21)

Edificada a partir do porto localizado na baía formada pelo encontro dos rios Sanhauá e Paraíba, chamada de Baía do Varadouro, a cidade ocupou a



colina em torno da margem direita tendo em vista as intenções de defesa. Conforme a política colonizadora através do sistema de capitanias, a cidade nasceu “[...] tão somente para exercer funções administrativas e comerciais e, principalmente, para viabilizar a continuidade da ocupação portuguesa em direção ao norte sobre estas novas terras” (Maia, 2000, p. 67). Em 1588, passou a se chamar Filipéia de Nossa Senhora das Neves, em homenagem ao rei Filipe II. Sobre isso, constata José Octávio de Mello (1987, p. 61):

No outeiro, edificou-se a Capela de Nossa Senhora das Neves, padroeira da cidade de onde saíam duas ruas. A primeira, descendo a encosta, assegurava ligação com os armazéns do Porto da Casaria, para embarque de mercadorias às margens do Sanhauá, um braço do Paraíba. Trata-se da atual ladeira de São Francisco. A segunda ganhou a denominação de Rua Nova, onde se instalaram Casa de Câmara, açougue e cadeia.

Embora nas colônias espanholas as ruas apresentassem um traçado regular, predominou o padrão do urbanismo português de semeadura (Holanda, 1995). Assim, a topografia da cidade teve seu núcleo formado em duas partes. A Cidade Alta era o local de residência da parcela da população de maior poder aquisitivo, da Igreja e do funcionamento do setor administrativo-financeiro. Por seu lado, na Cidade Baixa, devido ao acesso das embarcações, mantinham-se na área algumas atividades portuárias destinadas às relações de troca entre a colônia e o continente europeu. Sobre sua percepção urbana, expôs José Augusto Silveira (2004, p. 98):

[...] chamava a atenção tão somente pelo exotismo de sua paisagem natural e beleza de uma das poucas edificações. Essa paisagem natural influiu posteriormente na formação e desenvolvimento dos principais percursos radiais e na produção territorial dada a atração exercida nos espaços propícios à ocupação urbana.

Em 1634, o Nordeste foi tomado pelos holandeses e a cidade foi batizada de Fredrikstadt (Cidade de Frederico), em homenagem ao príncipe de Orange, Frederico de Orange. Durante a ocupação, havia apenas a preocupação com o

comércio lucrativo da cana-de-açúcar e, “[...] a partir daí, por diversas razões, durante longo período de tempo, que se prolongaria até a segunda metade do século seguinte, passaria por momentos econômicos críticos” (Araújo M. E., 2012, p. 97). Assim, o processo de construção da cidade ficou praticamente parado, sendo as obras inacabadas das igrejas e conventos dos franciscanos, dos beneditinos e dos carmelitas utilizadas como sedes administrativas. Somente após o fim da dominação holandesa essas obras foram retomadas, e até hoje o barroco da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, o rococó da Igreja de Nossa Senhora do Carmo e o estilo maneirista da Igreja da Misericórdia fazem parte do legado da arquitetura colonial.

O lento processo de crescimento da cidade nas primeiras décadas do século XVII revela que a presença holandesa neste período não ofereceu a mesma envergadura de benfeitorias realizadas no Recife. A ocupação dos holandeses na Capitania da Paraíba limitou-se ao litoral e pouco contribuiu para o desenvolvimento da cidade. Constata-se que:

[...] por iniciativa deles [foi feita] a reedificação dos fortes de Cabedelo e Varadouro, além da construção de um armazém com trapiche, embora Nassau haja tentado, sem êxito, diversificar a nossa agricultura através do plantio do algodão, fumo e arroz (Aguiar e Mello, 1987, p. 149).

Mesmo após a expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro, a função dos núcleos urbanos criados na costa brasileira continuava a atender à economia agrícola de exportação, com a atualização de seus portos para o escoamento da produção. “Não foi, por conseguinte, uma civilização tipicamente agrícola a que instauraram os portugueses no Brasil com a lavoura açucareira” (Holanda, 1995, p. 49). A fundação da cidade mantém estreita ligação com a política de colonização do litoral pela Coroa Portuguesa. A ligação entre o mundo rural e a cidade era indispensável tanto do ponto de vista da defesa do território quanto para melhor controlar a circulação das mercadorias. Contudo, o setor agrícola provocou um lento crescimento populacional e urbano. Aos poucos as

construções em taipa começaram a dar lugar às casas de pedra e cal, edificadas em suas poucas ruas (Aguiar e Mello, 1989).

O período colonial, dominado por um modelo agrícola tropical, teve como base o latifúndio, o patriarcado e a escravidão. Os proprietários, “em geral, eram brasileiros, e tinham suas principais atividades e investimentos realizados nas áreas rurais, como engenhos, fazendas, casas-grandes, capelas e escravos (Vasconcelo, 2009, p. 20). A Capitania da Paraíba era a mais próspera após a de Pernambuco e a da Bahia, com a exportação de açúcar, algodão, couro e madeira (Aguiar e Mello, 1985). No entanto, a rota do comércio vindo do sertão favorecia a escolha pelo porto do Recife para o embarque e desembarque de mercadorias. De fato, criou-se “[...] um círculo que beneficiava Pernambuco em detrimento da Fazenda Real da Paraíba, pois nesta não ficavam recolhidas as taxas sobre o açúcar produzido na capitania” (Moura Filha, 2004, p. 267). Esse monopólio comercial fazia com que a Parahyba – como a cidade passou a ser chamada após a expulsão dos holandeses – mantivesse um desenvolvimento lento e um papel periférico na rede urbana colonial, em função da subordinação político-econômica a Pernambuco.

Praticamente toda produção paraibana era comercializada através do porto de Recife, e isso causava, além da perda direta de receita, perdas indiretas, no momento em que, sem navios chegando a seu porto, a Paraíba era obrigada a comprar todas as manufaturas vindas da Europa através de Pernambuco (Araújo M. E., 2012, p. 100).

O porto fluvial construído na Baía do Varadouro, às margens do Rio Sanhauá, continuava sendo o local onde atracavam os navios a vapor para embarque e desembarque de mercadorias. Mas sendo área de mangue, o ancoradouro estava sujeito aos alagamentos provocados pelo fluxo das marés. Assim, havia a necessidade de consolidar as funções portuárias para um melhor retorno das atividades comerciais e do controle alfandegário. A esse respeito, Trajano (2006, p. 27) apresenta o seguinte comentário:

A necessidade de um porto aparelhado se articula ao propósito de criação de um sistema econômico abrangente ao território paraibano, capaz de organizar num coeso arranjo econômico e comercial a capital

e o interior – sobretudo o longínquo sertão, de onde provinha cada vez mais a riqueza paraibana com o algodão – através da construção de estradas atrelando os centros de produção do interior com a capital.

Sede de funcionários que representavam o poder metropolitano na colônia, a cidade passou a depender inteiramente do mundo rural. A sede da capitania também contribuiu para a expansão dos engenhos de açúcar em seu interior. Por conseguinte, os senhores de engenho tiveram um papel significativo na formação da cidade onde mantinham uma segunda residência, na qual era costume as famílias passarem parte do ano. Dado que a sede da produção era o campo, conforme José Octávio Mello (*Os coretos no cotidiano de uma cidade: lazer e classes sociais na capital da Paraíba, 1990*), durante os séculos XVII e XVIII a cidade era considerada como uma espécie de “fundo de quintal” dos grandes latifundiários ligados à produção açucareira. A maior proximidade entre o mundo rural e o urbano contribuiu para a cidade obter maior estabilidade enquanto sede do controle administrativo, mas “[...] sempre sob o jugo dos interesses dos mais abastados senhores brancos” (Moura Filha, 2004, p. 208). No interior da capitania, a atividade agrária e a criação de gado deram surgimento a diversos povoados que se tornaram cidades maiores que sua própria sede.

Apesar de manter as características de polo administrativo, três séculos após sua fundação, a cidade havia permanecido com sua estrutura urbana quase inalterada. Nesse aspecto, Aguiar (2002, p. 77) ressalta que:

Poucas eram as ruas calçadas e a ocupação do espaço urbano era descontínuo, ficando frequentemente, entre os prédios, grandes intervalos desabitados. As casas residenciais eram modestas, segundo a arquitetura típica das residências coloniais e despidas de muitos elementos básicos necessários aos prédios urbanos destinados a moradia.

A estrutura urbana precária da cidade tanto reflete a crise na lavoura de cana-de-açúcar quanto retrata a situação da sede de uma província que há pouco tempo havia recuperado a “[...] autonomia financeira frente a Pernambuco,

em meados do século XVIII por conta da precária situação financeira em que se encontrava e que avançaria o século adentro, com seus efeitos se rebatendo sobre a estrutura e a paisagem urbana” (Tinem, 2006, p. 25). De modo geral, durante todo o período colonial as cidades brasileiras, basicamente, desempenharam as funções de centro administrativo e eclesiástico e de intermediação dos produtos vindos do campo. Nesse sentido, à imagem de Coimbra, a Cidade Baixa continuava a predominar como área comercial e a Cidade Alta permanecia ligada às atividades administrativa e religiosa.

Até a segunda metade do século XVIII a Capitania da Paraíba foi marcada tanto por fatores políticos e econômicos quanto por fenômenos de natureza climática (secas e inundações) que se refletiram negativamente no seu desenvolvimento. Nesse período, sua evolução apresentou em seu registro histórico um crescimento lento, formando um aglomerado urbano pequeno e pobre, semelhante às demais capitais de províncias de pequeno porte (Reis, 1968). Sem incentivos para se urbanizar, a Parahyba apresentou um adensamento urbano limitado à abertura de algumas ruas na Cidade Baixa, em sua maioria estreitas e irregulares devido ao relevo acidentado. Um vagaroso crescimento de integração com a Cidade Alta, que apenas conseguiu tornar o núcleo da cidade um pouco mais homogêneo.

## **8.2 A modernização da cidade e sua expansão em direção ao mar**

No século XIX, a partir da revolução industrial, a modernidade começou a se estabelecer tendo como lócus principal as grandes cidades. As ideias de higienismo e salubridade que promoveram profundas intervenções nos grandes centros urbanos, em países como Inglaterra, França e Estados Unidos, chegam ao Brasil com a vinda da família real, em 1808. Desse modo, as ideias de modernidade no velho mundo passaram a ser adotadas nas capitais das províncias, tendo em vista melhorar o ordenamento urbano, a estética e a higiene. Assim, na primeira metade desse século, apesar das limitadas rendas para cobrir as despesas da sede da província, esses preceitos, mesmo que timidamente, passaram a vigorar na cidade da Parahyba. A esse respeito, Doralice Maia (2014, p. 7) comenta que:

[...] a morfologia da então Cidade da Parahyba apresentou significativas alterações: ruas foram alargadas, calçadas e iluminadas; passeios foram construídos; igrejas demolidas, sendo algumas substituídas por praças e jardins; trilhos instalados para os bondes que passaram a circular pela cidade. Essas mudanças que ocorrem no decorrer do século reproduzem a ideia que então dominava o mundo: a de “cidade nova”, ou melhor, de higiênica e moderna.

Ainda segundo a autora, encontram-se registros da ação dos governantes na implementação dos preceitos higienistas e de salubridade pública. As primeiras leis, ou normativas, voltadas para o ordenamento e higienização da cidade datam da década de 30 do século XIX. “Muitas dessas ideias eram trazidas pela elite após visitarem as cidades europeias ou mesmo a Corte, que era para muitos o espelho de Paris no Brasil” (Maia, 2006, p. 6). A prioridade foi dada ao calçamento das principais ruas da Cidade Alta e Cidade Baixa (Varadouro), bem como ao abastecimento de água e esgoto.

Na Cidade da Parahyba, prevalecia a imagem de uma estrutura urbana pré-industrial, caracterizada pela simplicidade das estruturas arquitetônicas e pela atividade econômica restrita. Contudo, a cidade ainda permanecia escassamente edificada, com poucas ruas dotadas de passeio lateral, iluminação, entre outras necessidades. O limitado registro até ao início do século XIX torna ainda menos perceptível sua evolução urbana (Tinem, 2006). Por sua vez, Aguiar (2002, p. 75) apresenta a seguinte descrição desse cenário:

Em grande parte do século XIX, a visão que vamos encontrar de cidade da Paraíba pouco difere da descrição feita pelos primeiros cronistas e viajantes do começo da cidade: pequena, antiquada, carente de equipamentos urbanos e que chama a atenção apenas por aspectos exóticos de sua paisagem natural e peculiaridades de umas poucas edificações.

Tornava-se evidente que a cidade precisava trilhar novos rumos. Mas mesmo que a subordinação da Capitania da Paraíba à de Pernambuco tenha

terminado em 1799, permaneceram os reflexos da dependência de uma crise de longa duração. E, apesar de ter obtido o direito de fazer comércio direto com o Reino, “[...] eram poucos os navios que iam ao seu porto, bem como era reduzida a produção exportada pela capitania, porque a maior parte desta continuou escoando pelo porto do Recife” (Moura Filha, 2004, p. 280). Na prática, essa limitação estendeu-se até à primeira década do século XIX, uma dependência que interferia acentuadamente no crescimento socioeconômico da cidade.

Partindo das observações de Trajano (2006), desde a fundação da cidade, o Rio Sanhauá passou a desempenhar papel fundamental. Mesmo com os problemas devidos à seca, a economia da província da Paraíba continuou crescendo, particularmente pela produção de algodão exportado para o exterior, como também pela importação de gêneros da Europa. Melhorar as condições precárias do ancoradouro era uma prerrogativa indispensável para o desenvolvimento urbano da capital da província, e da sua autonomia em relação a Pernambuco. Desse modo, Trajano (2006, p. 27) corrobora essa leitura do porto fluvial ao afirmar que:

Ponto de confluência da rede de estradas que deveriam cortar o território paraibano para conduzir à capital se não toda, a maior parte da produção recolhida nos vários centros dispersos pelo interior, a necessidade de um porto aparelhado localizado na capital e capaz de fazer frente à concorrência do porto do Recife torna-se recorrente nas pautas dos presidentes de província ao longo da metade do século XIX como uma questão a reclamar uma solução premente.

A conquista de autonomia sobre os investimentos provinciais começou a ocorrer na Cidade Baixa, que passou a apresentar visíveis modificações em seu traçado urbano com a chegada da ferrovia interligando a capital ao interior – e pouco tempo depois ao Porto de Cabedelo. Por sua vez, a Cidade Alta afirmava-se definitivamente como o núcleo residencial da população de maior poder econômico, mantendo ainda uma ocupação descontínua do espaço urbano.

No final do século XIX, com o crescimento do comércio o governo local começou a investir no ordenamento do núcleo central. Segundo Maia (2006, p. 12), a ideia de cidade começou a ser associada ao progresso e às vivências urbanas:

Se a cidade precisava de ruas mais largas e pavimentadas, por sua vez, a modernidade também exigia a presença de praças e jardins. Assim é que se verifica a contínua transformação dos antigos largos coloniais em praças e a construção do jardim público também erguido no antigo largo da igreja do complexo dos jesuítas.

Nessa perspectiva, são construídos alguns edifícios para a administração pública e outros tiveram suas fachadas remodeladas, de modo a substituir sua aparência colonial pela denominada arquitetura classista imperial. Com essas intervenções, acontecia a primeira “[...] remodelação da paisagem urbana da cidade também em forma de ‘maquiagem’ nas fachadas dos edifícios coloniais, além de abertura e alargamento das ruas” (Costa A. L., 2009, p. 91). Esse processo resultou do fortalecimento da economia, que possibilitou as primeiras intervenções urbanas, cuja preocupação era trazer à cidade visões de progresso e de embelezamento.

A partir do século XX, os projetos de urbanização provocaram significativas modificações na paisagem urbana da área central para sua modernização arquitetônica, tal como já havia começado a ocorrer em outras cidades brasileiras. Seguindo o modelo de intervenção urbana adotado pelo prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, a administração municipal da Parahyba efetuou uma série de ações com o objetivo de melhorar o traçado urbano. De acordo com Trajano (2006), havia grande empenho do poder público local para apagar o rastro da cidade colonial. Assim, foram implementadas conexões entre várias ruas e limite com os bairros que surgiram com a expansão territorial. Nas reformas urbanas ocorridas nas três primeiras décadas do século passado, destaca-se nessa reconfiguração da paisagem urbana o contraponto entre a cidade colonial e a cidade moderna, com o surgimento de espaços públicos amplos e racionais. Com a reestruturação, o surgimento de ruas, praças ajardinadas e bairros orientava as novas formas de sociabilidade, com a incorporação rápida de um novo estilo de vida.

O desejo de modernização da cidade ganha maior dimensão com a chegada de arquitetos e engenheiros na década de 1920. A partir do



desenvolvimento de projetos urbanísticos, muitas edificações coloniais foram ao chão para dar lugar a residências inspiradas nos estilos Art Nouveau e Art Deco. A demolição da arquitetura colonial<sup>64</sup> deu espaço à introdução do neoclássico e o ecletismo dos imóveis que vão caracterizar as residências dos bairros nobres da cidade.

As intervenções efetuadas promoveram modificações através do alinhamento e nivelamento das ruas, cujo traçado passou a revelar a evolução urbana do Brasil colonial (Reis, 1968). A modernização da cidade, conforme Waldeci Chagas (2004, p. 36), coincide com “a transferência dos proprietários rurais para a capital, sua incorporação às elites e o desejo de quererem se afastar do mundo rural, visto como antigo e atrasado, passaram a justificar a implementação dos serviços de infraestrutura urbana [...]”. Desse modo, não tardou para o espaço público se apresentar como um lugar onde a modernização havia chegado. No perímetro do centro tradicional, as ruas receberam pavimentação para a circulação do transporte público movido a eletricidade. Até então, o Porto do Varadouro continuava sendo o coração da cidade, tanto pelo fluxo de passageiros que chegavam à Parahyba quanto pela movimentação de barcos e navios trazendo mercadorias e artigos de luxo procedentes da Europa, Estados Unidos e Oriente. Vista a importância econômica da Cidade Baixa, foram demolidos prédios para o alargamento da Rua Maciel Pinheiro, tendo como marca da intervenção a construção da Praça Anthenor Navarro. Situada próximo ao Porto do Capim, a Rua Maciel Pinheiro consolidou-se como importante área comercial, onde foram instaladas lojas para atender às demandas de consumo da elite local.

No modelo de modernidade aqui instalado, a preocupação com o embelezamento e ordenamento espacial provocou mudanças nas formas de sociabilidade presentes na cidade colonial. Para José Augusto Silveira (2004, p. 131), “os projetos urbanos tinham implícito nos propósitos mascarar o atraso e a pobreza da maioria da população, consolidando um modelo de segregação”. As intervenções incluíram a demolição de habitações populares, bem como a remoção de moradores para as áreas periféricas. As intervenções urbanas

---

<sup>64</sup> É relevante registrar as manifestações contrárias à transformação da paisagem da cidade por parte de alguns intelectuais, como José Lins do Rego e Gilberto Freyre, que consideravam a feição colonial parte da identidade nacional (Chagas, 2004).

passaram a ocorrer de modo mais frequente na construção do novo, muito “embora as elites desenvolvessem ações de combate à mendicância nas ruas da Parahyba, não reconheciam os mendigos como decorrentes das desigualdades sociais que assolavam o Brasil” (Chagas, 2004, p. 193).

Havia uma grande ansiedade em acelerar o desenvolvimento. Em consequência, o acesso e o uso dos espaços públicos transformados eram disciplinados por uma legislação severa, com medidas de combate à mendicância nas ruas. Segundo Mauro Koury (2005, p. 150):

A cidade começa a ser conquistada pela sua população. Conquista que se dá principalmente entre os considerados cidadãos, os de maior poder aquisitivo ou da classe média emergente, já que os espaços públicos como praças, parques e coretos eram cercados e disciplinados para entradas.

Nesse sentido, o projeto estético de “embelezamento da cidade” resultou da transferência da elite rural para a capital da província, que usou de seu prestígio político para cobrar do poder público a modernização do espaço urbano. Para a revitalização e ampliação das ruas, vários casarões e sobrados foram desapropriados e demolidos, o que aconteceu a contragosto de muitos de seus proprietários. Mas com as transformações urbanas, foi-se substituindo sua feitura colonial, e a cidade passou a gozar de maior prestígio, com diversas ruas da Cidade Alta a dispor de calçamento e luz elétrica. Seu comércio representava a riqueza e o poder local, ao mesmo tempo que também havia se consagrado como espaço residencial e cultural.

A modernização se estendeu ao hábito de ir à praia – além de prática terapêutica, passou a ser uma opção de lazer para as famílias alinhadas aos novos tempos. O interesse dos cidadãos pelo banho de mar contribuiu para a abertura do percurso para a orla (Silveira, 2004, p. 137). Outro passo importante de ocupação do litoral foi o início da construção da Avenida Eptácio Pessoa, que mais tarde foi determinante no direcionamento da evolução da cidade. Mas, naquele momento, continuava a ser prioridade dotar a Parahyba de condições modernas, ampliando a ligação entre as Cidades Alta e Baixa, tendo em vista

facilitar a circulação de mercadorias e a locomoção de pessoas. A partir da década de 1930 é que a cidade cresce vertiginosamente, conduzindo o direcionamento da cidade do futuro. Alzilene Silva (2014, pp. 182-183) conclui que:

Para isso adotou-se o Plano de Remodelagem e Extensão, baseado no modelo haussmaniano. Sob a batuta de Nestor de Figueiredo o plano abrangia a cidade existente e a cidade futura. Na cidade existente as intervenções foram menos agressivas, considerou-se parte do desenho urbano construído, isso ocorreu por causa dos altos custos que tornavam as intervenções mais radicais inviáveis. Ademais, considerava-se que a fisionomia da cidade apresentava qualidade, por isso empregou-se o conceito de Remodelagem. Cabe, no entanto, frisar que esse conjunto de fatores possibilitou guardar a traça da cidade com pouquíssimas alterações. Algo muito peculiar e distinto de outros exemplos de cidades brasileiras, de origem colonial, que tiveram seus centros profundamente feridos pela onda modernizante.

O fecho simbólico que marcou o início da perda do adensamento populacional em torno da área central foi a desativação do Porto de Varadouro. Além disso, “sem possibilidades de crescimento nas direções oeste e norte, em razão das restrições do sítio natural, houve dificuldades à ocupação, organização e desenvolvimento urbano nos territórios centrais” (Silveira, 2004, p. 152). Assim, João Pessoa, como a cidade passou a ser chamada no início da década de 1930, começou a virar as costas para onde cresceu espremida entre as margens do Rio Sanhauá e a colina. Segundo Trajano (2006), a série de intervenções urbanísticas propostas por Nestor Figueiredo de expansão da cidade em direção ao mar “[...] se tornaria nas décadas seguintes a base da grande aventura urbanística da capital na segunda metade do século XX” (Trajano, 2006, p. 41). A administração pública passou a investir em obras de urbanização como marca da política de expansão da cidade.

O desenvolvimento da cidade em direção às praias deu início à divisão entre a “cidade existente” e a “cidade futura”. Começou de fato a se concretizar a partir da década de 1950, com a construção de duas grandes vias. Primeiro,

com o calçamento da Avenida Epitácio Pessoa, cuja abertura havia ocorrido há mais de 30 anos. Como destaca Regina Silva (2016, p. 67):

Aos poucos, essa via, além de desempenhar um importante papel como eixo condutor de desenvolvimento na direção leste, motivou o processo de urbanização e adensamento nessa direção, atraindo os investimentos públicos e privados para seu entorno, ou seja, uma gama de pontos comerciais e de serviços viria a se instalar nas suas imediações em décadas posteriores.

Constata-se que, até então, o processo de mudança ocorreu de modo lento, mantendo movimentada a vida urbana no núcleo tradicional da cidade, reunindo atividades administrativas, comerciais e sociais. Mas como destaca José Augusto Silveira (2004, p. 143), “[...] os espaços da orla marítima passaram a ser mais frequentados, embora a Praia de Tambaú permanecesse sem infraestrutura e sem se constituir ainda plenamente no espaço polarizador que é hoje”. Contudo, essa ligação da área central mais nova em direção às praias contribuiu para a transferência da elite do centro, uma vez que os mais abastados passaram a optar pelos bairros definidos dentro de princípios da arquitetura moderna. Em seguida, a construção de uma segunda via promoveu o prolongamento da cidade nas direções sudeste e sul, tendo em vista a criação do campus da Universidade Federal da Paraíba e do Distrito Industrial (região onde foram construídos bairros para a população assalariada). Com a abertura dessas duas vias, a cidade praticamente duplicou o número de domicílios entre as décadas de 1960 e 1980 (Scocuglia, 1999). Durante esse período, o comércio instalado na Cidade Baixa que atraía preferencialmente o público feminino tinha quase que totalmente se deslocado para a Cidade Alta.

A expansão urbana ganhou novos impulsos com as intervenções públicas, que seguiam as ideias de progresso e modernidade que influenciavam todo o país, com grande parte da população se concentrando distante da antiga centralidade. Tal expansão resultou de um conjunto de fatores inter-relacionados, mas, como ressalta Milton Santos (1987), no Brasil a implantação da indústria automobilística exerceu grande influência em uma nova formulação

do espaço urbano. Na medida em que os recursos públicos são orientados para ampliação territorial em áreas afastadas do centro das cidades, as intervenções públicas contribuíram para uma visível estratificação social e seletividade na ocupação do espaço urbano. Beneficiaram-se com infraestrutura urbana moderna as áreas onde as classes sociais mais abastadas passaram a residir, pois podiam usufruir da mobilidade oferecida pelo uso do automóvel particular. Ao mesmo tempo, a fabricação de ônibus no país consolidou o modelo automobilístico-rodoviário de transporte público.

Sob a ótica das mudanças de uso e ocupação do espaço urbano, o centro passou a sofrer um processo de desvalorização funcional e imobiliária, embora ainda predomine como local de trabalho. Mesmo mantendo preservadas as atividades de comércio e serviços e os órgãos públicos, a perda da população residente ocorreu na mesma velocidade do crescimento da cidade voltada para o Atlântico.

Entre o final da década de 1960 e o ano de 1971, foi construído e inaugurado o Hotel Tambaú, obra de vulto, projetada pelo arquiteto Sergio Bernardes, como objeto constituinte do percurso, em seus espaços da orla marítima. [...] Considerando a linha do percurso da avenida Eptácio Pessoa, o Hotel Tambaú pode ser percebido como ponto referencial da chegada definitiva à orla marítima da cidade, constituindo um ponto relevante do percurso (Silveira, 2004, pp. 225-226).

Com a expansão do território em direção às praias, surge uma rede de possibilidades envolvendo atividades socioeconômicas e de consumo do espaço, tendo o mar como elemento predominante na imagem da cidade. Com a perda da importância da comercialização da produção agrícola, a economia da cidade passou a se concentrar no setor terciário, configurando os negócios da área central nas atividades bancárias e em órgãos públicos. Por sua vez, “[...] em direção à Avenida Eptácio Pessoa e suas transversais, subtraíram do núcleo mais antigo, sobretudo da Cidade Baixa, atividades que antes o caracterizavam” (Silva R. C., 2016, p. 74). Com isso, áreas que por muito tempo foram utilizadas para moradia e lazer, embora possuíssem considerável valor arquitetônico e histórico, eram postas para usos diversos ou à espera da demolição.

Desse modo, como chama atenção Flávio Villaça (2001), o processo de decadência do centro ocorre com a desvalorização das áreas urbanas centrais, portanto, com a saída das camadas da população de alta renda e a ocupação pelas camadas populares. Assim, o núcleo central começou a dar seus primeiros sinais de declínio com o surgimento de imóveis entregues à deterioração. O antigo setor portuário, abandonado, foi transformado em território da exclusão social e da pobreza urbana<sup>65</sup>, sendo ocupado por famílias que migravam de cidades do interior para a capital, dando surgimento a comunidades ribeirinhas, dentre as quais a do Porto do Capim é a mais conhecida. Posto que as elites possuem poder de influência nas relações econômicas, políticas e sociais, foram reverberando no imaginário da população local as mensagens das diferentes campanhas governamentais, apresentando a cidade através de praias de areias brancas, de água quente e onde o sol brilha primeiro no ponto mais oriental das Américas.

### **8.3 De objeto a patrimônio: a cidade velha ao gosto da Belle Époque**

Os projetos de renovação dos centros tradicionais provocaram profundas alterações em busca dos ideais de embelezamento, seguindo o paradigma da modernidade. Contudo, nessa época, o Brasil se encontrava entre os poucos países no mundo a manifestar preocupação e implementar medidas de preservação do patrimônio edificado. Em 1937, surgem as primeiras experiências de revitalização urbana no país, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Destinado a proteger a arquitetura brasileira da fase colonial, manteve sua área de atuação restrita à preservação e restauração de prédios institucionais, particularmente nas cidades que não estavam em processo de expansão (Fonseca, 2005). Márcia Chuva destaca as concepções que sustentaram as práticas de preservação cultural desenvolvidas à época, salientando a orientação para se vincar o pertencimento à civilização ocidental, sendo esse desiderato perseguido por via de uma

---

<sup>65</sup> No Brasil, o processo de evolução das favelas “[...] acompanhou o processo de urbanização da sociedade, que se deu praticamente no século XX”. (Maricato, 2002, p. 82)

associação inusitada entre as formas e os princípios renovadores do barroco e a produção arquitetônica moderna (Chuva, 2003).

Acompanhando as mudanças das políticas patrimoniais no âmbito internacional, mesmo sem a intenção de colocá-las em prática, o discurso oficial falava em revitalização de centros históricos ao tratar de temas como a preservação do patrimônio ambiental urbano. Ações efetivas de revitalização de áreas urbanas tiveram de aguardar por quase duas décadas, uma vez que coincidem com “o processo de estruturação, crescimento e expansão urbana, dentro de um contexto capitalista liberal e regido predominantemente pelas ‘leis de mercado’ [...]” (Ribeiro E. , 2006, p. 137). Por conseguinte, no Brasil, a preservação do patrimônio histórico somente começou a ser pensado de modo efetivo no final dos anos 1970, período em que a preservação do patrimônio urbano não apenas ganhou visibilidade, mas se oficializou e se estabeleceu mundialmente.

A transferência do capital agrário para a indústria fez com que, a partir da década de 1970, no Brasil, a população urbana tivesse ultrapassado a rural. Segundo Maricato (2002), esse processo estabeleceu próxima relação com o novo cenário mundial de reconfiguração do papel das cidades, tendo em vista atender às mudanças geradas pela crise do fordismo. Nesse contexto, a possibilidade de melhoria resultante da expansão urbana encontra-se atrelada ao mercado imobiliário enquanto agente influenciador do valor de troca sobre o de uso no espaço urbano, particularmente por meio da comercialização de novos padrões de imóveis residenciais. Por meio do ordenamento espacial com base nos Planos Diretores, buscou-se uma imagem urbana aprazível que beneficiou a especulação imobiliária, cuja inovação na arquitetura deu surgimento a uma nova estratégia de investimento no setor da habitação. Essa forma de olhar a cidade e suas transformações sociais incentivou o uso do espaço privado em detrimento do espaço público.

Nesse sentido, a intensa urbanização ocorrida em João Pessoa a partir dos anos 1960 deu início à comercialização de novas residências em áreas mais valorizadas pela especulação imobiliária, estimulando a saída dos moradores para as centralidades emergentes. De acordo com Jovanka Scocuglia (Scocuglia, 1999), a cidade atinge um crescimento superior a 100% entre as

décadas de 1970 e 1980, estendendo-se para o sudeste através da construção de habitações populares pelo poder estatal e para o leste em direção ao litoral. Apesar de o centro tradicional ainda se manter como o coração da cidade, os investimentos públicos cada vez mais escassos tornaram sua estrutura urbana obsoleta. Como é sabido, o mercado imobiliário reserva os melhores investimentos para a parcela da sociedade de maior poder aquisitivo, provocando a hierarquização dos lugares.

As áreas antes periféricas não são mais reservadas aos pobres, visto que as classes média e alta disputam sua ocupação, gerando novas formas de segregação e conflito. Como cita Santos (1987, p. 81), “cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território”. Sob essa lógica, desenvolveram-se os bairros ao longo do percurso da Avenida Epitácio Pessoa e em direção às praias de Tambaú e Cabo Branco (Trajano, 2006).

Havia uma linha de crédito diferenciada para a compra de imóveis financiados para a população de média e alta renda (Silveira, 2004). Para Paul Singer (1982, p. 30), “o advento do automóvel, por exemplo, suscitou a necessidade de garagens de que a maior parte das edificações mais antigas não dispunham”. Seguindo essa lógica, as residências no centro tradicional costumam apresentar desvalorização pela inadequação às novas funções físicas e sociais, o que foi provocando um vazio urbano no centro tradicional.

No cenário internacional, no século passado a renovação urbana provocou a descaracterização e o abandono das antigas centralidades em várias cidades europeias. Os atributos ambientais, culturais e históricos do espaço urbano passam a ser reconhecidos como a base das especificidades locais. Por sua vez, pressionado pelos efeitos da nova fase de internacionalização do capital, o Estado brasileiro rompe com o modelo de investimento em infraestruturas urbanas até então vigente no país. Nesse contexto, surge a revitalização urbana como estratégia de desenvolvimento local:

A partir do início da década de 1980, a economia brasileira entrou em estagnação, ocasionando uma crise fiscal e financeira que perdurou até



praticamente nossos dias. Após a nova Constituição da República de 1988, o Governo Federal desobrigou-se das políticas locais, transferindo a responsabilidade para os municípios, que foram forçados a elaborar estratégias específicas de desenvolvimento local. Em todas as experiências, buscou-se a formação de uma nova “imagem” da cidade. Num mundo globalizado, onde localidades competem diretamente por investimentos produtivos, o que decide o jogo da competição são as especificidades das localidades e suas imagens (Zancheti e Lapa, 2012, p. 25).

A busca de novos usos para as áreas centrais das cidades brasileiras ocorreu de modo semelhante ao das diversas cidades do mundo, na medida em que procuravam retomar o significado de sua área central por meio de projetos de revitalização. Para Maurício Abreu (Sobre a memória da cidade, 2014, p. 19), “a valorização do passado das cidades é uma característica comum às sociedades na virada do milênio”. Nesse sentido, as ações voltadas para conter o processo de esvaziamento que se intensificou na década de 1980 nas áreas centrais em diversas cidades brasileiras basearam-se nas experiências europeias de reaproveitamento do espaço público antigo para uma nova inserção no ambiente urbano. As intervenções de “revitalização” e “requalificação” das áreas históricas por meio da salvaguarda e valorização objetivaram o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo, cultura e lazer (Moreira, 2004). Por esse direcionamento, vale destacar o papel relevante da cultura associado a possibilidades de consumo diretamente ligado ao mercado – portanto, na criação de consensos ligados à identidade da cidade, na consolidação segundo as estratégias neoliberais, como a sua inserção na rede de cidades globais (Harvey, 2005).

Assim, a implementação de políticas públicas de revalorização do espaço urbano pelo governo central, com base nas experiências internacionais, teve início no final da década de 1970, com as intervenções no patrimônio urbanístico e arquitetônico do Pelourinho, em Salvador. Nos anos de 1980, o tombamento de cidades e centros históricos começou a se ampliar e passaram a ser alvo do discurso e de práticas preservacionistas (Sant'anna, 2004). Ganham destaque as experiências realizadas nos centros históricos do Rio de Janeiro e em São Luís, no Maranhão. Sobre os impasses provocados por essas políticas

patrimoniais vinculadas ao desenvolvimento no país, Carlos Santos (1986, p. 61) comentou:

Do jeito que vem sendo praticada, a preservação é um estatuto que consegue desagradar a todos: o governo fica responsável por bens que não pode ou não quer conservar; os proprietários se irritam contra as proibições, nos seus termos injustos, de uso pleno de um direito; o público porque, com enorme bom senso, não consegue entender a manutenção de alguns pardieiros, enquanto assiste à demolição inexorável e pouco inteligente de ambientes significativos.

De forma ampla, pode-se dizer que a institucionalização sistemática do fenômeno por meio da lei ou de outro dispositivo legal se mostra vinculada ao desenvolvimento urbano contemporâneo, aos aspectos funcionais e promotores do capital imobiliário (Maricato, 2002). A “reinvenção” urbana que se consolidou na Europa e nos Estados Unidos nas décadas de 1980 e 1990 expandiu-se em escala global, momento em que inúmeros centros históricos de cidades brasileiras passaram a ser alvo de projetos de revitalização, visando promover a estética urbana e a questão ambiental (Vargas e Castilho, 2009). No plano urbanístico, o objetivo desses projetos pelo poder público era propor uma nova vida para o espaço urbano sob o estigma da deterioração<sup>66</sup>. Ao mesmo tempo, a valorização das áreas antigas também visava estimular diferentes usos e modos de atrair investimentos privados, e com isso promover a geração de empregos e renda.

De acordo com Silva (2016), em João Pessoa, a primeira iniciativa pioneira de proteção do conjunto edificado de valor histórico foi a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), em 1971. Durante muitos anos, os únicos bens tombados foram os edifícios considerados de grande valor histórico e arquitetônico do período colonial brasileiro. Efetivamente, a proposta de dar nova vida às áreas centrais teve início

---

<sup>66</sup> “A Carta de Lisboa procura nomear os tipos de intervenção, mas [...] apresenta o conceito de *reabilitação* como estratégia de gestão urbana, induzindo a compreensão de seu significado como sinônimo de *requalificação*. Em seguida aproxima esse conceito da definição de *revitalização*” (Vasconcellos e Mello, 2006, p. 53-54).

em 1987, com a assinatura de um convênio de cooperação internacional entre Brasil e Espanha. O convênio com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI) envolveu a participação dos governos federal, estadual e municipal. O Programa de Preservação do Patrimônio Cultural Ibero-Americano tinha interesse na preservação dos locais que a Espanha colonizou, em comemoração aos 500 anos do descobrimento das Américas. “A motivação era o fato de João Pessoa ter sido uma das cidades na América Latina fundadas na época da União Ibérica, quando as Coroas Espanholas e Portuguesas se encontravam unidas sob o domínio de Filipe II” (Oliveira A. F., 2009, p. 69).

Além disso, a cidade figurou entre as que haviam preservado melhor a paisagem urbana colonial no país. Mesmo assim, havia quase três décadas que essa realidade estava em processo de degradação; a perda de sua importância decorreu da descentralização gerada tanto pela ação do poder público quanto pela especulação imobiliária, com a extrapolação dos limites territoriais. Um processo que reflete a concentração de certas classes sociais em determinadas áreas da cidade, cada vez mais visível na topografia e infraestrutura do espaço urbano, retratando o aumento da concentração de renda gerada pelo “pós-fordismo devido a seu caráter excludente e seletivo” (Maricato, 2002).

Com o apoio do convênio com a AECI, o Projeto de Revitalização do Centro Histórico (PRCH), durante os anos de 1987 e 2002, deveria atingir três objetivos:

[...] a recuperação das raízes culturais comuns entre Brasil e Espanha; a restauração e valorização do nosso patrimônio natural e construído; e a formação de mão de obra especializada em diversos níveis, inclusive com a revalorização de ofícios artesanais. (CPDCHJP, 2002, pp. 108-109)

Para gestão do convênio, foi criada uma entidade gestora – a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa (CPDCHJP). De acordo com Jovanka Scocuglia (2004, p. 125), o primeiro momento foi de

[...] fundamentação e elaboração de propostas, formação e qualificação de equipes técnicas, captação de recursos e execução dos

primeiros projetos-pilotos (nesse momento, os poderes públicos locais não apoiaram efetivamente o Projeto e até criaram empecilhos à implementação do mesmo. [...] No primeiro momento, a partir de 1987, privilegiaram-se os monumentos em risco e mudanças na legislação e nas restrições de uso que conduziram a atritos frequentes com os comerciantes.

O estudo realizado pela CPDCHJP para a tipificação das áreas de preservação compreendeu a Cidade Baixa e a Cidade Alta por seu valor histórico e arquitetônico. Apesar de esse patrimônio urbano contar já há algumas décadas com instrumentos legais de proteção, identificou-se nos primeiros estudos que havia ocorrido uma acentuada perda do uso social e funcional dos imóveis e descaracterização de suas fachadas. Desde os anos de 1970, os investimentos em equipamentos urbanos foram se concentrando no núcleo litorâneo, em função da instalação das residências e do comércio varejista nessa direção. Outro fator importante nesse processo de esvaziamento urbano foi a construção do Centro Administrativo do Estado da Paraíba fora do núcleo tradicional. “A cidade, portanto, parece o cenário de atividades bastante opostas: a cada ação de expansão urbana, se observa um paralelo de deterioração. Também toda construção, que é uma atividade diária, processa-se a par de uma destruição” (Ribeiro E. , 2006, p. 137). Esse processo de metamorfose passou a ser bastante comum na área central, sobretudo na Cidade Baixa, onde o comércio de produtos de luxo, que funciona principalmente na Rua Maciel Pinheiro, deu lugar ao de lojas de peças automotivas e de material para a construção civil.

Nesse sentido, foram criadas normas visando a disciplinar o uso do patrimônio edificado, seguindo a legislação federal, regida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O processo de decadência do centro tradicional apresentava um “[...] estoque construído (edifícios, logradouros), causando a estagnação do ponto de vista do mercado imobiliário, principalmente na área do Varadouro” (Cidade Baixa) (Andrade, 2007, p. 100). Ao mesmo tempo, no estágio inicial do Projeto de Revitalização do Centro Histórico, a sociabilidade que existia como bairro décadas atrás, ligada à sua herança colonial, havia desaparecido.

A Comissão do Centro Histórico durante anos foi responsável por diversas intervenções em monumentos isolados. Mas a partir do ano de 1998 até 2002, foi dada ênfase à promoção do uso do espaço de reconhecido valor histórico. Sendo o bairro do Varadouro o principal lócus das intervenções, já havia ocorrido “[...] conflito entre comerciantes que eram contra o fechamento da área para a circulação de veículos e pela dificuldade em se retirar o posto de gasolina que funcionava no local (Teixeira, 2014, p. 4). Mas, como explica Scocuglia, a retomada dessa intervenção deu início a uma nova fase do Projeto em parceria com a AECI. Segundo a autora:

O outro momento foi marcado por mudanças nas ações estratégicas de revitalização. Com uma nova composição da equipe técnica, responsável pela continuidade do Convênio Brasil-Espanha, pela incorporação de novos usos e atores sociais ao processo. Estas últimas ações passaram a ser desenvolvidas quando a Prefeitura Municipal de João Pessoa, a partir de 1997, interessou-se em revitalizar o Centro Histórico e, em especial, a Praça Anthenor Navarro e o Largo de São Pedro Gonçalves, além de outros trechos do antigo bairro do Varadouro com uma proposta que, a exemplo do Recife Antigo, se baseava numa parceria entre órgãos públicos e privados. (Scocuglia, 2004, p. 125)

Enquanto cidade histórica, João Pessoa abriga uma diversidade de signos comunicacionais, com especial relevo nas áreas que constituem seu núcleo mais antigo. Desse modo, a reinvenção do lugar tomou como recorte espacial a paisagem do centro tradicional nas primeiras décadas do século passado. No caso, optou-se pelos elementos icônicos da arquitetura Art Nouveau, cujo estilo refletia o desejo de acompanhar as inovações da sociedade industrial. No caso de João Pessoa, as construções com ornamentos de fachadas simbolizavam o poder político e econômico local. Assim, a imagem do centro histórico com as edificações inspiradas na Belle Époque simboliza a rememoração da sua fase de maior prestígio público, entre as décadas de 1920 e 1930. Para Scocuglia (2004, p. 78), “essa escolha não é isenta de parcialidade e busca quase sempre refazer os vínculos constitutivos entre a construção dos espaços centrais da cidade e as relações de poder”. A revitalização dessas edificações, largos e

praças passou a representar o local de origem da cidade e a expressão mais significativa de seu modo de vida. Na opinião de Cláudio Nogueira<sup>67</sup>, criou-se naquele momento a figura de centro histórico:

[...] a praça Antenor Navarro teve uma estratégia naquele momento, dar uma visibilidade e isso funcionou a tal ponto que às vezes as pessoas, de uma maneira em geral, até confundem o centro histórico, que é algo muito maior, com a praça Antenor Navarro, criaram essa imagem de centro histórico.

Esse projeto de revitalização seguiu o modelo paradigmático do Bairro do Recife Antigo<sup>68</sup>, implementado nos anos 1990. A produção do espaço urbano contou com crescente visibilidade midiática, sobretudo na TV Globo, devido à parceria com a Fundação Roberto Marinho, em 1993. Mas a semelhança não se dá apenas na busca da mesma repercussão na mídia, tendo em vista a formação da opinião pública ou no colorido da pintura nas fachadas, que procura comunicar algum tipo de mensagem ou sensação. A propaganda governamental propunha uma nova forma de pensar a arquitetura da cidade. Tendo como suporte os meios de comunicação de massa, apresenta o lugar transformado em mercadoria seguindo a lógica internacional de competição intercidades – portanto, do enobrecimento do espaço através do consumo e lazer ligados às práticas culturais trazidas pela reforma modernizadora do passado (Leite, 2008; Costa E. B., 2015). As leituras críticas acerca da gentrificação gerada pelas intervenções nos centros históricos apontam para uma gestão do patrimônio que não leva em conta a dimensão social.

---

<sup>67</sup>Superintendente do IPHAN na Paraíba. Entrevista realizada em 25/04/2015.

<sup>68</sup> A proposta do Plano de Revitalização do Bairro do Recife “[...] tem sido interpretada como um marco de uma nova fase das políticas de patrimônio, por ter adotado um modelo misto de gestão, baseado no sistema de parceria entre poder público e iniciativa privada [...]” (Leite, 2008, p. 36).

**Figura 18: Largo de São Pedro Gonçalves e Praça Anthonor Navarro**



Fontes: <https://tinyurl.com/y4zrkh3w> <https://tinyurl.com/y5up6xmy>

A valorização das potencialidades do centro histórico de João Pessoa aparece nos discursos institucionais do poder público, sustentada por uma profusão de signos comunicacionais, atravessados por diversas vozes nem sempre consoantes. A esse respeito, Judy (2005, p. 95) assinala que:

Acompanhando os projetos urbanos que definem a revitalização dos espaços a partir de uma complexidade inerente à própria cidade, os discursos mantidos por arquitetos e urbanistas não hesitam em utilizar um vocabulário complementar que inclui o fractal, o fragmentário, o caótico, o informe... sempre como considerações necessárias para legitimar seus procedimentos.

Com efeito, em perspectiva semelhante ao modelo recifense, a intervenção no centro histórico de João Pessoa paira sobre a valorização do patrimônio urbano e sua espetacularização. Como destaca Scocuglia (2004), os jornais locais noticiavam as mudanças na paisagem da Cidade Velha, onde bares, centros culturais e praças dão vida e aspecto de novo às suas ruínas, destacando as potencialidades da área na dinâmica cultural da cidade. Pode-se dizer que “firmou-se, assim, desde o período de 1997-2002, novas narrativas e usos no centro histórico” (Scocuglia, 2010, p. 49). Contudo, as estratégias de marketing, seguindo o bem-sucedido Projeto do Recife Antigo, não conseguiram manter o espaço urbano revitalizado como parte da identidade cultural da cidade. E, não sendo o centro histórico de João Pessoa o coração da sua urbanidade contemporânea voltada para o mar, a sua reinvenção despontou no século XXI com grande dificuldade para manter o status de relíquia do passado.

A representação do centro histórico é determinante como elemento de referência dos resquícios da imagem do passado da cidade, mas precisa convidar o público a desenvolver uma leitura baseada na sobreposição do tempo. Assim, a patrimonialização do espaço urbano depende de um espaço visualmente estruturado, em que a morfologia e a arquitetura assumam uma nova percepção no imaginário urbano. Nesse contexto, a imagem que passou a caracterizar o centro histórico da capital paraibana foi um passado idealizado, baseado no estilo Belle Époque desenvolvido no século XIX. Uma arquitetura que modernizou a face das cidades europeias no período da Revolução Industrial pelo uso de uma temática decorativa e de forte apelo visual. A revitalização, encarada como uma cirurgia plástica destinada a rejuvenescer edificações envelhecidas e desvalorizadas, foi seguida por uma intensa ocupação de pessoas em determinados horários.

Não é a cidade inteira que se transforma para a espetacularização da cena urbana, mas partes muito bem selecionadas e para onde também são destinados os empreendimentos culturais e de lazer para visitantes e a população residente. São reinventadas maneiras de tornar o espaço urbano um produto a ser negociado e vendido, portanto, capaz de atrair novos investimentos. Nesse aspecto, a mediação de uma cultura urbana de valorização da resignificação do conjunto urbano histórico central aparece como elemento fundamental nas representações da paisagem. Sua delimitação torna-se, portanto, ferramenta de comunicação essencial no que diz respeito à sua interface com o público, essencial para a efetividade do processo de divulgação.

#### **8.4 O espaço urbano patrimonial e a experiência da modernidade**

No final do século passado, as transformações da patrimonialização e sua espetacular difusão remetem a uma nova construção social do espaço (Heinich, 2009), envolvendo a preservação dos conjuntos urbanos históricos e o desenvolvimento urbano como sintomas inerentes à globalização da economia e à metropolização das cidades. Essas mudanças notabilizaram a substituição



do planejamento urbano com a gestão da cidade a partir de pequenas áreas (Harvey, 2005). A produção do espaço urbano surge ligada ao “[...] reconhecimento de que a cidade é um fato físico existente, que pode e deve ser reutilizado mediante processo de qualificação das estruturas urbanas existentes” (Zancheti e Lapa, 2012, p. 26). A tendência de tal valorização é a transformação radical a fim de explorar o espaço como alavanca do desenvolvimento local. A patrimonialização compreende a difusão de uma estratégia baseada na inter-relação entre patrimônio, cultura e turismo, conduzida por uma integração crescente entre urbanismo e patrimônio.

Nesse contexto, o modelo paradigmático de Barcelona passou a se destacar também nas consultorias internacionais como estratégia de marketing urbano difundida em cidades de vários países da América Latina, sob a ideologização do mercado e de técnicas publicitárias que visam a maneiras mais eficientes de se reinventar a partir do que têm a oferecer ao mercado. Sobre a realidade brasileira, no dizer de Otília Arantes (2000), a cidade-empresa-cultural se pulveriza por todo o território nacional, em cidades de diferentes portes e muitas delas contratam empresas de consultoria. “Não faltam aqueles que oferecem, a preços não módicos, fórmulas capazes de conduzir qualquer cidade ao pódio restrito das cidades globais” (Maricato, 2002, p. 57). Segundo a autora, várias cidades no país contrataram consultorias de origem espanhola ou simplesmente procuraram seguir os ensinamentos do “modelo Barcelona”. Esse interesse passou a fomentar a ação de vários agentes sobre os investimentos em programas de preservação do patrimônio urbano. Assim, a chamada “reinvenção urbana” expandiu-se no país por meio da parceria entre entidades internacionais e governos municipais.

Com o apoio da Unesco, empréstimos internacionais foram empregados para financiar projetos como o Programa Monumenta<sup>69</sup>, desenvolvido entre 1995 e 2002 pelo Ministério da Cultura (MinC) em parceria com o Banco

---

<sup>69</sup> O Programa Monumenta foi o primeiro financiamento dirigido ao patrimônio histórico de abrangência nacional nos anos 1990. Criado em tempos de mundialização e neoliberalismo político-econômico, em conjunto pelo Governo Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), estava sujeito à aplicação de metodologias internacionais. “O Programa Monumenta é, portanto, um caso de política pública coordenada e executada por estrutura paralela terceirizada e sem vínculo permanente com qualquer instância do Estado” (Sant’anna, 2004, p. 263).

Interamericano de Desenvolvimento. Empregando as metodologias internacionais, os agentes públicos nacionais atuavam na fiscalização e supervisão técnica, uma vez que de modo geral as municipalidades não contavam com profissionais e estrutura (Zárete e Moreira, 2010). Como visto, essa política de intervenção surgiu em João Pessoa através do convênio com a AECI, e ganhou visibilidade com o Projeto de Revitalização da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves.

Mas continuando a política de preservação do patrimônio urbano e o desenvolvimento urbano no conjunto histórico, a partir de 2001, entrou em pauta o Projeto de Revitalização do Porto do Capim, cuja proposta inicial era transformar a área em um polo turístico, integrando a promoção de eventos à contemplação da paisagem urbana histórica e natural do lugar. Desde o início, restabelecer os vínculos que a cidade mantinha com o rio havia sido considerado o aspecto mais relevante da intervenção. Nesse período, realizou-se apenas uma pequena intervenção na faixa que compreende a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), marcando o início da proposta de integração paisagística entre os três elementos: as praças do bairro do Varadouro, área que compreende o Porto do Capim e o rio Sanhauá. No âmbito do PRCH, o Projeto de Revitalização do Porto do Capim era considerado como a intervenção mais importante, com a transformação da área para a prática do ecoturismo e do turismo cultural, compreendendo um projeto maior – o retorno do ponto de origem da cidade como área residencial. Apesar do *frénésie* promovido, Silva (2016, p. 182) apresenta o seguinte comentário:

[...] por ser uma intervenção muito complexa, na medida que mexe com os comerciantes da área e o cotidiano da comunidade Porto do Capim, Vila Nassau, Frei Vital e XV de Novembro, instalada na área há mais de setenta anos, o que exige um considerável volume de recurso.

Assim, a remoção dos moradores que lá estavam estabelecidos para um outro local tratava-se de um ponto incontornável na remodelação urbanística. Em meio a conflitos e à busca por negociações, o processo de revitalização foi permanecendo no papel enquanto oportunidade indispensável para o

fortalecimento da antiga centralidade, em seu desenvolvimento econômico ligado ao turismo e à indústria de eventos. No decorrer dos anos 2002 a 2005, enquanto novas tentativas de negociação são empreendidas, ocorre um visível declínio na revitalização do centro histórico. Se, por um lado, a proposta de revitalização previa sua sustentabilidade cultural em torno da diversão noturna, privilegiando consumidores de maior poder aquisitivo, por outro lado, essa realidade contrastava com a dos moradores e o estado de abandono e degradação que predominava no restante do bairro. Inevitavelmente os sinais da perda de efervescência cultural se tornaram visíveis, sobretudo pela ausência da população usuária.

A partir de então, o Projeto de Revitalização do Porto do Capim, apesar de se manter envolto de desafios para sua implantação, volta a ser um dos principais argumentos norteadores da patrimonialização do centro histórico nos discursos oficiais. Logo, a transformação do lugar para uso turístico e de práticas culturais remete a novas prerrogativas com o objetivo de dinamizar a economia local. Como relata Scocuglia, em 2005 o Projeto foi reapresentado durante a realização do I Fórum de Construção de Parcerias para Promoção do Desenvolvimento Social do Porto do Capim. Naquela ocasião, foram apresentados os benefícios previstos para a área, mas para sua execução “[...] os moradores do Porto do Capim seriam realocados para unidades de habitação multifamiliares a serem construídas nas proximidades” (Scocuglia, 2010, p. 79). Como caminho para a retomada do uso estratégico do patrimônio edificado e do espaço urbano, a realização do evento mostrou que João Pessoa continuava a seguir a tendência de revitalização das áreas degradadas do seu centro histórico pelo marketing urbano.

Como visto, as ações implementadas pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, desde os anos 1990, adotaram como política patrimonial o modelo misto de gestão entre o poder público e a iniciativa privada. O objetivo era estabelecer parcerias a fim de criar as condições econômicas, institucionais e políticas para fazer valer a ideia de preservação vinculada à perspectiva da modernização da cidade, voltada para a transformação do sítio histórico da cidade em área de lazer e consumo cultural.

Nesse sentido, outro passo dado consistiu na proposta de reconversão de imóveis degradados para uso habitacional. Em 2007, teve início o Programa Moradouro pela PMJP em parceria com sistema de financiamento da Caixa Econômica Federal (CEF), no âmbito do Projeto de Revitalização do Centro. A proposta era requalificar casarões para uso residencial ou misto (habitação, comércio e/ou serviço). “Foram selecionados sete sobrados, em estilo artdeco, construídos por italianos nos anos de 1930 e 1940, em precários estados de conservação [...]” (Silva A. , 2014, p. 228). Objetivando uso estratégico do patrimônio urbano, os imóveis selecionados se encontravam próximo à área do projeto piloto de revitalização do Porto do Capim. Apesar de poucas unidades terem sido reformadas e utilizadas como moradia, as intervenções na área histórica seguem em busca da afirmação de uma nova cultura urbana assentada na ideia de reutilização do patrimônio arquitetônico e na requalificação dos espaços urbanos.

Embora as formas do espaço urbano sejam constituídas por elementos icônicos, a partir dos quais se pode efetuar novas leituras e interpretações de imediato perceptíveis, não se pode deixar de lado que ao nível da semântica encontram as relações entre o significado dos signos e o seu contexto. Seguindo esse raciocínio “[...] está o poder representativo do signo na definição das relações destes com seu objeto, levando ou não à consolidação de um entendimento coletivo”. Numa cidade que viu seu centro tradicional gradativamente entregue ao esvaziamento populacional, a deterioração do conjunto edificado e a falta de investimento público, o resgate do valor simbólico não encontra um ambiente propício para lograr êxito. Contudo, dirigido por uma nova política de intervenção patrimonial para a cidade, a retomada do Projeto de Revitalização do Porto do Capim procurou dar visibilidade à transformação territorial urbana por uma nova onda de estetização do centro histórico. Segundo Costa (2014, p. 9):

Esse Projeto de Revitalização tem como metas algumas ações como: Implantação da Praça Porto do Capim; Restauração de Edifícios Singulares do Porto; Recuperação de Vias Públicas; Restauração do Convento Anexo à Igreja de São Frei Pedro Gonçalves; Implantação

do Parque Ecológico do Sanhauá; Restauração da Antiga Ponte do Rio Sanhauá e Restauração do Complexo Fabril Matarazzo. Estas ações buscam integrar o resto da cidade de João Pessoa ao seu ponto de origem, o Porto do Capim, no Bairro do Varadouro.

O interesse na transformação das áreas centrais encontrava-se fundado no modelo de gestão que busca benefícios econômicos para a cidade sob a lógica neoliberal. Nesse sentido, o processo de patrimonialização visando à valorização da paisagem se mostra menos comprometido com seu valor para a coletividade, visto o interesse em fortalecer o fluxo turístico nas áreas que sofreram intervenção.

A requalificação e os investimentos no setor turístico aceleram uma estratégia para transformar João Pessoa numa cidade “pós-moderna”, competitiva, intenção evidenciada desde a década de 1990 em diferentes gestões estaduais e municipais. (Scocuglia, 2010, p. 75)

Conforme evidencia Scocuglia, essa nova onda de transformação e ressignificação do território central da cidade tem por base a premissa de maior atração de investimentos internacionais. A ideia de revitalizar visa aos bens tombados como capital de inovação, interligando planejamento estratégico e marketing urbano. Por seu lado, o Convênio Brasil-Espanha, como alternativa para tratar da reabilitação das áreas urbanas antigas e sua revalorização como centro histórico, tem suas atividades encerradas após completar 20 anos. Dessa maneira, após concluído o processo de tombamento federal do centro histórico de João Pessoa, em 2007, o poder municipal criou no ano seguinte uma entidade para gestão do sítio tombado. Após sofrer reformulação em 2010, a Coordenadoria do Patrimônio Cultural (Copac – JP), assumiu a responsabilidade “[...] de preservar os bens materiais e imateriais, públicos e privados de interesse histórico, artístico, urbanístico, paisagístico, arquitetônico e arqueológico da capital paraibana<sup>70</sup>.

Desse modo, mesmo com a dissolução do Convênio Brasil-Espanha, a gestão municipal procurou avançar no processo de revitalização do centro

---

<sup>70</sup>Disponível em <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/Copac-JPjp/> Acessado em 22/09/2017.

histórico. Mantendo-se atrelada à valorização de suas potencialidades sociais e econômico-funcionais, recorreu às novas estratégias para viabilizar essa intervenção. Entrou numa nova fase quanto à política de intervenção na área central, em que o mote de atuação procurou dar maior caracterização à herança do ambiente construído recorrendo a novas estratégias. Sobre essa questão, Fernando Moura<sup>71</sup> argumenta que:

Em tese, já era para ter ocorrido isso com a introdução do governo tanto federal e estadual quanto municipal. [...] Então, com a saída da Espanha houve um baque muito aprofundado, e não houve uma readaptação inclusive do patamar financeiro anterior, ficou aquém dos períodos anteriores.

Sendo João Pessoa uma das cidades que não foram contempladas com o Programa Monumenta, o edital do PAC<sup>72</sup> – Cidades Históricas (PAC-CH) surgiu como uma oportunidade para propor investimentos destinados à “valorização do patrimônio como recurso para o desenvolvimento da cidade (Leite, 2004, p. 58). O PAC-CH, apesar de pautado em dar continuidade ao Programa Monumenta, apresentava mudanças substanciais na adoção de um modelo mais abrangente e com maior autonomia dos municípios na gestão do patrimônio urbano. “As municipalidades, que desde os anos 1990 tinham tido um papel ativo no processo de revitalização, mostraram-se incapazes de sustentar financeiramente o processo a longo prazo” (Zárate e Moreira, 2010, p. 5). Em

---

<sup>71</sup> Jornalista. Presidiu a Associação Centro Histórico Vivo (ACEHRVO) e foi o primeiro coordenador da Coordenadoria do Patrimônio Cultural – COPAC-JP. Entrevista concedida em 15/04/2016.

<sup>72</sup> Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – foi posto em ação pelo governo federal em 2007. O Programa “[...] centraliza os planejamentos e acompanhamentos da introdução de infraestrutura, facilitando a aceleração do desenvolvimento sustentável, o aumento da produtividade e a superação dos desequilíbrios regionais e sociais [...]. Portanto, as metas propostas pelo PAC envolvem uma expansão significativa da taxa de investimento, cujo investimento tem sido feito em grande parte pelo setor produtivo privado (empresas, fundos de investimento do mercado financeiro, fundos de pensão, empreiteiras) em parceria com o setor público” (Jardim e Silva, 2016, pp. 62-62). Durante os anos de 2007 e 2010, o PAC foi considerado um dos principais instrumentos de incentivo ao crescimento econômico do país durante o governo do Presidente Lula, envolvendo investimento em três eixos: logística, energia e infraestrutura social e urbana.

2010, João Pessoa encontrava-se entre as cidades classificadas para participar do PAC Cidades Históricas.

Os investimentos até então destinados não haviam conseguido reverter o processo de degradação e do subaproveitamento do potencial econômico e simbólico das cidades históricas brasileiras. Por meio do PAC-CH, pretende-se melhor posicionar as cidades no mercado internacional de lazer, turismo e cultura. Conforme o Iphan, o programa apresenta como proposta posicionar o patrimônio cultural como eixo indutor estruturante:

[...] com maior integração do poder público nas três esferas de governo, federal, estadual e municipal, com a sociedade civil e a iniciativa privada, para aperfeiçoar a política de preservação, salvaguarda e valorização do patrimônio brasileiro e garantir maior apropriação, usufruto e acesso aos bens culturais em todo o país. (IPHAN, 2009, pp. 5-6)

Nesse sentido, o Programa procura ampliar a abrangência dessa estratégia de integração das esferas de governo em vários municípios, colocando a participação do cidadão como elemento central das intervenções. Surge um novo interesse nas áreas históricas, cuja atuação no território urbano tende a privilegiar o uso, em razão da valorização do dinamismo e potencialidades econômicas, mais do que o patrimônio em si. A ênfase no fomento das cadeias produtivas locais pode ser observada nos objetivos do Programa.

**Figura: Objetivos – PAC Cidades Históricas 2009**

Promover a requalificação urbanística dos sítios históricos e estimular usos que garantam seu desenvolvimento econômico, social e cultural.
Investir na infraestrutura urbana e social.
Ampliar o financiamento para a recuperação de imóveis privados.
Recuperar monumentos e imóveis públicos com destinação de uso de interesse social.
Promover o patrimônio cultural, o intercâmbio, a formação e a capacitação de agentes, técnicos e gestores.
Fomentar o desenvolvimento das cadeias produtivas locais.

Fonte: IPHAN (2009).

Obedecendo ao contexto político e econômico no qual o Programa se encontrava inserido, esperava-se fomentar estratégias de preservação em nível municipal, visando devolver ou propor qualidade ao ambiente físico e social dos espaços urbanos. A partir de diretrizes dirigidas por uma nova política de intervenções patrimoniais para a cidade, cabia à esfera municipal indicar suas propostas no intuito de viabilizar conexões entre a preservação do patrimônio e o planejamento urbano:

Inicialmente, para integrar-se ao PAC-CH, cada município deveria elaborar um “Plano de Ação”, entendido como instrumento de planejamento integrado para a gestão do patrimônio cultural com enfoque territorial, que se caracterizaria pela descentralização da gestão da preservação e pela intenção de possibilitar, às administrações locais, autonomia no tratamento do Patrimônio Cultural, integrando de forma articulada as três esferas do poder público. Uma das características mais marcantes nas etapas de formulação dos Planos de Ação foi à premissa de que, para proposição das ações, haveria o envolvimento das comunidades, com a



identificação dos diversos atores sociais e o enfoque no desenvolvimento local. (Leal e Morais, 2017, p. 3)

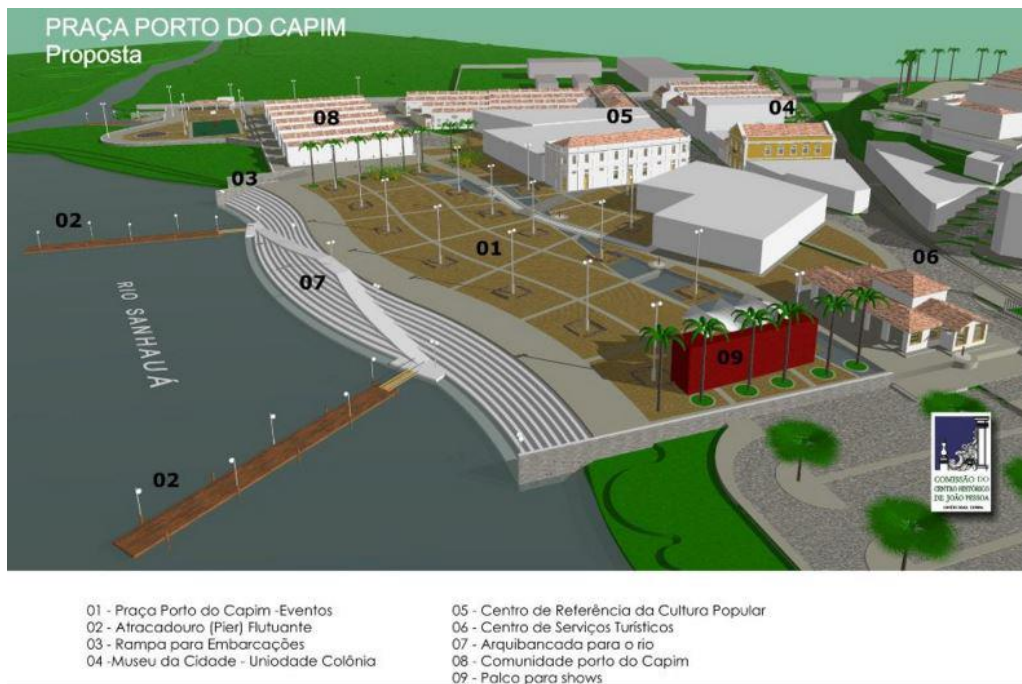
As ações prioritizadas no Plano de Ação<sup>73</sup> elaborado pela PMJP seguiram a linha que havia sido estabelecida pela CPDCHJP, em 2007. Assim, manteve “[...] como um dos objetivos principais resgatar o vínculo entre o rio e a cidade, levar vida ao centro, transformar a situação de abandono no qual se encontra, incentivar o desenvolvimento de novos usos propondo uma revitalização da área [...]” (Gonçalves H. T., 2014, p. 59). Diz respeito às políticas públicas implicadas no reconhecimento do caráter patrimonial do local, defendendo o valor memorial do lugar enquanto elemento pertencente ao mundo de origem do objeto. Um representante no presente, ou seja, um índice de seu passado no sentido peirceano.

A relação cidade-rio leva a outras possibilidades de o signo ser reutilizado ou recriado para novas interpretações, por conta da mudança de contexto. Nesse sentido, como âncora da nova fase de revitalização do centro histórico, o Porto do Capim assume o papel de um índice que exhibe a maneira a partir da qual pretende se relacionar com o passado da cidade no presente.

---

<sup>73</sup> Para elaboração dos Planos de Ação era necessário definir estratégias e as prioridades de investimentos na política municipal de gestão do patrimônio cultural da cidade. “Para que as gestões locais pudessem participar mais ativamente da construção deste instrumento, o processo de elaboração dos Planos de Ação previa a capacitação dos agentes locais. [...] Para tal, o Plano de Ação não deveria se restringir ao perímetro protegido ou aos bens tombados, mas considerar a dinâmica urbana, definindo objetivos, ações e metas para orientar a atuação integrada entre o poder público, setor privado e sociedade civil organizada, considerando um alcance territorial ampliado local” (Leal e Morais, 2017, p. 7).

**Figura 19: Projeto de Revitalização do Porto do Capim**



Fonte: Comissão do Centro Histórico de João Pessoa, 2012.

Essa patrimonialização como instrumento de gestão do espaço urbano procurou colocar em evidência novos sentidos atribuídos ao patrimônio e ao sítio histórico. No âmbito do Porto do Capim, buscou-se seguir a linha dos grandes projetos arquitetônicos destinados à revitalização e à modernização de zonas portuárias. “Mas, a paisagem se torna habitual e não se deixa perceber, porque nos habituamos à sua visualidade” (Ferrara, 2012, p. 45).

Por uma nova semantização do espaço urbano, priorizou-se uma visão presentista da relevância do patrimônio histórico e, portanto, de ruptura com as representações urbanas anteriores. Esse ponto de vista parece levar a uma abordagem idealizante da área redescoberta, enquanto ação patrimonial estabelecida por uma espécie de afinidade eletiva entre o passado colonial da cidade e a arquitetura moderna. A representação do centro histórico está diretamente ligada a um imaginário formado por objetos que operam pela projeção de signos de um lugar desejado na cidade atual.

Segundo esse ponto de vista, a patrimonialização institucional do Porto do Capim configura uma produção social marcada por controvérsias devido à abrangência de suas ações na busca da revitalização econômica, que pode

gerar uma intensa gentrificação da área que se quer conservar. Contudo, em 2010, com a aprovação do Plano de Ação proposto ao PAC Cidades Históricas (PAC-HC)<sup>74</sup>, tornou-se iminente a remoção da comunidade ribeirinha do Porto do Capim. Essa proposta de revitalização abrangeu duas linhas do Programa: o PAC Sanhauá, que, voltado para a revitalização do rio, implicava a remoção dos moradores cujas construções avançavam sobre o manguezal situado na Área de Preservação Permanente (APP), e o PAC Cidades Históricas, tendo como proposta dar um novo uso à área do centro histórico com a construção de um complexo turístico.

A remoção e a realocação da comunidade são retomadas com um ponto incontornável na execução da nova versão do Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de João Pessoa. Como fora mencionado, com a desativação do porto fluvial na década de 1930, a área foi aos poucos sendo ocupada por famílias de baixa renda, enquanto a expansão da cidade se dava em direção ao mar. Como a maioria dos projetos de intervenção em centros históricos, este também é marcado pela substituição de residentes por usuários vindos de fora (Peixoto, 2000; Leite, 2001).

Nesse processo de transfiguração do Porto do Capim, procura-se recorrer à implementação de grandes projetos de revitalização como estratégia para dinamizar o desenvolvimento urbano da área portuária. Apoiado no planejamento urbano de desenvolvimento contínuo vinculado ao PAC-CH, o resgate da região portuária trata-se de uma nova tentativa para dar vida e prestígio ao centro histórico através da ligação do rio com o mar. Como âncora da revitalização, pretende-se com a composição da paisagem urbana do Porto do Capim dar personalidade ao patrimônio urbano da cidade. Assim, apresenta uma justaposição entre restauração e renovação do espaço urbano patrimonial.

---

<sup>74</sup> O desenho institucional do PAC-CH começou com a abertura de uma Chamada Pública feita pelo IPHAN para que as cidades com sítios ou conjuntos urbanos tombados, ou em processo de tombamento federal, e municípios com lugares registrados como Patrimônio Cultural do Brasil para a elaboração de um Plano de Ação destinado à preservação com enfoque territorial. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Formula%C3%A7%C3%A3o%20e%20Implementa%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acessado em 21/05/2018



## **9 A MIDIATIZAÇÃO NA RECONQUISTA DO CENTRO HISTÓRICO**

Neste capítulo analisamos a midiatização na exposição do centro histórico de João Pessoa como uma ambiência comunicativa que interfere na sociabilidade do lugar, atuando nas relações entre o processo de reconhecimento e a necessidade de publicização. Cabe à midiatização forjar uma imagem singular do objeto patrimonial, por uma compreensão espaço-temporal que privilegie o presente. Assim, procuramos refletir e tecer considerações sobre como a representação do centro histórico está ligada a um imaginário urbano, que opera pela projeção de signos de um território desejado na cidade atual. A midiatização considera o ambiente construído como sistema de comunicação das práticas de intervenção urbana em que se pode identificar inúmeras possibilidades interativas e fluxos comunicacionais. Esse processo é movido por práticas que procuram dar visibilidade e legitimidade por uma compreensão mais ampla daquilo de que o objeto patrimonial é referencial e para quem ele é importante. Um processo que se reflete na relação com o público enquanto usuário do espaço, que deve apreender os novos elementos espaciais e significá-los.

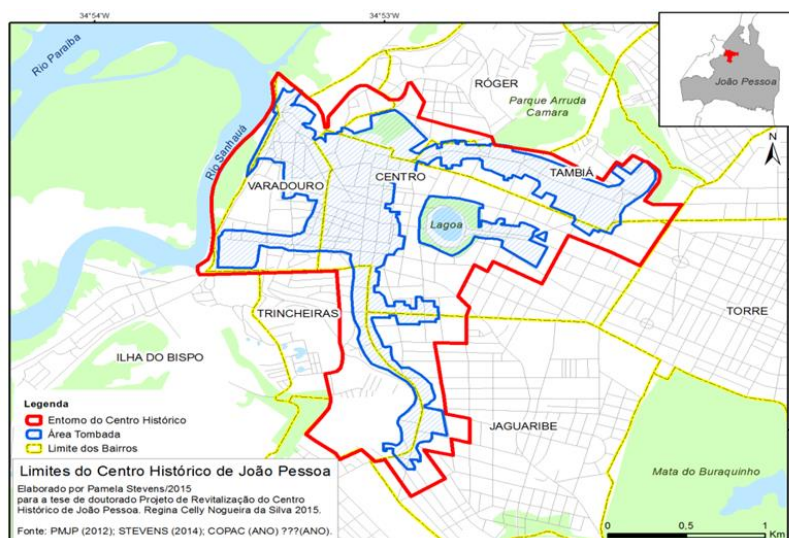
### **9.1. Entre delimitação e legibilidade do patrimônio urbano**

Diversas ações têm sido associadas aos centros históricos enquanto estruturas urbanas imbuídas de uma rede de relações que compreende o espaço urbano concreto e simbólico. No processo de patrimonialização, a atribuição do estatuto de patrimônio pressupõe a recontextualização do objeto testemunhando um passado e uma cultura. A leitura comunicacional desse processo permite questionar a operatividade simbólica do patrimônio como objeto construído no âmbito da gestão das políticas patrimoniais (Davallon, 2006). Nesse sentido, o espaço urbano é, por si só, um sistema de comunicação, por meio do qual são transmitidos diversos valores. Enquanto objeto posto em exposição, a midiatização se refere a uma ambiência que transpõe os meios tecnológicos de comunicar da mídia, interferindo de modo significativo nas formas de sociabilidade (Veron, 1997).

Tendo o espaço sido submetido a diferentes percepções como lugar de contato e de identidade, os centros históricos são suporte de midiaticização cujas representações procuram forjar uma imagem singular do lugar. Nesse sentido, sua delimitação, intimamente ligada pela escala geográfica e temporal, proporciona a compreensão deste território no âmbito da cidade quanto ao seu potencial informativo e da exploração do valor simbólico do espaço construído. Cabe destacar que ao longo de 32 anos foram definidas cinco delimitações de perímetro do centro histórico de João Pessoa. A primeira poligonal foi definida pelo Plano Diretor da PMJP, nos anos 1970, o que possibilitou o tombamento do acervo arquitetônico originário do período colonial. Em 1982, sob a jurisdição do IPHAEP, “[...] o núcleo da Cidade Baixa [foi] definido como ‘Centro histórico inicial da cidade de João Pessoa’ [...]” (Scocuglia, 2004, p. 79), apresentando uma área bem maior que a anterior.

Após cinco anos surgiu uma terceira poligonal que estabeleceu uma área entre o Plano Diretor e o perímetro delimitado pelo IPHAEP, que resultou de um inventário das edificações disciplinando normas sobre reformas, restauração e demolição. Em 2004, surgiu uma quarta poligonal, que unificou a área de proteção e vigilância dos órgãos do Estado, configurando um perímetro mais amplo que incluiu desde os edifícios próximos do período de fundação da cidade até as obras arquitetônicas e urbanísticas do século passado. Por fim, em 2006, o tombamento nacional do centro histórico resultou na delimitação de uma área bem menor que as anteriores.

**Figura 20: Poligonal de tombamento do IPHAEP**



Fonte: Silva (2016, p. 46).

Desse modo, surgiu uma patrimonialização institucional dos objetos extraídos do passado para serem transmitidos como herança coletiva para as gerações futuras. A política patrimonial que decide o que conservar ou não a partir dos interesses institucionais encontra-se frequentemente exposta a questionamentos entre agentes institucionais e atores sociais. O reconhecimento do patrimônio como um fato social passou progressivamente a envolver diferentes abordagens sobre sua produção e forma de funcionamento (Davallon, 2006). Conforme destaca Martha Smith<sup>75</sup>:

A delimitação do nosso centro histórico é imensa, desnecessária, no meu ponto de vista porque não adianta você engessar uma parte imensa dessa cidade. Se você não tem como manter aquilo, você vai ficar anos esperando ruir. E assim, acabando com a vida das famílias. Porque o que me fez mudar de opinião foi quando eu fui ver o lado desumano dos tombamentos, entendeu. Assisti histórias de famílias que está na terceira geração, herdaram um único bem, e faz 20 anos que essa casa está impedida de ser partilhada. Casas singelas, ruindo. Quer dizer, você lutar a vida toda, um pai de família para deixar uma casa para os seus filhos. O tombamento não impede de você vender. Não impede. Mas quem é que vai comprar? [...] Então, o centro histórico, eu acho ele muito grande. É tanto que a gente tem duas delimitações. O IPHAN reconheceu uma como patrimônio nacional, que é muito menor.

Como já visto, a delimitação implica a organização e ordenamento do espaço urbano, no qual devem ser observadas as regras de uso. No contexto local, os critérios que determinaram o tombamento do centro histórico da cidade de João Pessoa, ao compreender uma extensa área de ocupação urbana, deram surgimento a uma conotação negativa do ato de tombar, popularmente chamado de “tomamento”. Assim, sobre o centro histórico foi prevalecendo uma imagem de coleção de objeto ao invés de representação do passado. A falta de (re)conhecimento por parte da população sobre a abrangência do centro histórico e sobre o modo como se processa a gestão patrimonial reflete uma política

---

<sup>75</sup>Técnica da Coordenadoria do Patrimônio Histórico – COPAC-JP / Prefeitura Municipal de João Pessoa. Entrevista realizada em 17/05/2016.

preocupada em prevenir demolições dos bens tombados, mas que não consegue conciliar preservação e desenvolvimento. Portanto, comunica uma patrimonialização que executa ações pontuais de restauração de monumentos do período colonial e de praças situadas na poligonal do tombamento nacional.

Os objetos que compõem o patrimônio urbano e sua disposição espacial são por si só um sistema de comunicação. O centro histórico diz respeito à criação de um espaço singular focalizando seus aspectos visuais, integrado aos sentidos que se quer produzir ao espaço urbano. Comunicar a estrutura da ambiência é oferecer informações sobre um significado específico de uma abstração chamada passado, cuja história materializada também pode se converter em símbolos.

Como espaço urbano em exposição, a delimitação do centro histórico teve que passar por processos de reestruturação material e simbólica. Nesse sentido, o Projeto de Revitalização do Centro Histórico realizado em parceria com o AECI não envolveu toda a delimitação do centro histórico reconhecida pelo IPHAEP. Apresenta a influência de critérios internacionais em função do convênio com a Agência Espanhola durante a construção dessa poligonal. Como resultado, limitou-se a um recorte compreendendo trechos da Cidade Alta e da Cidade Baixa, locais em que se processaram as transformações de embelezamento da paisagem urbana entre os séculos XIX e XX. Por esse recorte bem menor, sustentado na integração entre o rio e a cidade, investiu-se na produção do espaço urbano visando à representação do centro histórico pela coerência de seu estilo arquitetural eclético. A difusão do rótulo de centro histórico tornou-se uma alavanca geradora de novas expectativas quanto às mudanças de escala em sua operatividade simbólica. Como destaca Di Mèo (2008, p. 13):

*L'exposition de tout patrimoine paraît inéluctable. À quoi bon servirait la conservation d'un objet ou d'un bien qui ne serait jamais montré? Si l'on refusait de la sorte leur exposition, on pourrait alors imaginer une simple conservation virtuelle des objets patrimoniaux. Bien entendu, l'exposition peut être soumise à des modalités différentes en fonction des circonstances et des contraintes techniques ou financières.*

Desse modo, a exposição do espaço urbano procura dar visibilidade sobre o real e o imaginário de um território que passou a ter novo significado, de acordo



com a leitura que dele pode ser realizada. A patrimonialização implementada através do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa priorizou uma representação visual das construções em estilo eclético, Art Déco e Art Nouveau. Como antes mencionado, a revitalização da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves inaugurou o processo de reinvenção do Centro Histórico de João Pessoa (Scocuglia, 2004). Ela representou um resumo de um passado que deixou seus traços no presente, a partir do qual se buscou obter maior visibilidade do monumental segundo uma linguagem contemporânea. A integração da Praça Anthenor Navarro na poligonal principal do tombamento nacional chegou a ser ponto de discussão, enquanto outros espaços criados anteriormente não foram incluídos. A Praça foi objeto de grande intervenção nos anos 1930 com o objetivo de facilitar a circulação, promover o saneamento e embelezar a cidade velha.

A invenção do centro histórico sofreu forte influência de critérios internacionais de revitalização, sendo por esta perspectiva submetido a uma ampla cobertura nas mídias local e nacional. Em relação aos processos midiáticos como catalisadores do lugar e da interpretação da realidade, Ângelo Serpa (2011, pp. 16-17) menciona que:

Os lugares estão presentes nos meios de comunicação e estes também se fazem presentes, de modo material e concreto, em seus lugares de ocorrência [...]. Os espaços de representação ganham aqui status de lugares da enunciação, de lugares que podem emergir da superestrutura institucional, a partir da confrontação com ideias hegemônicas de cultura, com as estratégias dos meios de comunicação de massa.

Desse modo, procurou-se transformar o espaço em exposição em um lugar cuja *flânerie* é notadamente guiada pelo visual. A midiatização do centro histórico não descreve somente signos, mas também sua interpretação como algo que está no lugar de outra coisa explorando certos aspectos materiais (Ferrara, 2012). Esse processo configura a mobilização do espaço urbano patrimonial como espaço de memória da sociedade local. Chamar a cidade velha de centro histórico serviu para fazer referência a uma representação ainda desconhecida para a

maioria da população. Segundo Cláudio Nogueira<sup>76</sup>, já citado com este trecho, procurou-se

[...] dar visibilidade, e isso funcionou a tal ponto que às vezes as pessoas, de uma maneira em geral, até confundem o centro histórico, que é algo muito maior, com a Praça Antenor Navarro. Criaram essa imagem de centro histórico.

Na interpretação atribuída ao espaço urbano, determinados prédios se tornaram suportes significantes da narrativa de revitalização do passado da cidade, com o objetivo claro de revelar as novas qualidades do lugar. Trata-se de uma narrativa descrita pela materialidade dos ícones, que produz uma leitura indicial e simbólica (Peirce, 2015). Nos aspectos qualitativos icônicos, o uso de cores quentes (vermelho, amarelo, laranja e rosa) em diferentes tonalidades predominou na restauração das fachadas simétricas. O tratamento dado a essa estética passadista compõe a estrutura da ambiência do estilo de vida da época. Logo, a midiatização do espaço urbano comunica a tentativa de uma nova “imagem” do lugar, como estratégia para atrair a atenção principalmente de turistas. Nas políticas urbanas contemporâneas, a comunicação do patrimônio urbano demonstra a intenção de forjar uma imagem singular. Segundo Ferrara (2004, pp. 26-27).:

O vínculo comunicativo dessa imagem seletiva é inerente à matriz retórica de claro efeito metonímico. O espaço da cidade se reduz ao tempo que fragmenta a realidade congelando uma parte, uma referência para ser percebida através de um simples e rápido golpe de vista, mas suficiente para estabelecer reconhecimento e identidade

Nesse panorama de remodelação urbanística, buscou-se no Projeto de Revitalização a afirmação dos atributos ambientais da área recuperada, cartão postal da sua história. Também representou o maior esforço até então empreendido por parte do poder público, particularmente em termos de divulgação sobre o aproveitamento do espaço público para novos usos, vinculados às

---

<sup>76</sup> Superintendente do IPHAN na Paraíba. Entrevista realizada em 25/04/2015.

práticas culturais e à atividade turística. Na medida em que a patrimonialização remete ao caráter patrimonial do espaço urbano nas novas políticas de reestruturação das áreas centrais, a *mise en exposition* de um dispositivo de midiatização procura tornar o objeto patrimonial acessível ao público (Davallon, 2006). A ideia de usufruto do patrimônio urbano pela população sugere um certo ideal de que todos são beneficiados. Com isso, variáveis distintas apresentam relevância no processo de formação da imagem do centro histórico, em função dos aspectos materiais e perceptuais que caracterizam sua delimitação territorial.

É possível verificar que quando se observa o centro histórico, ele comunica uma mensagem inserida num texto não verbal. Mas enquanto objeto sógnico, o espaço urbano fala de modo diferente para diferentes pessoas. Esse processo interativo depende da leitura que cada pessoa faz do espaço urbano, do modo como cada um o interpreta a partir do conhecimento que possui a seu respeito. Na visão de Fernando Moura<sup>77</sup>, a intervenção urbana não se limita a uma transformação na estrutura do centro histórico:

É um processo muito lento, incompreendido em determinadas situações. Há uma cobrança muito grande por parte da sociedade, mas por um lado há uma ignorância muito grande também em termos do como tratar, como fazer, como ocupar, como reviver. É uma coisa muito complexa, sobretudo do ponto de vista cultural porque você está indo de encontro a uma coisa que aparentemente a sociedade não quer, despreza, não conhece ou não dá a importância devida, a não ser que você estimule muito.

Desse modo, é evidente que, além da transformação material e econômica, existe um certo ideal do que deve ser o centro histórico, a partir dos processos de reestruturação simbólica do lugar. A midiatização do patrimônio urbano diz respeito a um sistema que comunica um modo de entender, avaliar e valorizar o centro histórico no nível material e simbólico. A produção de iconografias serve de catalisadora das crenças e valores de uma coletividade em torno de suas identidades territoriais, e revela a organização simbólica do processo de revitalização de áreas degradadas (Hazan, 2003).

---

<sup>77</sup> Jornalista. Presidiu a Associação Centro Histórico Vivo (ACEHRVO) e foi o primeiro coordenador da Coordenadoria do Patrimônio Cultural – COPAC-JP. Entrevista concedida em 15/04/2016.

As antigas áreas centrais refletem sua complexidade como cenário de valorização do patrimônio local. No caso da *mise en exposition* do Projeto de Revitalização da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves, foi valorizado o clamor desenvolvimentista que inviabilizava a convivência do novo com o antigo. A exposição do patrimônio urbano comunica o desejo da elite local em viver numa capital moderna, no início do século passado. Retrata que, semelhante a outras capitais brasileiras, o processo de modernização não ocorreu atrelado ao de industrialização, mas exerceu sua força de influência no contexto da experiência humana, em que novos usos, costumes e hábitos sociais foram assimilados. Seguindo o modelo das reformas urbanas realizadas no Rio de Janeiro, inspiradas no cenário de vida moderna parisiense, o glamour desenvolvimentista também representava o fim das feições da cidade colonial, em que os costumes do tempo do Império ainda perduravam (Araújo V. L., 2006).

A partir do final do século XX, a patrimonialização da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves sintetiza o florescer da modernidade, significando o crescimento e o progresso. O novo e o antigo se confrontam e se mesclam revelando que a incorporação de novos valores, mesmo que em substituição aos anteriores, não implica necessariamente ruptura com a herança do passado (Le Goff, 1990). Ao mesmo tempo, o Projeto de Revitalização representou uma proposta de intervenção no espaço urbano, tendo em vista a reincorporação do centro histórico à economia da cidade seguindo a lógica da economia global.

A reinvenção do centro histórico, apesar de ter entrado em declínio, permaneceu no discurso institucional como essencial para o reposicionamento socioeconômico e cultural da área central. Entretanto, com o encerramento do convênio com a AECI o governo municipal teve que procurar outras fontes de financiamento para investir na ressemantização do espaço urbano. A esse respeito, Fernando Moura<sup>78</sup> chama atenção para uma nova prática de gestão do patrimônio pelo município:

---

<sup>78</sup> Jornalista. Presidiu a Associação Centro Histórico Vivo (ACEHRVO) e foi o primeiro coordenador da Coordenadoria do Patrimônio Cultural – COPAC-JP. Entrevista concedida em 15/04/2016.

A Coordenadoria foi criada com essa intenção e aí ela absorveu todas as informações, herdou todo o manancial técnico da Comissão do Centro Histórico e tomou para si a responsabilidade de você agir e atuar de acordo com os interesses da própria cidade. Quando o PAC chegou já existia alguns projetos em andamento.

Como alternativa, buscou-se a articulação do processo de revitalização do centro histórico em conjunto com outros projetos de modernização da cidade. Nesse sentido, vale ressaltar a ação da Copac-JP no âmbito do Programa de Praças, Parques, Passeios e Jardins. O Programa<sup>79</sup>, criado pelo governo federal, teve a PMJP na gestão local voltada para devolver ou promover qualidade ao ambiente físico e social dos espaços construídos. Com esse direcionamento, as intervenções no centro histórico da cidade mantiveram-se como signo icônico da estetização do urbano, entre processos de produção social e a realidade como lugar de memória. Dessa forma, deu-se continuidade à transformação de espaços públicos subutilizados em lugares apazíveis, tendo em vista reverter os processos de deterioração em áreas da cidade mais voltadas para o cidadão.

Levando-se em conta que a expansão urbana também provoca significativas mudanças no modo de produção e consumo do espaço, Mónica Franch e Tereza Queiroz (2010, p. 41) apontam para o caráter excludente que configura a modernização da cidade, que beneficia poucos:

Não apenas os pobres foram afastados das áreas valorizadas da cidade, como foram essas áreas as que receberam maiores investimentos do poder público e do setor privado. Em épocas mais recentes, vimos também que a esfera do espaço público vem sofrendo uma importante diminuição na cidade, como efeito das lógicas de individualização da vida social.

Como ressaltado pelas citadas autoras, as intervenções nas praças da cidade apontam para a necessidade de contrabalançar a crescente

---

<sup>79</sup> O Programa de Recuperação de praças, parques, passeio e jardins Prefeitura Municipal de João Pessoa foi implementado com o objetivo de "reorientar os usos da cidade no sentido de reverter a crescente privatização da vida, interferindo positivamente na vida pública, na dinâmica cultural e econômica da cidade e na sua atenuação dos índices de violência" (Franch e Queiroz, 2010, p. 01).

individualização da vida social com a reconfiguração dos espaços públicos enquanto áreas que promovem a convivência. Os impactos de uma intervenção em determinadas praças também dialogavam com o desafio em evidenciar a delimitação das áreas antigas da cidade, fazendo reviver determinados espaços públicos em pleno coração do centro histórico.

Desse modo, uma característica marcante da trajetória da patrimonialização do centro histórico de João Pessoa foi a série de intervenções em suas praças atreladas à estética urbana. Por esse direcionamento, em 2009, por meio do Programa de Praças, Parques, Passeios e Jardins<sup>80</sup>, a Copac-JP realizou a requalificação da Praça Vidal de Negreiros (Ponto de Cem Réis), e no ano seguinte da Praça Rio Branco – esta última em parceria com o Iphan, sendo a primeira obra financiada com recurso oriundo do PAC-CH. Nesse contexto, as praças, enquanto espaços públicos que fazem parte do cotidiano, foram exploradas para comunicar valores sociais e da cultura que os gerou. Nessa dialética, há uma tendência à ressignificação da paisagem e de reconstrução do lugar na vida cotidiana. A *mise en exposition* é tomada como uma forma de manutenção ou de renovação do território. As praças foram operacionalizadas pela intervenção direta dos agentes institucionais do município, englobando conceitos anteriores a fim de retomar o efeito simbólico da memória histórica do lugar.

A visibilidade das praças como representações ligadas à totalidade do centro histórico, passaram a conduzir o discurso que determina a identidade do lugar. Se a experiência anterior, da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves, representou uma forma de garantir investimento seguindo o processo de mobilização, com seus atributos tratados de modo a privilegiar o turismo, o Projeto de Revitalização da Praça Ponto de Cem Reis teve como objetivo promover a concentração de pessoas com a realização de eventos destinados a atingir o grande público. Nessa onda de transformação do tecido urbano em um lugar destinado ao entretenimento e à diversão, um amplo leque de atores sociais é atraído por uma configuração específica de produção do espaço, sob o qual as políticas urbanas foram atraídas.

---

80

A delimitação da área urbana eleita como centro histórico de João Pessoa não deixou de transparecer o esvaziamento; apesar do esforço, a nova política patrimonial não atingiu a amplitude social esperada. Sob esse ponto de vista, a revitalização da Praça Ponto de Cem Reis diz respeito a uma reforma sem o cuidado com a descaracterização do ambiente construído, tendo como justificativa uma perspectiva mais comprometida com a coletividade, com o acesso dos indivíduos e grupos sociais no território ressignificado. Nesse novo arranjo, a Praça “[...] apesar de estar inserida na Poligonal de Área Rigorosa pelo tombamento do IPHAEP e na Poligonal de Entorno pelo tombamento do IPHAN, passou por uma reforma que modificou totalmente seu desenho urbano anterior” (Teixeira, 2014, p. 8). A intervenção urbanística aparece nos meios de comunicação como um local destinado à realização de eventos populares.

**Figura 21: Revitalização da Praça Ponto de Cem Reis**



Fontes: <https://tinyurl.com/y5t5tsdc>

<https://tinyurl.com/y3jqje8>

Considerando o caráter de permanência dos espaços públicos, a visão utilitarista da patrimonialização da Praça Ponto de Cem Reis forjou um ambiente moderno, sendo transformada em um extenso calçadão de concreto. Evidencia-se, assim, o papel da comunicação do patrimônio no processo de compreensão da importância dada à refuncionalização que transforma os usos e altera a morfologia. Enquanto espaço público, a Praça que foi durante décadas caracterizada como lugar de permanência, após revitalizada, passou a se caracterizar como lugar de passagem. A intervenção provocou profunda transformação na sua configuração espacial, juntamente com sua função de encontro público. Com o restrito mobiliário, a ampla área livre, durante o dia, serve basicamente como lugar de passagem devido à proximidade com o comércio

popular. Em sua composição plástica, os signos projetados comunicam claramente sua função de uso. Por uma ótica utilitarista de patrimonialização, esse recorte da paisagem urbana denota uma praça reinventada, que possibilita o foco em sua nova identidade, ou seja, as ofertas culturais e de lazer que servem de chamariz dentro de uma lógica de renovação do espaço urbano.

A exposição do patrimônio como uma mídia extremamente dirigida, que se diferencia por ser tridimensional, faz o centro histórico comunicado resultar da relação de interdependência entre espaço construído e espaço simbólico. Deixa visível que toda e qualquer modificação acaba por influenciar na sua percepção, quer pela inserção de novos elementos, quer pela descaracterização do existente. Como afirma Massimo Canevacci (2011, p. 43), “a comunicação urbana exacerba estas diferenças, multiplica-as, fá-las coexistir e entrar em conflito”. Desse modo, na medida em que a ambiência possibilita um processo comunicativo, também é preciso considerar que sua dimensão objetiva se encontra impregnada de aspectos subjetivos. O espaço público renovado, enquanto lugar significativo, revela ser um lugar que não pode ser totalmente controlado de forma racional, pois permanece a depender da relação com o usuário.

Por sua vez, o Projeto de Requalificação da Praça Rio Branco consistiu em uma série de melhorias materiais, a fim de retomar o caráter simbólico da memória histórica do lugar como eixo central da intervenção. Como um sistema de comunicação, o tratamento urbanístico e paisagístico procurou dar visibilidade às marcas do tempo como lugar de vida e de memória. Como explica Marina Teixeira (2014, p. 10):

A justificativa para essa intervenção foi a importância da área com a presença de edifícios de valor histórico e arquitetônico e o resgate do uso público da praça. A Praça Rio Branco originalmente um largo onde se concentravam funções administrativas do período colonial e do Império, na Cidade Alta

Nesse sentido, o projeto voltado para a requalificação da Praça Rio Branco fez eco na leitura de marcos históricos da paisagem urbana. Perceptivelmente, as referências indiciais dos edifícios em volta da Praça Rio Branco conferem qualidade estética ao ambiente urbano circundante. Como parte de um sistema



de comunicação, o ambiente construído viabiliza a construção simbólica do lugar que concentrou funções administrativas do período colonial e do Império. Como reconhecimento de um tempo passado vivenciado no presente, a intencionalidade da requalificação foi comunicar uma proposta de aproximação entre a recuperação da memória da cidade e os habitantes, aproximando história, preservação e participação comunitária.

Figura 22: Revitalização da Praça Rio Branco



Fontes: <https://tinyurl.com/yxdagkuw>

<https://tinyurl.com/yy8g7fvb>

Como um agente emissor de mensagens, a Praça Rio Branco foi objeto de atenção da política de preservação do patrimônio urbano, vinculada às preocupações ditas sociais. Parte integrante da história da cidade como espaço de convivência, promove um movimento centrípeto que reúne tanto indivíduos e o objeto patrimonial quanto indivíduos e a história do lugar. Enquanto lócus de vivência social, a exposição da Praça visou resgatar sua sociabilidade como lugar de permanência e de encontro no cotidiano citadino. Seus bancos e as sombras das árvores postos à disposição dos transeuntes passaram a ser um convite à permanência em um local que durante décadas esteve exposto ao abandono e à decadência. Sendo o ambiente construído um sistema de comunicação, buscou-se convergir o discurso urbanístico para um discurso cênico, reforçando a ideia de que a Praça era antes de tudo um espaço público de grande valor patrimonial.

Com a transformação do tecido urbano seguindo o crescimento das aglomerações metropolitanas, o centro histórico de João Pessoa obedeceu a uma lógica comum de revalorização por meio de projetos de requalificação urbana. Por essa lógica, sua delimitação reflete o poder de comunicação do objeto patrimonial colocando em questão sua operatividade simbólica. Nesse sentido, é relevante a

associação ao conceito de poder simbólico cunhado por Bourdieu (2004), e não como propriedade objetiva, pois somente ocorre quando há reconhecimento tanto por parte dos que exercem o poder quanto dos que lhe estão sujeitos. O poder de constituição do patrimônio tem sido delegado ao Estado, mas a legitimidade desse estatuto decorre da relação que estabelece com a sociedade. Obter reconhecimento junto a diferentes setores da população demanda prerrogativas e competências que não são fáceis de alcançar.

Sendo o espaço público um lugar onde atuam as políticas patrimoniais geradoras de novas experiências estéticas, a arquitetura constitui um suporte através do qual o espaço urbano é considerado um meio de comunicação. No que se refere ao esforço progressivo de patrimonialização do espaço urbano, o centro histórico de João Pessoa continuou a figurar como um setor urbano agredido pelo contínuo abandono por parte da população, com subsequente deterioração e encortçamento. Após o início da expansão urbana para o litoral, o uso do espaço pelo comércio popular e informal passou a figurar definitivamente como característica marcante, mesclada pelo intenso fluxo de pessoas que continuaram a transitar em suas principais ruas durante o dia. Desse modo, somada à progressiva descaracterização das edificações e ao reduzido uso habitacional, encontra-se fatores como a dificuldade de circulação de pedestres, o intenso tráfego de automóveis e a poluição visual, que permaneceram interferindo na percepção da paisagem histórica urbana.

A delimitação do centro histórico não diz respeito apenas a um perímetro protegido, trata-se de uma área da cidade que evidencia as marcas do seu passado com base na valorização dos elementos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos. Considerando a paisagem urbana como um conjunto de elementos que, agrupados, constituem um todo na configuração do centro histórico, as condições de legibilidade estão em um primeiro momento relacionadas à integridade física. Quanto maior a descaracterização do espaço urbano patrimonial, maior o prejuízo de sua leitura como objeto semiótico. O patrimônio urbano, ao tratar do passado no presente, depende dos efeitos que o processo de midiatização pode acarretar. Considerando o centro histórico como um espaço urbano interconectado com o restante da cidade, a proximidade entre delimitação e legibilidade, entre outros fatores, depende de encontrar ressonância junto ao

público. Mais precisamente sobre as qualidades do lugar, tal como refere Stephen Greenblatt (1991, p. 250), trata-se do

[...] poder do objeto exibido de alcançar um mundo maior além de seus limites formais, de evocarem quem os vê as forças culturais complexas e dinâmicas das quais emergiu e das quais pode ser considerado pelo espectador como uma metáfora ou simples sinédoque.

A ressonância refere-se ao poder que o objeto exposto tem de atingir um universo mais amplo de rememoração, na condição de representante para o público expectador. Por esse direcionamento, a legibilidade na delimitação do centro histórico também envolve questionamentos sobre a dimensão comunicacional do patrimônio urbano, condição que interfere na apropriação cidadina e na experiência sensível e estética do espaço.

As relações entre o centro histórico e seu simbolismo refletem sua arquitetura como pele simbólica; além da possibilidade de contemplar, é preciso induzir o uso do recorte da paisagem urbana como “um processo contextual onde tudo é signo, linguagem” (Ferrara, 1986, p. 120), de modo a ser reconhecido como lugar portador de uma aura de identidade envolvendo percepção visual e construção mental.

Na patrimonialização da cidade colonial, a importância dada à delimitação do centro histórico de João Pessoa, que recebeu apoio técnico e financeiro internacional, manifestava o interesse por parcerias com a iniciativa privada para viabilizar as ações pretendidas. A política patrimonial do município assumiu explicitamente o caráter gerencial da cidade tornada empresa seguindo as diretrizes do marketing urbano da economia globalizada. Contudo, a operatividade simbólica que caracteriza essa patrimonialização, inspirada na *mise en exposition* de um pequeno conjunto arquitetônico no estilo Art Déco, mais que a rememoração do passado ressalta a opção de substituição da tradicional arquitetura da colônia portuguesa pela arquitetura moderna.

Nota-se que a dinâmica de preservação e valorização depende da política patrimonial de cada gestão municipal. Durante três décadas cinco diferentes delimitações participaram da determinação do perímetro reconhecido como centro histórico. Embora sempre tenha sido determinado apenas uma poligonal para o

centro histórico de João Pessoa, a área definida como o núcleo inicial da cidade apresentou diferentes variações em suas bordas que, por repetidas vezes, incluíram ou excluíram bens isolados e/ou conjuntos urbanos importantes, onde sua história permanece viva.

No contexto da cidade contemporânea, a delimitação do núcleo inicial significa uma leitura compartilhada sobre o imaginário urbano construído, dos indícios de usos e vivências anteriores. Mesmo que a patrimonialização não se limite a objetivos rígidos de valorização histórica e memorial, não se pode negar a ligação social. A maneira como os objetos urbanos se deslocam do mundo da utilidade e adquirem o status de patrimônio coloca em destaque sua dimensão simbólica, “[...] on voit très bien qu’il faut qu’il y ait le sentiment d’une valeur spécifique de cet objet”, argumenta Davallon (2012, p. 4). Assim, independentemente da opção por uma delimitação mais ampla ou mais restrita, a atribuição de valor pelo cidadão e habitante representa uma escolha da sociedade em preservar determinada referência do passado, sem que seja negado seu uso contemporâneo.

## **9.2 A midiatização entre revitalização e requalificação**

A primeira década deste século levou muitas cidades brasileiras a investir em projetos voltados para a recriação de ambientes históricos, de modo a devolver ou propor qualidade ao ambiente físico e social do espaço construído. De fato, o que mudou na preservação do patrimônio foram os critérios e os valores, abrangendo também lugares simbólicos considerados de interesse para a memória social. Nesse sentido, difundiu-se a democratização do patrimônio urbano das cidades, que passou a ser colocado à disposição de um número cada vez maior de pessoas. Ao mesmo tempo, a euforia pela recuperação de centros históricos passou a suscitar conotações espetaculares destinadas à promoção de novas formas de uso que acabam gerando o processo de enobrecimento, como lembra Leite (2004). Além disso, a culturalização do espaço urbano patrimonial diz respeito à aproximação entre as características urbanísticas e culturais, utilizadas como dinamizadores econômicos e sociais dos projetos de revitalização urbana.

Em 2011, o PAC Cidades Históricas entrou na sua segunda fase, rebatizado de PAC 2, com os investimentos programados para atuar em seis diferentes eixos: transporte; energia; cidade melhor; comunidade cidadã; minha casa, minha vida; e água e luz para todos. Apesar de conservar o mesmo posicionamento estratégico da versão anterior, sinalizou para uma atuação mais ampla com obras de recuperação de monumentos e imóveis públicos, contribuindo na modernização da infraestrutura urbana. Para o centro histórico de João Pessoa, o Iphan aprovou diversos projetos para a restauração em edifícios monumentais como a Igreja de Nossa Senhora do Carmo e a Azulejaria do Adro da Igreja São Francisco. Contudo, considerando que a revitalização de áreas portuárias é alvo de uma tendência mundial como estratégia de marketing urbano, a revitalização do Porto do Capim permaneceu como o principal projeto em busca de uma nova imagem para o centro histórico. Por essa remodelação urbanística procura-se alinhar ganhos econômicos, melhorias de infraestrutura, atividade turística e práticas culturais.

Sob a influência direta das políticas públicas, o processo de patrimonialização tem se caracterizado como um tipo de produção do espaço urbano que ganhou notoriedade na refuncionalização dos centros históricos. Os novos espaços são apresentados à população por meio do discurso de recuperação da identidade da antiga área central. Nesse sentido, devem comunicar significados simbólicos e representativos em termos de arquitetura, história e paisagem.

Como visto, o uso do termo *revitalização* remete às experiências em voga nas grandes metrópoles a partir do advento da globalização. Sendo a imagem um processo que principia pelo contato sensível entre sujeito e lugar, tem-se a intenção de estimular o consumo do espaço urbano guiado por uma estratégia urbanística transformada em importante instrumento da gestão pública. Assim, as políticas públicas tratam de recuperar as áreas históricas da cidade com o intuito de atrair investimentos por meio do planejamento urbano (Harvey, 2005). Acerca da realidade brasileira, Tereza Paes-Luchiari (2005, p. 43) menciona que:

Como exemplo podemos citar os projetos de revitalização dos centros históricos de muitas capitais, sobretudo do Nordeste brasileiro, onde as populações locais mais pobres foram

desapropriadas de suas antigas territorialidades para dar lugar a centros culturais, restaurantes, bares, cafés, shoppings, hotéis, casas de espetáculos, lojas de souvenirs, ateliês, acessíveis apenas às populações de alto poder aquisitivo.

Entre as ações urbanísticas associadas à intervenção de centros históricos, a antiga vocação portuária tem sido utilizada como mote para a patrimonialização em diversas cidades do país. Assim, a política de preservação empenhada na criação de uma nova imagem para os centros históricos passou a incluir também a revitalização dos antigos portos e píeres. A instalação de equipamentos culturais e a modernização da infraestrutura atuam como indutores de novos sentidos atribuídos ao patrimônio urbano de antigas zonas portuárias.

No caso de João Pessoa, a área referente ao Porto do Capim foi objeto de interesse de diferentes propostas de intervenção. Primeiro, fez parte do Projeto de Revitalização do Centro Histórico (PRCH), realizado durante os anos de 1987 e 2002, apesar de não ter sido posto em prática. Em 2009, o Porto do Capim estava entre as obras previstas para serem realizadas com a seleção da cidade para receber os recursos do PAC-CH. Mais recentemente, foi incorporado ao Plano de Governo da Cidade de João Pessoa 2013-2016, tendo em vista a criação de um complexo turístico, cultural e de serviços na antiga zona portuária. Sendo uma proposta integrada ao Plano de Ação João Pessoa Sustentável, estava submetida à metodologia da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (Ices), gestada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (PMJP, 2013). Embora cada uma das intervenções no Porto do Capim apresente características particulares, também possuem muitas semelhanças.

Vale destacar que na busca pela revitalização do centro histórico, a memória da cidade fluvial é um ícone sempre valorizado. O tombamento nacional do centro histórico pelo Iphan, em 2007, reconheceu uma delimitação diferente da estabelecida pelo IPHAEP. Em nível federal, tal tombamento é constituído de uma poligonal envolvendo a Área de Preservação Rigorosa (APR) e a Área de Entorno (AR). A esse respeito Gonçalves (2014, pp. 38-39) chama atenção para o seguinte aspecto:

Nesse processo, curioso é perceber que toda a narrativa que justifica o tombamento da área está baseada na relação entre o Rio Sanhauá e a cidade de João Pessoa, pois a cidade nasceu às margens desse rio, porém, se olharmos com o mínimo de atenção à delimitação das áreas tombadas, constataremos que nem as margens e nem o rio se encontram na área de proteção rigorosa. As margens do Rio Sanhauá estão na área de entorno do perímetro e o rio, de extrema importância histórica para o surgimento da cidade, não conta com nenhum tipo de proteção nos aspectos da legislação patrimonial [...].

A poligonal de tombamento nacional perfaz aproximadamente 9% da área do tombamento estadual. Apesar de comparativamente compreender uma reduzida área, a delimitação do tombamento nacional comporta dois núcleos: um referente ao bem isolado, a Cidade Alta, onde se concentrou a área residencial; e o outro seu entorno, o Porto do Capim, que abrigou a função portuária, habitação popular, comercial e ferroviária. Essa patrimonialização objetiva colocar em destaque os valores patrimoniais que dão singularidade ao centro histórico de João Pessoa. Nesse sentido, a exposição do objeto patrimonial é um meio emissor de mensagens cujos conteúdos temáticos comunicam a semântica deste processo. Como lembra David Lowenthal (1998), o passado pode ser inventado e reinventado, conseqüentemente, expresso de diversos modos, alterando a sua iconografia de acordo com o significado que se pretende dar

**Figura 23: Delimitação do Centro Histórico de João Pessoa – Iphan**



Fonte: Braga e Moraes (2016, p. 44).

Apesar dos diversos obstáculos que impediram anteriormente a efetivação do Projeto de Revitalização do Porto do Capim, sua integração ao Plano de Ação João Pessoa Sustentável tomou como diretriz básica a proposta inicial. Nessa direção, a revitalização da zona portuária mantém-se como indispensável na sustentabilidade da patrimonialização do centro histórico, conforme a política municipal:

O Projeto de Requalificação do Porto do Capim contempla diretrizes que consistem em valorizar o relacionamento entre o rio e a cidade conforme descrição geral do Projeto de Revitalização Integral do Centro Histórico de João Pessoa, desenvolvido pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa – CPDCHJP. Como parte de uma proposta em escala macro, a intervenção no Porto do Capim é uma das prioridades por se tratar de uma área de ocupação irregular e de fragilidade ambiental importante.

Nesse sentido, além da dinamização turística, o projeto prevê ações de melhoramento de infraestrutura para benefício dos visitantes e moradores, recuperação do ecossistema natural (mangue) e também retorno da vitalidade urbana perdida com o crescimento da cidade para outras áreas. O projeto completo envolve: (I) requalificação do antigo Cais do Porto – Arena de Eventos e Cultura; (II) requalificação das vias de acesso a Arena de Eventos e Cultura e (III) implantação do Parque Ecológico do Rio Sanhauá (ICES BRASIL, 2014, pp. 97-98).

Conforme esse ponto de vista, o Projeto de Requalificação do Porto do Capim encontra-se voltado para um redirecionamento simbólico do centro histórico com base na ideia da reinvenção da zona portuária. Apresenta um claro interesse em comunicar o patrimônio urbano como uma ambiência instituída para o consumo cultural, enquanto paradigma de desenvolvimento urbano apoiado na ressignificação do passado fluvial. Desse modo, a revitalização da área envolvendo o antigo atracadouro às margens do rio Sanhauá evidencia não apenas a importância histórica, mas também o uso do espaço para reinventar o



imaginário a respeito da cidade pelo restabelecimento dos vínculos com o rio, tendo em vista gerar uma nova identidade.

O processo de patrimonialização do centro histórico de João Pessoa tem sido apresentado por uma lógica de redescoberta e de atualização do passado – portanto, de reinterpretação da história do lugar como experiência urbana, a partir de novos signos e hábitos cotidianos. Com a relevância atribuída ao Projeto de Requalificação do Porto do Capim, o elemento rio se fortaleceu como uma importante metáfora para aludir à singularidade da cidade histórica, evocando o desenvolvimento social e econômico do seu núcleo originário. Uma reinvenção do passado que valoriza sua referência ao período colonial/imperial, e sua importância para o escoamento da produção agrícola e transporte fluvial até às primeiras décadas do século XX. Por seu turno, o renascimento da área portuária evoca grande expectativa econômica com a instalação de um equipamento monumental para a cidade, voltado para a oferta de atividades culturais e de lazer.

Nesse contexto, a *mise en scène* do espaço urbano apenas retrata a intenção do projeto; encontra-se já há algumas décadas na fase que antecede a sua implementação. Conforme Rosemberg (2000, p. 7).

Un projet n'est connu qu'une fois réalisé, et la connaissance qu'on peut avoir est médiatisée par le discours qui reconstruit les étapes du projet, discours des acteurs eux-mêmes, discours de tous ceux qui s'y intéressent et en rendent compte. [...] un projet est déjà, au moment où va naître au public, un produit construit, le résultat d'un dispositif qui met en jeu des acteurs, des flux d'information et de capitaux, une démarche qui précède du marketing

Tal perspectiva em relação à realidade do centro histórico de João Pessoa mostra que o interesse na implementação do projeto de revitalização do Porto do Capim ganhou muita força no discurso do reencontro da cidade com o rio – um resgate historiográfico de uma paisagem que regressa em direção ao Brasil colonial, da Cidade Filipeia sob o domínio do Império Ibérico. Mas se de um lado a publicização do resgate da relação com o rio no processo de patrimonialização manteve-se ligada às questões políticas, culturais e sociais associadas ao desenvolvimento urbano, de outro a transmissão e a valorização do patrimônio continuaram a precisar convencer a sociedade local de que os interesses

particulares do projeto não contrariavam os interesses coletivos. Portanto, também demonstrava a necessidade de legitimar a reconquista da área apoiada no passado e no presente, evidenciando outros valores que tornam esse objeto patrimonial um referente importante pelo olhar sociológico.

Desse modo, a leitura da paisagem no âmbito espaço-temporal encontra-se dirigida para os seus significados de cidade edificada na colina, juntamente com o traçado do núcleo urbano original, os edifícios administrativos, o casario, o arruamento. Na valorização da paisagem da área do Porto do Capim sempre é dada especial atenção à exuberância da paisagem natural, como um registro iconográfico do passado colonial que se mantém quase que inalterado. Dessa forma, o rio, margeado por uma densa vegetação, conserva o predomínio do verde que segue em direção ao mar.

**Figura 24: Rio Sanhauá**



Fonte: <https://tinyurl.com/y2bg3hzm>

O Projeto de Revitalização do Porto do Capim ganhou visibilidade seguindo a lógica da arquitetura cenográfica, com base na representação alegórica do tempo. No âmbito da zona que envolve o centro histórico de João Pessoa e seu entorno, a Cidade Alta foi alvo da destruição do antigo para a construção do novo, mas tal confronto não provocou uma ruptura total com a herança do passado; por outro lado, a Cidade Baixa manteve seu cotidiano ligado ao comércio e à vida portuária, tendo apenas suas principais ruas reformadas (Araújo V. L., 2006).

A resignificação do Porto do Capim como um dispositivo expográfico tem seu foco no restabelecimento de uma continuidade entre o presente e o mundo de origem do objeto patrimonial (Davallon, 2002). Procura-se comunicar uma representação saudosista da paisagem natural, como se fosse um passeio retrospectivo pela velha cidade do império colonial português. Diferentes propostas de patrimonialização já foram associadas a esta área da cidade que passou a sofrer com o esvaziamento nos últimos 50 anos, em busca de (re)criar novos espaços. Todavia, sendo patrimônio qualquer coisa transmitida pelos humanos do passado, “[...] lorsqu’il s’agit de phénomènes symboliques propres à notre culture, les choses paraissent à la fois évidentes et de peu importance; bref, triviales” (Davallon, 2006, p. 26). Uma análise aprofundada se mostra indispensável para dar visibilidade àquilo que torna singulares as características do patrimônio. Visto que o valor patrimonial não é intrínseco ao objeto, “[...] c’est le regard porté par celui qui détient l’objet patrimoine sur l’action située à l’origine de cet objet qui est déterminant” (Davallon, 2006, p. 26). Nesse sentido, a leitura do patrimônio por uma abordagem comunicacional permite caracterizar o objeto patrimonializado como um dispositivo social e simbólico segundo a lógica de *filiation inversée*.

Por essa perspectiva, o reconhecimento do Porto do Capim como um processo de patrimonialização tanto pode se intensificar quanto retroagir. O caminho para sua efetiva implementação tem se mostrado longo, apesar do interesse político. A esse respeito, Rui Leitão<sup>81</sup> destaca os avanços conceituais em comparação às propostas anteriores, mas também a permanência de algumas dificuldades de natureza prática. Assim, afirma que:

[...] envolve todo um trabalho de convencimento da comunidade que está morando ali. Inclusive, mostrando para eles que a preocupação da prefeitura de não retirar esse pessoal dessa área urbana. Deslocar um pouco, mas próximo do local onde habitam hoje, onde eles moram. A intenção é que a mão de obra local possa ser reaproveitada ali em todas as atividades desenvolvidas nessa área, que vai ser uma área turística. Consequentemente, uma área que vai também fomentar a movimentação das atividades do comércio. Então acho que tem

---

<sup>81</sup> Coordenador da Copac-JP. Entrevista concedida em 26/04/2016.

avançado, o problema é que esbarra em algumas dificuldades de ordem burocrática e outras dificuldades que nasceram ou surgiram em razão da crise econômica que o país está vivendo. O governo que havia garantido recurso de repente segurou e não está liberando recurso com a agilidade que a gente esperava que acontecesse

Desse ponto de vista, o discurso oficial de diferentes administrações municipais continua ancorado na representação desse espaço como vitrine do nascedouro da cidade. A representação elaborada pelo poder público para a antiga zona portuária quanto ao uso contemporâneo tem sido apresentada como estratégia principal de uma nova revitalização do centro histórico por meio de uma reconquista do rio. Independentemente do caráter utilitário, essa ideia de reconquista sempre foi apresentada como ruptura com o passado, com um suposto isolamento dessa área com a expansão da cidade.

Se a priori os valores patrimoniais não são intrínsecos ao objeto, visto que resultam de processo de patrimonialização, somente existe patrimônio a partir do reconhecimento do objeto como portador de valores partilhados. A mediação do Projeto de Revitalização do Porto do Capim, como uma operação ligada à exposição do patrimônio, atua na dinamização das expressões da memória urbana, afirmando legitimidade ao processo seletivo de atribuição de valor definido pelo poder público, mas enunciado como se fosse o desejo da população. A respeito do processo de patrimonialização, Cécile Tardy (2003, p. 109) chama atenção para sua natureza simbólica:

[...] désigne et définit un processus de devenir des objets - et non un objet défini - qui implique un phénomène relationnel entre des individus, des groupes et des objets, au cours duquel les uns et les autres se construisent comme acteurs et comme patrimoines.

Desse modo, os projetos de revitalização das áreas centrais, como é o caso do Porto do Capim, precisam ser interpretados como sendo muito mais que um recurso do ordenamento do território. Criar ou recriar novos espaços que antes estavam obsoletos nos núcleos centrais significa assumir uma nova função semântica divergente daquela deixada pelas marcas e sinais impressos pelo declínio e deterioração. O centro histórico como um sistema de comunicação

constitui um modo de entender e valorizar o espaço urbano pela interdependência entre espaço urbano construído e espaço urbano simbólico.

As conexões com o passado suscitam contribuições para a memória coletiva e para a conformação da história da cidade. Como cita Ferrara (1988, p. 4), “ruas, avenidas, monumentos, edificações configuram-se como uma realidade sógnica que informa o seu próprio objeto: o contexto urbano”. Dessa forma, o centro histórico é visto e interpretado de diferentes formas, conforme o ponto de vista de quem observa e da posição do olhar, tanto por quem vive na cidade quanto por quem a visita. Tal perspectiva é ressaltada por Cláudio Nogueira<sup>82</sup> ao comentar sobre os problemas que estão na origem das intervenções urbanas no centro histórico de João Pessoa:

[...] o turista, de fato, vai frequentar de forma positiva aquilo que o cidadão frequenta e se apropria. Senão, vai ser sempre aquela coisa como aqui no centro ainda acontece, aquele turista que vai para atirar uma foto de um determinado momento A, B e C, e não sei quê e depois vai embora.

Independentemente das características de sua delimitação, o centro histórico, semelhante a qualquer outro território, ocupa o imaginário dos atores sociais, sobretudo dos moradores da cidade. Sem dúvida, variáveis distintas interferem no processo de formação da imagem do lugar, que sofre influência de critérios diversos, como o geográfico, o cultural, o social e o econômico. Nesse sentido, é no campo da comunicação do patrimônio que se interfere na imagem construída do espaço urbano, como resultado de uma reflexão conjunta com a opinião dos atores sociais. Sendo a imagem extensão da identidade do lugar, a eficácia de sua construção pelos agentes institucionais depende da manifestação de seus valores patrimoniais. Partindo da ideia de que o discurso da patrimonialização funciona como vetor de territorialização, a construção da imagem de um lugar depende de uma ação planejada de comunicação patrimonial, mas nem sempre isto ocorre. Em geral, usa-se uma campanha

---

<sup>82</sup> Superintendente do IPHAN na Paraíba. Entrevista realizada em 25/04/2015.

visando a atratividade turística como uma ação que segue a lógica do marketing urbano.

O Porto do Capim como uma subdivisão territorial inserida na delimitação do centro histórico não possui uma definição de identidade que colabora para a formação da imagem. Ou seja, a identidade existe na forma como o lugar é representado, mas por mais que determinados atributos sejam difundidos no discurso da gestão patrimonial, as referências visuais do próprio espaço no que diz respeito às construções e tipos de habitações são mais marcantes pelo fato de estarem sempre visíveis para diversos públicos.

**Figura 25: Porto do Capim**



Fonte: <https://tinyurl.com/y6bgcyvc>

No âmbito do centro histórico, o Porto do Capim é reconhecido pelo poder público como um patrimônio que alude à singularidade da história local, e cuja degradação e abandono podem ser revertidos em oportunidade econômica propiciada pelo consumo estético do lugar. Conforme as características do lugar, algumas variáveis que interferem no processo de construção da imagem podem exercer maior influência que outras. Por décadas, a ênfase na degradação urbana e no abandono reforçou a construção de um imaginário urbano que associa uma imagem estigmatizante à antiga área portuária.

Essas especificidades demandam maior esforço por parte dos agentes institucionais sobre a atribuição de valores aos objetos patrimonializados, visando a sua apropriação por parte da sociedade local, principalmente quando envolvem

relações de consumo cultural. Tal perspectiva é ressaltada por Lane Aires<sup>83</sup> ao se referir aos vínculos entre patrimônio urbano e cidade:

O centro histórico da cidade de João Pessoa muitas vezes é visto pelo morador como um espaço, como é que poderia dizer... alternativo. Ele é visto como um espaço alternativo para a maioria da população de João Pessoa. Um espaço de uma cultura que não faz parte da cultura dele. De experiências, de vivências, que não estão relacionando diretamente com ele. Não se passeia pela área com a sua família, se vai para uma noitada diferente em algum lugar, em um ponto estranho da cidade. É assim que tem sido visto pelo morador, pela maioria da população de João Pessoa

A imagem do lugar não é única, e o centro histórico deixa clara a coexistência de aspectos positivos e negativos. Os agentes institucionais procuram estabelecer uma imagem referencial que possa destacar o caráter singular do lugar, contribuindo para legitimar a construção de um novo polo cultural na antiga zona portuária. Isso implica agir seletivamente sobre a narrativa histórica da cidade, visto que, “[...] sem uma imagem original diferenciada, um lugar potencialmente atraente pode passar despercebido em meio ao vasto mercado de lugares disponíveis” (Kotler, Rein, Gertner, & Haider, 2005, p. 71). Nesse sentido, a falta de identidade com o valor patrimonial dificulta a percepção de que se trata de um objeto com uma dimensão simbólica em particular.

A representação supõe um modo de comunicar o espaço urbano, de transmissão das suas dimensões social e simbólica. Acerca disso, Couto e Nascimento (2013, pp. 24-25) explicam que:

[...] a forma de um lugar pode se apresentar à observação de modo diferenciado, pois além de depender das características inerentes aos diversos níveis de construção imagética, depende também das peculiaridades dos indivíduos. [...] as informações disponibilizadas pela imagem podem variar, já que as representações assumem um valor simbólico completado pela importância da relação de seu conhecimento e pela experimentação por um indivíduo ou grupo de indivíduos.

---

<sup>83</sup> Assessora pedagógica da COPAC-JP. Entrevista cedida em 16/05/2016.

As propostas do Projeto de Revitalização do Porto do Capim, enquanto estratégia de valorização do centro histórico, sempre estiveram vinculadas à intenção de reestruturar o contexto urbano pela recuperação dos lugares do passado, tendo como suporte a percepção e visualização de uma ambiência urbana. Nesse sentido, embora projete a ideia de integração entre a preservação da memória urbana e as políticas de desenvolvimento local, não pode deixar de atentar para o fato de que a patrimonialização se sustenta pelo reconhecimento coletivo do estatuto de patrimônio. Segundo Davallon (2014, p. 5):

Il faut que cet intérêt existe en amont dans le groupe de ceux qui initient le processus, mais cet intérêt manifesté par un petit groupe (souvent de spécialistes ou amateurs) ne suffit pas pour un maintien dans le temps d'un intérêt social pouvant légitimer le fait de le conserver. Cet intérêt doit se développer le plus largement possible dans la société. Il y a donc nécessité de susciter la reconnaissance des « valeurs » patrimoniales de ces objets, de la construire et de l'entretenir en enrôlant le plus grand nombre d'acteurs

A patrimonialização generalizada de centros históricos costuma aparecer no discurso institucional ancorada na identidade local, como resultado de um evento fortuito. Entretanto, sendo resultado de uma escolha refletida, consiste na atribuição de um estatuto de referencial ao lugar, em que a dimensão material torna-se secundária quando comparada à relação simbólica no âmbito social. Nesse cenário, juntamente com o destaque arquitetônico, as alterações urbanísticas e as mudanças na gestão do patrimônio, é preciso transmitir as novas qualidades do lugar no território. Em relação à patrimonialização do urbano em João Pessoa, Trajano (2006, p. 45) destaca que:

Mesmo sendo objeto de discussão e de seguidas tentativas de “revitalização” e reincorporação à dinâmica e à vida da capital paraibana, principalmente a partir da década de 1980, aparece ainda como um espaço inquietante a reclamar, mais que cores berrantes voltadas a retomá-la de vez para cidade.



Ancorando a história da cidade em seu conjunto de edifícios em estilo Art Déco como o espaço urbano de maior carga simbólica, a patrimonialização na cidade contemporânea tem procurado se manter como uma ressignificação cuja preservação do patrimônio urbano encontra-se ligada à sua transformação em um produto cultural. Essa valorização econômica do patrimônio ganhou visibilidade e passou a ser polemizada e debatida, quanto aos desafios na sua implementação e sustentabilidade enquanto política pública urbana. Nesse sentido, Rui Leitão<sup>84</sup> observa que:

Há quanto tempo se fala em revitalização do centro histórico? São processos que vêm desde a comissão do centro histórico. Desde a década de 80 que o governo fala nisso. Se trabalha muito o sonho, muitos projetos, muitas propostas, mas na prática pouco se fez.

Nota-se nesta afirmação o que vem sendo questionado por especialistas de diferentes áreas em relação ao limitado alcance obtido com a revitalização dos centros históricos em muitas cidades brasileiras. Nesse contexto, a renovação urbanística e simbólica envolvendo o Porto do Capim tem sido considerada como essencial para intensificar a patrimonialização do centro histórico e impedir a banalização de sua preservação e do tombamento nacional. Dessa maneira, a remodelagem do tráfego fluvial é vista com essencial na construção de um novo enlace entre o rio e o mar, no intuito de produzir uma imagem harmônica de retorno ao eixo de origem da cidade.

Acerca do uso de novas fórmulas de revitalização do centro histórico de João Pessoa com base em operações urbanísticas destinadas à cultura e ao lazer, fica sempre evidente o interesse em comunicar o patrimônio para o grande público através da mídia tradicional, jornais, rádios, televisão, etc., e, portanto, de garantir a ocupação dessas áreas por um número elevado de pessoas nos eventos promovidos, de modo a dar visibilidade à *mise en scène* do centro histórico como redescoberta dos lugares do passado e da memória. Reconhecemos uma midiatização pautada na sociedade contemporânea mediada

---

<sup>84</sup> Coordenador da Copac-JP. Entrevista concedida em 26/04/2016.

pela comunicação, sobre a qual se ancora uma política patrimonial que depende da visibilidade da mídia. Sem ser pensada como processo bidirecional, a comunicação do patrimônio configura-se como transmissora de informações.

A busca por visibilidade das ações tem levado ao predomínio de uma comunicação de natureza publicitária e persuasiva, e secundariamente educativa. Parte-se do pressuposto de que o público deve conhecer aquilo que é de interesse dos agentes institucionais, sendo a mídia o instrumento ideal para influenciar as percepções sobre temas envolvendo a patrimonialização. O discurso sobre a produção do espaço urbano se constrói na medida em que sua representação ganha o status de lugar da enunciação. São utilizadas estratégias de marketing apresentadas discursivamente na valorização das operações de mercado. Tal abordagem suscita questionamentos sobre o papel do centro histórico na cidade contemporânea, cada dia mais hierarquizado por lógicas econômicas e políticas.

No caso do Porto do Capim, as ações urbanísticas propostas para a resolução do estigma que a área adquiriu durante o século XX relacionam-se diretamente com a repetida metáfora de “devolver o rio para a cidade”, contemporaneamente representada por um reencontro através do mar. O espaço urbano indicia as marcas do tempo da cidade colonial, mas a singularidade histórica no discurso dos gestores institucionais evoca a exploração do turismo náutico com o aproveitamento do rio Sanhauá. Trata-se de uma remodelagem adaptada a determinado fluxo turístico e consumo do espaço urbano, de modo a reforçar os vínculos entre a nova identidade proposta e a cidade.

A resignificação do passado da zona portuária permanece defendida como sendo o coração cultural do centro histórico, aliando modernização à valorização do patrimônio urbano. O Projeto de Revitalização tem sido midiaticizado para que as qualidades das futuras ações urbanísticas sejam antecipadamente percebidas, mesmo que imaginariamente, incorporadas não apenas ao centro histórico, mas também à cidade do presente. A ideia de ruptura de um suposto isolamento em termos urbanísticos e simbólicos remete à ideia de reconquista da antiga zona portuária, no sentido de promover um reencontro com a identidade da cidade. Todavia, esse pretense resgate da área histórica tem sido alvo de críticas, sobretudo por se considerar que não leva em conta sua ocupação no presente.

Assim, na contramão do discurso de regeneração do Porto do Capim, diferentes visões passaram a questionar a representação elaborada pelo poder

público atual, que sempre enfatizou seu caráter de abandono e deterioração. A partir de então, outras instituições públicas e grupos comunitários organizados passaram a reivindicar uma revisão conceitual do projeto de revitalização. Considera-se que apenas na teoria as estratégias de revitalização procuravam conservar as ligações sociais e reforçar as raízes populares. A manifestação referente à intervenção na antiga zona portuária diz respeito ao processo de patrimonialização como um instrumento para atender aos interesses políticos e econômicos, sobretudo quanto à proposta de moradia prevista para a população residente.

Levando em conta a relação imanente do patrimônio urbano como marca da singularidade local, em relação aos pretensos interesses de modernização e restauração, foi elaborado um dossiê por um grupo de profissionais de diferentes instituições públicas, propondo a requalificação das áreas urbanas do Porto do Capim e adjacências. O documento chamou atenção para os equívocos provocados por uma visão tradicionalista de intervenção urbana, ressaltando a necessidade de qualificar as áreas históricas por uma ação mais abrangente de preservação. O dossiê, elaborado com o apoio de um grupo de técnicos do IPHAN-PB (2012, p. 62), colocou em destaque a realocação da população residente pelo governo municipal:

[...] qualquer proposta de intervenção para a cidade deve considerar seus estratos sucessivos, sua história, compreendendo que não são válidas as formas de atuação que destroem o presente em nome de um “passado idealizado” ou de um “futuro sonhado” e não mais condizente com a realidade prática e cotidiana do local. [...] Ao se propor a permanência do casario e do arruamento consolidado pela população presente no Porto do Capim e na Vila Nassau e por governos anteriores que instalaram escola, água encanada e energia elétrica nessas áreas, não se objetiva “legitimar a existência de favelas” ou “consolidar um estado precário de moradias” e sim conferir mais cidadania e dignidade urbana a um trecho do Varadouro que abriga uma das poucas áreas habitadas no centro histórico de João Pessoa. A proposta do Grupo de Trabalho recomenda que os diversos parceiros do PAC das Cidades Históricas, PAC Sanhauá, bem como outros programas de planejamento urbano e habitacional dos três níveis governamentais passem a fazer melhorias na pavimentação, nos passeios públicos e nas moradias

existentes, bem como sejam implantadas duas estações elevatórias para esgotamento sanitário do Porto do Capim e Vila Nassau.

No projeto proposto pelo grupo de agentes institucionais, evidencia-se a preocupação com a prática dos avanços conceituais no campo do patrimônio, que tem se pautado por propostas mais participativas. O impasse entre as duas propostas coloca em evidência valores de ordem diversa. Nessa perspectiva, Átila Tolentino<sup>85</sup> considera que João Pessoa tem perdido a chance de fazer diferente de outras cidades brasileiras:

[...] o processo está sendo intensificado agora nesse momento ou de alguns anos para cá. Em Recife e Salvador isso já foi feito um tempo atrás, e até poderia se levar em conta para não se fazer parecido, para não se fazer o mesmo – e está se perdendo essa oportunidade. Infelizmente, o que houve, na minha visão, é que o processo está sendo bastante parecido.

Interesses diversos se materializam no momento da implementação das ações urbanísticas, uma postura mais democrática é essencial para minimizar e resolver desgastes e distorções. A ênfase na dimensão legal e técnica das operações previstas para a formação de um novo ambiente, sem a devida consideração com as questões sociais envolvendo a zona do Porto do Capim, tem gerado dúvidas sobre a concretização das melhorias previstas. A área tem se caracterizado por conflitos devido a impasses políticos, e já se configura como um complexo processo de negociação.

As intervenções nos espaços urbanos continuam sendo consideradas como uma das melhores alternativas para produzir imagens atrativas, tendo em vista aumentar as chances de competição no mercado turístico e de lazer. Conforme consta no plano de governo 2016-2020 do município, o projeto de revitalização da zona portuária permanece sendo reconhecido como parte integrante da estratégia de desenvolvimento econômico.

---

<sup>85</sup>Técnico da Superintendente do IPHAN na Paraíba. Entrevista realizada em 25/04/2015.

Um projeto que, com a união de forças, inspira o futuro. Comunidade, planejamento e muito trabalho, transformamos a cidade cada vez melhor para se viver. E, pensar no futuro, conseqüentemente, requer um olhar especial para o passado. Dentre os projetos, a revitalização do Porto do Capim e Parque do Sanhauá, tornando-o um aprazível local de encanto e beleza natural e urbanística, a partir de suas novas dotações de instalações e equipamentos turísticos e de esportes náuticos (PMJP, 2016).

Interpretado dessa maneira, o patrimônio urbano põe em evidência a relação entre a razão prática e a simbólica. Trata-se de uma das formas recorrentes de tornar a patrimonialização do objeto um fenômeno social, imprimindo uma dimensão valorativa que envolve ações e decisões políticas. No arcabouço da produção das imagens do centro histórico, alguns elementos passam a conduzir o discurso da patrimonialização. Sendo a memória feita de símbolos, para que sejam identificados e preservados não basta reconhecer o centro histórico como uma unidade construída, é preciso entendê-lo como um lugar gerador de novas experiências estéticas que apontam para a tensão entre construção e representação. Dessa forma, o espaço urbano torna-se suporte significativo de uma narrativa integrada aos sentidos que se quer produzir. Sendo a patrimonialização um modo de produção e transmissão da significação do objeto patrimonial (Davallon, 2015), é preciso não esquecer que corresponde a uma representação do vivido.

Dar sentido ao passado do lugar e à história que o sustenta implica promover o diálogo e proporcionar a participação, esfera em que a comunicação do patrimônio é vista como responsabilidade dos agentes institucionais, estabelecendo um fluxo informativo e comunicativo com os cidadãos. Necessariamente, passa pelo debate promovido pela Unesco sobre políticas públicas de comunicação, que contribuiu para aumentar o reconhecimento da democratização da comunicação, com base no respeito à transparência, na participação e em um relacionamento cotidiano e individualizado das instituições com o cidadão. Nesse âmbito, a perspectiva cidadã na comunicação refere-se ao diálogo, à informação e à expressão em temas de interesse coletivo, como cita Cristiano A. Lopes:

No lugar de uma relação meramente unidirecional, na qual o governo provê o cidadão com as informações que julga pertinente utilizando apresentação e edição que entende adequadas, a teoria política contemporânea entende que o envolvimento dos cidadãos nas políticas públicas deve ser bidirecional (2007, p. 9).

O reconhecimento dessa prerrogativa tornou-se necessário devido às mudanças na forma de obter legitimidade na compreensão e uso dos espaços da cidade junto à sociedade, quanto ao estabelecimento de projetos que valorizem as intervenções urbanísticas e arquitetônicas como elementos culturais locais. Com esse direcionamento, o Iphan elaborou em 2011 seu plano de comunicação tendo em vista atender aos objetivos estabelecidos no seu planejamento estratégico. Como estratégia institucional, é imprescindível que a comunicação do Iphan possibilite uma relação dialógica em associação com a informação e a educação.

Em 73 anos de atuação, o Iphan apresenta o seu primeiro Plano de comunicação. Tal processo é resultado da necessidade crescente de aproximação e relacionamento junto ao seu principal público de atuação, a sociedade. A instituição tem avançado nos últimos oito anos na formulação de novas abordagens sobre o patrimônio cultural, inovando na sua gestão, dentro de uma visão sistêmica. Neste sentido, o Iphan tem estimulado a participação das esferas estaduais e municipais de governo e também das organizações civis na consolidação de uma política nacional de patrimônio cultural (IPHAN, 2010, p. 7).

O desenvolvimento do conceito de comunicação patrimonial resultou da possibilidade de uma nova forma de sistematizar o processo comunicacional para além do campo da política, da publicidade e do marketing, visando ao convencimento e ao impacto em busca de resultados imediatos. A propaganda institucional passou a sensibilizar sobre a importância da participação da sociedade na preservação. Tal fato retrata um primeiro passo para chamar o cidadão a participar, indo ao encontro de premissas que reconhecem a necessidade do diálogo e da interatividade, atendendo a uma demanda atual ocasionada por um novo relacionamento com os públicos no contexto contemporâneo. Nas últimas décadas, como tem ocorrido em muitas cidades do

país, o passado do centro continua sendo exposto ao público por meio de ações comunicacionais apoiadas, essencialmente, em campanhas e/ou estratégias de comunicação para o marketing urbano. A comunicação do patrimônio não é uma área nova, entretanto, o que ainda vem sendo comumente praticado sob esta denominação diz respeito a um processo linear que informa através da mídia, em busca de influenciar as percepções. O que se vem procurando alcançar com a comunicação não é a visão midiática, cujo objetivo é a persuasão, mas obter uma participação mais ativa dos cidadãos em busca da legitimidade nas intervenções urbanísticas associadas às antigas áreas centrais.

### **9.3 A Cidade Criativa e as novas tendências do centro histórico**

Na região nordeste, a crescente competitividade entre os destinos turísticos tem sido um vetor importante na implementação de intervenções urbanísticas na recuperação de centros históricos. Ao dar visibilidade às qualidades espaciais, procura-se criar diferenciais paisagísticos como indutores de atrativos turísticos. Essa disputa com base na transformação de suas paisagens depende diretamente da autenticidade das imagens em relação ao espaço urbano recuperado, bem como à qualidade dos equipamentos utilizados durante seu consumo como um produto cultural.

No âmbito da reabilitação dos centros históricos, João Pessoa ainda encontra forte dificuldade em conter a degradação gerada pela desvalorização do núcleo original da cidade, em grande parte devido à especulação imobiliária. Diferentes intervenções urbanas, em diferentes escalas de abrangência, buscaram adaptar essa área às demandas baseadas na valorização de seu patrimônio urbano, declarado patrimônio nacional há quase duas décadas. Mantém-se como diretriz o entendimento de que a melhor forma de preservar ou valorizar as edificações históricas é através da atribuição de um novo uso, seja para o turismo, seja para o comércio ou a habitação. Nesse contexto, a comunicação do patrimônio torna-se um mecanismo essencial para gerar processos coletivos de identificação e de compreensão (Prats L. , 2004). Não se pode ignorar o caráter dinâmico dos bens patrimoniais e de seu uso adequado ante as exigências sociais contemporâneas.

Por sua parte, ocorreu um movimento de mudança na representação do centro histórico pela administração municipal. As intervenções até então haviam buscado promover uma valorização do lugar diretamente relacionada a melhorar as chances de competição no mercado turístico. De acordo com o plano de governo municipal 2016-2020 (PMJP, 2016), os novos espaços que antes estavam obsoletos no núcleo central da cidade devem disputar, primeiro, com outras centralidades pela atenção do habitante. O discurso da recuperação da identidade do centro histórico passou a conectar-se diretamente a uma diversificada oferta de atividades culturais/artísticas e de lazer, planejadas para destacar as características da cultura local associada à valorização arquitetônica e paisagística do espaço urbano.

Tendências contemporâneas passaram a influenciar as práticas de revitalização das áreas históricas como um dos vetores de crescimento da cidade. Nesse sentido, as atividades culturais vêm sendo utilizadas como protagonistas da produção do espaço urbano, tendo em vista gerar novas necessidades de consumo (Bauman, 2001). Sob o mantra da criatividade, a cultura é um recurso fundamental para o desenvolvimento local. Com base nessa ideia, Cláudia Seldin (2015, p. 27) destaca que:

[...] na realidade contemporânea, a presença de **cultura** em um determinado recorte espacial – seja sob a forma de atividades artísticas, de certo estilo de vida ou mesmo de conhecimento – implica em um aumento do seu valor, bem como do seu potencial gerador de capital (grifo da autora).

Considerando seu potencial como instrumento de desenvolvimento econômico, a cultura da cidade transformou-se em estratégia de valorização das tradições locais e da cultura popular pelo poder municipal. Como resultado, João Pessoa conquistou, em 2017, o título de Cidade Criativa no setor artesanato. A integração à Rede Mundial de Cidades Criativas pela Unesco (RCCU) representou o compromisso em investir na cultura como recurso estratégico para



o desenvolvimento urbano sustentável. Ao mesmo tempo, também pode ser vista como uma oportunidade para promover internacionalmente a imagem da capital paraibana, contribuindo para atrair novos visitantes. A esse respeito, comentou o Prefeito Luciano Cartaxo:

A arte popular, o artesanato, a cultura, estão muito ligados ao turismo. Não tem como a gente falar em turismo sem levar em conta a cultura e este reconhecimento dado pela Unesco é mais uma oportunidade que desenvolveremos para dar mais visibilidade à cidade.<sup>86</sup>

Nota-se que a obtenção do título traz em si a intenção de renovar a imagem da cidade na busca de se consolidar como destino turístico. Tendo a cultura um papel estratégico na transformação urbana, a mercantilização das atividades culturais gerenciada e administrada conforme os interesses de quem está no poder determina que arte ou prática cultural é um bom negócio. A valorização da cultura, além de servir de recurso econômico, repercute na produção de uma imagem de marca, de status urbano.

Procura-se com o título de Cidade Criativa a recriação de um ambiente histórico cuja tônica recai sobre a animação cultural. A ideia é lograr êxito em chamar a atenção dos habitantes para o uso de equipamentos culturais e de espaços públicos. Sob esse ponto de vista, procura-se tornar a convivência no centro histórico mais aprazível, tendo em vista que sua concepção de lugar de memória inclui “[...] não apenas as obras arquitetônicas e urbanísticas, mas também os documentos de cultura de um modo geral, isto é, toda produção estética incluindo a literatura, as artes plásticas, a música, além da imprensa e da iconografia sobre a cidade” (Santos A. , 1997, p. 18). O que mudou de fato desde os primeiros movimentos voltados à preservação foi uma exploração mais democratizada do patrimônio urbano, mais diretamente ligada à questão da identidade local – e, portanto, do patrimônio colocado à disposição de um público diversificado, tendo em vista a otimização de seu uso, independentemente dos conflitos e contradições existentes na cidade. Trata-se de alternativas para lidar

---

<sup>86</sup> Informação disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/titulo-de-cidade-criativa-da-unesco-coloca-joao-pessoa-na-rota-turistica-mundial-atraves-da-arte-popular/> Acesso em: 01/04/2018.

com as questões decorrentes das contradições da expansão urbana e da valorização da cidade moderna, entre elas a problemática de uma política de recuperação da moradia na área central, que ainda aguarda por medidas concretas.

A valorização do espaço patrimonializado depende, além da qualidade na infraestrutura, de uma oferta atrativa envolvendo experiências culturais, de lazer e de serviços. Por essa ótica, o valor comunicativo do patrimônio urbano coloca em evidência a produção do espaço não como um “museu” (Jeudy, 2005), mas como alternativa para o resgate e a modernização de áreas degradadas através de megaprojetos. O comunicar não diz respeito apenas ao reconhecimento do centro histórico como um patrimônio constituído de um conjunto arquitetônico, pois demanda transpor barreiras na sua apropriação e uso por diferentes públicos. Assim, pretende-se com o título de Cidade Criativa da Unesco fazer uso da cultura como instrumento de revitalização urbana (Vaz L. , 2004) tendo em vista o habitante local, ao mesmo tempo em que serve de preparação para uma possível inserção na rede de turismo internacional. Sob esse ponto de vista, a pretensa especificidade do centro histórico fortemente ligado a uma cultura local visa relacionar elementos de fruição estética com a experiência turística.

**Figura 26: João Pessoa Cidade Criativa da UNESCO**



Fonte: <https://tinyurl.com/y6bu2ebf>

O selo que divulga a participação na RCCU faz referência a três importantes imagens iconográficas da cidade: o rio Sanhauá, o Novo Parque da Lagoa e o Farol do Cabo Branco. Na comunicação do patrimônio em três

momentos distintos de desenvolvimento da cidade, preservar o antigo e construir o novo aparecem simultaneamente, destacando uma nova lógica de consumo cultural urbano. Busca-se valorizar tanto os novos equipamentos, âncoras de megaprojetos urbanos, quanto o centro histórico que, após diversas ações urbanísticas, passou a ter novas funções, especialmente no campo da cultura.

Nesse sentido, a política de gestão do patrimônio urbano pelo discurso da redescoberta do passado sugere igualmente conquistar prestígio junto à sociedade como área de lazer e de cultura, dando respaldo para a reanimação do centro histórico pelo acesso coletivo. “C’est essentiellement l’exposition, c’est-à-dire que quand il y a un patrimoine, si c’est un bien commun, tout le monde doit en profiter (Davallon, 2012, p. 5). Conforme anunciado no site da prefeitura, a chancela de Cidade Criativa contribuiu para o centro histórico contar com uma programação permanente de ocupação cultural:

[...] o programa AnimaCentro garante a ampliação e manutenção de uma agenda de atividades artísticas para dar ainda mais vida a um conjunto de espaços históricos resgatados e revitalizados na região onde o município nasceu. Este é o maior projeto de intervenção cultural já realizando, unindo revitalização e dando sentido à ocupação da área central da Capital.<sup>87</sup>

Nesse contexto, a cultura local tem se revelado um instrumento propício para que o centro histórico revitalizado estabeleça novos vínculos entre o passado e o presente da cidade, em busca de reafirmar seu valor simbólico como um índice capaz de fazer comunicar a singularidade do lugar. O uso da cultura desvenda um novo modo de reforçar o significado semântico do patrimônio urbano associado à ideia de um resgate histórico, de ruptura com o isolamento devido aos bloqueios físicos e simbólicos que impediam sua integração com o restante da cidade.

O centro histórico tem procurado se adaptar a novas situações, em que o discurso de sua valorização vem se destacando como componente da identidade do lugar, valorizando as características da cultura local. Faz-se importante lembrar que o centro histórico, enquanto objeto patrimonial, também é um objeto cultural

---

<sup>87</sup> <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/luciano-cartaxo-anuncia-ocupacao-cultural-do-centro-historico-com-programa-animacentro/>

construído socialmente, de onde vem a obrigação de preservar e transmitir (Prats, 2006). Por uma perspectiva comunicacional, procura-se dar visibilidade a um novo encontro com a cidade velha, uma maneira de reterritorializar o espaço urbano atribuindo novos significados. Procura-se legitimar o status do lugar transformando-o em operador simbólico de ligação com o passado (Davallon, 2006).

A relação simbólica com um outro lugar temporal não é uma escolha simples ou aleatória. Tomando emprestada a expressão “condensadores de subjetividades” de Guatari, Cristina Guimarães (2007, n.p) coloca em destaque que:

Os processos de “reconstrução” ou “reativação” dos espaços públicos também podem ser entendidos como processos de reterritorialização. Enquanto a desterritorialização compreende os mecanismos que separam o território das suas “raízes” sociais e culturais, a reterritorialização vem a ser a criação de novos vínculos em substituição aos perdidos. Se as intervenções no espaço urbano pretendem recompor esses vínculos perdidos, os espaços públicos recriados devem funcionar como “condensadores de subjetividade”, capazes de superar os espaços, transformando-os em territórios existenciais

Esse posicionamento remete à apropriação das características simbólicas do lugar pela dimensão afetiva e identitária, considerando que o sucesso da reorganização dos espaços urbanos depende de seu poder de atrair as pessoas para locais antes caracterizados pelo abandono, pelo esvaziamento. A valorização do centro histórico de João Pessoa pela diversidade de atividades e usos em busca de “ressonância” (Greenblatt, 1991) junto à população também envolveu a oferta de moradia às novas demandas como parte da trama narrativa que legitima a ressemantização do espaço geográfico. A implementação de intervenções arquitetônicas transcende sua materialidade enquanto realidade a ser conhecida e explorada, apoiada no discurso de retorno ao ponto de origem da cidade a partir da rememoração do lugar.

Nesse sentido, a Villa Sanhauá refere-se ao Programa Moradouro, lançado pela prefeitura em 2007 e cuja proposta já previa transformar antigos casarões em unidades habitacionais, comerciais ou mistas. A Villa Sanhauá faz parte da

estratégia de integrar a cidade velha com a cidade nova. O projeto foi inteiramente desenvolvido pelo setor de habitação do município, e ganhou destaque por revitalizar prédios históricos associando moradia, comércio e serviços.

**Figura 27: Villa Sanhauá**



Fontes: <https://preview.tinyurl.com/yxgbb4hq>

<https://preview.tinyurl.com/yxd475hb>

Sob a perspectiva que configura semanticamente a exposição do patrimônio como um dispositivo comunicacional, a produção iconográfica da Villa Sanhauá reafirma a trama narrativa das identidades eleitas para dar visibilidade à revitalização do centro histórico. “Sete casarões, em estilo *art decor*, construídos nos anos 1930 e 1940, em precários estados de conservação, foram escolhidos para a realização do projeto piloto” (Silva A. , 2014, p. 228). Nesse sentido, o objeto dinâmico diz respeito aos edifícios da Belle Époque que estavam entregues à degradação e passaram por um nítido processo de resignificação. Nessa construção de ligação com o passado, Davallon (2002, p. 5).observa que:

Ces réhabilitations, lorsqu'elles ont lieu, ne conservent d'ailleurs pas les marques d'ancienneté, comme c'est le cas désormais pour les immeubles des années 30 ou plus anciens. Faire une “trouvaille”, ce n'est donc pas ici découvrir un objet qui aurait disparu, mais le voir sous un jour nouveau, comme on ne l'avait jamais encore vu, alors que le monde auquel il appartient risque de disparaître totalement avec lui

As intervenções no espaço urbano planejadas para se tornarem componentes da identidade do lugar buscam dar um novo sentido de urbanidade para o centro histórico de João Pessoa. A proposta intervencionista da Villa

Sanhauá foi apresentada como um programa público de habitação em áreas históricas do país:

[...] os antigos casarões da Rua João Suassuna reabrem as portas em um novo conceito de moradia e de uso comercial, se consolidando como um novo marco para Centro Histórico de João Pessoa. Na Villa Sanhauá, músicos, artistas plásticos, fotógrafos, designers e outros profissionais ligados à economia criativa se preparam para mudar de endereço, trazendo vida nova para a região onde a cidade nasceu.<sup>88</sup>

A recuperação de prédios antigos para a inserção de um novo perfil de morador já era um objetivo a ser conquistado há quase duas décadas, por diferentes gestões estaduais e municipais. Isso ocorreu logo após o período em que “[...] o centro histórico passou a ser objeto de intenso processo de requalificação a partir das intervenções na Praça Anthenor Navarro e no Largo de São Frei Pedro Gonçalves realizadas entre 1998 e 2002” (Scocuglia, 2010, p. 75). Na mesma época, outro projeto previa a remoção dos moradores do Porto do Capim para a construção de uma grande área de lazer e turismo. Na busca por vitalidade socioeconômica, as áreas favelizadas encontram-se excluídas, devido ao interesse em alterar o perfil habitacional. Há, portanto, um processo de diferenciação espacial, um cenário dual de inclusão e exclusão da vida urbana, embora teoricamente seja comum a todos. Sob esse aspecto, o centro histórico como signo icônico da memória do lugar tem sido objeto de diversos questionamentos sobre sua trama narrativa, envolvendo a produção material e simbólica do território.

No jogo da visibilidade pública, a midiatização aponta para o embelezamento do centro histórico ligado à ruptura de seu isolamento com o resto da cidade, cujo passado tem um lugar no presente. Nessa trajetória, a representação do espaço urbano patrimonial permaneceu pautada no processo de ressignificação do centro histórico, no discurso de fazer a própria cidade retornar às suas origens históricas. A divulgação da imagem da fachada atual dos prédios mostra à população que se trata de um patrimônio que compõe o visual arquitetônico da cidade. A imagem referencial na transformação do lugar priorizou uma estética urbana “exibicionista”. Seu impacto não depende tanto de seu poder de representar determinado momento histórico, mas de sua relação com a

---

<sup>88</sup><http://www.joaopessoa.pb.gov.br/prefeitura-de-joao-pessoa-inaugura-villa-sanhaua-na-proxima-terca-feira/>

realidade atual ao servir para potencializar a dinâmica social e econômica do lugar. Comunicar o patrimônio urbano significa promover as estratégias de patrimonialização para justificar as ações de revitalização. Nesse caso, os marcos históricos e a cultura local aparecem como um recurso para a modernização da área central, de modo a contribuir na transformação econômica da cidade como um todo.

Contudo, vale lembrar que comunicar o patrimônio depende da criação de mensagens sustentadas em signos que sejam capazes de produzir reações nos seus receptores. Assim, ainda que reconhecendo a existência de determinado elemento patrimonial, sua representação encontra-se submetida às mudanças na sociedade. É preciso lembrar que o objeto patrimonial se torna inteligível pela compreensão de seus significados intrínsecos, onde reside sua operatividade simbólica. Está claro que a patrimonialização do espaço urbano nasce de uma determinada conjuntura, daí a importância da sensibilização para conhecer e compreender o patrimônio.





## 10. A MEDIAÇÃO CULTURAL ENTRE CIDADE E CENTRO HISTÓRICO

Neste capítulo, por uma perspectiva comunicacional, busca-se fazer uma reflexão acerca do uso político e institucional da mediação cultural no âmbito do centro histórico de João Pessoa. Sua exposição tem procurado cada vez mais conferir visibilidade ao espaço urbano patrimonial. Seguindo esta tendência, o foco está na dinamização e promoção de atividades ligadas ao consumo do lugar, que procuram conciliar desenvolvimento local e preservação patrimonial. Ao mesmo tempo, como espaço de memória, depende do reconhecimento de um tempo passado no presente, cuja preservação é relevante para as futuras gerações. Esse entendimento, seguindo a lógica do processo de *filiation inversée* (Davallon, 2006), coloca a sociedade na posição de herdeira do patrimônio, sendo o Estado o detentor de sua propriedade por meio de uma decisão política. A mediação complementa a midiaticização do patrimônio urbano, considerando que qualquer espaço da cidade pode de repente ser identificado e reivindicado como patrimônio. O que está em jogo é uma narrativa histórica que envolve interesses sociais e econômicos. Nota-se que a excessiva valorização da cidade moderna contribuiu, em parte, para um novo modo de ver a cidade antiga.

### 10.1 A mediação cultural no protagonismo do espaço urbano

A busca pela valorização do patrimônio também passa por sua utilização como espaço cultural, no qual os eventos são utilizados como insumos na legitimação dos investimentos em revitalização e requalificação urbana – uma experiência que utiliza a cultura como instrumento para a divulgação e a promoção do centro histórico exposto ao público. Para tanto, utilizam suas competências para apresentar o patrimônio urbano de uma maneira particular e adaptada a diferentes públicos, com objetivos estéticos e pedagógicos. A importância que vem sendo dada à patrimonialização do centro histórico como um vetor de desenvolvimento econômico e social repercute sensivelmente na comunicação de seu universo simbólico.

A utilização da cultura na recriação de ambientes históricos em áreas degradadas faz parte de um processo que visa atender ao desenvolvimento da economia simbólica (Zukin, 2017). Nessa prática urbana, as intervenções procuram readaptar o centro tradicional às novas situações, considerando o lugar, a imagem e a identidade como elementos ancorados no valor simbólico. Nesse sentido, a mediação cultural faz parte da estratégia de aproximação de indivíduos e coletividades através de ações de reconhecimento de um passado vivenciado no presente, e que deve ser preservado para as gerações futuras. Com base nessa percepção, trata-se de “saisir comment les objets de patrimoine sont des médiateurs entre nous et les gens du passé, entre nous et les génération à venir, s’avère, par contre, beaucoup plus délicat” (Davallon, 2006, p. 156). A análise comunicacional focada na maneira como a patrimonialização muda o estatuto do objeto para patrimônio implica uma melhor compreensão das memórias e das diferentes manifestações culturais, contribuindo para disseminar o contexto urbano reconhecido como centro histórico.

Ao refletir sobre a exposição do centro histórico de João Pessoa, é oportuno lembrar que, decorridos mais de 30 anos, foram diversas as propostas intervencionistas associadas ao discurso da recuperação do patrimônio urbano. Essa situação pode ser percebida no núcleo primário das grandes cidades brasileiras, onde os casarões abandonados à própria sorte refletem a desvalorização econômica e territorial. A revitalização do centro histórico, iniciada ainda nos anos 1980, deu surgimento a uma política patrimonial que pretende favorecer a recuperação da economia política da cidade. Tais iniciativas se configuraram por um olhar atento às singularidades do lugar como parte integrante de seu patrimônio urbano, em consonância com o funcionamento e aplicabilidade dos instrumentos de proteção. No dizer de Cláudio Nogueira<sup>89</sup>, a figura da cidade é um ponto fundamental na reabilitação das unidades históricas:

[...] não é apenas um componente daquela área, na verdade os diversos componentes que estão ali envolvidos têm mais uma amplitude da coisa do urbano muito maior às vezes do que a questão patrimonial

---

<sup>89</sup> Superintendente do IPHAN na Paraíba. Entrevista realizada em 25/04/2015.

propriamente dita [...] A partir do momento em que é definida uma área como um centro histórico, uma área protegida, é como se ela estivesse fora da cidade. Então, ela é vista, por um lado, por um olhar diferenciado de alguns setores mais vinculados a questão do patrimônio, e por outro, ela é quase que esquecida pelos demais, principalmente por aqueles que fazem o planejamento urbano de uma forma mais ampla.

Essa observação remete ao desafio de o centro histórico ser visto como uma área da cidade que não se encontra destituída de seu todo. Embora a patrimonialização tenha se transformado nos últimos anos em um “grito de guerra”, ainda é uma prática recente (Gonçalves J. R., 2012). A multidimensionalidade dos projetos de revitalização depende de que a própria cidade seja protagonista das estratégias de intervenção, quanto ao interesse em modernizar o uso do lugar destacando a preservação de sua arquitetura. Sobre essa questão, Gabrielle Cifelli e Paulo Peixoto (2012, p. 36) destacam uma nova face do planejamento urbano:

Os projetos recentes de intervenção urbana levados a cabo em áreas centrais degradadas de relevante valor histórico, artístico e cultural constituem uma nova face do planejamento urbano contemporâneo. Grosso modo, essas intervenções pretendem conferir uma maior visibilidade a certas porções do território citadino, quer por meio da exaltação simbólica das suas referências culturais, quer da sua promoção e dinamização econômica, com o intuito de reverter o quadro de degradação física e social em que se encontram, mas também como aproveitamento do prestígio político que essas intervenções conferem.

Partindo dessa lógica, diversos projetos e políticas urbanas passaram a ser implementados nos centros históricos a fim de dotar tais áreas de vida urbana. A prática expositiva do patrimônio urbano está centrada na produção da imagem do lugar, dando destaque às ações culturais como importante eixo dinamizador na recuperação econômica e social. Segundo Davallon (2006; 2015), à medida que o processo de patrimonialização muda o estatuto de objeto em patrimônio, também envolve a construção da relação entre o objeto patrimonializado e o público. Nesse sentido, “[...] nous étions de plain-pied dans l’univers symbolique de la reconnaissance des valeurs et des procédures visant à préserver les objets

porteurs de ces valeurs” (Davallon, 2006, p. 15). Por conseguinte, a mediação cultural envolve a ideia de uma função intermediária, que visa criar uma interface entre dois universos distintos, o passado e o presente.

Por esse direcionamento, vale lembrar que, na fase inicial das intervenções no centro histórico de João Pessoa, o processo da mediação cultural encontrava-se inserido nas ações realizadas pela Associação Centro Histórico Vivo, composta por agentes públicos e representantes da sociedade. O objetivo era divulgar o centro histórico como espaço de cultura acessível a toda a população da cidade. As prioridades das ações de mediação visavam a legitimação da nova imagem para a antiga centralidade, como destaca Fernando Moura<sup>90</sup>:

[...] a comunicação sobre o que era o centro histórico para a sociedade que desconhecia até então, foi fundamental. E o que foi que a gente fez? Entrevistas, onde tinha espaço e onde a gente era convidado a gente ia, sem pestanejar. Eu criei uma coluna na internet, criei duas páginas numa revista chamada a Semana. Foi fundamental para que houvesse assim uma onda, digamos, houvesse uma absorção, as pessoas voltassem a falar do centro histórico porque houve um processo de revitalização em 98, houve uma certa caída mesmo no início. Então, quando a entidade entrou, a ACEHRVO, ela precisava dessa recuperação na discussão, diálogo. As pessoas mesmo que criticassem o centro histórico, era importante que elas tomassem conhecimento das coisas que estavam acontecendo, para que a gente pudesse atraí-las. Assim, é meio irônico, meio paradoxal isso, a agente queria que as pessoas que não gostavam do centro histórico falassem do centro histórico, porque a gente sabia que iria atraí-las na medida em que a gente fosse mostrando o que estava acontecendo, quais eram os projetos, quais eram os recursos. Uma entidade que pudesse fazer contraponto com os poderes públicos [...]. Então, houve muito embates, e foi importante essa discussão, esse embate, essa movimentação para que houvesse uma elevação da consciência do que é o centro histórico.

Está claro que a invenção do centro histórico foi lançada com base na promessa de surgimento de novas práticas de consumo na antiga área central, uma alternativa para reverter o vazio deixado pela saída de grande parte de seus moradores para outras zonas da cidade. As intervenções realizadas pela Comissão do Centro Histórico foram utilizadas como palco para eventos culturais durante os anos de 1989-2005, como estratégia principal. Vemos a cultura

---

<sup>90</sup> Jornalista. Presidiu a Associação Centro Histórico Vivo (ACEHRVO) e foi o primeiro coordenador da Coordenadoria do Patrimônio Cultural – COPAC-JP. Entrevista concedida em 15/04/2016.

ênfatizar o interesse econômico em busca de transformar o espaço urbano em espaço de produção e de consumo. Desse modo, eventos culturais como instrumentos de revitalização urbana serviram como estratégia de aproximação do usuário com a área histórica da cidade. Segundo Gonçalves (2014, p. 40), a intenção era investir em elementos que pudessem ser utilizados como atrativos para o espaço renovado:

Tal estratégia resultou num fenômeno de efervescência cultural, foram abertos diversos bares e casas de show; além disso, as praças contavam com manifestações festivas que faziam parte da agenda cultural da cidade. Dentre as atividades festivas que passaram a fazer parte do “calendário cultural do centro histórico”, podemos citar o Folia de Rua, prévia carnavalesca do carnaval de rua; Carnavarró, o carnaval da Praça Anthenor Navarro; encerramento do bloco carnavalesco Cafuçu (que originalmente se apresentava em bairros praiheiros de João Pessoa); Centro em Cena, festivais de artes plásticas, literatura, teatro, dança, fotografia, cinema e vídeo; Arraial do Varadouro, Festa de São João; Auto de Deus, espetáculo cênico da Semana Santa. Além das atrações financiadas via prefeitura, existia a opção de se consumir entretenimento nos ambientes privados como bares e casas de show.

Como podemos observar, a promoção de eventos no centro histórico teve papel importante devido à intenção de se promover uma clara urgência de rememoração. Esses eventos associados ao patrimônio urbano tentaram promover a revitalização funcional, tendo como estratégia a sua reapropriação social por meio da cultura. Ou seja, como pontua Choay (2006), a espetacularização das áreas centrais transforma os núcleos antigos em cenários usados para a animação cultural. Desse modo, “modernizar não é, nesse caso, dar a impressão de novo, mas colocar no corpo dos velhos edifícios um implante regenerador” (Choay, 2006, p. 217). Dessa forma, além da restauração, é preciso o entendimento sobre o uso do espaço urbano como um agente modificador do próprio espaço, encontrando novos modos de valorização ancorados na imagem e na cultura local.

As intervenções realizadas em pequenos quarteirões do centro histórico, como foram os casos das revitalizações da Praça Anthenor Navarro (1998) e do

Largo de São Pedro Gonçalves (2002), representaram dois pontos importantes da animação cultural do lugar promovidas pelos governos municipal e estadual. Ao anoitecer, esses trechos do centro histórico, transformados em um produto cultural, passaram a atrair para suas calçadas iluminadas um público consumidor. O uso e a ocupação desses espaços configuraram novas formas de sociabilidade movidas pelo enobrecimento do lugar (Leite, 2004). Com isso, uma fronteira invisível se formou entre as áreas revitalizadas e o entorno do centro histórico onde residiam as pessoas de comunidades próximas. Segundo Scocuglia (2010, p. 55):

Enobrecidas, as antigas edificações, estas pareciam ficar distantes do cotidiano dos moradores do bairro [...]. Já as prévias carnavalescas e a festa de São João, com o concurso de quadrilhas, passaram a contar com a participação de uma população mais diversificada da cidade como um todo. Nesses grandes eventos, milhares de pessoas circulavam pelo bairro, em seus becos, ladeiras, praças e largos de maneira indiscriminada.

Nesse sentido, a mediação cultural traduz-se no que Texeira Coelho (1997) denominou animação cultural, uma proposta de mediação implementada no âmbito do lazer. Ou seja, articular as relações entre cultura e sociedade na tentativa de estimular a convivialidade imediata “é, antes, uma atividade que se esgota no ato, não gerando necessariamente resíduos ou pontos de partida para novos processos análogos ou diferentes” (Teixeira Coelho, 2012, p. 43). O uso estratégico de recursos culturais para alcançar o desenvolvimento local em áreas patrimonializadas em muitos casos não tem conseguido obter o êxito esperado. É comum a animação cultural estimular formas de apropriação excludentes, que por vezes acabam provocando um novo esvaziamento e, com isto, voltam à decadência econômica do território e à degradação física e social.

Nos primeiros anos, as calçadas iluminadas e a música ao vivo que tocava nos casarios restaurados sustentaram a *mise en exposition* do centro histórico de João Pessoa. Os eventos culturais centrados na Praça Antenor Navarro e no Largo de São Frei Pedro Gonçalves tinham a intenção de recriar antigos espaços de boemia simbolizando a vida noturna do passado (Andrade, 2007). Atender ao gosto musical do público que frequentava determinados espaços no centro

histórico também era uma forma de imprimir determinado estilo de vida. Nesse sentido, Shionara e Melo (2010, p. 5) destacam que:

As ideias de cultura e “revitalização” da área central da cidade de João Pessoa, com o objetivo de transformar pequenos pedaços de um todo urbano em mercadoria pronta para o consumo resultou em uma valorização artificial do espaço urbano.

Nesse sentido, a animação cultural procurou estimular a apropriação cidadina sobre o centro histórico, indicando um novo uso do espaço urbano patrimonial. Essa animação cultural não contou com a parceria entre o setor público e o privado no longo prazo, interferindo diretamente na sustentabilidade do processo de revitalização. A presença de pessoas no centro histórico durante os eventos culturais, embora tenha se configurado como a principal estratégia de estímulo à aproximação do habitante com o centro histórico, não promoveu contribuição relevante em termos de apropriação.

A oferta de eventos culturais promovidos pela Fundação de Cultura de João Pessoa (FUNJOP) representava uma forma de comunicar imagens seletivas da localidade a fim de levar um grande número de pessoas a frequentar determinadas áreas do centro histórico. Assim, “optou-se pela construção de uma ideia de Centro Histórico voltada para um público que utiliza o centro, ao invés de ser para os que vivenciam, pois é na vivência da área que encontra uma das principais ferramentas para acabar com os vazios urbanos” (Shionara e Melo, 2010, p. 9). A transformação do espaço urbano patrimonial procurou atender às condições para a produção do espaço e de significados culturais segundo a economia simbólica.

Assim, podemos observar que o objetivo da mediação cultural não foi mostrar o centro histórico como um lugar acessível e aberto a todos. Logo, como portador de uma programação de eventos sob uma perspectiva puramente promocional, também não conseguiu integrar esta área da cidade como elemento da identidade local. A expectativa era que, com o aumento da popularidade, ele ganharia notoriedade como zona histórica. Depois de dois pequenos recortes dessa área terem sido transformados em lugar de diversão e lazer noturno, pouco a pouco suas ruas e casarões restaurados voltaram a ficar desocupados. A

crescente escassez de público revelou que se estava diante de uma fase passageira, da dificuldade de conter o caráter efêmero que permeia a conciliação entre desenvolvimento local e preservação do patrimônio urbano.

Nessa trajetória, o reconhecimento do centro histórico de João Pessoa como patrimônio nacional foi um marco para a retomada de investimentos, mantendo a utilização da cultura como instrumento de aproximação e uso do espaço urbano patrimonial. Desta forma, as intervenções são indispensáveis à maximização do uso da infraestrutura urbana, mas permanece o dilema de como potencializar a relação com a inovação cultural para efetivar a permanência da população. As ações de mediação cultural na exposição do patrimônio urbano ainda são uma prática relativamente nova no âmbito das políticas urbanas, quanto à utilização da cultura como estratégia principal na preservação de sítios históricos. Concretamente, considerando o centro histórico como dispositivo produtor de sentido, tem sido empregada como uma atividade processual que visa contribuir na renovação do vínculo social com o lugar.

Na segunda metade dos anos 2000, a patrimonialização institucional se impôs como um processo dinâmico de valorização do território, dando-lhe um sentido novo. Por uma abordagem comunicacional que considera o patrimônio uma construção social sustentada por sua dimensão simbólica (Davallon, 2006), a mediação cultural faz eco das transformações urbanas que buscam acompanhar as mudanças pós-fordistas, cujos dispositivos atuam na construção de uma representação compartilhada no processo de recomposição do território, ligados à coesão social. As ações de mediação cultural em intervenções urbanísticas como a realizada na Praça Vital de Negreiros, popularmente conhecida como Ponto de Cem Reis, deixaram claro que a prioridade era a apropriação e o uso. Com isto, o que poderia ser uma mediação geradora de aceitação e percepção do centro histórico por uma nova proposta de vitalidade de sua área de convivência, basicamente priorizou dar visibilidade ao lugar transformado em cenário para grandes eventos. Essa dinâmica procura responder a política de planejamento e desenvolvimento urbano que transforma os centros históricos em produto da indústria cultural (Jeudy, 2005). A utilização do patrimônio urbano como espaço para eventos culturais fomenta uma apropriação como produto de consumo rápido.



**Figura 28: Evento cultural no Ponto de Cem Reis**



Fonte: <https://tinyurl.com/y5mozvf6>

Percebe-se que a intenção é utilizar o Ponto de Cem Reis como instrumento de uma política patrimonial geradora de novas experiências estéticas. A mediação cultural conduz a realização de eventos que visa atrair públicos de diversos segmentos sociais, tratados como uma categoria homogênea e abstrata. Na revitalização da vida social através da animação cultural e do redesenho do espaço público, a mediação se encarrega de promover a oferta de atividades ligadas ao lazer e à diversão, a serem desenvolvidas em um lugar em particular. Essa forma de atração do público implica a articulação entre a *mise en scène* do passado da cidade e a produção de uma identidade urbana ligada ao centro histórico.

Outra área do centro histórico que ganhou destaque com a oferta de eventos culturais foi a Praça Rio Branco. Devido às suas demarcações físicas e simbólicas como centro administrativo e sede da capitania da Parahyba, a área se encontrava desde 1987 como um dos lugares a serem recuperados no âmbito do Projeto Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa. Como anteriormente mencionado, o principal objetivo da intervenção ocorrida em 2010 era recuperar seu lugar de vivência no cotidiano citadino. Desse modo, a princípio

não estava prevista sua utilização para eventos culturais, uma decisão que de acordo com Fernando Moura<sup>91</sup> surgiu a partir de alguns questionamentos:

Como dar vivência a essa praça que era uma praça morta, neutra? Era um estacionamento, lavagem de carro. Tiramos os carros, os lavadores de carro, mas o que é que a gente vai fazer com esta praça? [...]. A utilidade estratégica, qual seria? [...] Foi quando surgiu o chorinho, Sabadinho Bom, uma ideia nossa incorporada pela Funjope e administrada por eles, onde todos os sábados, sempre ao meio-dia, até as três horas da tarde tem grupos de chorinho.<sup>92</sup>

Seguindo esse posicionamento, a requalificação da Praça Rio Branco implicou a remoção dos elementos indesejáveis para dar ênfase àqueles que tinham relação com a história do lugar. Pode-se observar uma tentativa de identificação da mediação como ação cultural, enquanto iniciativas que procuraram mudar a realidade do lugar mediante um novo modo de se trabalhar a produção cultural (Texeira Coelho, 2012). Conforme ressalta Davallon (2003), por um viés sociológico, a mediação cultural se define como uma intervenção que aproxima dois universos distintos, o público e o objeto, mas sua repercussão vai depender do contexto e das condições em que ocorre. Nesse processo de facilitação da comunicação entre os públicos e o objeto, diferentes linguagens são possíveis de serem utilizadas, com base nas matrizes verbal, visual ou sonora. No caso da Praça Rio Branco, a música conseguiu ser a facilitadora de um processo de socialização que possibilitou um fluxo crescente de usuários, favorecendo a integração do social e do cultural com a revalorização do espaço público.

---

<sup>91</sup> Jornalista. Presidiu a Associação Centro Histórico Vivo (ACEHRVO) e foi o primeiro coordenador da Coordenadoria do Patrimônio Cultural – COPAC-JP. Entrevista concedida em 15/04/2016.

<sup>92</sup> Em João Pessoa, a cultura do choro não surgiu a partir da requalificação da Praça Rio Branco, visto que a cidade sempre teve uma tradição nesta expressão musical (Pontual, 2013). Segundo Juliana Basto (2010, p. 919) “a inserção de clubes do choro no país aconteceu, sobretudo, a partir da década de 1970, e, em sua maioria, utilizavam a palavra ‘choro’ para definir uma maneira de tocar, e não um gênero específico”. De modo geral, os grupos de chorinho são constituídos por pessoas que gostam de tocar e cantar gêneros musicais como o choro, o samba e o bolero, a seresta e o baião, e estão sempre sendo reatualizados pela sua prática e (re)significação. A performance musical surgiu em João Pessoa nesse mesmo período e ganhou popularidade, com destaque para o Clube do Choro da Paraíba, formado em 1985, considerado uma referência na expressão do universo plural da música brasileira na cidade.

**Figura 29: Projeto Sabadinho Bom**



Fonte: <https://tinyurl.com/y2x96ej7>

Com a transformação de uso, a Praça Rio Branco tornou-se portadora de significações e de interpretações da identidade local. Nesse caso, a mediação cultural compreendeu um processo que visou a acessibilidade e a participação – um processo de facilitação da comunicação entre um objeto patrimonializado em particular e o público, que se manifestou pela ação cultural. Trata-se da organização de uma prática cultural em torno de determinado gênero musical que passou a representar uma forma de se apropriar da Praça e, por conseguinte, do centro histórico. Nesse sentido, a Praça Rio Branco passou a ser um lugar marcado pela forte efervescência musical com o projeto Sabadinho Bom que, desde 2010, passou a ocorrer semanalmente. Acerca do projeto Sabadinho Bom, cabe apresentar a avaliação de Rafael Pontual (2013, pp. 56-57):

Na primeira temporada e até meados de 2012, o público era pequeno, cabiam quase todos nas cadeiras disponibilizadas pela prefeitura e não existia uma organização dos vendedores ambulantes, que ocupavam o espaço que bem entendessem na praça. Mas com o aumento do público, a prefeitura passou a disciplinar o uso dos espaços, colocando-os um do lado do outro, seguindo os lados extremos da praça, deixando o espaço do meio para o público [...] O público que frequenta o “chorinho”, como

ficou conhecido o evento, é de todas as faixas etárias e gênero, e todos tem espaço ali.

Nesse sentido, a mediação cultural constitui uma forma de ação cultural em oposição à animação cultural (Davallon, 2000), o que pressupõe atividades a serem desenvolvidas que se transformem em bem cultural. A este respeito, Fernando Moura<sup>93</sup> ressalta que:

Quando a gente colocou o chorinho a gente pensou numa coisa mais moderada, que não houvesse um impacto muito grande tanto do ponto de vista físico, quando do ponto de vista social na região. Como era uma experiência nova, a gente teria que começar moderadamente. Então, o chorinho é aquilo que você ouve comodamente. Você não coloca um trio elétrico para ouvir chorinho, o som não precisa ser um som exorbitante.

Ao que tudo indica, uma pequena intervenção passou a dar grande visibilidade ao centro histórico. A mediação cultural, embora esteja intimamente ligada à democratização da cultura, precisa ser compreendida como um processo e não como um resultado, para que efetivamente faça parte de um projeto social. Por esse direcionamento, chamamos atenção para a constatação feita por Anne Silva (2014, p. 128) quanto ao estímulo à apropriação popular sobre a Praça Rio Branco:

Mas o uso excessivo do espaço sem a devida fiscalização e disciplina por parte de seus promotores vem trazendo prejuízo e degradação ao mobiliário, canteiros e piso, agressão aos edifícios do entorno, sujeiras e poluição sonora oriunda dos eventos. Aos poucos, os valores agregados à praça após a requalificação estão sendo deturpados com um novo enfoque cultural que vislumbra alimentar a população com diversão, mas que não instrui quanto à importância do lugar a fim de que seja mantido pelo que representa para patrimônio edificado da cidade.

Essa intervenção urbanística estabeleceu-se como uma prática de mediação cultural que procurou valorizar a exposição do espaço urbano patrimonial como

---

<sup>93</sup> Jornalista. Presidiu a Associação Centro Histórico Vivo (ACEHRVO) e foi o primeiro coordenador da Coordenadoria do Patrimônio Cultural – COPAC-JP. Entrevista concedida em 15/04/2016.



um lugar acessível, agradável e aberto a todos. Durante certo período o Sabadinho Bom foi visto como uma das poucas referências de lazer realizadas no centro histórico. O evento cultural não se destinava ao grande público, mas à medida que o número de frequentadores aumentou, a Funjope decidiu ampliar o horário de funcionamento e acrescentou a apresentação de outros gêneros musicais. As mudanças provocaram transformações nas formas de ocupação e uso do espaço público, e a Praça passou a ser um lugar onde o consumo efêmero se sobrepôs ao desiderato de criar sociabilidades.

**Figura 30: O novo público do Sabadinho Bom**



Fonte: <https://tinyurl.com/y6kdluo7>

Como visto, a proposta de readaptar o tecido urbano existente às novas situações, como ocorreu na Praça Rio Branco, inicialmente atingiu seu objetivo de apropriação do espaço público pela população. Segundo Joana Ribeiro (2006), é por meio da mediação cultural que ocorre o conhecimento de aproximação coletiva do espaço público:

A utilização do património como espaço cultural, para além de fomentar uma redefinição do equipamento cultural, permite activar o papel mediador da cultura urbana enquanto agente mobilizador de intervenções relativas à recuperação de conjuntos arquitectónicos com importância histórica e monumental. Assim sendo, é a própria

noção de espaço público que está em causa, uma vez que, pela reabilitação do património, todo o espaço público sofre um reenquadramento cênico e performativo, que se reflete, em parte, numa nova representação visual da cultura urbana. (Ribeiro J. , 2006, p. 6)

Embora a incorporação da cultura como opção de lazer para usuários de diferentes classes sociais e faixas etárias possa vir a gerar conflitos, também representa um caminho para fortalecer o sentimento de pertencimento e de preservação do patrimônio urbano herdado. O resultado obtido na Praça Rio Branco reflete a escassa utilização da área central destinada ao desenvolvimento de atividades culturais vinculadas ao patrimônio, sobre a qual se pretende criar raízes. Para Átila Tolentino<sup>94</sup>, os eventos culturais nos espaços públicos inserem-se na busca do vínculo social e na acessibilidade a todos:

[...] depois da requalificação ninguém mais sabe qual é a Praça Rio Branco, essa é a praça do Sabadinho Bom. E inclusive o próprio Sabadinho Bom tem gerado conflitos, dilemas, e isso é natural do processo de apropriação dos espaços. A partir do Sabadinho Bom, outros movimentos foram sendo criados e agregados aqui nesse espaço, e às vezes até um competindo na relação com o outro. Então, isso faz parte da dinâmica de apropriação da cidade.

No exercício da mediação cultural em centros históricos destaca-se a problemática das representações e sua apropriação pela coletividade. Mediar solicita um olhar atento quanto à continuidade de certas estratégias que contribuam no encontro do cidadão com o espaço urbano patrimonial. Como menciona Rosa Valdebenito (2014), o processo de patrimonialização das áreas históricas das cidades latino-americanas têm priorizado os aspectos formais a fim de incentivar o investimento pelo setor privado. Mas as perspectivas atuais de patrimônio se encontram voltadas para a maior integração entre sujeitos, objetos e expressões culturais. Essa articulação de bens e manifestações culturais em um mesmo território implica colocar em evidência traços particulares. Como adverte

---

<sup>94</sup>Técnico da Superintendente do IPHAN na Paraíba. Entrevista realizada em 25/04/2015.

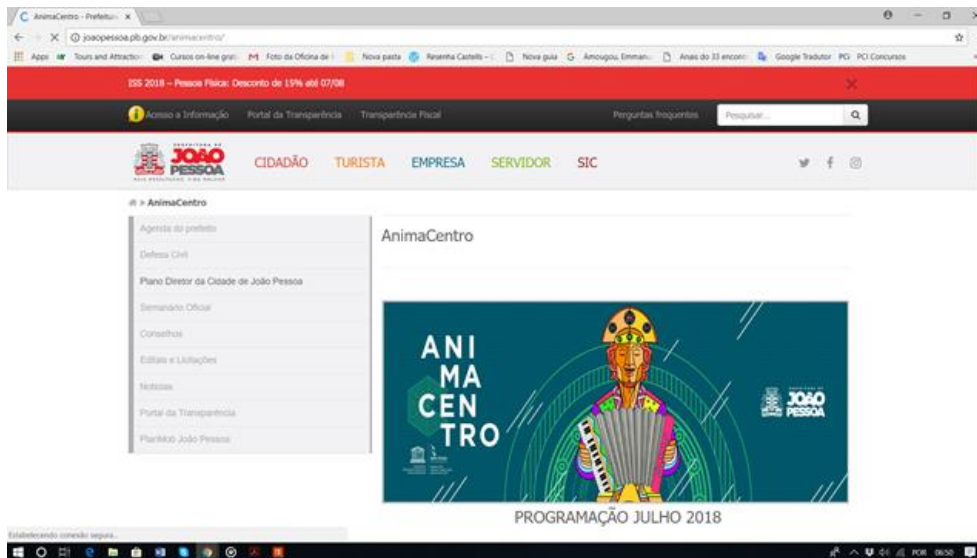
Rosa Valdebitino (2014, p. 92), um dos problemas recorrentes é negligenciar as dimensões sociais e culturais do patrimônio:

Ni la piedra ni el edificio tienen valor patrimonial per se, este es siempre un valor asignado, por lo cual, no hay patrimonio sin sujeto. Son los actores, sus vivencias, representaciones y usos los que dan forma al relato que otorga significado a los bienes culturales (Giménez, 2005). Los actores constituyen la memoria viva y el contexto que da relato y significado al patrimonio físico, por lo cual su integración y participación es fundamental para una gestión equilibrada de los patrimonios declarados. No obstante, para el caso de América Latina, en la mayoría de los procesos de activación patrimonial los habitantes han tenido un rol instrumental o marginal, especialmente en el caso de los sectores más empobrecidos.

Essa descrição pode se aplicar ao centro histórico de João Pessoa, que desde o final dos anos 1990 foi submetido a uma transformação de uso, e tornou-se portador de significação e interpretação enquanto representação da identidade local. Certamente, sem produzir uma oferta de atrativos que efetivamente despertem o interesse da população para essas áreas, as obras de intervenção por si sós também não conseguem dar conta. Pode-se afirmar que a mediação cultural vem ocupando um lugar crescente na exposição do patrimônio a fim de criar um sentimento de pertencimento coletivo. Mais recentemente, o governo local passou a investir em ações destinadas prioritariamente à apropriação do patrimônio como um espaço de uso cultural.

Na ideia de aproximar cultura e revitalização da área central, há de se destacar novamente a integração de João Pessoa à rede de cidades criativas da Unesco, como um fator de desenvolvimento urbano baseado na criatividade em nível local. Abriu-se um leque de oferta de práticas culturais que passaram a ser oferecidas no centro histórico, a partir da implementação do Programa AnimaCentro. A proposta apoiou-se na premissa de que a aproximação espontânea entre o centro histórico e o público, durante a realização de eventos culturais, é uma maneira eficiente de incitar a apropriação cidadina e uma contínua evolução do uso, bem como de manter a preservação.

**Figura 31: AnimaCentro – agenda cultural do centro histórico**



Fonte: <https://tinyurl.com/y2cbb9a2>

Nota-se uma preocupação em valorizar a diversidade cultural como instrumento de gestão patrimonial da cidade. O AnimaCentro contempla uma programação mensal com o objetivo de oferecer uma programação cultural diversificada e permanente. Mais de 60 atividades culturais diferentes nas áreas de música, teatro, dança e artes plásticas são realizadas nos espaços revitalizados, tais como: o Parque da Lagoa, a Praça da Independência, o Hotel Globo, a Casa da Pólvora e o Centro Cultural Pavilhão do Chá, Casarão 34, Praça Antenor Navarro.

Nesse sentido, a programação foi implementada tendo em vista a *mise en scène* do centro histórico como um grande complexo cultural. Seguindo essa ideia, a mediação cultural compartilha o conhecimento técnico da preservação do espaço urbano patrimonial, em que a cultura e o patrimônio se articulam na criação e recriação de uma área histórica que há muito tempo tem procurado frear o abandono. A partir da utilização de uma versão mais alargada de cultura como estilo de vida, a gestão patrimonial no contexto do centro histórico de João Pessoa mantém-se associada às políticas de marketing urbano com fins claros de atração da população e investimento privado.

A sociedade que cresce e se transforma deve coexistir com os objetos patrimoniais que guardam a história e a memória do lugar, assinalando seu valor simbólico para a cidade como um índice capaz de fazer comunicar a singularidade



local, a representação simbólica de uma identidade. Embora atreladas a um passado que se pretende preservar, as intervenções urbanas muitas vezes estão mais preocupadas com sua contribuição para o desenvolvimento econômico.

Decerto o planejamento estratégico tem tomado conta da cena urbana pelo processo de ressignificação de espaços patrimoniais. Contudo, “é preciso o enfretamento do desafio de encarar que, no Brasil, nem sempre a população se identifica ou se vê no conjunto do que é reconhecido oficialmente como patrimônio cultural ou nacional” (Florêncio, 2012, p. 24). No que se refere às práticas de preservação patrimonial, vale acrescentar que, durante meio século, pautaram-se essencialmente por um conceito nacionalista

## **10.2 Mediação, educação e educação patrimonial**

Nas duas últimas décadas do século XX, o centro tradicional de João Pessoa passou a viver a incorporação da ideia de patrimônio urbano. Utilizando mecanismos de proteção previstos na legislação, esta forma de proteção institucionalizada em relação à salvaguarda do passado tem um papel cada vez mais relevante na formulação de novas estratégias de desenvolvimento territorial. Por sua vez, a atração de novos investimentos depende de um conjunto de fatores que procuram ressaltar a singularidade, em que a infraestrutura física e comunicacional adquire grande importância.

Nesse contexto, a reutilização das áreas históricas também demanda interação com a população, que passou a ser considerada beneficiária de um conjunto arquitetônico representativo da história e da memória da cidade. Se por um lado a nova função do espaço urbano patrimonial tenha criado locais direcionados à diversão e ao turismo destinado a um público específico, por outra perspectiva a expansão urbana aponta para a falta de visibilidade do espaço urbano patrimonial como objeto de presentificação da historicidade da cidade.

Com efeito, a exposição do patrimônio envolve um conjunto de práticas pautado em uma política de preservação, que atua basicamente no nível simbólico na valorização da dimensão local no contexto global. Por certo, procura transmitir que não se trata apenas do objeto patrimonial em si, visto que tem como objetivo

a perpetuação da memória de uma coletividade. Como observa Davallon (2006, p. 167):

Mettre à disposition, c'est d'abord et avant tout permettre l'accès physique à l'objet afin que le public puisse voir, découvrir ou visiter ces objets; mais il est certain qu'un bénéfice symbolique est attendu d'un tel partage du contact avec l'objet, qu'on appelle délectation, éducation, émotion, connaissance, mémoire, etc.

O status de patrimônio não é uma condição intrínseca aos objetos submetidos ao processo de patrimonialização; demanda partilha. Com base nessa proposição, é fundamental que indivíduos e coletividades compreendam o centro histórico como patrimônio urbano e cultural, detentor da história da cidade. A mediação cultural, ao servir de intermediária dessa rede de relações a ser construída entre o sujeito e o objeto patrimonializado, insere-se num processo de atribuição de sentido, tendo em vista estabelecer relações de pertencimento e identidade. Em razão da necessidade de avançar nessa direção, no âmbito do projeto de revitalização do centro histórico de João Pessoa, passou-se a dar mais importância ao nível simbólico no intuito de reforçar uma identidade coletiva com o lugar. Logo, surgiram as primeiras experiências envolvendo um trabalho pedagógico de valorização e preservação do patrimônio.

Por sua vez, havia pouco tempo que se começou a disseminar no país práticas educacionais em intersecção com o campo do patrimônio. A partir de então, a educação patrimonial passou a ser empregada com o objetivo de colaborar na preservação, compreensão e valorização do patrimônio apropriado socialmente.

Após a virada do século, novos usos e sentidos vinculados à revitalização das áreas centrais se fortaleceram influenciados por uma nova política urbanística no país (Fonseca, 2001). Se comparada com a interpretação do patrimônio empregada como suporte para a promoção do turismo, a educação patrimonial ganhou maiores dimensões no âmbito da gestão, como um processo contínuo de valorização e apropriação do patrimônio enquanto herança coletiva (Horta, 2005). Conforme Florêncio (2012), vale destacar que, durante muito tempo, a educação patrimonial esteve vinculada a uma política de preservação segundo a reificação

dos objetos patrimonializados. Neste ponto, a autora aponta para as mudanças na política de preservação patrimonial:

Passadas quase três décadas, a Educação Patrimonial, pensada como campo específico de políticas públicas para o patrimônio cultural, superou as ações centradas nos acervos e construções isoladas para a compreensão dos espaços territoriais como um documento vivo, passível de leitura e interpretação por meio de múltiplas estratégias educativas. Deve, portanto, ser entendida como eficaz em articular saberes diferenciados e diversificados, presentes nas disciplinas dos currículos dos níveis do ensino formal e, também, no âmbito da educação não formal. (Florêncio, Educação Patrimonial: um processo de mediação, 2012, pp. 23-24)

Em nossa análise, o reconhecimento do centro histórico de João Pessoa como patrimônio nacional, em 2007, reafirmou a vontade do poder municipal de investir na ideia de preservação do espaço urbano vinculado ao desenvolvimento social e econômico. Por sua vez, o avanço da comunicação pública apontou para a tendência de facilitação do acesso a informações de interesse público e a corresponsabilidade do cidadão (Duarte, 2011), o que também repercutiu no campo da preservação e da proteção do patrimônio urbano. Neste sentido, Janice Gonçalves nos diz:

Não é algo que não víamos simplesmente porque não sabíamos ver; a não percepção de algo como patrimônio não está relacionada a uma falta, a uma defasagem, a um *handicap*. Se passamos a ver algo como patrimônio cultural, podemos concluir que nosso olhar foi transformado. Para vê-lo, foi preciso que o patrimônio cultural fosse construído, inventado para nós, e partilhássemos dessa invenção: indivíduos e grupos, instituições e normas, debates e circunstâncias históricas – tudo isso tem papel nesse processo inventivo. (2015, pp. 37-38)

Nesse cenário, a falta de conscientização de muitos segmentos da sociedade sobre o valor do patrimônio acabou repercutindo em mudanças na política federal de preservação. Destacamos aqui o gradual investimento para maior entendimento dos cidadãos sobre a noção de patrimônio atrelado ao passado do lugar, o que ocorre com a descentralização da política de preservação

na salvaguarda dos centros históricos (Fonseca, 2001). Nesse processo de construção de uma nova ótica da política de preservação, Rafael Silveira e Vivian Paulitsch (2017), ao analisarem os fatores responsáveis pela invisibilidade de determinado elemento patrimonial no âmbito do centro histórico, consideram que a mediação cultural atua na falta de identificação entre o sujeito e o objeto que nem sempre foi reconhecido como patrimônio, instigando o sentimento de pertencimento e de apropriação.

Neste sentido, a mediação cultural é uma importante ferramenta a fim de reduzir este distanciamento e ampliar o contato e a interação do sujeito com o seu patrimônio. Esta mediação cultural deve se configurar na forma de um colóquio, estabelecendo relações entre o objeto (neste caso, o patrimônio histórico e cultural) e o indivíduo, de modo que este se sinta instigado pelo objeto (Silveira e Paulitsch, 2017, p. 255).

Por essa lógica, a mediação cultural tem a finalidade de despertar um olhar atento acerca do patrimônio urbano – e, portanto, de atuar no resgate da memória e da história da cidade. Neste processo, alguns elementos urbanos assumem a condução do discurso e determinam a identidade do lugar, a fim de tornar a patrimonialização um instrumento de leitura e fruição da cidade contemporânea.

Ao levarem a gestão do patrimônio a um maior reconhecimento sobre a importância da participação popular, as ações mediadoras da prática educativa, como um tema transdisciplinar, foram implementadas no campo da educação patrimonial. Contudo, apesar de esta temática ser difundida como essencial para potencializar o uso dos espaços urbanos patrimonializados, esteve durante muito tempo à margem dos processos de revitalização dos centros históricos. Sobre esse cenário, Cléo Oliveira (2011, p. 3) ressalta que:

[...] historicamente nunca houve uma visão e atuação por parte do Iphan e de outros órgãos de preservação patrimonial que situasse a educação patrimonial como uma questão digna de compor uma política pública exclusiva, ou mesmo como um processo de importância equivalente às demais atividades essenciais por eles desempenhadas (tombamento, fiscalização, identificação etc.).

Assim, apesar de algumas ações educativas bem-sucedidas terem sido realizadas, a educação patrimonial veio sendo concretamente tratada apenas como uma atividade complementar às outras realizadas pelo órgão. Isso se

reflete no Iphan pela pouca estruturação e institucionalização do setor responsável pela educação patrimonial, criado somente em 2004.

Dada a crescente importância atribuída ao patrimônio, imbuído de subjetividade e vivência social, essa visão começou a mudar a partir de 2004, com a criação da Coordenação de Educação Patrimonial (Ceduc), atualmente ligada ao Departamento de Articulação e Fomento – DAF (Florêncio et al., 2014). Essa mudança foi um marco para dar início a um caráter educativo em ações como as vistorias, as visitas técnicas e a fiscalização de núcleos históricos tombados e seu entorno. Ao deixarem de ser valorizadas apenas as ações de promoção e difusão, a educação patrimonial passou a ser reconhecida como prática e experiência educativas desenvolvidas em diferentes contextos patrimoniais em todo o país (IPHAN, 2013). Por esse viés, não demorou muito para a educação patrimonial ser claramente inserida nas ações finalísticas do IPHAN (2008, p. 26):

Isto requer esforços visando a aprimorar o processo de fiscalização sobre esses bens, como ainda sensibilizar e comprometer a sociedade para, em conjunto com o estado, possibilitar a permanência desse patrimônio que passa a ser visto não mais como um problema, mas como uma solução alternativa para o desenvolvimento local e regional

Nessa direção, a política de educação patrimonial do Iphan passou a enfatizar os processos educativos a partir de três eixos de atuação.

### Figura 32: Política de Educação Patrimonial do IPHAN

a) **Inserção do tema Patrimônio Cultural na educação formal.** É de essencial importância levar a reflexão sobre a preservação do patrimônio à rede formal de ensino. Assim, duas principais estratégias vêm sendo utilizadas por meio de parceria com o Ministério da Educação: no âmbito da educação básica, o *Programa Mais Educação* possibilitou a incorporação da atividade de Educação Patrimonial na perspectiva da educação integral; na educação superior, a aproximação se deu por meio do *Programa de Extensão Universitária* – ProExt, que dispõe de uma linha temática voltada ao Patrimônio Cultural.

b) **Gestão compartilhada das ações educativas.** A principal estratégia é o fomento à Rede Casas do Patrimônio, que busca reconhecer o protagonismo local das ações educativas de valorização do Patrimônio Cultural articulando agentes e instituições que possuam envolvimento com o tema e com os bens culturais. Procura-se, ainda, ampliar a capilaridade e privilegiar ações descentralizadas de uma política pública de Educação Patrimonial, em uma perspectiva de construção coletiva que envolva as três instâncias de governo.

c) **Instituição de marcos programáticos no campo da Educação Patrimonial.** Em razão da ampliação do conceito de patrimônio e da multiplicação de ações educativas em todo o país, há necessidade de normatizar e garantir o cumprimento de diretrizes mínimas da Política Nacional de Educação Patrimonial. Essas diretrizes foram consolidadas nos seguintes documentos: *Carta de Nova Olinda* (2009), *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural* (2009) e *Documento do II Encontro Nacional de Educação Patrimonial* (2011).

Fonte: IPHAN (2014, p. 29)

Ao contribuir para uma nova visão acerca da diversidade do patrimônio cultural, a educação patrimonial inseriu-se no âmbito da inovação institucional do IPHAN, tendo em vista fortalecer o sentimento de pertencimento de identidade cultural, com base na promoção do diálogo com a população. Por esse viés, a educação patrimonial como processo de mediação<sup>95</sup> ganhou destaque com um trabalho educativo que relaciona valorização e preservação do patrimônio. Nos últimos anos, multiplicaram-se iniciativas educacionais voltadas à preservação patrimonial. Ao se adotar a expressão Educação Patrimonial, uma grande variedade de ações e projetos com concepções, métodos, práticas e objetivos pedagógicos distintos foi realizada por todo o país. (Florêncio et al, 2014, p. 19)

Tal associação passou a ser reconhecida como um esforço institucional em termos de valorização do envolvimento do cidadão. As ações educativas propostas pelo IPHAN se abriram para a realização de atividades em parceria com outros agentes institucionais. Em consonância com esse posicionamento, a COPAC-PMJP passou a pautar-se em ações educativas na reutilização dos lugares históricos da cidade. Contudo, se pensar em educação patrimonial implica

---

<sup>95</sup> Em relação à educação patrimonial como processo de mediação, vale destacar que “[...] é o conceito de mediação, cunhado pelo psicólogo e educador russo Lev Vygotsky. Em *Pensamento e Linguagem* (1998), ele mostra que a ação do homem tem efeitos que mudam o mundo e efeitos exercidos sobre o próprio homem: é por meio dos elementos (instrumentos e signos) e do processo de mediação que ocorre o desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores (PPS), ou Cognição” (Florêncio et al. 2014, p. 21).

reconhecer a população como protagonista na identificação e valorização do patrimônio urbano local, Fernando Moura<sup>96</sup> entende que é preciso priorizar ações destinadas aos futuros cidadãos:

A gente tem que investir na criança e no jovem, são eles que vão herdar esse patrimônio e são eles que vão saber o que fazer no futuro com isso. [...] são eles que vão determinar o futuro desse patrimônio que agora anda em xeque. Anda em xeque porque a cidade evoluiu demais, cresceu demais, e o centro histórico foi definhando do ponto de vista do olhar das pessoas, não que tenha diminuído fisicamente.

Esse posicionamento faz lembrar que o patrimônio urbano é um elemento concreto, mas representa uma ideia abstrata de vínculo social e identitário (Choay, 2006). Nesta perspectiva, “[...] a falta de identificação entre o sujeito e o seu patrimônio histórico e cultural tem como uma de suas causas o distanciamento espacial e temporal entre o patrimônio e as dimensões da vida cotidiana do indivíduo” (Silveira e Paulitsch, 2017, p. 255). No caso do centro histórico de João Pessoa, há um distanciamento geográfico, com a população residente concentrada em áreas distantes do núcleo original. Este processo se instalou rapidamente impulsionado pelo desejo de um estilo de vida moderno fortemente valorizado pelos ideais de modernidade. A proteção e a valorização do patrimônio concorrem com a dinamicidade do desenvolvimento urbano da própria cidade. Nessa perspectiva, Leonardo Castriota (2009, p. 81) destaca que:

O “estilo de vida moderno” e a lógica de obsolescência da sociedade moderna inibe o sentimento de pertencimento. Uma práxis [...] que destrói sistematicamente qualquer quadro estável de referência, num processo de renovação incessante de usos, costumes, imagens e valores.

Considerando que os problemas do patrimônio estão estreitamente associados ao do urbanismo, frequentemente a busca pela modernidade tem contribuído para a invisibilidade do valor arquitetônico e histórico do centro

---

<sup>96</sup>Jornalista. Presidiu a Associação Centro Histórico Vivo (ACEHRVO) e foi o primeiro coordenador da Coordenadoria do Patrimônio Cultural – COPAC-JP. Entrevista concedida em 15/04/2016.

tradicional, favorecendo a referida falta de identificação entre o sujeito e o objeto patrimonial. Nesta linha de pensamento, Cassandra Figueiredo<sup>97</sup> argumenta que:

[...] o pessoense não reconhece os valores históricos da sua cidade. Ele não sabe o potencial histórico que a gente tem. E se você não conhece não valoriza, logicamente [...]. Então, a dificuldade maior que eu acho em relação ao centro histórico, primeiramente, é a falta de conhecimento das pessoas sobre os bens históricos existentes, não só de João Pessoa como no estado de modo em geral.

O processo de exposição configurou um discurso sobre a prática de preservação e valorização do centro histórico pautada na perspectiva de desenvolvimento do turismo. Desse modo, na aproximação da população com o patrimônio urbano da cidade, predominaram a comunicação de caráter publicitário e a divulgação pelos meios de comunicação de massa, em que prevalecem ações comunicativas unidirecionais. Entre as causas e consequências de integração entre população e patrimônio urbano, encontra-se um olhar superficial do sujeito sobre o espaço circundante e seu universo simbólico. Conforme Davallon (2002, p. 5), trata-se de atender à lógica simbólica do processo de patrimonialização, visto que:

Nous l'avons reçue, en quelque sorte, en héritage et, par la même, nous en sommes désormais bénéficiaires. [...] Dans bien des cas, l'attribution de la valeur est moins immédiate et le choix de ceux dont nous sommes héritiers moins certain. Si nous prenons par exemple l'architecture du XXe siècle, on voit tout de suite que la rupture de continuité n'a pas besoin d'être réelle et effective, comme c'est le cas avec les objets archéologiques. Elle peut venir d'un simple désintérêt ou d'un rejet à l'égard d'objets qui continuent d'être visibles ou accessibles: l'important est que l'objet ait perdu sa valeur (d'usage ou de nouveauté) pour en acquérir une nouvelle en tant que porteur d'une mémoire, d'un savoir, d'une ancienneté.

Atualmente, nos debates acerca da ação ideal do patrimônio urbano, seja para sua preservação, seja para a valorização econômica, as interações com a

---

<sup>97</sup> Diretora executiva do IPHAEP. Entrevista concedida em 18 de maio de 2016.



população são consideradas como estratégicas na diferenciação das características dos lugares. Dessa forma, a transformação do espaço urbano em patrimônio, além da *mise en scène* do passado da cidade, envolve uma identidade urbana ligada ao seu centro tradicional.

Apesar de inicialmente ter apresentado um desempenho acima do esperado, vivido durante os anos de 1997 a 2002, a patrimonialização do centro histórico de João Pessoa em função do marketing urbano não conseguiu permanecer por muito tempo. A experiência de invenção do centro histórico com base no sucesso econômico mostrou ser essencial atrair as pessoas para os espaços recuperados utilizando-se de uma conotação mais abrangente em seu significado simbólico. Segundo Ferrara (1999), para haver mudanças significativas é preciso validar a identidade do lugar, torná-lo diferenciado para sujeitos sociais distintos, visto que:

Em outras palavras, a linguagem da cidade não é uma propriedade do fenômeno urbano no sentido de distingui-lo e dá-lo a conhecer, mas é operativa e funcional para o seu conhecimento: permite uma mediação no conhecimento do objeto, que, por si só, não é autoevidente. Conhece-se o fenômeno urbano através da linguagem que o representa e constitui a mediação necessária para a sua percepção: não pensamos o urbano senão através de seus signos. (Ferrara, 1999, 202)

Desse modo, assistimos em todo o mundo à euforia da recuperação dos centros históricos, seguindo uma lógica que se materializa por inúmeros processos de institucionalização do patrimônio voltados à conservação de símbolos e signos culturais. Contudo, no Brasil, apenas na primeira década deste século o enfoque preservacionista da noção de patrimônio deslocou-se da ideia de nação para a de sociedade. A partir desse alargamento do patrimônio no país, Lygia Segala, com base no posicionamento de Pierre Nora (1997), considera que:

Passamos hoje de um patrimônio tipo nacional a um patrimônio tipo simbólico e identitário, de um patrimônio herdado a um patrimônio reivindicado, de um patrimônio visível a um patrimônio invisível, de um patrimônio ligado ao Estado a um patrimônio social, étnico e comunitário. (Segala, 2004, p. 2)

Como foi referido acima, de fato, a noção de patrimônio não cessou de estender-se, absorvendo uma diversidade de objetos. Entretanto, sendo o centro histórico um dos principais focos dessa ressemantização do passado a ser reconhecido por sua singularidade, conseqüentemente requer ações programadas e esforços conjugados no processo de significação coletiva do lugar, como espaço de apropriação da memória e representação do tempo transcorrido desde sua origem. Com base na concepção de Riegl (2004), podemos considerar que, apesar de objetivo, o espaço urbano patrimonial também é um elemento subjetivo e, portanto, implica conhecimento sobre diferentes aspectos. Nas palavras de Florêncio (2012, p. 24), precisa-se de uma nova compreensão do que é patrimônio:

Não bastam a “promoção” e “difusão” de conhecimento acumulado no campo técnico da preservação do patrimônio cultural. Trata-se, essencialmente, da possibilidade de construções de relações efetivas com as comunidades, verdadeiras detentoras do patrimônio cultural.

Desse modo, a noção de patrimônio urbano não se esgota numa compreensão objetiva da história do lugar. Nasceu de um cenário opaco, resultado do desenvolvimento urbano e da conseqüente transformação das paisagens da cidade. As diversas experiências internacionais reconhecidas como bem-sucedidas nas últimas décadas evidenciaram a importância da participação da sociedade.

A exposição do patrimônio, se bem planejada, representa uma estratégia comunicacional que utiliza um conjunto de técnicas a fim de facilitar a interação entre o objeto patrimonializado e a sociedade (Davallon, 2002). Por um viés sociológico, a noção de mediação cultural encontra-se intrinsecamente ligada à vida pública, não apenas no sentido de servir de intermediária. Como uma atividade sempre contextualizada, introduz indivíduos e coletividades a determinadas vivências que se processam em realidades muito diferentes entre si (Davallon, 2003). Dada a sua amplitude, no reconhecimento do patrimônio como herança e propriedade, as ações visam agregar uma qualidade suplementar diante da complexa rede de relações entre o espaço material e a memória. Dessa forma, a função da mediação cultural no domínio da educação patrimonial

compreende sensibilizar diferentes segmentos da população para a importância do seu patrimônio, por meio de uma atividade que envolve produção de conhecimento e participação.

Na última década, o planejamento estratégico do Iphan passou a implementar uma filosofia de educação patrimonial a ser desenvolvida pelo sistema formal de ensino, assim como pelo informal. A política patrimonial no país tem se caracterizado por um processo lento e gradual (Fonseca, 2005). No âmbito das obras do PAC Cidades Históricas, tornou-se evidente um maior investimento para (re)estabelecer os laços com a sociedade, por meio de maior interlocução com públicos locais. O objetivo é despertar um olhar atento acerca do patrimônio, instigando o sentimento de pertencimento em crianças e adultos, agregando uma qualidade suplementar no desenvolvimento e na sustentabilidade das potencialidades turísticas das cidades históricas. Responde à necessidade de formação de público. Em relação ao centro histórico de João Pessoa, observamos a aproximação da mediação cultural nos processos de educação patrimonial, tanto na temática a ser trabalhada em sala de aula pelos professores quanto no encontro e na apropriação mais efetiva pela população.

### **10.2.1 O centro histórico como experiências educativas**

O centro histórico em exposição é mais que um espaço ordenado de objetos com o qual o visitante entra em contato durante o percurso de sua visita. Os objetos patrimonializados são signos, são suportes de informação sobre determinada lógica de tempo e espaço. Sendo um lugar para ser lido conforme um roteiro conceitual, tem a finalidade de comunicar determinada produção de sentido. Por esse viés, a educação patrimonial como mediação visa à valorização e preservação cultural. Coloca-se em destaque o desafio de tornar legível o significado simbólico do lugar para uma coletividade cada vez mais heterogênea.

Assim que a educação patrimonial foi introduzida no Brasil a partir de experiências na área de museologia na década de 1980, ela se expandiu e passou a ser utilizada em ações de preservação de construções isoladas (Scifoni, 2012). No âmbito do centro histórico de João Pessoa, a educação patrimonial surgiu neste mesmo período como uma iniciativa empreendida pelo Iphaep, a fim de que

a população tomasse conhecimento da área demarcada como patrimônio estadual. Um levantamento realizado por Maria Ivonilde Targino (2007, p. 51) descreve esse interesse:

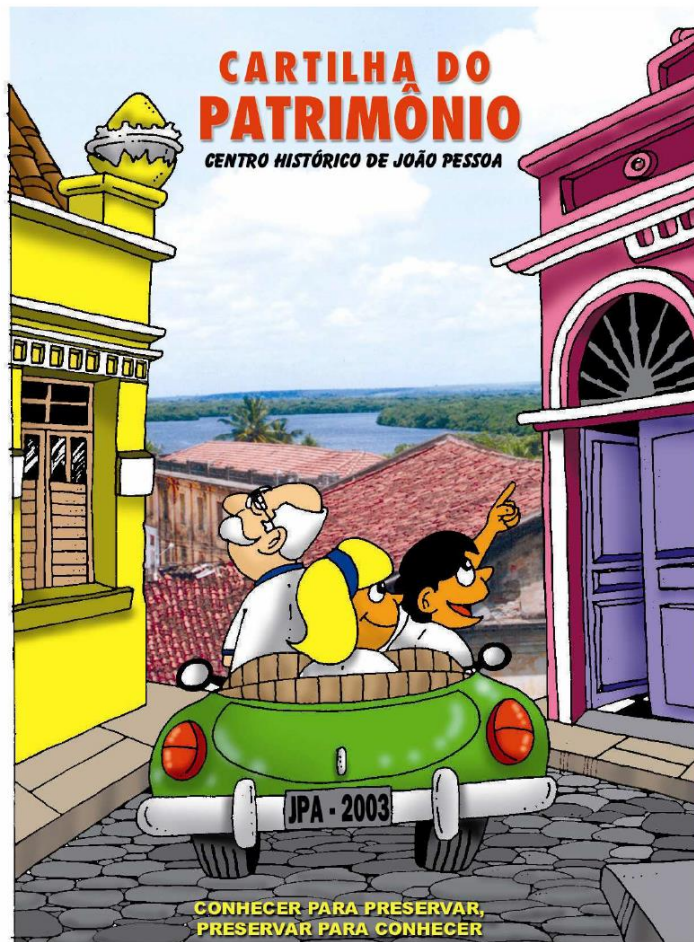
[...] percebe-se que ações para a efetivação de uma política de caráter educativo surgiram no IPHAEP, ainda na década de 1980, através da elaboração de uma cartilha didática, um instrumento capaz de sensibilizar indivíduos e comunidades e de despertar uma “consciência de valor” (segundo a filosofia do órgão nacional à época) em relação às diretrizes e ações de preservação do Patrimônio Cultural como, também, às ações do órgão gestor estatal para a salvaguarda e a preservação dos bens locais.

Por esse direcionamento, surgiu no final dos 1980 a iniciativa pioneira no estado da Paraíba de publicação de uma cartilha de caráter didático, cujo objetivo era apresentar para a população a zona de preservação rigorosa reconhecida como o centro histórico da cidade. Embora o material tenha sido elaborado logo após a conclusão dos trabalhos de delimitação, a ideia aguardou mais de duas décadas para se concretizar. Mesmo sem possuir recursos para concretamente investir em práticas educativas, a tentativa demonstrava o interesse no gerenciamento da área conhecida como sítio histórico de João Pessoa, inserindo-se nas políticas públicas de preservação e na luta pela salvaguarda. A publicação da cartilha pelo IPHAEP como um recurso didático, quase vinte anos depois, mostrou-se identificada com as orientações apresentadas no *Guia básico de educação patrimonial*, lançado pelo IPHAN em 1999 (Targino, 2007). De acordo com Horta, essa publicação apresentava uma abordagem embasada no caráter didático da preservação:

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Esse processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultural brasileira, compreendida como múltipla e plural. (1999, p. 6)

Nessa perspectiva, a questão do patrimônio vinculado à expressão “alfabetização cultural” também se encontrava identificada com os ensinamentos preconizados por Paulo Freire (1970), ligados à possibilidade de o indivíduo fazer uma leitura de sua realidade com o propósito de fortalecer a identidade e desenvolvimento pessoal. Por um caráter didático, a proteção do patrimônio era reconhecida como sendo naturalmente uma questão de interesse da própria sociedade.

**Figura 33: Cartilha do patrimônio – IPHAEP**



Fonte: Targino (2007, p. 185).

Dessa forma, a versão da cartilha publicada em 2002 e 2003 teve como principal objetivo sensibilizar a população quanto à importância do centro histórico de João Pessoa. Apresentava orientações básicas acerca da preservação do patrimônio urbano e da valorização do acervo arquitetônico existente (Targino,

2007). Essa proposta de educação patrimonial refere-se ao que Ricardo Oriá (s.d.) identifica como um processo de sensibilização, de conhecer para preservar:

A educação patrimonial nada mais é do que uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para questões atinentes ao patrimônio cultural. Compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes propiciar informações acerca do acervo cultural, de forma a habilitá-los a despertar, nos educandos e na sociedade, o senso de preservação da memória histórica e o conseqüente interesse pelo tema.

A última década do século passado foi um marco na introdução da educação patrimonial dentro da tutela patrimonial no país. Embora ainda houvesse a necessidade de reflexões críticas sobre sua prática e pressupostos teóricos, multiplicou-se o número de ações educativas nas cidades históricas. Em um cenário em que o centro histórico é resultado de um longo período de evolução da cidade, sua apreensão significa mais que a mera descrição arquitetônica, pois se encontra associada aos usos e práticas sociais que lhe dão sentido ao longo do tempo.

Em razão da necessidade de avançar nessa direção, no âmbito do projeto de revitalização do centro histórico de João Pessoa, passou-se a dar mais importância ao nível simbólico no objetivo de reforçar uma identidade coletiva com o lugar. Nesse sentido, criou-se a Associação Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa, que surgiu com o objetivo de atender ao compromisso de formar profissionais qualificados para trabalhar nas obras de restauração de edificações de valor patrimonial localizadas no centro histórico (Scocuglia, 2004). A proposta de ensino-aprendizagem da Oficina-Escola era capacitar jovens em situação de vulnerabilidade social para atuar na construção civil, em ofícios nas áreas de restauração e preservação do patrimônio construído e natural.

**Figura 34 - Oficina-Escola**



Fonte: <https://tinyurl.com/yxnpqbw4>

A Oficina-Escola passou a desenvolver papel importante na recuperação do conjunto edificado do centro histórico, enquanto instrumento de formação de mão de obra especializada, visto que na década (atual IPHAN) encontrava-se limitado a atuar apenas na função de fiscalização. Nesse período, apesar das divergências institucionais entre as esferas estadual e municipal que geraram descontinuidades e atrasos nas atividades de revitalização do centro histórico, Scocuglia (2004, p. 173) comenta que:

[...] diante de toda dificuldade e conflitos que surgiram para a implementação do *Projeto de Revitalização*, os técnicos locais da Comissão técnica passaram a propor, como elemento prioritário, uma conscientização da população para a existência do patrimônio histórico. O argumento central a favor da revitalização era a história da cidade, dos

seus monumentos e a possibilidade de utilização dos mesmos como bens públicos, documentos da memória e da origem da cidade.

Nota-se nesta argumentação uma busca pelo reposicionamento do Projeto de Revitalização em sua prioridade em modernizar a imagem da “cidade velha” como dinamizadora do consumo cultural e turístico, em detrimento de recuperar os vínculos entre os habitantes e a memória urbana. Pode-se perceber que a estratégia de midiaticização com base na crença de que a visibilidade era sinônimo de sucesso (Vaz, 2004) terminou refletindo, também, as condições de degradação. “E, desse modo, promoveu-se a visibilidade da pobreza em que vive uma parcela significativa da população do centro antigo, aquela que ocupa as áreas mais marginais e periféricas” (Scocuglia, 2010, p. 89). Como anteriormente citado, tal realidade ganhou maior dimensão com o anúncio da revitalização da antiga zona portuária no final do século passado – ação que até o momento não se concretizou.

Após a virada do século, novos usos e sentidos vinculados à revitalização das áreas centrais se fortaleceram influenciados por uma nova política urbanística no país (Fonseca, 2001). A educação patrimonial passou a ganhar maior dimensão no âmbito da gestão do patrimônio dentro das políticas públicas praticadas na esfera federal, com a crescente valorização do envolvimento do cidadão. Com a ampliação da noção de patrimônio em 2003, também surgem novas demandas calcadas no entendimento dos valores culturais coletivos. A partir de então, o Iphan passou a investir na compreensão sócio-histórica do lugar a fim de favorecer o reconhecimento, a preservação e a valorização do patrimônio material e das referências culturais (IPHAN, 2013).

A respeito dessa nova postura, as intervenções no centro histórico de João Pessoa já haviam demonstrado que não devem ser interpretadas como sendo apenas uma transformação na dimensão material do lugar e na dimensão econômica da cidade. Como menciona Olga Tavares<sup>98</sup>, as intervenções urbanas envolvem um entendimento amplo visto que “[...] uma coisa é você ter um projeto muito bom de requalificação e executá-lo e outra coisa é você ter um trabalho educativo e ter uma perspectiva futura. Como? Com a manutenção disso”. Essa

---

<sup>98</sup>Técnica da Superintendente do IPHAN na Paraíba. Entrevista realizada em 25/04/2015. Entrevista concedida em 19/05/2016.



perspectiva levanta questões sobre a comunicação em torno do processo de patrimonialização, quanto à inserção do centro histórico na cidade do presente. Cabe lembrar que os programas PAC Cidades Históricas e PAC Sanhauá haviam passado a representar para o governo local um caminho a seguir, tendo em vista a consolidação do centro histórico como destino turístico e de lazer. Embora não possamos nos distanciar desse papel das intervenções urbanas, também não se pode esquecer da maior participação da sociedade.

Valendo-se do entendimento de que o patrimônio de cada cidade é construído por características particulares, o Iphan, através da Coordenação de Educação Patrimonial, passou a investir mais em processos educativos. As práticas nesta área ganharam novos contornos com o surgimento do Programa Casa do Patrimônio<sup>99</sup>. Tal Programa passou a ser um dos principais canais de comunicação com a sociedade, tendo a missão de atuar em parceria com agentes públicos e privados, com o foco no desenvolvimento de projetos pedagógicos.

A partir da colaboração técnica, a Superintendência do Iphan na Paraíba e a Copac-PMJP criaram a Casa do Patrimônio João Pessoa, em 2009. Nesse sentido, a proposta fundamentou-se na necessidade de promover ações e experiências que procuram incentivar a população a conhecer a história da cidade, a identificar e valorizar as suas referências culturais. Segundo Maria Olga Silva e Átila Tolentino, o programa de educação patrimonial João Pessoa, Minha Cidade partiu da necessidade de um trabalho de sensibilização.

O objetivo era desenvolver ações educativas com os alunos, que estudavam e residiam no Centro Histórico de João Pessoa, mas que, muitas vezes, não conheciam a história de sua cidade ou não tinham qualquer relação afetiva com os patrimônios culturais locais. [...] O objetivo era sensibilizá-los a partir de sua realidade local, discutindo-se temas como cultura, identidade, memória, patrimônio cultural, preservação e, sobretudo, a importância de tudo isso para a história, a realidade e a identidade dos alunos. (Silva e Tolentino, 2015, p. 61)

---

<sup>99</sup> Técnica da Superintendente do IPHAN na Paraíba. Entrevista realizada em 25/04/2015. Entrevista concedida em 19/05/2016.

Levando em conta a amplitude do conceito de patrimônio e as crescentes discussões em torno de sua preservação e formas de uso, o ambiente escolar continua se configurando por excelência como um espaço para despertar nos alunos o sentimento de pertencimento e apropriação. Ao abordar a preservação do patrimônio urbano associada a temas como território, convívio e cidade, ela encontra-se identificada com uma concepção político-pedagógica que favorece processos de preservação mais participativos e dialógicos.

**Figura 35: João Pessoa, Minha Cidade – Programa de educação patrimonial**



Fonte: <https://tinyurl.com/y6dqo4zu>

A educação patrimonial continua a ganhar espaço como práticas utilizadas nas escolas através de ações centradas na questão patrimonial. Além de contribuir na construção de uma identidade cultural baseada no reconhecimento e no respeito às particularidades históricas da cidade, permite sua associação com outros temas, como cidadania e diversidade cultural. Com esse direcionamento, o projeto O Futuro Visita o Passado, vinculado ao programa de educação patrimonial João Pessoa, Minha Cidade, passou a ser desenvolvido com base na vivência como elemento essencial para despertar nos alunos o sentimento de pertencimento e apropriação do patrimônio cultural da cidade. O projeto apresenta seus fundamentos teóricos com base na memória, patrimônio e cidadania. Foi proposto para ser desenvolvido, primeiramente, com a realização de uma oficina de sensibilização, e em seguida com uma aula de campo. Embora o projeto seja considerado como um avanço na construção de uma política pública, segundo um relato de experiência, apenas foram dados alguns passos

visto que ainda se tem um grande distanciamento entre a base teórica proposta e a prática:

O conteúdo básico das oficinas é a ideia de Educação Patrimonial, trabalhada a partir de quatro temáticas: Memória, Cultura, Identidade e Patrimônio Cultural. Contudo, o caráter imediatista e a preocupação quantitativa do projeto dificultam a realização do seu potencial, ao inibir o debate e a reflexão. Isso porque a Educação Patrimonial é (deve ser) prática que se constrói na vivência dos agentes históricos. Mas na atual organização do projeto, as possibilidades de construção e discussão são tolhidas, e a Educação Patrimonial parece confundir-se com o conhecimento do Patrimônio Histórico oficial, ou seja, o Patrimônio Tombado, com foco nos monumentos. Ainda assim, o projeto “O Futuro Visita o Passado” é um importante passo na construção de uma política pública que considere a cultura como um fator essencial de desenvolvimento local e sustentável. E merece atenção de todos aqueles que são alcançados por ele, os alunos e a comunidade em geral que deve ser envolvida, pois a preservação não justifica a si mesma. (Santos et al., s.d., p. 1)

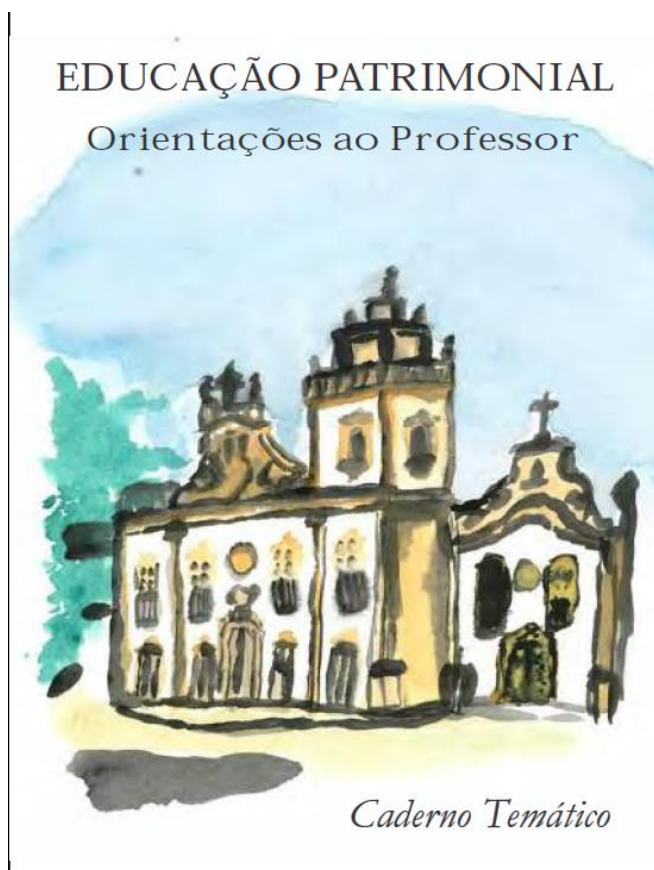
As reflexões apresentadas lembram bem que colocar em prática um projeto de educação patrimonial significa, em certa medida, enfrentar dificuldades frequentemente encontradas neste campo de atuação envolvendo sobretudo a limitação de recursos humanos e financeiros (Scifoni, 2012). Além disso, tais dificuldades não dependem unicamente do cumprimento de suas etapas, mas essencialmente de ter como pressuposto que as ações educativas somente serão de fato efetivadas na medida em que se tornam sistemáticas e com base na melhoria contínua de seu processo. No campo da educação patrimonial, uma diversidade de estratégias se encontra disponível para abordar bens tombados, como o centro histórico, levando em conta as discussões sobre a diversidade cultural.

Decerto, nesta última década a área da educação patrimonial ganhou extensão e inúmeras ações começaram a ser desenvolvidas, mas, de acordo com Scifone (2012), muitas delas continuam a se basear na conceituação teórica apresentada no guia básico publicado pelo Iphan na década de 1990. Mas ainda, falta avançar na construção de conceitos e diretrizes que norteiem as experiências

educativas. Na tentativa de contribuir para a reflexão de um aporte teórico consistente no âmbito do programa de educação patrimonial João Pessoa, Minha Cidade, Átila Tolentino<sup>100</sup> explica que:

Temos uma série de publicações nesse sentido. Uma que tem bastante destaque são os cadernos temáticos de educação patrimonial que traz uma gama de textos que podem ser trabalhados não só pelos professores, mas pelos pesquisadores interessados na área. Visa não só a mostrar modelos referentes aos trabalhos de educação patrimonial. Não existe uma única forma de se trabalhar, mas também de se refletir teoricamente sobre esse tema, o campo da educação.

**Figura 36: Educação Patrimonial – Caderno Temático**



Fonte: <https://tinyurl.com/yyay4sgt>

A gestão compartilhada das ações educativas tem se estabelecido como um promissor instrumento de expansão da política de educação patrimonial do

---

<sup>100</sup>Técnico da Superintendente do IPHAN na Paraíba. Entrevista realizada em 25/04/2015.

IPHAN. Nesse sentido, a Casa do Patrimônio configura-se como uma proposta de trabalho voltada para a conscientização e valorização dos bens culturais centrados nas identidades e no sentimento de pertencimento. Mas é importante lembrar que a educação patrimonial como um processo de mediação implica determinada escolha quanto à forma como se estruturam as ações educativas. Todo processo de exposição do patrimônio se configura em uma forma de discurso ligada a um conteúdo que se quer direcionar, e não é neutra, uma vez que existem determinadas informações que se pretende intencionalmente transmitir aos públicos.

Como visto, logo após realizar a demarcação inicial do perímetro do sítio histórico de João Pessoa, o IPHAEP manifestou o interesse em introduzir ações educativas tendo como principal foco despertar a sociedade para os valores patrimoniais da cidade e sensibilizar para a salvaguarda. Percebe-se, desde então, a inclinação do órgão estadual de preservação em desenvolver práticas incentivadoras de sensibilização acerca dos bens patrimoniais e seu vínculo com a cidade. Atualmente, o IPHAEP tem procurado inserir a educação patrimonial de modo mais integrado à sua política de preservação, na construção de um diálogo mais próximo com a população a respeito do patrimônio local e estadual, com base na premissa de que sem sua colaboração pouco adianta investir na proteção e na conservação.

Como uma forma de incentivar a sociedade a ter uma relação de respeito com os bens selecionados como patrimônio, encontra-se o Projeto Entenda o Patrimônio, posto em execução em 2015. O objetivo é desenvolver atividades de caráter educativo em parceria com diversos setores da sociedade, em consonância com a política de educação patrimonial proposta pelo IPHAN. A partir da proposta de sistematização dos trabalhos a serem desenvolvidos, surgiu a publicação de uma nova Cartilha do Patrimônio. Foi elaborada procurando comunicar com uma linguagem acessível, na intenção de aproximar a população dos objetos patrimonializados e seus significados. Segundo Cassandra Figueiredo<sup>101</sup>, buscou-se atender a certas demandas:

---

<sup>101</sup> Diretora executiva do IPHAEP. Entrevista concedida em 18 de maio de 2016.

[...] a gente se colocou diante dessas perguntas principais: o que é patrimônio cultural? Por que preservar? Por que tomba? A gente colocou em um folder e fez essa divulgação em muitos locais. Posteriormente a isso, editamos uma cartilha explicativa, sobre todo esse questionamento. Essa cartilha explica, não só a questão do bem material, mas do bem imaterial, as danças, o folclore... O bem imaterial que a gente tem aqui, a importância dele. Essa cartilha a gente está aplicando em escolas [...] fazendo uma formação com os professores da rede pública, para que esses professores sejam multiplicadores dentro das suas escolas.

**Figura 37: Cartilha sobre os bens culturais – IPHAEP**



Fonte: <https://tinyurl.com/yyekxcse>

Apesar da diversidade de ações que passaram a configurar a área de educação patrimonial, o IPHAEP, em 2017, optou por novamente publicar uma cartilha com o objetivo de informar sobre os bens móveis e integrados. Entende-se que essa iniciativa se aproxima da preservação com base na retórica da perda, da missão salvadora de proteção dos bens patrimoniais (Gonçalves J. R., 2002). Semelhante às publicações anteriores, a cartilha atual trata de uma ferramenta de alfabetização cultural; desta forma, apenas contribui no processo de divulgação auxiliando no desenvolvimento de programas didáticos tradicionalmente utilizados nas escolas.

A patrimonialização dos objetos segue o movimento internacional que tem alterado seguidamente a forma de organizar suas mediações com os públicos. A mediação cultural vem sendo objeto das mais variadas iniciativas no âmbito da exposição do patrimônio como um meio emissor de mensagens que tem suas próprias regras de ordenamento dos signos. Trata-se de um modo de conseguir algo maior do que simplesmente fazer com que as pessoas tomem conhecimento. Sabe-se que, para que haja por parte da população um real reconhecimento do valor patrimonial do centro histórico, é preciso primeiro conhecê-lo para a partir deste encontro construir uma identidade calcada no respeito às especificidades do passado da cidade, e desta forma contribuir com a preservação e a valorização do patrimônio urbano. Logo, trabalhar a dimensão político-pedagógica na criação de uma nova imagem para o lugar é fruto do reconhecimento de que investir na preservação envolve a sensibilização para uma apropriação consciente do patrimônio.

Reconhecendo o centro histórico como produtor de sentido, a mediação tem se destacado nos processos interpretativos que ganham popularidade como garantia de maior participação cidadã. Pelo viés da educação patrimonial, tem sido associada à garantia de salvaguarda do patrimônio por meio do esclarecimento dos indivíduos e coletividades. De forma geral, evidencia que os debates sobre o patrimônio não se resumem a uma prática objetiva.

### **10.2.2 Mediação e novas possibilidades de aproximação**

Na patrimonialização generalizada de centros históricos, o espaço urbano é visto como um objeto exposto de forma a orientar o olhar de quem o observa. A produção do lugar, por meio da *mise en scène* do passado da cidade, coloca em destaque os elementos herdados e julgados dignos de serem valorizados como referentes espaço-temporais, criando condições favoráveis para sua apropriação. A mediação pode tomar diferentes formas, mas o que realmente importa é produzir uma relação entre o público e o espaço urbano como objeto patrimonial, o que vai muito além de colocar um em contato com o outro. Torna-se evidente que o aumento de um público diversificado e heterogêneo precisa ser



acompanhado de uma política que procura atender a interesses nem sempre convergentes.

No caso do centro histórico de João Pessoa, o interesse em ocupar as antigas áreas degradadas vem há muito tempo sendo alimentada pela retomada de uma suposta vida sociocultural para o lugar. A percepção de cidade velha para a cidade histórica não se modificou completamente. Embora tenha sido algo que subitamente apareceu para a população, a mudança de paradigma tem ocorrido lentamente. Trata-se de um reflexo de um processo de preservação em que a população foi tratada como ouvinte e consumidor passivo, visto que dinamizar o turismo era a prioridade e não a consequência dos novos sentidos e significados dados aos elementos do espaço urbano.

Como mencionado, apenas recentemente a gestão do patrimônio passou a dar maior ênfase ao sentido de pertencimento na preservação do patrimônio como herança coletiva. Apesar de o turismo continuar sendo elemento-chave da prática de intervenção urbana, promover estratégias mais inclusivas entrou em pauta pelo estímulo ao pertencimento e identidade cultural por novas formas de diálogo entre instituições e a população. Nesse sentido, Átila Tolentino<sup>102</sup> coloca em destaque o processo relacional da educação patrimonial com a comunidade local:

Trabalhar com a comunidade não é a gente chegar e dizer o que é seu patrimônio, quais são suas referências. Pelo contrário, é junto com eles, com essas pessoas trabalhar um novo olhar sobre o espaço onde elas vivem e para que elas reflitam e se apropriem das suas próprias referências culturais.

Nesse sentido, da mesma forma que o processo de preservação é construído pensando nas alterações urbanísticas e nas políticas socioeconômicas, a mediação do processo educativo para o patrimônio tem sido subjacente a uma lógica impositiva de socialização de valores. O modo como as pessoas vivenciam o lugar é uma das questões mais importantes para o sucesso de um projeto de intervenção urbana. A presença do rio Sanhauá aparece como

---

<sup>102</sup>Técnico da Superintendente do IPHAN na Paraíba. Entrevista realizada em 25/04/2015.



sendo de grande relevância na recuperação e reintegração positiva da paisagem urbana pessoense, respaldada no imaginário urbano. Essa perspectiva chama atenção para o sítio original da cidade. A valorização das qualidades semióticas do objeto no reenquadramento da memória da cidade entra em conflito com a imagem de abandono refletida nos casarões, nos edifícios e em diversas outras estruturas obsoletas.

As marcas de desperdícios urbanos interferem nas referências sobre a importância de preservar o patrimônio urbano de João Pessoa. Por esse quadro, o centro histórico de João Pessoa faz parte do processo contemporâneo de espetacularização das cidades, apesar de não ter como vedete grandes equipamentos culturais e suas arquiteturas monumentais. A intenção não é questionar a importância que os objetos patrimonializados têm na encenação de sua exposição, e sim apontar para outros elementos que também servem de fio condutor de sua narrativa que tem o público como protagonista.

A dimensão pedagógica da preservação patrimonial se articula com sua construção subjetiva para que os habitantes, enquanto atores sociais, aprendam a identificar os patrimônios locais e a desenvolver laços de pertencimento. Por essa perspectiva, Fernando Moura<sup>103</sup> considera que os projetos de reabilitação urbana podem causar transformações imediatas, mas não significa que se legitimam com rapidez:

É um processo muito lento e há uma cobrança muito grande por parte da sociedade. [...] há uma ignorância muito grande também em termos de como tratar, como fazer, como ocupar, como reviver. É uma coisa muito complexa, sobretudo do ponto de vista cultural porque você está indo de encontro a uma coisa que aparentemente a sociedade não quer, despreza. Não conhece ou não dá a importância devida, a não ser que você estimule muito. Claro que tem algumas pessoas que têm uma ação própria, uma ação individual, uma ação mais proativa. Mas a grande e imensa maioria às vezes nem sabe o que é. Passa lá, ver, e acha que é uma coisa desnecessária, algumas outras acham que é um ponto de convergência da marginalidade. Então, são diversos olhares que no fundo fazem com que as pessoas procurem sempre o que é mais confortável que é a orla ou seu próprio bairro.

---

<sup>103</sup> Ex-coordenador da Coordenadoria do Patrimônio Cultural – COPAC-JP. Entrevista concedida em 15/04/2016.

O discurso da patrimonialização de centros históricos em João Pessoa, assim como em outras cidades do país, tem notadamente explorado o aumento do fluxo turístico e outras motivações financeiras. Por essa visão, a revitalização do centro histórico passou a circular na mídia local desde a década de 1980, com a população sendo vista como público consumidor. O que se percebe é que as instituições ainda tateiam formas para contornar as deficiências de gestão do patrimônio, o que passa pelo crivo da ressignificação junto à própria sociedade. As modalidades de transmissão e interação com os públicos demandam que a narrativa histórica do lugar dialogue com a cidade do presente.

Como visto, no Brasil, a mediação cultural, como um processo educativo, não evoluiu de modo sistemático e permanente. Desse modo, apesar de algumas ações bem-sucedidas terem sido realizadas, foi durante muito tempo, até mesmo na esfera federal, uma atividade complementar e de pouca estrutura. Contudo, nos últimos anos, a educação patrimonial consta nos relatórios do Iphan como um processo responsável pela preservação e conservação do patrimônio. Essa postura tem procurado reforçar sua missão de “[...] promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro, no intuito de fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País” (IPHAN, 2016, p. 10), sendo essa mudança fruto do alargamento da noção de patrimônio urbano, em que a comunidade também é vista como responsável pela preservação e conservação dos bens patrimoniais.

As últimas décadas trouxeram significativas modificações na exposição do patrimônio urbano, orientando-se por um modelo de comunicação contemplativo, e vindo a ter maior responsabilidade de mediar a relação entre o público e o objeto patrimonializado. Sendo o centro histórico um lugar de experiência, de prazer estético e cognitivo, pode-se dizer que isto inclui uma função educativa. Isso pode ser encarado como um desafio no que toca à instauração de políticas mais participativas, que despertem no cidadão o interesse pela preservação do patrimônio como uma experiência relacional. Para dar conta dessa realidade, é preciso estabelecer um diálogo com o indivíduo e com a coletividade, como explica Márcio Henriques (2006, p. 8):

O desenho institucional que prevê a participação dos públicos em fóruns mais localizados demanda uma circulação de informações mais específicas sobre os temas publicamente relevantes, inclusive sobre os impactos mais imediatos na própria localidade, enquadrando as questões nos contextos próximos dos sujeitos. Por isso, para cumprir essas funções, é necessária uma combinação entre instrumentos de comunicação de largo alcance, para os públicos em geral, e de instrumentos capazes de operar em âmbitos locais para públicos particulares – que guardem complementaridade e coerência entre si.

Nas ações educativas é preciso estabelecer uma prática comunicativa que não fique restrita à patrimonialização do centro histórico como um processo que produz um objeto patrimonial, mas que também estabelece um modo de vida e de sociabilidade para o lugar. Embora possua em certa medida um componente de divulgação, com enfoque nas ações educativas, fornecer informações complementares sobre o patrimônio significa valorizar as peculiaridades que compõem a história, o passado e outros aspectos que caracterizam a vida da comunidade.

Durante esta última década, a educação patrimonial despontou como estratégia de reconhecimento do centro histórico de João Pessoa. Significa valorizar aspectos considerados indispensáveis no processo contínuo de envolvimento individual, coletivo e institucional na preservação do patrimônio urbano. Não se restringe a criar uma ligação entre as partes mais visíveis do processo e o cidadão, pois envolve questões que muitas vezes são difíceis de tratar. Para que ocorra valorização e apropriação pelas comunidades do patrimônio é necessário que haja primeiramente o seu (re)conhecimento. Nesse sentido, Cláudio Nogueira diz que<sup>104</sup>:

Eu lembro muito que, por exemplo, na década de 90 esse processo de discussão do centro histórico e a chamada a discussão com esses atores e sociedade era difícil porque você tinha que está chamando os comerciantes, o produtor cultural, o morador. Criando maneiras para essas pessoas participarem da discussão. [...] se a gente não tiver uma apropriação de uma forma ampla do que é o centro histórico, seja pelo

---

<sup>104</sup>Superintendente do IPHAN na Paraíba. Entrevista realizada em 25/04/2015.

morador, seja pelo cidadão que mora lá em Mangabeira<sup>105</sup>, a gente não vai conseguir de fato ter um processo robusto, sustentável, ao longo do tempo. É preciso ter uma evolução.

A patrimonialização do centro histórico envolve questões que transitam entre preservação e transformação, divide opiniões e provoca conflitos. Não existe uma ruptura entre o mundo de origem do patrimônio e o mundo do presente, mas um processo que remete a uma questão simbólica de ligação com o passado (Davallon, 2015). A valorização é a atividade que permite expor o objeto patrimonial ao público com a ajuda de uma mediação adequada.

Dessa forma, a educação patrimonial fornece elementos que contribuem para a percepção do espaço urbano, facilitando o reconhecimento, a reflexão e a aprendizagem sobre a importância desse patrimônio na preservação de sua memória e a valorização da identidade local. Entende-se que as intervenções nos centros históricos devem permitir a significação, a apropriação e o uso pelos diferentes grupos sociais. Dentro dessa perspectiva, a educação patrimonial trabalha com mecanismos de comunicação variados. A esse respeito, comenta Cláudio Nogueira<sup>106</sup>:

A gente ainda tem muita deficiência em lidar com a comunicação, com uma colocação da informação sobre patrimônio. Em geral, ela tende a ser assim muito numa linha educativa, no muito tradicionalista, quer dizer resalta determinados aspectos, reforça determinadas mudanças mais tradicionais, e, realmente, ela abre pouco espaço de diálogo.

Ainda é necessário desenvolver ações educativas que tematizem as dimensões patrimoniais e a implementação de intervenções arquitetônicas e urbanísticas nos centros históricos. Cabe desnaturalizar o patrimônio, refletindo sobre sua produção como um conjunto de elementos aos quais são atribuídos valores, por determinados agentes e suas ações de identificação e seleção. Desse modo, é inevitável repensar alguns pontos sobre a maneira de abordar o patrimônio como algo que foi simplesmente reconhecido, como algo que a

---

<sup>105</sup> Mangabeira é o mais populoso bairro da cidade de João Pessoa.

<sup>106</sup> Superintendente do IPHAN na Paraíba. Entrevista realizada em 25/04/2015.

população não via porque não sabia enxergar. Assim, abordar educativamente o acervo que conforma o patrimônio urbano da cidade implica, necessariamente, o compartilhamento de sua invenção e seus condicionantes sociais e históricos. Isso envolve reflexões críticas sobre o porquê de determinados objetos serem compreendidos como patrimônio e outros não, sobre as representações construídas e as memórias socialmente produzidas.

De modo geral, a educação para o patrimônio representa um campo relativamente novo, com atividades educativas frequentemente presas a reproduções de ideias produzidas há mais de três décadas. Apoia-se no entendimento de que o esclarecimento gera o consenso quanto à preservação do patrimônio. Nesse contexto, a ideia de mediação cultural no processo educativo avançou de uma visão associada à inculcação para a de apropriação (Caillet, 2007). No âmbito do discurso nota-se avanços e abrangências da educação patrimonial para a efetiva preservação do patrimônio, mas que precisam ser atualizadas primeiramente quanto aos avanços teóricos (Scifoni, 2012). Trata-se de superar ideias obsoletas, o que implica considerar que a educação para o patrimônio, semelhante à própria noção de patrimônio, também é dinâmica e sofre mudanças no decorrer do tempo.

Nesse sentido, no âmbito do centro histórico de João Pessoa as políticas públicas de preservação contam com especialistas que atuam como produtores e disseminadores de saberes a seu respeito. Em paralelo, os atores sociais fazem parte desse processo inventivo, visto que a condição de patrimônio não é inerente ao objeto patrimonializado, nem sempre existiu. Entretanto, para realizar ações educativas referentes ao patrimônio urbano é preciso mais que procurar esclarecer sobre seu significado. Sobre isso, afirma Rui Leitão<sup>107</sup>:

Na verdade, o que a gente precisa fazer é aquilo que eu falei logo no início, é tentar agora com muito mais ênfase, de forma muito mais planejada, é fazer esse envolvimento. É despertar essa consciência de que a responsabilidade não é só da gestão municipal, a responsabilidade é de todos, considerando o Governo do Estado, considerando uma sociedade civil organizada, considerando as entidades que têm a ver

---

<sup>107</sup> Coordenador da COPAC-JP. Entrevista concedida em 26/04/2016.

com a produção cultural na cidade e com a preservação da nossa cultura da nossa memória cultural, tem que haver envolvimento. Há quanto tempo se fala em revitalização do centro histórico? São processos que vem desde a Comissão do Centro Histórico, desde a década de 80 do século passado que se fala nisso.

No que se refere às políticas públicas para a área histórica, tem-se visto uma necessidade cada vez mais premente de articular, de forma eficaz, as instituições responsáveis pela difusão e o fomento do patrimônio com diferentes atores sociais. A percepção da historicidade da cidade encontra-se ligada a uma trajetória memorial e em articulação de diferentes fatores de tempos diversos. Desse modo, é preciso motivar a população a conhecer mais sobre o centro histórico; muitos de seus edifícios históricos somente continuarão a existir se tiverem uma nova destinação.

Nessa perspectiva, no âmbito da educação para o patrimônio, tal como vem sendo assinalada no intuito de apresentar os lugares de memória, o programa João Pessoa, Minha Cidade deu os primeiros passos em busca de atingir diferentes públicos. Encontra-se afinado com uma proposta de comunicação que valoriza sobretudo as singularidades do centro histórico, aquilo que somente ele pode transmitir e que é capaz de cativar e encantar quem o vê. Necessariamente, implica assumir que habitantes e usuários também percebem o espaço urbano por meio dos estímulos que provêm de seus elementos urbanos.

A metodologia usada procura fazer circular informações sobre as vivências urbanas passadas, para se entender o centro histórico na cidade de hoje. As ações do programa procuram corroborar a necessária compreensão de interdependência entre o espaço urbano construído e o espaço simbólico, ambas as vertentes são reconhecidas como imprescindíveis na construção da imagem. As facilidades do acesso proporcionadas pelo avanço tecnológico também têm favorecido o crescimento de uma comunicação bidirecional. O mundo digital nas instituições patrimoniais pode ser compreendido como uma estratégia relacional que renova a noção de mediação.

Essa abordagem no centro histórico de João Pessoa passou a ganhar destaque no âmbito da política institucional do IPHAN-PB, como prática efetiva da

Casa do Patrimônio da Paraíba<sup>108</sup>. No contexto da educação patrimonial, a internet sem dúvida intensificou a comunicação, no sentido de tornar público, de coletivizar ideias e opiniões. Trata-se de um processo que torna possível ao cidadão apropriar-se da esfera pública; o mundo digital na ação educativa tematiza o patrimônio. Como comenta César Monfort (2008, p. 288):

A toda esta problemática, ya de por sí compleja, se han venido a añadir, en los últimos años, las tecnologías de la información y comunicación (TIC). Estas tecnologías permiten incorporar nuevos medios para la comunicación de los contenidos patrimoniales al público general, y, por lo tanto, el análisis de sus aplicaciones y los resultados obtenidos por ellas pueden resultar de gran ayuda para los educadores.

Nessa perspectiva, os websites representam uma nova maneira de estabelecer uma relação dialógica com diferentes segmentos de público. A construção de um blog para a Casa do Patrimônio da Paraíba demonstrou a necessidade de criar novas formas de comunicação entre as pessoas com a apropriação centro histórico pela sociedade. O uso do Twitter e do Facebook revela a presença de fluxos não lineares na disseminação da informação. A internet instaura e favorece novas rotinas comunicacionais, novas maneiras para que o passado adquira um maior significado no presente.

Nesse sentido, o papel da mediação cultural na patrimonialização encontra-se diretamente ligada a exposição do objeto patrimonial ao adquirir uma nova função na sociedade, a fim de que se torne ainda mais presente aos residentes e visitantes por ter adquirido uma nova existência simbólica. A noção de mediação no âmbito das instituições patrimoniais tanto participa da legitimação do discurso da patrimonialização dos espaços urbanos, quanto é constituída de dispositivos cuja função é mediar o centro histórico como um objeto patrimonial no objetivo de construção de significados simbólicos e estéticos.

---

<sup>108</sup> Sob o nome Casa do Patrimônio da Paraíba (anteriormente Casa do Patrimônio de João Pessoa) suas ações atribuídas pelo IPHAN-PB passaram a abranger as demais cidades do estado, desenvolvendo ações de educação patrimonial que procuram fortalecer os vínculos da comunidade com o patrimônio por meio de atividades como exposições, formação de professores e publicações de materiais pedagógicos.





## 11. CONCLUSÃO

A problemática da patrimonialização dos espaços urbanos tem se estendido nos últimos trinta anos na Europa e em outros continentes, como a América do Sul, com base no desenvolvimento de suas competências específicas, necessárias à classificação e à proteção. Considerando que o nascimento institucional do patrimônio urbano, tanto em Portugal como no Brasil, começou efetivamente a ganhar maior dimensão na última década do século passado, as práticas de patrimonialização têm acompanhado o alargamento do campo patrimonial por uma política de municipalização. No início do século XXI, as cidades históricas assumiram uma inegável visibilidade ligada ao papel político na legitimação do discurso da regeneração urbana, como alavanca para o desenvolvimento econômico. É esse o cenário no qual se desenvolvem novos debates, reformulações e conceitos sobre os processos de patrimonialização inscritos em uma política de desenvolvimento local, cujas operações devem possibilitar novas conexões entre o velho e o novo.

Sob esse olhar modernizante, a patrimonialização institucional dos centros históricos de Coimbra e de João Pessoa inscrevem-se na política de desenvolvimento local, em que suas operações constituem um meio para designar valores de identificação com a própria cidade. Seguindo essa lógica de organização das cidades históricas, o estatuto patrimonial demanda uma construção social contínua, a fim de manter assegurado seu reconhecimento social. A patrimonialização como uma herança coletiva que se constrói por um novo laço entre passado e presente depende do comprometimento de seus depositários com sua disseminação e transmissão, dando sustentabilidade à transformação urbana, econômica e social do lugar.

Como resultado desse processo evolutivo no âmbito das operações de patrimonialização dos centros históricos, a exposição como um objeto patrimonial ganhou particular importância, ao serem reconhecidos como lugares que não se limitam à mera exibição e contemplação de sua conservação. Por essa perspectiva, disseminar a importância dos centros históricos para a sociedade significa se comunicar por meio de sua exposição. Efetivamente, a exposição vai

muito além da capacidade do objeto de informar sobre si mesmo, pois paralelamente com seu significado funcional comporta também um significado simbólico.

Isso significa compreender a construção social do objeto patrimonial como processo de compartilhamento de visões e discursos, em que cabe à exposição do espaço urbano a manutenção da obrigação de guardar, que fundamenta seu reconhecimento institucional. A exposição do centro histórico como um meio de comunicação é resultado do próprio processo evolutivo e interativo de seus referentes, ou seja, do espaço urbano como objeto patrimonial e o público. Mais que um fim, a patrimonialização do espaço urbano representa um meio para atingir objetivos diferentes, entre eles, seu reconhecimento e apropriação, enquanto um lugar que não pertence a um setor específico da sociedade, como especialistas e conhecedores, mas ao público em geral.

Por uma perspectiva comunicacional da patrimonialização, a construção do valor do espaço urbano patrimonial, não sendo intrínseco, implica em um processo em que a dimensão comunicacional é central. Por conseguinte, é inerente ao modo de existência do objeto patrimonial como construção social e semiótica (Davallon, 2016). Essa valorização resulta da mudança que tem ocorrido na maneira de se entender e interpretar os objetos patrimoniais para além de uma simples valorização estética. Na condição de signo significante de funções culturais, tal conceptualização é válida, especialmente, quanto à capacidade que tem o espaço urbano patrimonializado de informar sobre si mesmo, embora seja de outro tempo e contexto social, devido à sua adequação e ao uso no presente.

Por esse direcionamento, na exposição dos centros históricos de Coimbra e de João Pessoa, o ato de comunicar se constitui das estratégias empreendidas pelos agentes públicos para animar o espaço urbano, bem como dá suporte ao interesse de criar uma imagem e uma identidade da cidade competitiva em escala mundial. Nessa conjuntura, a mediação do espaço urbano patrimonializado é um processo pelo qual se procura chegar a um número sempre maior de potenciais interessados, em que se procura tirar melhor proveito de sua apresentação espetacular. Mas a exposição como objeto patrimonial não se limita a informar sobre seu significado funcional, uma vez que também é preciso informar sobre seu valor simbólico. A capacidade de captar esses significados depende da relação com seus referentes culturais como um sistema de

comunicação, em que é possível dispor de uma estrutura operacional multifacetada, potencializada por inovações tecnológicas. Na atualidade, resultados mais expressivos são observados entre aqueles que atingem transformações na esfera da cultura, interligando o real físico e a realidade do imaginário urbano.

Nesse caso, a exposição do centro histórico como objeto patrimonial sempre se constituiu na possibilidade de o público realizar sua percepção pela acessibilidade física. Mas hoje, busca-se a melhor forma de comunicar na intenção de tornar comum uma ideia de forma mais clara e simples, em que o receptor é um sujeito com que se negocia o sentido das mensagens. Não se trata de receber e reproduzir uma mensagem, e sim de conseguir que o público apreenda, interprete e se afete na condição de receptor ativo. Isso ocorre com outros processos de patrimonialização a fim de tornar o centro histórico o que dele se espera. Assim, com as mudanças na valorização e interpretação do espaço urbano patrimonial, também existe uma nova maneira de se entender o público como cúmplice de uma experiência expositiva. Essa mudança na valorização e interpretação do patrimônio pelo ato de glorificação do passado procura atender às necessidades específicas de reinvestimento no espaço urbano.

Desse modo, a existência de uma obrigação de guardar para as gerações futuras traduz-se nos centros históricos como uma arena privilegiada do pulsar da vida moderna na cidade do passado. Para além das estratégias plásticas da arquitetura, o ato de apresentação ao público envolve uma série de condicionamentos prévios em relação ao conteúdo da exposição do espaço urbano patrimonial, quanto ao desejo de adequar-se como oferta cultural para uma diversidade de público, suas expectativas e motivações. Consequentemente, as mudanças operadas refletem a própria evolução da exposição do patrimônio quanto ao modo de entender e valorizar seus referentes (objeto/público).

Em Portugal, o patrimônio urbano tem sido alvo de inúmeras medidas de proteção em escala nacional, dando também origem a diversos programas no âmbito municipal. Seguindo o impulso da corrida pelo título de Patrimônio Mundial, ao longo das últimas décadas, diversas cidades portuguesas têm investido nesse modelo, visando basicamente ao turismo internacional. Mas o retorno do investimento em grandes equipamentos culturais, com base no uso turístico da arquitetura monumental, implica o cumprimento de certas normas que seguem um

mesmo padrão de intervenção em todo o mundo, o que torna esse modelo nem sempre fácil de ser adaptado, respeitando-se as singularidades locais.

Por sua vez, no Brasil, os centros históricos de muitas cidades também passaram a ser requalificados, tendo como um dos principais objetivos atrair turistas e não o habitante local, sendo empregados por governos municipais. Essa mobilização da patrimonialização como uma forma de capital econômico pelo retorno no investimento em grandes equipamentos culturais e seu uso turístico também implica na necessidade de adaptação ao contexto local em atrair investimento privado aliado à recuperação de áreas degradadas.

Em ambos os casos, encontra-se a necessidade de adaptação por uma nova lógica de consumo cultural urbano, em que as áreas históricas centrais passaram a ser âncoras de grandes projetos, inseridas nos planos estratégicos adotados pelo poder público municipal. Seguindo as estratégias de marketing urbano, a cultura ganhou um conceito abrangente que caracteriza um modo de vida urbana, expondo de maneira explícita seu caráter mercadológico. Essa contextualização, apesar de simplificada, expõe de modo evidente como as imagens interferem na realidade mais do que meramente reavivar o antigo, independentemente de corresponder à realidade.

Sendo a patrimonialização um processo que ocorre antes, durante e após a atribuição do estatuto patrimonial, tal entendimento permitiu refletir sobre o ato de apresentar o objeto patrimonial como um processo que compreende efetivamente operações de linguagens simbólicas – a mediação, quanto à relação que se estabelece entre os diferentes públicos e os agentes da patrimonialização, e a mediação cultural no que se refere à relação das pessoas com o espaço urbano patrimonial. Como enfatiza Davallon, “*penser le patrimoine selon une perspective communicationnelle, c’est évidemment adopter un point de vue qui, conformément à cette conception élargie, considère la communication comme une activité socio-symbolique*” (Davallon, 2016, p. 15). Notadamente, os centros históricos participam da explosão patrimonializante (Gravari-Barbas, 2013), em que a comunicação figura na articulação entre o discurso da patrimonialização, as políticas implementadas e a realidade dinâmica do espaço urbano.

A maneira frenética com que se procura dar visibilidade ao patrimônio urbano para fins econômicos reflete a própria ambivalência da patrimonialização,

entre o interesse na preservação e a pressão de uso e oportunidade de valorização como atração turística. A comunicação participa do processo de *mise en exposition*, tendo em vista sua promoção, limitando-se ao seu caráter instrumental. Se no decorrer das últimas décadas surgiram inúmeros fatores que provocaram mudanças no modo de se pensar as intervenções urbanas nas áreas históricas, também tem deixado claro a relevância da exposição do patrimônio na compreensão dos processos de revitalização e requalificação. Todavia, a técnica de apresentação tem, de modo geral, permanecido fincada em uma visão funcionalista dos processos comunicacionais, contribuindo para manter um entendimento que não tem uma relação intrínseca com o objeto patrimonial.

Como observado na análise, guardadas as suas especificidades, tanto em Coimbra como João Pessoa, os projetos de intervenção nos centros históricos procuram adaptar essas áreas das cidades por um discurso ligado à promoção cultural, por meio da atualização do passado como elemento de fruição estética e experiência turística. Nesse sentido, a exposição do patrimônio urbano, enquanto um processo indissociado do marketing urbano, encontra-se diante do desafio em que a cultura, semelhante à patrimonialização do espaço urbano, passou a ser considerada como mercadoria utilizada para construir e promover uma imagem de marca, seguindo a lógica implementada pelas grandes cidades. No processo de espetacularização das áreas centrais das cidades históricas, encontram-se novas questões ligadas a uma experimentação guiada por um tipo de relação com o passado diferenciada, não homogênea, que convive com o pulsar da vida moderna que a cidade oferece.

Diante desse panorama, os centros históricos das duas cidades revelam se encontrar em um momento decisivo de valorização de seus conjuntos históricos, pela superposição do espaço vivido e do esforço organizacional das políticas patrimoniais ligadas à municipalização da patrimonialização. Se o discurso sobre o patrimônio urbano em torno da renovação e do fortalecimento da imagem urbana envolve privilegiar a participação social, não se trata apenas do uso de suportes comunicacionais para divulgar o objeto patrimonial e difundir sua imagem. A identificação de uma ruptura real ou simbólica que desencadeia o processo de patrimonialização tem como desafio a manutenção de um interesse social em torno do espaço urbano patrimonial, o que demanda a difusão de um conhecimento sobre o objeto em torno de seu mundo de origem (Davallon, 2014).

Desse modo, a exposição do espaço urbano patrimonial traduz-se em um processo constante de recriação dos centros históricos na cartografia atual das cidades. Não diz respeito apenas ao conjunto edificado, mas a um processo de construção social do objeto patrimonial, que também necessita de uma construção de sentido.

Em Coimbra, as experiências europeias de revitalização e requalificação em áreas centrais degradadas refletem a reestruturação da cidade em busca de se inserir no mercado mundial de cidades. A patrimonialização que opera atualmente destaca o passado como algo inteiramente incorporado ao discurso do presente, envolvendo a inter-relação entre promoção cultural, fruição estética e experiência turística. Dessa forma, a *flanerie* urbana vinculada ao discurso de estetização da vida cotidiana é vista como o ingrediente que valoriza o poder informador do espaço urbano patrimonial. A questão central sobre os processos de mediação e mediação cultural é assegurar o lugar da chancela de patrimônio mundial na identidade do lugar. Para isso, é preciso repensar conceitos e estratégias de comunicar o patrimônio urbano quanto aos diversos sentidos que pode assumir na atualidade. Segundo uma lógica de consumo cultural urbano, os teatros, museus, centros de convenções, peças arquitetônicas, entre outros elementos, são as grandes vedetes na intenção de projetar a imagem da cidade, apoiada no urbanismo monumentalista.

Desse modo, o desafio da exposição do centro histórico de Coimbra é indicar mudanças no modo de pensar as intervenções na área histórica, do afastamento da retórica da perda e da aproximação do discurso que consagra seus marcos distintivos e a memória local. Essa perspectiva impõe a necessidade de comunicar um patrimônio que se atualiza pelo uso e a conseqüente construção de sentido que o patrimônio pode assumir na atualidade, o que se contrapõe à crença na capacidade informativa do objeto patrimonial por si mesmo. A produção de imagens associadas a políticas de preservação do patrimônio urbano por uma economia dos serviços e entretenimento tem sido bastante utilizada por cidades que se propõem a ser destinos turísticos globalizados. Isso também ampliou as responsabilidades do governo municipal e seu caráter mais protagonista, principalmente de se pensar a sustentabilidade econômica com o aumento da influência de agências internacionais, como a UNESCO.

Na era do *branding*, a intencionalidade comunicativa na apresentação do espaço urbano patrimonial cada vez mais provém do simbolismo agregado à sua imagem, sendo um fator crucial para condicionar as reais características do lugar. A leitura do ambiente construído evidencia a construção da imagem do lugar, resgatando seus vestígios e incorporando novos hábitos. Daí a primazia da ênfase na qualidade do lugar para facilitar a empatia do público, uma vez que não há espetáculo sem uma imagem moldando a realidade. Assim, do mesmo modo que a realidade é fortemente construída pela imagem, também é preciso reconhecer que a mensagem expositiva depende, em grande medida, do reconhecimento do público com sujeito que produz sua interpretação. Essa intencionalidade comunicativa serve ao mesmo tempo de canal e espaço de interação entre público e objeto patrimonial, por uma relação dialética entre o social e o espacial, sendo o centro histórico um espaço de experiência cultural.

A mediação cultural, como um processo que leva em conta o público como protagonista da experiência expositiva, não existiu sempre, mas hoje, dela dependem os novos modos de valorizar e entender a patrimonialização do espaço urbano, distinto de seu entorno e reconhecível por meio de suas estratégias comunicativas, que buscam produzir uma nova dinâmica do lugar como espaço de experiência cultural. Nesse sentido, o tema mediação cultural adquiriu grande relevância nos últimos tempos na relação que as pessoas estabelecem com os novos usos do espaço, sendo crescentemente associado à criatividade e à inovação.

Trazendo essa reflexão para o centro histórico de João Pessoa, foi possível verificar que o discurso sobre a revitalização priorizou sua visibilidade com a produção, publicação e circulação de informação pela mídia. Desse modo, a exposição do patrimônio urbano como um espaço sintético, organizado e hierarquizado segundo a lógica dos atores da patrimonialização, por repetidas vezes, foi alvo de um espetáculo midiático. A imbricação entre a exposição do espaço urbano patrimonial e a representação midiática deu visibilidade às políticas de preservação, sendo a midiaticização encarregada de reverter a imagem de abandono e esvaziamento, associada à identidade do lugar. Isso, no entanto, não significa atender a uma das principais questões, com a qual se confrontam a patrimonialização dos centros históricos e a apropriação simbólica do espaço urbano ancorada na materialidade do lugar.

Atualmente, na proposta de patrimonialização da antiga área portuária procura se destacar o coração da política de intervenção no centro histórico de João Pessoa. Nesse processo, o Projeto Parque Ecológico do Sanhauá deu seus primeiros sinais de implementação seguindo as lógicas das agências internacionais direcionadas às políticas urbanas na gestão das cidades. O discurso da fruição estética, propondo o combate ao desuso e ao abandono do lugar, representa uma forma de valorizar o poder informador do patrimônio urbano como um marco na recuperação dos vínculos entre os habitantes e a memória da cidade histórica, segundo uma linguagem contemporânea.

Do ponto de vista comunicacional, a exposição do discurso de intervenção no centro histórico como resultado de um processo técnico promove a visibilidade de integração com a vida coletiva contemporânea, considerando que resgatar a região portuária parece servir para representar um acesso ao passado da cidade histórica e a estratégia para o futuro da cidade cosmopolita. Todavia, os objetos patrimoniais não se apresentam sós, mas formando parte de um conjunto ordenado de uma determinada maneira. A perspectiva comunicacional coloca em destaque que o objeto patrimonial tem diversos modos de existência, evidenciando o papel de sua exposição e transmissão às futuras gerações, cuja visibilidade deve promover reconhecimento e apropriação e não apenas a conservação do objeto patrimonializado.

A questão básica a respeito da capacidade comunicativa do espaço urbano patrimonial é sua exposição como um *locus* privilegiado de produção de sentidos. O território formado pelo núcleo da chamada Cidade Velha tem servido para produzir uma estética de divulgação de um cenário musealizado, visando um percurso turístico-patrimonial. Dessa forma, as características comunicacionais da patrimonialização do espaço urbano colocam em destaque a necessidade de transmissão ao longo do tempo. Apesar de utilizado como recurso alegórico, o espaço urbano patrimonial representa signos culturais produtores de sentidos para a sociedade local, acompanhado de suas significações sociais que envolvem saberes, experiências e valores.

A exposição do patrimônio deve ser considerada como um processo que dialoga com os públicos no fortalecimento da imagem urbana, que valoriza o poder informador dos centros históricos e sua fruição estética. Por sua vez, as significações implicam sempre em enunciação e interpretação, o que não se



resume a uma simples estratégia com a intenção de persuadir as pessoas. Se é por meio do discurso que o patrimônio urbano se apresenta, e se o discurso é comunicação, deve-se atentar para o que diz o patrimônio, visto que nem sempre o que se defende como concepção se apresenta como ação.

As práticas de patrimonialização têm acompanhado o alargamento do campo patrimonial focado na sua valorização, apresentando-se como um fenômeno complexo, que se configura de acordo com a natureza do objeto, os atores mobilizados e sua repercussão social, cultural e econômica. A experiência estética do espaço urbano não se reduz à mera contemplação, tornando clara a mudança no modo de pensar as intervenções urbanas em áreas históricas. Na convergência entre espaço urbano patrimonial e sua exposição, a mediação e a mediação cultural são operações distintas inseridas em um mesmo processo de reconhecimento do objeto patrimonial, em função de suas dimensões social e semiótica. Tais operações agem na atualização da relação com o passado, colocando em questão o processo de significação e interação, que são característicos de uma situação de comunicação. Na medida em que comunicar o patrimônio, visto mais como ação e interpretação do que como técnica, exige a elaboração de novas maneiras de ser ler o espaço urbano patrimonial como um texto no qual se identificam discursos e signos de um grupo social.

A questão básica a respeito da capacidade expositiva dos centros históricos como objetos patrimoniais, no sentido que pronuncia Davallon (2016), encontra-se na sua dimensão comunicacional, que não se reduz a uma ação instrumental. Um fato comunicacional pode significar uma situação social que pode tomar diferentes formas na interação entre sujeitos, em que a significação implica sempre enunciação e interpretação. Nesse sentido, os centros históricos estudados deixaram claro o exercício de uma dimensão funcional dos objetivos e estratégias por uma visão instrumental, indissociável de sua dimensão simbólica. Contudo, novas formas de sociabilidade exigem modos de comunicar, articulando as noções de pertencimento e de representação, elementos essenciais para dar sentido ao patrimônio urbano e à história que o sustenta.



## 12. BIBLIOGRAFIA

- Abreu, M. (2014). Sobre a memória da cidade. Em A. F. Carlos, M. Souza, e M. E. Sposito (orgs.), *A produção do espaço urbano* (pp. 19-39). São Paulo: Contexto.
- Adam, R. (2008). Analisando o conceito de paisagem urbana de Gordon Cullen. *Da Vinci*, 5(1), pp. 63-68.
- Aguiar, W. (2002). *Cidade de João Pessoa: a memória do tempo*. João Pessoa: Idéia.
- Alarcão, J. (2008). *Coimbra - a montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Almeida, M. J. (2007). Entrevistas e representação na memória do ensino de ciências: uma relação com a concepção de linguagem. Em R. Nardi (org.), *A pesquisa em ensino de ciências no Brasil: alguns recortes* (pp. 117-130). São Paulo: Escrituras.
- Amougou, E. (2004). Les sciences sociales et la question patrimoniale. Em E. Amougou, O. Chadoin, L. B. Fayolle, P. Girard, P. Godier, R. Gurov, e A. Kocher (dir), *La Question patrimoniale. De la "patrimonialisation" à l'examen des situations* (pp. 7-18). Paris: l'Harmattan.
- Amougou, E. (2011). *Sciences sociales et patrimoines*. Paris: L'Harmattan.
- Andrade, P. A. (2007). *Metamorfose dos centros urbanos: uma análise das transformações na centralidade de João Pessoa PB, 1970- 2006*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, Engenharia Civil e Ambiental, João Pessoa.
- Arantes, O. (2000). Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gerações urbanas. Em O. Arantes, C. Vainer, e E. Maricato (orgs), *A cidade do pensamento único: desmanchando o consenso* (pp. 11-74). Petrópolis: Vozes.
- Araújo, M. E. (2012). *Água e rocha na definição do sítio de Nossa Senhora das Neves, atual cidade João Pessoa - Paraíba*. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Arquitetura e Urbanismo, Salvador.
- Araújo, V. L. (2006). *As transformações na paisagem do Porto do Capim: leituras de um paisagem urbana*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, Geociências, João Pessoa.
- Audrerie, D. (1997). *La notion et la protection du patrimoine*. Paris: PUF.

- Augé, M. (2012). *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papyrus.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bastos, J. C. (2010). O clube do choro da Paraíba: performance musical e relatos de aprendizado de campo. *I Simpósio Brasileiro de Pós-Graduandos em Música*, (pp. 913-922). Rio de Janeiro.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Béghain, P. (2012). *Patrimoine, politique et société*. Paris: Les Presses de Sciences PO.
- Bejamin, W. (2006). *Passagens*. Belo Horizonte/ São Paulo: UFMG/ Imprensa oficial de São Paulo.
- Benhamou, F. (2012). *Économie du patrimoine culturel*. Paris: La Découvert.
- Benjamin, W. (2000). A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. Em L. C. Lima (org.), *Teoria da cultura de massa* (pp. 221-254). São Paulo: Paz e Terra.
- Blanco, Á. (1999). *La exposición, un medio de comunicación*. Madri: Akal Ediciones.
- Bordenave, J. E. (1991). *O que é comunicação*. São Paulo: Brasiliense.
- Bouchard, G. (2001). *Genèse des nations et cultures du nouveau monde*. Montréal: Les Éditions du Boréal.
- Bourdieu, P. (2003). *A distinção: Crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk.
- Bourdieu, P. (2003b). *O amor pela arte. Os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo: Zouk.
- Bourdieu, P. (2004). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdin, A. (2011). *O urbanismo depois da crise*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Caillet, E. (2007). *Accompagner les publics, la médiation culturelle*. Paris: L'Harmattan.
- Caillet, E. (2007). *L'art contemporain et son exposition*. Paris: Editions L'Harmattan.
- Calmeiro, M. (2014). A Paisagem Urbana oitocentista. Embelezamento e política urbana na renovação da imagem de Coimbra. (E. & CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Ed.) *Cultura, Espaço & Memória*, 71-90.

- Cancline, N. G. (1994). O Patrimônio Cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*(23), pp. 94-115. Acesso em 22 de Dezembro de 2017, disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat23\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat23_m.pdf)
- Canclini, N. G. (2008). *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair*. São Paulo: EDUSP.
- Canevacci, M. (2011). *Cidade polifônica : ensaio sobre a antropologia de comunicação*. São Paulo: Studio Nobel.
- Carvalho, R. (2012). *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian.
- Castriota, L. (2007). Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. *Forum Patrimônio: amb. constr. e patr. sust.*, 1(1), 9-31. Acesso em 30 de Setembro de 2017, disponível em [http://forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum\\_patrimonio/article/viewFile/59/54](http://forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/viewFile/59/54)
- Castriota, L. (2009). *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas e instrumentos*. São Paulo: Annablume.
- Caune, J. (2008). As relações entre cultura e comunicação: núcleo epistêmico e forma simbólica. *Líbero*, XI(22), 33-42. Acesso em 23 de Maio de 2017, disponível em <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/As-rela%C3%A7%C3%B5es-entre-cultura-e-comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf>
- Caune, J. (2014). *Cultura e comunicação - convergências teóricas e lugares de mediação*. São Paulo: UNESP.
- Chagas, W. F. (2004). *As singularidades da modernização da Cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
- Choay, F. (2006). *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP.
- Choay, F. (2006). *Património e mundialização*. Évora: Casa do Sul Editora.
- Chuva, M. (2003). Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *Topoi (Rio J.)* vol.4 no.7, 313-333.
- Cifelli, G., e Peixoto, P. (2012). Centros históricos e turismo patrimonial: o pelourinho como exemplo de uma relação contraditória. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XXIV, 35-54.

- Conforti, M. E., e Mariano, C. (2012). Comunicar y gestionar o patrimonio arqueológico. *Arqueología*, 19, 347-362.
- Costa, A. L. (2009). *Perímetro de proteção do centro histórico de João Pessoa*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental, João Pessoa.
- Costa, E. B. (2015). *Cidades da patrimonialização global: simultaneidade totalidade urbana – totalidade-mundo*. São Paulo: Humanitas, FAPESP.
- Costa, E. B. (2015). *Cidades da patrimonialização global: simultaneidade, totalidade urbana - totalidade-mundo*. São Paulo: Humanistas.
- Costa, M. (2006). Inovação institucional democrática e a comunicação do poder público: o desafio da comunicação organizacional na implantação de uma filosofia de polícia comunitária. *I Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política*, (pp. 1-15). Salvador. Acesso em 15 de Outubro de 2017, disponível em [http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2010/11/Henriques\\_2006.pdf](http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2010/11/Henriques_2006.pdf)
- Costa, M. J. (2014). Requalificação de centros urbanos: os programas de políticas públicas no caso do centro histórico de João Pessoa/PB. *3º Colóquio ibero-americano paisagem cultural, patrimônio e projeto - desafios e perspectivas*, (pp. 1-13). Belo Horizonte.
- Couto, M. E.; Nascimento, B. (2013). *A imagem do lugar. Experiências metodológicas*. Maceió: Edufal.
- CPDCHJP. (2002). *Centro Histórico de João Pessoa: monumento nacional*.
- Cruz, G. B. (2008). *O essencial sobre a História da Universidade*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Cruzeiro, M. E. (1988). A reforma pombalina na história da universidade. *Análise Social*, XXIV(100), 165-210.
- Cullen, G. (1983). *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70.
- Cury, I. (. (2004). *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN.
- Darras, B. (2009). As várias concepções da cultura e seus efeitos sobre os processos . Em A. M. Barbosa (org.), *Arte educação como mediação cultural e social* (pp. 23-52). São Paulo: Unesp.
- Davallon, J. (2000). *L'exposition à l'oeuvre. Stratégies de communications et médiation symbolique*. Paris: L'Hamattan.
- Davallon, J. (2002). Comment se fabrique le patrimoine? *Cience humaine, Qu'est-ce que transmettre? Hors-sérien* 36, 74-77.

- Davallon, J. (2002). Réflexions sur la notion de sur la notion de médiation muséale. Em *L'Art contemporain et son exposition* (pp. 41-62). Paris: L'Harmattan.
- Davallon, J. (2002). Tradition, mémoire, patrimoine. Em B. Schiele, *Patrimoines et identités* (pp. 41-64). Quebec: Éditions MultiMondes.
- Davallon, J. (2002b). Tradition, mémoire, patrimoine. Em B. Schiele, *Patrimoines et identités* (pp. 41-64). Sainte-Foy: Éditions MultiMondes.
- Davallon, J. (2004). Pourquoi considérer l'exposition comme un média? *Médiation Et Information*(19), 37-60. Fonte: <https://www.cairn.info/revue-hermes-la-revue-2011-3-page-38.htm>.
- Davallon, J. (2006). *Le don du patrimoine - une approche communicationnelle de la patrimonialisation*. Paris: Hermes Science-Lavoisier.
- Davallon, J. (2006). *Le Don du patrimoine : Une approche communicationnelle de la patrimonialisation*. Paris: L'Harmattan.
- Davallon, J. (2010). Comunicação e sociedade: pensar a concepção da exposição. Em S. Bencherit, R. Bezerra, & A. (. Magalhães, *Museus e comunicação: exposições como objeto de estudo* (pp. 21-34). Rio de Janeiro.
- Davallon, J. (2010). L'écriture de l'exposition : expographie, muséographie, scénographie. *Culture & Musées*(16), 229-238. Acesso em 11 de Setembro de 2018, disponível em [https://www.persee.fr/docAsPDF/pumus\\_1766-2923\\_2010\\_num\\_16\\_1\\_1574.pdf](https://www.persee.fr/docAsPDF/pumus_1766-2923_2010_num_16_1_1574.pdf)
- Davallon, J. (2012). Du patrimoine à la patrimonialisation . *La Fabrique d'un patrimoine partagé*. Acesso em 12 de Dezembro de 2018, disponível em [http://preac.crdp-paris.fr/fileadmin/user\\_upload/Ressources/2012/1\\_Jean\\_Davallon.pdf](http://preac.crdp-paris.fr/fileadmin/user_upload/Ressources/2012/1_Jean_Davallon.pdf)
- Davallon, J. (2014). Une patrimonialisation des archives ? Em P. Servais, & M. F. (eds), *L'archive dans quinze ans. Vers de nouveaux fondements* (pp. 1-19). Louvain-la-Neuve. Fonte: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01220537>
- Davallon, J. (2015). Mémoire et patrimoine : pour une approche des régimes de patrimonialisation. Em C. Tardy, & V. (. Dodebei, *Mémoire et nouveaux patrimoines* (pp. 48-66). Marseille: Open Edition Press.
- Davallon, J. (2015). Mémoire et patrimoine : pour une approche des régimes de patrimonialisation. Em C. Tardy, & V. (. Dodebei, *Mémoire et nouveaux patrimoines* (pp. 48-66). Marseille: Open Edition Press.

- Davallon, J. (2016). Penser le patrimoine selon une perspective communicationnelle. *Sciences de la société*(99), 15-29. Acesso em 24 de Abril de 2018, disponível em <https://journals.openedition.org/sds/5257>
- Debord, G. (1997). *A sociedade espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Detienne, M. (2004). *Comparar o incomparável*. Aparecida: Idéias & Letras.
- Desvallées a.; Mairesse François (dir.) (2011). Dictionnaire encyclopédique de muséologie. Paris: Armand Colin,
- Di Méo, G. (2007). Processus de patrimonialisation et construction des territoires. *Patrimoine et industrie en Poitou-Charentes : connaître pour valoriser* (pp. 87-109). Poitiers-Châtelleraut: Geste Éditions.
- Di Méo, G. (2008). Processus de patrimonialisation et construction des territoires. *Patrimoine et industrie en Poitou-Charentes : connaître pour valoriser"* (pp. 87-109). Poitiers-Châtelleraut: Geste Éditions.
- Domingues, Á. (2006). *Cidade e Democracia. 30 Anos de Transformação urbana em Portugal*. Lisboa: Argumentum.
- Dormaels, M. (2011). Patrimonio, patrimonialización e identidad hacia una hermenéutica del patrimonio. *Herenia*, 24 (1 e 2), 7-14.
- Dormaels, M. (2013). *La construction du patrimoine mondial: transformations physiques et appropriation locale dans la patrimonialisation du centre-ville historique d'arequipa, Pérou*. Tese de Doutorado, Université de Montréal; Université d'Avignon e Pays de Vaucluse, Muséologia, Mediação, Patrimônio, Montreal /Avignon.
- Duarte, J. (2011). Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública. Em M. M. Kunsch (org.), *Comunicação pública, sociedade e cidadania* (pp. 121-134). São Caetano do Sul: Difusão.
- Eco, U. (1993). *Les limites de l'interprétation*. Paris: Grasset et Fasquelle.
- Ferrara, L. (1986). *A estratégia dos signos*. São Paulo: Perspectiva.
- Ferrara, L. (1988). *Ver a cidade, imagem, leitura*. São Paulo: Nobel.
- Ferrara, L. (2004). Cidade e imagem: entre aparências, dissimulações e virtualidades. *Fronteiras: estudos midiáticos*, VI(1), 21-32. Acesso em 12 de Dezembro de 2018, disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/>
- Ferrara, L. (2012). *Os nomes da comunicação*. São Paulo: Annablume.



- Ferreira, V.; Santos, N. (2016). Patrimónios de Coimbra - Univer(ci)dade: patrimônio e desenvolvimento? *Cadernos de Geografia*, 31-43. Acesso em 23 de Janeiro de 2017, disponível em [https://doi.org/10.14195/0871-1623\\_35\\_3](https://doi.org/10.14195/0871-1623_35_3)
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Flon, É. (2008). La médiation entre production et réception : analyse sémiotique et approche communicationnelle. *Communication et Langage*(158), 13-24.
- Flon, É. (2012). *Les mises en scène du patrimoine: savoir, fiction et médiation*. Paris: Lavoisier.
- Florêncio, S. R. (2012). Educação Patrimonial: um processo de mediação. Em Á. Tolentino (org.), *Educação patrimonial: reflexões e práticas* (pp. 22-28). João Pessoa: IPHAN-PB.
- Florêncio, S. R., Clerot, P., Bezerra, J. e Ramassote, R. (2014). *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília: IPHAN/DAF/COGEDIP/CEDUC. Acesso em 22 de março de 2018, disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao\\_Patrimonial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf)
- Fonseca, M. C. (2001). Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. *Políticas Sociais - acompanhamento e análise*, 1, 111-120.
- Fonseca, M. C. (2005). *O Patrimônio em processo: trajetória da política*. Rio de Janeiro: UFRJ; MINC/IPHAN.
- Fontanille, J. (2015). *Semiótica do discurso*. São Paulo: Contexto.
- Fortuna, C. (2001). Destradicionalização e imagem da cidade. Em C. Fortuna (org.), *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Celta Editora.
- Fortuna, C. (2002). Culturas urbanas e espaços públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. *Revista Crítica de Ciências Sociais*(63), 123-148.
- Fortuna, C. (2006). Centros históricos e patrimónios culturais urbanos. Uma avaliação e duas propostas para Coimbra. *Oficina do CES*(254), 1-13.
- Fortuna, C., & Silva, A. (2001). *A cidade do lado da cultura: Espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural*. Porto: Afrontamento.
- Fourcade, M.-B. e Aubertin, M.-N. (. (2013). *Patrimoines urbains en récits*. Canadá: Presses de l'Université du Québec.
- França, V. (2016). O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. Em C. Moura, e M. I. Lopes, *Pesquisa em comunicação -*

- metodologias e práticas acadêmicas* (pp. 153-174). Porto Alegre: EDPUCRS.
- Franch, M., e Queiroz, T. (. (2010). *Da casa à praça - um estudo da revitalização de praças em João Pessoa*. Belo Horizonte: Argumentum.
- Freire, P. (1970). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Frias, A. P. (2002). *Representação imaginária da cidade. Processos de racionalização e de estetização do património urbano de Coimbra*. Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, 183. Acesso em 23 de Janeiro de 2017, disponível em <http://hdl.handle.net/10316/11051>
- Frias, A., e Peixoto, P. (2002). *Representação imaginária da cidade. Processos de racionalização e de estetização do património urbano de Coimbra*. Oficina do Centro de Estudos Sociais, 183. Acesso em 12 de Dezembro de 2018, disponível em <https://ces.uc.pt/pt/publicacoes/outras-publicacoes-e-colecoes/oficina-do-ces/numeros/oficina-183>
- Ghirardo, D. (2009). *Arquitetura contemporânea: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes.
- Giovannoni, G. (1998). *L'urbanisme face aux villes anciennes*. Paris: Éditions d Seuil.
- Gomes, C. (2008). Imagens e narrativas da Coimbra turística: Entre a cidade real e a cidade (re)imaginada. *Revista Crítica de Ciências Sociais*(83), 55-78.
- Gomes, P. V. (2003). Salamanca: comentário. Em N. Grande, & R. Lobo, *Cidade Sofia. Cidades universitárias em debate*. Coimbra: Enarq.
- Gomes, S. (2006). *Coimbra: Aspectos da sua paisagem urbana em tempos medievais*. Coimbra: Biblos.
- Gonçalves, H. T. (2014). *O porto e a casa: dinâmicas de transformação no uso dos espaços no centro histórico de João Pessoa (PB)*. Dissertação de mestrado, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- Gonçalves, J. (2015). Patrimônio cultural: a educação em múltiplos sentidos. Em M. d.-C. casa, *Patrimônio, ensino e educação: formação profissional* (pp. 36-49). Porto Alegre: ISCMPA.
- Gonçalves, J. R. (2002). *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora: UFRJ/MinC/IPHAN.
- Gonçalves, J. R. (2012). As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente. Em I. Tomaso, & M. Lima Filho, *Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos* (pp. 59-74). Brasília: ABA - Associação Brasileira de Antropologia.

- Gravari-Barbas, M. (2000). Stratégies de requalification dans la ville contemporaine. L'esthétisation du paysage urbain, symptôme d'une privatisation croissante des espaces publics. *Cahiers de la Méditerranée*, 223-247. Acesso em 22 de Março de 2018, disponível em [https://www.persee.fr/doc/AsPDF/camed\\_0395-9317\\_2000\\_num\\_60\\_1\\_1282.pdf](https://www.persee.fr/doc/AsPDF/camed_0395-9317_2000_num_60_1_1282.pdf)
- Gravari-Barbas, M. (2013). *Aménager la ville par la culture e le tourisme*. Paris: Le Moniteur.
- Greenblatt, S. (1991). O novo historicismo : ressonância e encantamento. *Estudos Históricos*, 4(8), 244-261. Acesso em 23 de Outubro de 2018, disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832005000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100002)
- Greffe, X. (2000). Le patrimoine comme ressource pour la ville. *Les annales de la recherche urbaine*, (pp. 28-38).
- Greffe, X. (2014). *Les mises en scène du patrimoine culturel*. Quebec: Presses de l'Université du Québec.
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Hartog, F. (2015). *Regimes de historicidade: presentismo e experiência de tempo*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Harvey, D. (1998). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- Harvey, D. (2005). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.
- Hazan, V. (2003). O papel dos ícones da contemporaneidade na revitalização dos grandes centros urbanos. *Revista Vitruvius, Arquitexto*. Acesso em 19 de Dezembro de 2018, disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.041/645>
- Heinich, N. (2009). *La fabrique du patrimoine. De la cathédrale à la petite cuillère*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Hennion, A. (2004). Entretien (La formule ne vient pas par hasard). *Médiation & Information*(19), 11-34.
- Hertog, F., Hirczak, M., & Senil, N. (2006). Territoire et patrimoine : la co-construction d'une dynamique et de ses ressources. *Revue d'Économie Régionale & Urbaine*(5), 683 - 700.
- Holanda, S. d. (1995). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Horta, M. d. (2005). Lições das coisas: o enigma e o desafio da educação patrimonial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*(31), 220-233.
- Horta, M. d., Grunberg, E., e Monteiro, A. (1999). *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN/Museu Imperial.
- Huysen, A. (2000). *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- ICES BRASIL. (2014). *Plano de ação João Pessoa sustentável*. João Pessoa.
- IPHAN. (2008). *Relatório de gestão do exercício de 2007*. Brasília. Acesso em 22 de Março de 2018, disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Relat%C3%B3rio%20Gest%C3%A3o%202007.pdf>
- IPHAN. (2009). Patrimônio, Desenvolvimento e Cidadania. Brasília. Acesso em 20 de Novembro de 2017, disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Cidades%20Hist%C3%B3ricas%20-%20Noticias%201%202009.pdf>
- IPHAN. (2010). Plano de comunicação do IPHAN. Brasília. Acesso em 12 de Setembro de 2014, disponível em [:http://portal.iphan.gov.br/intranet/montarPaginaSecao.do?id=14551&sigla=DocumentoDoWnload&retorno=paginaDocumentoDownload](http://portal.iphan.gov.br/intranet/montarPaginaSecao.do?id=14551&sigla=DocumentoDoWnload&retorno=paginaDocumentoDownload)
- IPHAN. (2013). *Educação Patrimonial : Manual de aplicação : programa mais educação*. Brasília: IPHAN/DAF/Cogedip/Ceduc. Acesso em 22 de março de 2017
- IPHAN. (2016). *Relatório de Gestão do exercício de 2015*. Acesso em 12 de Outubro de 2017, disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Relatorio\\_de\\_Gestao\\_2015.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Relatorio_de_Gestao_2015.pdf)
- IPHAN-PB. (2012). *Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau*. Dossiê, João Pessoa.
- Jedy, H.-P., e Jacques, P. (2006). Introdução. Em H.-P. Jedy, & P. (. Jacques, *Corpos e cenários urbanos : territórios urbanos e políticas culturais* (pp. 7-9). Salvador: EDUFBA.
- Jeudy, H.-P. (2005). *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- Kotler, P., Rein, I., Gertner, D., e Haider, D. H. (2005). *Marketing de lugares. Como conquistar crescimento de longo prazo na América Latina e no Caribe*. São Paulo: Pearson.

- Koury, M. (2005). Viver a cidade: um estudo sobre pertença e medos. *Revista Brasileira da sociologia da emoção*, 4(11), 148-156. Acesso em 09 de Setembro de 2017, disponível em <http://www.cchla.ufpb.br/grem/koury.rbse.ago05pdf.pdf>
- Kühl, B. (. (2013). *Gustavo Giovannoni: textos escolhidos*. São Paulo: Ateliê Editoria.
- Lamizet, B. (1999). *La médiation culturelle*. Paris/Montréal: L'Harmattan.
- Lamizet, B. (2002). *Le sens de la ville*. Paris: L'Harmattan.
- Le Corbusier. (1993). *A Carta de Atenas*. São Paulo: Hucitec / EDUSP.
- Le Goff, J. (1990). *História e memória*. Campinas: UNICAMP.
- Lefebvre, H. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.
- Leite, R. (2004). *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: UNICAMP.
- Leite, R. (2008). Localizando o espaço urbano: gentrificação e cultura urbana. *Revista Crítica de Ciências Sociais*(83), 35-54.
- Leniaud, J.-M. (1992). *L'utopie française*. Paris: Mengès.
- Leniaud, J.-M. (1992). *L'utopie française: essai sur le patrimoine*. Paris: Editions Mengès.
- Leniaud, J.-M. (1992). *L'utopie française: essai sur le patrimoine*. Paris: Editions Mengès.
- Lopes, C. A. (2007). Acesso à informação pública para a melhoria da qualidade dos gastos públicos – literatura, evidências empíricas e o caso brasileiro. *Cadernos de Finanças Públicas*, 8, 5-40. Acesso em 22 de março de 2018, disponível em <http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/biblioteca/cadernos-de-financas-publicas-1/arquivo.2013-04-18.4985439932>
- Lopes, J. T. (2000). *A cidade e a cultura: um estudo sobre práticas culturais urbanas*. Porto: Edições Afrontamento.
- Lynch, K. (2009). *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70.
- Maia, D. (2000). *Tempos lentos na cidade: permanência e transformação dos costumes rurais em João Pessoa - PB*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Maia, D. (2006). Um cidade em (re)construção: a cidade da Parahyba no século XIX. *Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, X(218 (38), 1-14.

Acesso em 12 de dezembro de 2017, disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-38.htm>>

- Maia, D. (2014). A rua na cidade da Parahyba (Brasil) no século XIX: espaço de controle e expressão do poder normativo sobre a morfologia e da vida urbana. *El control del espacio y los espacios de control*, (pp. 1-16). Barcelona. Acesso em 12 de novembro de 2017, disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Doralice%20Satyro%20Maia.pdf>
- Maigret, É. (2010). *Sociologia da comunicação e das mídias*. São Paulo: Senac.
- Mantecón, A. R. (2009). Consumo cultural na cidade. Em C. Fortuna, e R. Leite (orgs.), *Plural de cidade: novos léxicos urbanos* (pp. 299-318). Coimbra: Almedina.
- Maricato, E. (2002). Erradicar o Analfabetismo Urbanístico. *Revista Proposta*, 94/94, 81-84.
- Marin, L. (1994). *De la représentation*. Paris : Éd. du Seuil / Gallimard.
- Martins, G. (2008). *Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Mateos Rusillo, S. M. (2008). Hacia una comunicación global del patrimonio cultural, o cómo patenciar su uso fomentando su preservación. Em S. M. Mateos Rusillo, *La comunicación global del patrimonio cultural*. Gijón: TREA.
- Mello, J. O. (1987). *Capítulos de história da Paraíba*. Campina Grande: Grafset.
- Mello, J. O. (1990). *Os coretos no cotidiano de uma cidade: lazer e classes sociais na capital da Paraíba*. João Pessoa: Fundação Cultural do Estado da Paraíba.
- Merillas, O. (2008). La importancia de la dimensión humana en la didáctica del patrimonio. Em S. M. Mateo, *La comunicación global del patrimonio cultural* (pp. 78-109). Gijón: TREA.
- Micoud, A. (2005). La patrimonialisation ou comment redire ce qui nous relie (un point de vue sociologique). Em C. B. Barrere, e M. Nieddu, *Réinventer le Patrimoine : De la culture à l'économie, une nouvelle pensée du patrimoine ?* (pp. 81-95). Paris: L'Harmattan.
- Miranda, J. (2008). El sentido y metodoligia de la intepretación del patrimonio. Em S. M. Mateos Rusillo, *La coomunicación global del patrimonio cultural* (pp. 53-75). Gijón: Trea.
- Monfort, C. (2008). Comunicación y educación no formal en los centros patrimoniales ante el reto de mundo digital. Em S. M. Mateos Rusillo, *La comunicación global del patrimonio cultural* (pp. 287-307). Gijón: Edition.

- Monnet, J. (dezembro de 2000). Les dimensios symboliques de la centralité. *Cahiers de Géographie du Québec*, 44, pp. 399-418.
- Moreira, C. C. (2004). *A cidade contemporânea entre a tabula rasa e a preservação: cenários para o porto do Rio de Janeiro*. São Paulo: UNESP.
- Morisset, L. (2009). *Des régimes d'authenticité : essai sur la mémoire patrimoniale*. Québec: Presses de l'Université du Québec.
- Moura Filha, M. B. (2004). *De Filipéria à Paraíba. Uma cidade na estratégia de colonização do Brasil. Séculos XVI- XVIII*. Tese de doutorado, Universidade do Porto, Faculdade de Letras.
- Navarro, N. (2014). La mise en exposition du patrimoine urbain. Em G. Rouet, e T. Côme, *Esthétiques de la ville: équipements et usages* (pp. 11-26). Paris: L'Harmattan.
- Nora, P. (. (1997). *Science et conscience du patrimoine* (Editions du patrimoine ed.). Paris: Fayard.
- Nunes, M. (1998). Alta de Coimbra e as Cidades de Património Mundial. *Património Cultural em Análise* (pp. 81-112). Coimbra: GAAC.
- Oliveira, A. F. (2009). O IPHAEP e a produção do patrimônio cultural paraibano. *Cadernos de CEOM*, 22(30), 55-81. Acesso em 22 de Setembro de 2018, disponível em file:///C:/Users/Windows/Downloads/450-1547-1-PB.pdf
- Oliveira, C. A. (2011). *Educação patrimonial no IPHAN*. Monografia, Escola Nacional de Administração Pública, Diretoria de Formação Profissional, Brasília.
- Oliveira, M. M. ( 2005). *Como fazer pesquisa qualitativa*. Recife: Bagaço.
- Oriá, R. (s.d.). *Educação patrimonial: conhecer para preservar*. Acesso em 02 de Janeiro de 2018, disponível em Portal Aprende Brasil: <http://www.aprendebrasil.com.br/articulistas/articulista0003.asp>
- Paes-Luchiari, M. T. (2005). Centros históricos- Mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural. *GEOgraphia, Revista de pós-graduação em Geografia*, 7(14), 43-58.
- Pêcheux, M. (2002). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes Editores.
- Peirce, C. (2015). *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva.
- Peixoto, P. (2002). A Corrida ao status de patrimônio cultural e o mercado urbano de lazer e turismo. *Veredas Revista Científica de Turismo*, 1(1). Acesso em

- 09 de 09 de 2017, disponível em [http://www.iesp.edu.br/labtur/veredas\\_01\\_p\\_023-045.pdf](http://www.iesp.edu.br/labtur/veredas_01_p_023-045.pdf)
- Peixoto, P. (2003). Le patrimoine mondial et l'intensification des processus de patrimonialisation. *Oficina do Centro de Estudos Sociais, 185*. Acesso em 22 de Setembro de 2017, disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicações/oficina/185/185.pdf>
- Peixoto, P. (2006). *O passado ainda não começou: funções e estatuto dos centros históricos no contexto urbano português*. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Peixoto, P., Providência, P., e Aguiar, J. (2011). A cor como linguagem: reflexões sociológicas sobre as sobre as nos revestimentos e acabamentos e acamentos histórico de Coimbra. *Simpósio Património em Construção: Contextos para a sua preservação*, (pp. 247-254). Lisboa.
- Pinho, A. C. (2009). *Conceitos e políticas europeias de reabilitação urbana: análise da experiência portuguesa dos Gabinetes Técnicos Locais*. Faculdade de Arquitetura. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa .
- Pinho, A. C. (2009). *Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana: análise da experiência portuguesa dos Gabinetes Técnicos Locais*. Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa , Faculdade de Arquitetura, Lisboa.
- PMJP. (2013). *Plano de governo da cidade de João Pessoa 2013-2016*. Prefeitura Municipal, João Pessoa. Acesso em 22 de Agosto de 2018, disponível em <https://www.nossasaopaulo.org.br/.../programasdemetas/plano-de-metas-joao-pessoa-2...>
- PMJP. (2016). *Trabalho que avança: força da união por João Pessoa (plano de governo)*. João Pessoa. Acesso em 11 de Novembro de 2017, disponível em <http://piaui.folha.uol.com.br/lupa/wp-content/uploads/2016/10/Programa-Luciano-Cartaxo.pdf>
- Pontual, R. (2013). *Som e fúria: uma etnografia da produção e consumo da música pelos jovens no centro histórico de João Pessoa/PB*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco , Departamento de Antropologia e Museologia, Recife.
- Pouillon, J. (1993). *Le Cru et le Su*. Paris: Le Seuil .
- Poulot, D. (1998). *Patrimoine et modernité*. Paris: L'Harmattan.
- Poulot, D. (2009). *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII – XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade.



- Prats, L. (2004). *Antropologia y patrimonio*. Barcelona: Ariel.
- Prats, L. (2006). La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitarias Andaluz del Patrimonio Histórico. *PH Boletín del Instituto*(58), 72-80.
- Quintela, P. (2011). Estratégias de mediação cultural: inovação e experimentação no serviço educativo. *Revista Crítica de Ciências Sociais*(94), 63-85.
- Rasse, P. (2000). La médiation, entre idéal théorique et application pratique. *Recherches en communication*(13), 61-75.
- Rautenberg, M. (2003). *La rupture patrimoniale*. Grenoble: A la Croisé.
- Reis, N. G. (1968). *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil : 1500-1720*. São Paulo: Pioneira.
- Ribeiro, E. (2006). *Cidades (in)sustentáveis: reflexões e busca de modelos urbanos de menor entropia*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.
- Ribeiro, E. (2006). *Cidades (in)sustentáveis: reflexões e busca de modelos urbanos de menor entropia*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.
- Ribeiro, J. (2006). A cultura e a (des)diferenciação do espaço público. *IV Congresso Português de Sociologia*, (pp. 1-14). Lisboa. Acesso em 22 de Dezembro de 2018, disponível em [https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR462df8b2b4ab3\\_1.pdf](https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR462df8b2b4ab3_1.pdf)
- Riegl, A. (2003). *Le culte moderne des monuments*. Paris: L'Harmattan.
- Ripoll, F. (2006). Réflexions sur les rapports entre marquage et appropriation de l'espace. Em T. Bulot, & V. (. Veschambre, *Mots, traces et marques: Dimensions spatiale et linguistique de la mémoire urbaine* (pp. 15-36). Paris: L'Harmattan.
- Rosemberg, M. (2000). *Le Marketing urbain en question*. Paris: Anthopos.
- Rosmaninho, N. (2006). A Cidade Universitária de Coimbra e a expressão totalitária da arte. *Latitudes*, 9-15. Acesso em 23 de Dezembro de 2018, disponível em [https://www.revues-plurielles.org/\\_uploads/pdf/17/26/17\\_26\\_03.pdf](https://www.revues-plurielles.org/_uploads/pdf/17/26/17_26_03.pdf)
- Rosmaninho, N. (2014). Cidade Universitária de Coimbra: património e exaltação. *Revista Portuguesa de História*, 629-646. Acesso em 18 de Dezembro de 2018, disponível em <http://hdl.handle.net/10316.2/35447>
- Rossa, W. (2001). *Diversidade : urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Tese de Doutoramento,

Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Rossa, W. (2006). O espaço de Coimbra. Da instalação da urbanidade ao fim do antigo regime. Em J. (. Rebelo, *Evolução do espaço físico de Coimbra : exposição* (pp. 17-42). Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

SALGUEIRO, T. (1992). *A cidade em Portugal: uma geografia urbana*. Porto: Afrontamento.

Sant'anna, M. (2004). *A cidade-atração: a norma de preservação dos centros urbanos dos anos 90*. Tese de Doutoramento, Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Santos, A. (1997). Entre a destruição e a preservação: notas para o debate. Em C. Shiavo, e J. (. Zettel, *Memória, cidade e cultura* (pp. 15-27). Rio de Janeiro: Eduerj.

Santos, C. (1986). Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo. *Revista Projeto*, 86, 59-63.

Santos, M. (1987). *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel.

Santos, N. (2012). Cidade: património e espaço de vida. Em L. Cunha, & R. (. Jacinto, *As novas geografias dos países de língua portuguesa: paisagens, territórios e políticas no Brasil e em Portugal (II)* (pp. 435-467). São Paulo: Outras Expressões.

Santos, N. (2013). Coimbra: a organização da cidade e o centro urbano. Em J. A. Fernandes, e M. d. Sposito, *A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras* (pp. 189-209). Lisboa: CEGOT.

Santos, N. (2015). Smart Coimbra: parcerias e tendências para o desenvolvimento do turismo na região de Coimbra. *Cardenos de Geografia*(34), 91-100. Acesso em 22 de Dezembro de 2018, disponível em <https://impactum-journals.uc.pt/cadernosgeografia/article/view/2597>

Sartori, G. (1999). Comparación y método comparativo. Em G. Sartori, e L. Morlino (coords.), *La comparación en las ciencias sociales* (pp. 29-51). Madri: Alianza Editorial.

Schiele, B. (2001). Introduction (Jeux et enjeux de la médiation patrimoniale). Em B. Schiele (dir.), *Patrimoines et identités* (p. 1012). Montreal: Éditions MultiMondes.

Scifoni, S. (2012). Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema. *Caderno Temático*, 2, 29-37. Acesso em 21 de Agosto de 2018, disponível em

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat\\_EducPatrimonialReflexoesEPraticas\\_ct1\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialReflexoesEPraticas_ct1_m.pdf)

Scocuglia, J. C. (1999). *A política habitacional do BNH no Brasil pós-64 e seus reflexos na expansão urbana de João Pessoa*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.

Scocuglia, J. C. (2004). *Revitalização urbana e (re)invenção do centro histórico na cidade de João Pessoa*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.

Scocuglia, J. C. (2010). *Imagens da cidade: patrimonialização, cenários e práticas*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.

Segala, L. (2004). Identidade, educação e patrimônio: o trabalho do LABOEP. *Patrimônio Revista Eletrônica do IPHAN*, 3, 1-4. Acesso em 01 de dezembro de 2017, disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/identidade\\_educacao\\_patrimonio\\_trabalho\\_laboeep.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/identidade_educacao_patrimonio_trabalho_laboeep.pdf)

Serpa, A. (2011). *Lugar e mídia*. São Paulo: Contexto.

Serpa, A. (2018). *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto.

Sevcenko, N. (2001). *A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa*. São Paulo: Schwarcz.

Sfez, L. (2000). *Crítica da comunicação*. São Paulo: Loyola.

Silva, A. (2014). *O papel do centro histórico na cidade: um estudo comparativo entre João Pessoa e Tour*. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Paraíba/Université François Rabelais, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Natal.

Silva, A. C. (2014). *Sobre a requalificação de praças no centro histórico de João Pessoa: um panorama das ações entre as décadas de 1980 e 2010*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, João Pessoa.

Silva, R. C. (2016). *A revitalização do centro histórico de João Pessoa: uma estratégia para a reprodução do capital*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, São Paulo.

Silveira, J. A. (2004). *Percursos e processo de evolução urbana: o caso da Avenida Epitácio Pessoa na cidade de João Pessoa – PB*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano.

- Singer, P. (1982). Uso do solo urbano na economia capitalista. Em *produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial* (pp. 21-36). São Paulo, Maricato, Ermínia (org.): Alfa-Omega.
- Sousa Santos, B. (1999). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.
- Souza, E. (2013). Comunicação e mediação cultural. *Museologia e Patrimônio*, 6(1), 3-15. Acesso em 20 de Dezembro de 2017, disponível em <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/242/213>
- Stake, R. (2011). *Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Porto Alegre: Penso.
- Stéphane, H. (2013). Le patrimoine comme chronogenèse. *Annales de géographie*, 689(1), 3-23. Acesso em 21 de Julho de 2018, disponível em <https://www.cairn.info/revue-Annales-de-geographie-2013-1-page-3.htm>
- Tardy, C. (2003). L'entremise du récit du chercheur : une manière d'aborder le rôle des discours et des médias dans la patrimonialisation. *Culture & Musées*, 1, 109-135. Acesso em 22 de Julho de 2018, disponível em [https://www.persee.fr/doc/pumus\\_1766-2923\\_2003\\_num\\_1\\_1\\_1169](https://www.persee.fr/doc/pumus_1766-2923_2003_num_1_1_1169)
- Tardy, C. (2009). Introduction. *Culture e Musées*(14), 13-18. doi:<https://doi.org/10.3406/pumus.2009.1504>
- Targino, M. I. (2007). *Uma experiência de educação patrimonial na cidade de João Pessoa: o processo de elaboração das Cartilhas do Patrimônio pelo IPHAEP. 1980/2003*. Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em História, João Pessoa.
- Teixeira Coelho, J. (2012). *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: Iluminuras.
- Teixeira, M. D. (2014). Reflexões sobre o uso cultural de espaços públicos: experiências de revitalização de praças no centro histórico de João Pessoa - Pb. *VII Congresso Brasileiro de Geógrafos*. Vitória. Acesso em 13 de Julho de 2018, disponível em <https://docplayer.com.br/5543649-Reflexoes-sobre-o-uso-cultural-de-espacos-publicos-experiencias-de-revitalizacao-de-pracas-no-centro-historico-de-joao-pessoa-pb-1.html>
- Tinem, N. (. (2006). *Fronteiras, marcos e sinais: leituras das ruas de João Pessoa*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.
- Torgal, L. (1988). Coimbra Cidade-Universitária” ou “Cidade (e) Universidade”? *Monumentos*(8), 11-13.

- Torgal, L., e Ésther, A. (2014). *Que Universidade? Interrogações sobre os caminhos da Universidade em Portugal e no Brasil*. Coimbra/Juiz de Fora: Imprensa da Universidade de Coimbra/Editora da UFJF.
- Trajano, F. (2006). Do rio ao mar: uma leitura da cidade de João Pessoa entre duas margens. Em N. (. Tinem, *Fronteiras, marcos e sinais: leituras das ruas de João Pessoa* (pp. 19-46). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.
- UNESCO. (1977). Conclusiones del coloquio sobre la preservación de los centros históricos. Quito. Acesso em 12 de novembro de 2017, disponível em <http://informesdelaconstruccion.revistas.csic.es/index.php/informesdelaconstruccion/article/viewFile/1473/1639>
- UNESCO. (2007). Discussion sur la valeur universelle exceptionnelle. Paris. Acesso em 12 de Outubro de 2016, disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001815/181550f.pdf>
- UNESCO. (2011). Recomendações sobre a Paisagem Histórica Urbana. 36ª Conferência Geral da UNESCO, 2011. Paris: UNESCO. Acesso em 20 de abril de 2018, disponível em 36ª Conferência Geral da UNESCO, 2011: [http://psamlisboa.pt/wp-content/uploads/2014/03/UNESCO\\_RECOMENDACAO.pdf](http://psamlisboa.pt/wp-content/uploads/2014/03/UNESCO_RECOMENDACAO.pdf)
- UNESCO. (2013). *Preparação de candidaturas para o Patrimônio Mundial*. Brasília: UNESCO Brasil, Iphan. Acesso em 22 de março de 2017, disponível em [file:///C:/Users/Jamile/Downloads/activity-643-3%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Jamile/Downloads/activity-643-3%20(1).pdf)
- Universidade de Coimbra. (s.d.). *Candidatura da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” a património Mundial da Humanidade, Livro 2*. Acesso em 20 de Setembro de 2016, disponível em [http://issuu.com/unescouc/docs/l2\\_uncoimbra\\_managementplan](http://issuu.com/unescouc/docs/l2_uncoimbra_managementplan)
- Universidade de Coimbra. (s.d.). *Dossiê de Candidatura da Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, Livro 1*. Acesso em 20 de Setembro de 2016, disponível em [http://issuu.com/unescouc/docs/l1\\_uncoimbra\\_nomination](http://issuu.com/unescouc/docs/l1_uncoimbra_nomination)
- Valdebenito, R. G. (2014). Los habitantes contra el patrimonio mundial: el rol de los habitantes en la gestión de áreas patrimoniales de las ciudades de México y Valparaíso. *Apuntes*, 27(2), 92-103. Acesso em 5 de Novembro de 2017, disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6036186>
- Vasconcelo, P. A. (2009). Agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. Em L. P. Souza, e N. . Ribeiro (org.), *Urbanismo colonial - vilas e cidades de matriz portuguesa* (pp. 10-25). Rio de Janeiro: POD .

- Vaz, L. (2004). A "culturalização" do planejamento e da cidade: novos modelos? *Cadernos PPG-AU/UFBA*, 3, 1-10. Acesso em 12 de Maio de 2018, disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/1685/979>
- Vaz, P. (2006). *Reabilitação urbana: um modelo de sustentabilidade urbana*. Lisboa: URBE - Núcleos Urbanos de Pesquisa e Intervenção.
- Vechambre, V. (2007). *Le processus de patrimonialisation : revalorisation, appropriation et marquage de l'espace*. Acesso em 22 de Maio de 2018, disponível em Vox Geographica: <http://cafe-geo.net/wp-content/uploads/processus-patrimonialisation.pdf>
- Veron, E. (1997). Esquema para el análisis de la mediatización. *Diálogos de la Comunicación*, 9-16.
- Veschambre, V. (2008). *Traces et mémoires urbaines : enjeux sociaux de la patrimonialisation et de la démolition*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- VESCHAMBRE, V. (2008). *Traces et mémoires urbaines : enjeux sociaux de la patrimonialisation et de la démolition*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- Watremez, A. (2013). Les plans de gestion patrimoine mondial de l'Unesco : un outil de développement territorial au service des collectivités locales ? *La Lettre de l'OCIM*(149), 25-30. Acesso em 23 de Agosto de 2018, disponível em <https://journals.openedition.org/ocim/1283>
- Williams, R. (1992). *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra.
- Yin, R. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.
- Yin, R. (2016). *Pequisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso.
- Zukin, S. (2017). Patrimônio de quem? cidade de quem? Dilemas sociais do patrimônio cultural na dimensão urbana. Em P. c. urbanas, *Cymbalista, Renato; Feldman, Sarah, e Kühl, Beatriz (orgs.)* (pp. 25-46). São Paulo: Annablume.

## 13. ANEXOS

### ANEXO A - Categorias Intermediárias

<p><b>Abordagem comunicacional do processo de patrimonialização</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Primeiro momento: reconhecimento e transformação de um objeto em objeto patrimonial por uma função social de ligação com o passado.</li> <li>- Segundo momento: a exposição do patrimônio propondo uma situação de encontro do objeto com o público por uma dupla dimensão — uma como suporte de mediação e a outra como operador de mediação</li> </ul>
<p><b>Exposição do patrimônio urbano:</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mídiação: estabelece a relação entre público os que atribuíram valor ao objeto patrimonial, enquanto um fator relevante no processo de formação da imagem do lugar.</li> <li>- Mediação cultural: conjunto de ações e dispositivos que servem para intermediar a dinâmica de sua representação entre uma construção patrimonial e sua representação em termos de valores históricos e estéticos.</li> </ul>
<p><b>Mídiação</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Delimitação do espaço: indica um espaço com um funcionamento específico.</li> <li>- Denominação do espaço: conota uma dimensão patrimonial ao espaço urbano.</li> <li>- Leitura do espaço: distinção de seus elementos constitutivos em busca de valorização.</li> </ul>
<p><b>Mediação cultural</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sentido teórico: intermediação entre sujeito e objeto patrimonial, em torno de sua existência simbólica.</li> <li>- Sentido pragmático: conjunto de ações e dispositivos que visam facilitar a apropriação do discurso de exposição do objeto patrimonial pelo público.</li> </ul>

### ANEXO B - Entrevistados por Unidade de Análise

<b>CENTRO HISTÓRICO DE COIMBRA</b>	João P. Craveiro	Presidente Coimbra Viva SRU
	Fernando Seabra	Ex-Reitor da Universidade de Coimbra
	Carina Gomes	Vereadora da Cultura e Turismo da Câmara Municipal de Coimbra
	Clara Almeida	Ex-Pro-reitora da Cultura e Comunicação da Universidade de Coimbra
	Carlos Serra	
	Raimundo Mendes da Silva	Prof. da Universidade de Coimbra; Coordenador geral do processo de candidatura da Universidade de Coimbra, Alta e Sofia à Patrimônio Mundial
	António Bandeirinha	Prof. da Universidade de Coimbra; investigador no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, membro do Núcleo de Estudos sobre Cidades, Culturas e Arquitectura.
	João Aidos	Produtor cultural; gestor do Convento de São Francisco
	Sidónio Simões	Chefe da Divisão de Reabilitação Urbana - Gabinete para o Centro Histórico
<b>CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA</b>	Cláudio Nogueira	Superintendente do IPHAN na Paraíba
	Átila Tolentino	Técnico do IPHAN
	Olga Tavares	Técnica do IPHAN
	Lane Aires	Assessora pedagógica da COPAC-JP
	Fernando Moura	Ex-Coordenador da COPAC-JP
	Rui Leitão	Coordenador da COPAC-JP
	Cassandra Figueiredo	Diretora Executiva do IPHAEP
	Martha Smith	Assessora Técnica da COPAC-JP
	Fernanda Rocha	Assessora Técnica da COPAC-JP



### **ANEXO C – Guiões das entrevistas**

TESE: Mediação cultural e comunicação no processo de patrimonialização do centro histórico de Coimbra e João Pessoa.

Guião da Entrevista

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Hora Inicial: \_\_\_\_\_ Hora Final: \_\_\_\_\_

Entrevistado:

#### **Centro Histórico de Coimbra**

1- A reabilitação urbana é uma questão que em Coimbra, e em outras cidades do país, tem tido dificuldades em se concretizar. Concorda com esta perspectiva? E como se explica isso em sua opinião?

2- Em sua opinião, que expectativas trazem para o centro histórico o reconhecimento da Universidade, Alta e Sofia a Patrimônio Mundial?

3 -No caso concreto da Associação Ruas, que constitui a base de uma parceria local para intervenção a zona classificada, considera que as coisas estão a evoluir no sentido desejado?

3- No caso do centro histórico de Coimbra quais são os principais obstáculos e desafios para que seja capaz de evocar imagens de um passado vivo, de um legado que apresenta referências com o presente nas mudanças constantes da cidade?

4- Em relação aos projetos anteriores há ou não atualmente uma atitude mais proativa do centro histórico como recurso forte no planejamento integrado e sustentável da cidade? De que modo essa atitude se torna visível?

5- Coimbra já foi capital da cultura e é uma cidade que é encarada como cidade de cultura. Em que medida, em sua opinião, se tem avançado perante o potencial a ser alcançado na dinâmica cultural do centro histórico?

6- Em que sentido a candidatura demandou, em comparação com processos anteriores, uma nova relação entre o corpo técnico que a elaborou e a população local, os usuários, os turistas e a iniciativa privada? Qual a sua impressão relativamente a estas formas de relacionamento?

7- Considera que a responsabilidade dos agentes locais, designadamente os que lidam com a promoção dos recursos patrimoniais da cidade, ganhou particular relevo com o reconhecimento da Unesco?

8- Sendo a patrimonialização um trabalho centrado em torno do valor material e simbólico do património, a atuação desses agentes locais tem se destacado em como fazer o público descobrir, compreender e apreciar o centro histórico em relação ao que se espera atualmente da sua preservação e uso?

9- Em sua opinião tem havido um crescimento da participação da comunidade local na vida cultural do centro histórico?

10- A promoção dos recursos patrimoniais da cidade tem por base algum estudo dos públicos que permita conhecer seus interesses e características? Ou seja, que procure dar conta da relação entre a produção e o consumo cultural no centro histórico?

11- Em sua opinião, a classificação conseguiu a visibilidade, local e extra local pretendida?

12- Consegue identificar canais de comunicação através dos quais a população tem sido convidada a se apropriar do património urbano?

12-Na sua perspectiva, as estratégias para comunicar o património contribuem efetivamente para dar suporte à afirmação de uma cidade atrativa e identitária?

13- Até que ponto concorda que comunicar o património de forma inovadora e abrangente é investir na mediação facilitada pelas tecnologias multimídias? E como classifica o que em Coimbra está a ser feito nesta matéria?

14- Se o património só existe na medida em que existem pessoas para experimentá-lo, consumi-lo e visitá-lo, em que medida as práticas de mediação cultural têm sido consideradas questões-chave para experiência de visita?

15- Em termos gerais, o que considera ser hoje o maior desafio na exposição do centro histórico de Coimbra?

TESE: Mediação cultural e comunicação no processo de patrimonialização do centro histórico de Coimbra e João Pessoa.

Guião da Entrevista

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Hora Inicial: \_\_\_\_\_ Hora Final: \_\_\_\_\_

Entrevistado:

### **Centro Histórico de João Pessoa**

1- A reabilitação urbana é uma questão que em João Pessoa, e em outras cidades do país, tem tido dificuldades em se concretizar. Concorda com esta perspectiva? E como se explica isso em sua opinião?

2- Em sua opinião, que expectativas trazem para o centro histórico fazer parte do PAC-Cidades Históricas?

3- No caso do centro histórico de João Pessoa, quais são os principais obstáculos e desafios para que seja capaz de evocar imagens de um passado vivo, de um legado que apresenta referências com o presente nas mudanças constantes da cidade?

4- Em relação aos projetos anteriores intervenção urbana atualmente, uma atitude mais proativa do centro histórico como recurso forte no planejamento integrado e sustentável da cidade? De que modo essa atitude se torna visível?

5- Em que medida se tem avançado perante o potencial a ser alcançado na dinâmica cultural do centro histórico?

6- Em comparação com processos anteriores, uma nova relação entre o corpo técnico a população local, os usuários, os turistas e a iniciativa privada? Qual a sua impressão relativamente a estas formas de relacionamento?

7- Considera que a responsabilidade dos agentes locais, designadamente os que lidam com a promoção dos recursos patrimoniais da cidade, ganhou particular relevo no cenário atual?

8- Sendo a patrimonialização um trabalho centrado em torno do valor material e simbólico do património, a atuação desses agentes locais tem se destacado em como fazer o público descobrir,

compreender e apreciar o centro histórico em relação ao que se espera atualmente da sua preservação e uso?

9- Em sua opinião, tem havido um crescimento da participação dos habitantes na vida cultural do centro histórico?

10- A promoção dos recursos patrimoniais da cidade tem por base algum estudo dos públicos que permita conhecer seus interesses e características? Ou seja, que procure dar conta da relação entre a produção e o consumo cultural no centro histórico?

11- Em sua opinião, a classificação conseguiu a visibilidade, local e extra local pretendida?

12- Consegue identificar canais de comunicação através dos quais a população tem sido convidada a se apropriar do patrimônio urbano?

12- Na sua perspectiva, as estratégias para comunicar o patrimônio contribuem efetivamente para dar suporte à afirmação de uma cidade atrativa e identitária?

13- Até que ponto concorda que comunicar o patrimônio de forma inovadora e abrangente é investir na midiatização facilitada pelas tecnologias multimídias?

14- Se o patrimônio só existe na medida em que existem pessoas para experimentá-lo, consumi-lo e visitá-lo, em que medida as práticas de mediação cultural têm sido consideradas questões-chave para experiência de visita?

15- Em termos gerais, o que considera ser hoje o maior desafio na exposição do centro histórico de João Pessoa?